

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
UNESP CAMPUS DE FRANCA

CRHISTOPHE BARROS DOS SANTOS DAMAZIO

Entre Fuzis, Penas e Mordaças

A escrita de Carlos Heitor Cony durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil
(1964-1974)

**Franca
2019**

CRHISTOPHE BARROS DOS SANTOS DAMAZIO

Entre Fuzis, Penas e Mordaças

A escrita de Carlos Heitor Cony durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil
(1964-1974)

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista–UNESP-Franca, como pré-requisito para a obtenção do Título de Doutor em História e Cultura Política.

Área de concentração: História e Cultura Política

Orientadora: Dra. Márcia Pereira da Silva

Co-orientadora: Dra. Virgínia Célia Camilotti

**Franca
2019**

D155 e

Damazio, Christophe Barros dos Santos
Entre fuzis, penas e mordças: A escrita de Carlos Heitor Cony
durante a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1974) /
Christophe Barros dos Santos Damazio. - Franca, 2019
204 p.

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca

Orientadora: Márcia Pereira da Silva

Coorientadora: Virgínia Célia Camilotti

1. História. 2. Cony, Carlos Heitor. 3. Intelectuais. 4.
Autoritarismo. 5. Ditadura. I. Título

AGRADECIMENTOS

Ao final de uma jornada de trabalho tão árdua, mas recompensadora, gostaria de expressar minha gratidão a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para que meu caminho até aqui fosse mais fácil e tranquilo.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a. Márcia Pereira da Silva, por seu profissionalismo e amizade e, sobretudo, por acreditar em mim quando, em certos momentos, eu mesmo não acreditei. Seu apoio incondicional, seu comportamento ético irrepreensível e sua excelência acadêmica, foram uma grande influência durante toda a minha jornada acadêmica, desde a graduação até o doutorado, e moldaram o profissional que sou hoje. Por tudo isso, minha gratidão e admiração são eternas e imensuráveis.

À minha co-orientadora, Prof.^a Dr.^a. Virgínia Célia Camilotti, uma das pessoas mais inteligentes e sensíveis que já conheci. Sua grande erudição, aliada à sua disponibilidade e gentileza, foi de inestimável valor para a condução deste trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UNESP-Franca, em especial aos doutores Marcos Sorrilha Pinheiro, Marisa Saenz Leme e Márcia Regina Capelari Naxara, pelos conselhos e orientações que ajudaram diretamente na conclusão deste trabalho.

Aos colegas de pós-graduação que compartilharam comigo os dramas e realizações desta jornada, em especial, os que atuaram comigo na revista “História e Cultura”. Os dois anos nos quais estive na editoria da referida publicação foram de grande importância para ampliar meus horizontes acadêmicos. À minha colega e amiga Janaina Cardoso, cabe um agradecimento especial pela grande ajuda que me prestou com a burocracia necessária para o depósito final da tese.

À CAPES, agradeço pelo apoio financeiro indispensável para realização deste trabalho.

Aos meus amigos, agradeço pelo apoio nos momentos difíceis e pela alegria que proporcionaram nos raros momentos de folga que tive nesta jornada. Em especial, agradeço a Phelipe Tadeu de Oliveira Azevedo e Matusalem de Aguiar Carvalho Junior pela ajuda inestimável que me prestaram no trato com algumas fontes importantes para esta pesquisa.

À minha família, em especial aos meus pais, Oswaldo Damazio Filho e Eliana dos Santos Damazio, agradeço pelo amor e apoio incondicionais a todas as minhas

escolhas, sejam elas profissionais ou pessoais. Agradeço pela compreensão durante os muitos momentos em que me fiz ausente durante esses quatro anos de trabalho. À minha mãe, que infelizmente se foi poucos dias antes de ver meu trabalho concluído, peço que continue olhando por mim como o anjo protetor que já era em vida.

RESUMO

Nesta tese analisamos como o escritor e jornalista Carlos Heitor Cony, entre os anos de 1964 e 1974, conquistou seu lugar em meio à intelectualidade brasileira do período ao discutir quais eram os espaços de ação da referida categoria durante a vigência da ditadura civil-militar. Com este objetivo em mente, selecionamos como objetos de estudo, as crônicas publicadas por Cony no jornal carioca *Correio da Manhã* entre abril e dezembro de 1964 e dois de seus romances, *Pessach: a travessia* e *Pilatos* publicados, respectivamente, 1967 e 1974. Acreditamos que cada uma das obras selecionadas para este estudo – considerando o conjunto das crônicas como um todo – representa um momento diferenciado de confronto do autor com o autoritarismo da época. O primeiro momento seria o de discussão e questionamento com a intelectualidade e com a sociedade como um todo, acerca dos rumos que o país tomava diante da escalada do autoritarismo do governo no decorrer dos primeiros meses de vigência do regime autoritário. O segundo momento seria o de reflexão acerca das possibilidades de ação do intelectual em meio à consolidação do governo ditatorial já no final da década de 1960, não descartando, naquele momento, a adesão à luta armada. O terceiro e último momento seria marcado pela desorientação e frustração da intelectualidade em meio aos chamados “anos de chumbo” da ditadura. Após percorrer a trajetória da escrita de Cony no período ditatorial, analisamos uma série de entrevistas dadas pelo escritor após o fim da ditadura para explorar como este período ficou registrado em sua memória e como ele ressignificou alguns aspectos destas lembranças com vistas a encontrar o espaço que considerava adequado para si mesmo na memória coletiva dos governos militares no Brasil.

Palavras-chave: Carlos Heitor Cony; ditadura militar; autoritarismo; intelectuais; história

RESUMEN

En esta tesis, analizamos cómo el escritor y periodista Carlos Heitor Cony, entre los años 1964 y 1974, conquistó su espacio en medio de la intelectualidad brasileña del período, al discutir cuáles eran los espacios de acción de dicha categoría durante la vigencia de la dictadura civil- militar. Con ese objetivo en mente, seleccionamos como objetos de estudio las crónicas publicadas por Cony entre abril y diciembre de 1964 en el diario carioca *Correio da Manhã* y dos de sus novelas, *Pessach: la travesía* y *Pilatos*, publicados respectivamente en 1967 y 1974. Creemos que cada una de las obras seleccionadas para este estudio - considerando el conjunto de las crónicas como un todo - representa un momento diferenciado de confrontación del autor con el autoritarismo de la época. El primer momento sería el de discusión y de cuestionamiento con la intelectualidad y con la sociedad como un todo, acerca de los rumbos que el país tomaba ante la escalada del autoritarismo del gobierno en el transcurso de los primeros meses de vigencia del régimen autoritario. El segundo momento sería el de reflexión acerca de las posibilidades de acción del intelectual en medio de la consolidación del gobierno dictatorial ya a finales de la década de 1960, no descartando en aquel momento la adhesión a la lucha armada. El tercer y último momento está marcado por la desorientación y la frustración de la intelectualidad en medio de los llamados "anos de chumbo" de la dictadura. Después de recorrer la trayectoria de la escritura de Cony en el período dictatorial, analizamos una serie de entrevistas concedidas por el escritor tras el fin de la dictadura para explorar cómo ese período ha quedado registrado en su memoria y cómo él ha resignificado algunos aspectos de esos recuerdos con vistas a encontrar el espacio que consideraba adecuado para sí mismo en la memoria colectiva de los gobiernos militares en Brasil.

Palabras clave: Carlos Heitor Cony; dictadura militar; el autoritarismo; intelectuales; historia.

ABSTRACT

In this thesis, we analyzed how the writer and journalist Carlos Heitor Cony, during 1964 and 1974, conquered his space amidst the Brazilian intellectuals of the time, when discussing the spaces of action of this category during the period of the civil- military dictatorship. With this objective in mind, we selected objects to study chronicles published by Cony between April and December of 1964 in the Rio de Janeiro newspaper *Correio da Manhã* and two of his novels, *Pessach: The Crossing* and *Pilatos*, published respectively in 1967 and 1974. We believe that each of the works selected for this study – considering the series of chronicles as a whole – represents a differentiated moment of confrontation between the author and the authoritarianism of the time. The first moment would be the discussion and questioning with the intellectuals and society as a whole about the direction the country was taking in view of the escalating authoritarianism of the government during the first months of the authoritarian regime in force. The second moment would be the observation about the possibilities of intellectual action amidst the consolidation of the dictatorial government in the late 1960s, not discarding, at that moment, adherence to the armed upheaval. The third and final moment would be branded by the disorientation and frustration of the intellectuals amidst the so-called "shootout years" of dictatorship. After roaming Cony's writing path in the dictatorship period, we analyzed a series of interviews granted by the writer after the end of the dictatorship to explore how this period was recorded in his memory and how he reassigned some aspects of these memories aiming to find space that he considered appropriate for himself in the collective memory of military governments in Brazil.

Keywords: Carlos Heitor Cony; military dictatorship; authoritarianism; intellectuals; history.

LISTA DE SIGLAS

AI – Ato Institucional

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

IPM – Inquérito Policial Militar

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

CTI – Comando de Trabalhadores Intelectuais

MEC – Ministério da Educação e Cultura

ABL – Academia Brasileira de Letras

IBESP – Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política

PCB – Partido Comunista Brasileiro

STF – Supremo Tribunal Federal

OEA – Organização dos Estados Americanos

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

POR-T – Partido Operário Revolucionário – Trotskista

PC co B – Partido Comunista do Brasil

POLOP – Organização Operária Marxista – Política Operária

CPC – Centro de Cultura Popular

ANL – Aliança Libertadora Nacional

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de outubro

Colina – Comandos de Libertação Nacional

MPC – Movimento Popular de Cultura

DCDP – Divisão de Censura de Diversões Públicas

UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1 – O “Quixote subdesenvolvido” avança contra os “moinhos do autoritarismo”	13
1.1 – Crônica: espelho ou prisma da realidade cotidiana?	19
1.2 – A crônica enquanto <i>vitrine</i> da ascensão de um regime ditatorial	25
1.3 – Montar o “Rocinante” ou se calar? A escolha do “Quixote Subdesenvolvido” diante do agigantamento dos “moinhos do autoritarismo”	44
Capítulo 2 – A escalada do regime autoritário e o dilema da intelectualidade brasileira: já seria tempo de largar a pena e pegar o fuzil?	63
2.1 – O romance brasileiro na década de 1960: temáticas, conflitos e expectativas da literatura nacional no período pré-ditatorial	66
2.2 – A “passagem por cima” da acomodação com o autoritarismo em defesa da liberdade	73
2.3 – Quando as penas se tingem de sangue, está na hora de substituí-las? O dilema entre completar a “travessia” ou retornar ao ponto de partida	89
Capítulo 3 – “Pilatos” lava as mãos: Cony e os “anos de chumbo” da ditadura no Brasil	109
3.1 – A castração de “Herodes” – Desorientação da intelectualidade brasileira no pós-AI-5	115
3.2 – Da potência à castração: o sexo como metáfora da condição do intelectual brasileiro no regime militar	138
3.3 – Entre o grotesco e o sagrado: a utilização de símbolos religiosos como instrumento de crítica social e política	145
Capítulo 4 – Cony passado a limpo: visões de si e da intelectualidade em tempos democráticos	152
4.1 – Memórias de 1964 e a resignificação do espaço da política na vida de Cony	157
4.2 – A presença e a influência do regime autoritário na escrita de Cony	176
Considerações Finais	189
Fontes	196
Referências Bibliográficas	197

INTRODUÇÃO

O período da ditadura civil-militar¹, vigente entre 1964 e 1985, desperta muito interesse no acadêmico brasileiro. São teses, dissertações e artigos dedicados a diferentes aspectos, problemas e realidades daquela época, escritos por estudiosos das mais variadas áreas como Direito, Economia, Relações Internacionais, Sociologia, Ciência Política, Jornalismo e, claro, História. Das transformações econômicas decorrentes do “milagre econômico” às relações do Brasil com os Estados Unidos durante o período da Guerra Fria, passando pelos debates acerca da legitimidade do regime e da censura à imprensa e chegando até as políticas de repressão e perseguição aos opositores, são muitos e variados os trabalhos e interesses acerca do período em que os generais-presidentes estiveram em evidência no governo.

Apesar da quantidade de estudos acerca dos governos militares no Brasil, o interesse dos historiadores pela ditadura no país está longe de se esgotar. O fato de ainda existirem alguns arquivos e documentos sobre o período a serem abertos à consulta pública, aliado aos rumos atuais da política nacional, os quais levaram à presidência da República um ex-militar que, em diversas ocasiões, exalta os feitos do regime ditatorial, faz com que o interesse acadêmico por essa fase tão polêmica da história do Brasil contemporâneo continue vivo, e que a curiosidade do público leigo por esse momento histórico seja revigorada.

O golpe de Estado que depôs o presidente João Goulart, em 1º de abril de 1964, inaugurou um dos períodos de maior violência e repressão na história do Brasil. A Doutrina de Segurança Nacional (DSN), conjunto de princípios que guiaram a ação dos militares que assumiram o controle do Estado, defendia que o país estava em meio a uma guerra total contra a ameaça socialista, e, nessa conjuntura, a neutralidade não era uma postura aceitável: ou você era aliado do Estado na luta contra a “ameaça vermelha” ou você era um inimigo a ser combatido. Nessa guerra psicológica, na qual a busca pelo subversivo que ameaçava a paz interna deveria ser uma preocupação constante de todos,

¹ Nesta tese, trabalhamos com o princípio de que o período ditatorial vigente entre 1964 e 1985 não foi implementado e mantido pela ação, desejo e iniciativa isolados dos militares. Partes de setores influentes e numerosos da sociedade civil brasileira da época – industriais, camadas médias urbanas, grandes latifundiários, imprensa, Igreja Católica – deram suporte e legitimidade às ações dos militares durante as duas décadas em que estes ocuparam a presidência da República. Para uma análise mais detalhada do conceito, ver: REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.23, n.45, p.171-186, jan./jun.2010. Apesar de utilizarmos o conceito de ditadura civil-militar, para evitar redundâncias que prejudiquem a qualidade da escrita, o referido termo será eventualmente substituído por outras expressões como “governos militares”, “regime autoritário” ou “regime ditatorial”.

quaisquer meios utilizados pelo governo para ser bem-sucedido na caça aos comunistas eram considerados legítimos. De acordo com a DSN, o Estado era a encarnação dos anseios individuais e coletivos, possuindo poder total para legislar, sem nenhum tipo de limite. Era o princípio da “Ditadura Soberana”, que “se fundamenta na capacidade de a revolução se legitimar por ela mesma e de substituir toda a jurisdição existente”.²

Desde a publicação do AI-1, em 9 de abril de 1964, quando os mandatos e direitos políticos dos principais opositores do regime foram cassados³ e, posteriormente, do AI-2, em 27 de outubro de 1965, quando ficou estabelecida a eleição indireta para Presidente da República e a criação de tribunais militares específicos que poderiam julgar civis acusados de crimes que ameaçassem a segurança nacional⁴, os canais para manifestação de insatisfação contra o novo governo foram fechando-se na mesma proporção em que a participação popular na política ia diminuindo.

A partir de 1968, com a publicação do famoso AI-5⁵, conhecido como o instrumento legal mais repressor e autoritário da ditadura civil-militar brasileira, a situação dos opositores do regime ficou bastante difícil. Na análise de Rodrigo Patto Sá Motta, o AI-5 se assemelhava ao AI-1 ao conferir poderes especiais ao Presidente da República – como cassar mandatos parlamentares, por exemplo –, porém diferenciava-se do que foi publicado em 1964 porque não tinha data estabelecida para expiração, o que poderia “abrir caminho para a ditadura eterna dos militares”.⁶ O referido Ato Institucional, ainda segundo Motta, não só permitiu o aumento da violência do Estado contra os opositores do regime – especialmente contra os envolvidos na luta armada que, no mesmo período, intensificavam suas ações – como também reduziu a

² BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. p. 13-42 In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 27. (O Brasil Republicano, v.4).

³ Ato Institucional nº 1. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm> Acesso: 08 fev. 2019.

⁴ Ato Institucional nº 2. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm> Acesso: 08 fev. 2019.

⁵ O AI-5, publicado em 13 de dezembro de 1968, conferia ao Presidente da República amplos poderes, permitindo-lhe, entre outras prerrogativas: cassar o mandato de qualquer parlamentar e os seus direitos políticos, bem como o de qualquer cidadão; demitir, remover ou aposentar qualquer servidor público sem a necessidade de inquérito administrativo; intervir nos governos estaduais e municipais e decretar estado de sítio. Além disso, o direito de *habeas corpus* foi suspenso para crimes políticos e que atentassem contra a segurança nacional. In: Ato Institucional nº 5. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm> Acesso: 08 fev. 2019.

⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol.38, nº.79, 2018, p.196. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v38n79/1806-9347-rbh-38-79-195.pdf>> Acesso: 08 fev. 2019.

importância e o espaço dos civis que apoiavam o regime dentro do governo, fato que gerou descontentamento até mesmo em antigos aliados dos militares, como a grande imprensa e o governo norte-americano. Nas palavras do autor:

A maré montante da repressão estatal decorreu do surgimento de um marco institucional que estimulava os agentes públicos à violência. Pode-se dizer que o novo Ato Institucional liberou as feras, que saíram à caça (e à cassã) com apetite ainda maior do que em 1964.⁷

Em meio ao clima de vigilância e perseguição que se instalou no país desde o golpe de 1964 e que foi crescendo, paulatinamente, a partir do final da década de 1960 e atingiu seu ápice em meados da década de 1970, aqueles que quiseram demonstrar sua oposição ao regime ditatorial sem aderir à luta armada tiveram que encontrar caminhos para fazê-lo dentro de margens consideravelmente estreitas. Nesta tese, interessa-nos analisar como o escritor e jornalista Carlos Heitor Cony conseguiu, em meio às estreitas trilhas de manifestação de oposição que o regime ditatorial manteve abertas, usar sua escrita como instrumento de ação política e, concomitantemente, explorar as possibilidades de atuação da intelectualidade no universo autoritário.

Nascido em 14 de março de 1926, em uma família de classe média na zona norte do Rio de Janeiro, Carlos Heitor Cony foi um homem que se dedicou à escrita desde muito cedo. Os problemas de desenvolvimento da fala e também de dicção que apresentou na infância – o menino Cony foi mudo até os cinco anos e, quando aprendeu a falar, trocava algumas letras, como o “g” pelo “d” – fizeram com que ele se voltasse para a escrita como sua principal forma de expressão, sendo alfabetizado em casa pelo próprio pai.⁸

Aos 11 anos de idade, Cony ingressou no Seminário Arquidiocesano São José⁹, situado no bairro do Rio Comprido, no Rio de Janeiro, e, de lá, só saiu aos 19 anos. O

⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol.38, nº.79, 2018. p.196-197. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v38n79/1806-9347-rbh-38-79-195.pdf> > Acesso: 08 fev. 2019.

⁸ RUIVO, Marina Silva. **Uma certa maneira de desejar a liberdade**: caminhos da literatura de Carlos Heitor Cony no pós-1964. Tese de Doutorado: USP, 2012, p. 32-33.

⁹ O Seminário Arquidiocesano São José é o mais antigo do país, fundado em 1739, como primeiro centro de formação de sacerdotes em território brasileiro. Seu prédio original, erguido no morro do Castelo, centro do Rio de Janeiro, foi demolido juntamente com o morro no processo de construção da Avenida Central – atual Avenida Rio Branco – no começo do século XX e, atualmente, funciona em um prédio moderno no bairro do Rio Comprido. As aulas de latim, canto gregoriano, cômputos eclesiásticos, Sagrada Escritura e Moral Pastoral compunham o currículo dos estudantes nos primeiros anos de funcionamento do seminário que, atualmente, sedia a Faculdade Eclesiástica de Filosofia e o Instituto Superior de Teologia. O Seminário de São José está sob responsabilidade dos religiosos da Congregação da Missão de São Vicente de Paulo no Brasil desde sua fundação. Também chamados de “lazaristas”, os membros dessa ordem, composta por padres, freiras (Filhas da Caridade) e leigos consagrados (irmãos),

escritor sempre ressaltou o fascínio que a liturgia, os cantos e os ritos católicos exerceram sobre ele. No seminário, ele recebeu uma formação clássica/humanista que incluía aulas de grego e latim. Ao deixá-lo, em 1945, Cony ingressou na Faculdade de Filosofia; porém desiste rapidamente do curso, alegando ter aprendido mais filosofia no seminário do que na então Universidade do Brasil, atual UFRJ.¹⁰

Raquel Illescas Bueno, em tese de doutorado intitulada *Os invólucros da memória na ficção de Carlos Heitor Cony*, ao analisar parte da produção ficcional do escritor, percebeu grande influência de correntes filosóficas como o ceticismo e o relativismo, revelando a relação existente entre a formação intelectual de Cony e sua produção literária.¹¹ No caso dos romances analisados em sua tese, a autora concluiu que a influência das correntes filosóficas supracitadas resultou em personagens – especialmente os protagonistas – carregados de negativismo:

À descrença no homem e em boa parte das instituições sociais, o texto de Cony opõe um conteúdo humanista, com ênfase no individualismo. Sem encontrar uma posição estável no mundo, o narrador típico de Cony diz caminhar sem saber onde. O relativismo convive com a ausência de crença na superação das limitações pessoais ou coletivas.¹²

Bueno concluiu que a formação católica de Cony, bem como sua instrução marcada por elementos da cultura clássica greco-romana seriam características marcantes na sua produção ficcional, assim como alguns romancistas famosos na literatura mundial, portuguesa e brasileira do final dos oitocentos e início dos novecentos, como Zola, Stendhal, Eça de Queirós, Machado de Assis e Lima Barreto; além de ficcionistas modernos de relevo como Faulkner e Proust; e de cineastas como

fazem votos de estabilidade, castidade, pobreza e obediência. A referida Congregação recomenda a seus membros agir com caridade efetiva e compaixão para com os pobres além de amor ao Pai e obediência aos desígnios. Fonte: Site Oficial da Arquidiocese de São Sebastião. Disponível em: <<http://arqrio.org/noticias/detalhes/2428/seminario-sao-jose-uma-marca-na-historia-do-rio-de-janeiro>> Acesso: 08 dez. 2017. Fonte: Site Oficial da Província Brasileira da Congregação da Missão. Disponível em: <<http://www.pbcm.com.br/o-que-e-congregacao-da-missao/>> Acesso: 12 dez. 2017.

¹⁰ RUIVO, Marina Silva. **Uma certa maneira de desejar a liberdade**: caminhos da literatura de Carlos Heitor Cony no pós-1964. Tese de Doutorado: USP, 2012, p. 35.

¹¹ Nessa tese, a autora concentra sua análise na forma como ocorre a passagem e a percepção do tempo na obra ficcional de Carlos Heitor Cony. Embora a autora trace uma abordagem geral da produção ficcional de Cony desde o romance *O Ventre*, de 1958, até *O Indigitado*, de 2001, ela concentra sua análise nas obras *Matéria de Memória*, *Antes, o Verão e A Casa do Poeta Trágico*, publicadas em 1962, 1964 e 1997, respectivamente. BUENO, Raquel Illescas. **Os invólucros da memória na ficção de Carlos Heitor Cony**. Rio de Janeiro: ABL, 2008.

¹² BUENO, Raquel Illescas. **Os invólucros da memória na ficção de Carlos Heitor Cony**. Rio de Janeiro: ABL, 2008, p. 01-02.

Fellini e Chaplin.¹³ Além desses autores, outro que seria extremamente influente na produção ficcional de Cony seria o filósofo e literato francês Jean-Paul Sartre.

A influência de Sartre na obra de Cony também foi alvo de análise na tese de doutorado de Marina Silva Ruivo. Segundo essa autora, o escritor brasileiro era leitor assíduo da obra literária do literato e filósofo francês, desde que saiu do seminário, e essa teria sido uma das maiores influências em sua escrita, especialmente nos romances de sua primeira fase como autor de ficção, a qual vai de 1955 até 1974.¹⁴

Catolicismo, cultura clássica greco-romana, romantismo, cinema e filosofia. A grande diversidade de influências é marcante na formação intelectual de Carlos Heitor Cony. A consistente formação humanista que os seminários normalmente oferecem aos seus alunos, aliada ao interesse de Cony pela leitura e escrita, resultou em homem de formação erudita. Entretanto, apesar de toda essa vasta cultura que trazia na bagagem, ao sair do seminário, Cony tinha visão estreita da realidade cotidiana de sua cidade, de seu país, do mundo em geral. Em entrevistas, o escritor afirmou que, ao deixar o seminário e se reintegrar à vida mundana, ele sabia grego e latim, mas não conseguia pegar um ônibus.¹⁵

A rotina de relativo isolamento à qual Cony esteve “preso” enquanto permaneceu no seminário – entre 1937 e 1945 – pode tê-lo mantido distante de um dos períodos de maior transformação na história do Brasil republicano: o regime do Estado Novo. Ao sair do seminário, encontrou a ditadura varguista já em seus derradeiros dias, e, quando Cony começou suas atividades no *Jornal do Brasil*, em 1946¹⁶, foi em um cenário de liberdade de imprensa e expressão que seu pai, também jornalista, e colegas com alguns anos a mais de profissão já não experimentavam desde meados de 1937, quando a nova Constituição imposta por Vargas estabeleceu a censura à imprensa por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). A liberdade de expressão garantida pela Constituição de 1946 estimulava o debate político e intelectual num momento extremamente importante na história do Brasil, afinal, após anos de ditadura, cada segmento da sociedade tinha uma visão diferente sobre em que bases essa democracia deveria ser construída.

¹³ BUENO, Raquel Illescas, **Os invólucros da memória na ficção de Carlos Heitor Cony**. Rio de Janeiro: ABL, 2008, p. 03.

¹⁴ RUIVO, Marina Silva. **Uma certa maneira de desejar a liberdade: caminhos da literatura de Carlos Heitor Cony no pós-1964**. Tese de Doutorado: USP, 2012, p. 14-15.

¹⁵ RUIVO, Marina Silva. 2012. op.cit., p. 35.

¹⁶ Biografia de Carlos Heitor Cony. Site oficial do escritor. Disponível em: <<http://www.carlosheitorcony.com.br/>> Acesso: 08 fev. 2019.

Cony, ao deixar os muros do seminário no qual estudou até 1945, encontrou um país que estava derrubando seus próprios muros, cambaleante em seus primeiros passos no terreno desconhecido da democracia, onde a imprensa, agora livre, expunha as principais contradições, problemas e aspirações que tomavam conta do cenário político e intelectual brasileiro de forma aberta e franca. Escritores, jornalistas e intelectuais, a partir do momento em que as mordanças da censura impostas pelo Estado Novo foram retiradas¹⁷, puderam discutir seus espaços de atuação e funções junto à sociedade brasileira. O período democrático que se estabeleceu a partir de 1946 estendeu-se até 1964, quando os militares, apoiados por setores importantes da sociedade civil como empresários, Igreja Católica, latifundiários e grande imprensa, articularam o golpe de Estado que inaugurou o período ditatorial. Cony, assim como demais escritores e jornalistas que iniciaram suas carreiras numa época em que eram livres para noticiar e escrever o que quisessem, viu, pela primeira vez, essa liberdade sob ameaça.

O golpe de 1964 e a ditadura civil-militar que se seguiu tiveram um profundo impacto no cenário intelectual brasileiro. Muitos escritores, artistas e cientistas das mais diversas áreas tiveram seus campos de atuação profundamente modificados com a ascensão dos militares ao poder. Professores universitários e cientistas que desaprovavam o novo governo foram perseguidos, aposentados precocemente e, alguns deles, exilados, destino compartilhado por alguns artistas da época que também criticavam o regime ditatorial em suas canções, livros e outras manifestações artísticas. Obviamente, também houve aqueles que não só apoiaram os governos autoritários, como trabalharam junto com eles para difundir os princípios do que chamavam de “revolução de 1964”.

Entre as posturas de adesão e oposição anteriormente citadas, ficaram aqueles que se opuseram ao governo ditatorial dentro dos limites permitidos para críticas e também os que aprovavam determinados aspectos do regime, mas não o abraçavam completamente. Carlos Heitor Cony se situava na primeira dessas categorias, e, durante o período de 1964 a 1974, alguns dos temas mais discutidos e polêmicos junto à

¹⁷ É importante destacar que, embora não existisse censura ao trabalho da imprensa no período entre 1946-1964, a censura prévia às diversões e espetáculos públicos, como cinema e teatro, existia desde o período do Império. Os órgãos públicos, departamentos e funcionários que exerciam essa função foram sendo substituídos, suprimidos e renomeados com o passar dos anos e dos governos; porém sempre foram atuantes. Nesses casos, o que motivava a censura era a preservação da “moral e dos bons costumes”; entretanto, Beatriz Kushnir ressalta que, em alguns casos, motivações políticas se entrelaçavam aos padrões da moralidade para determinar o veto a certos textos teatrais e filmes. In: KUSHNIR, Beatriz, **Cães de Guarda**. Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2012.

intelectualidade brasileira do período que se opunha ao regime ditatorial se tornaram inspiração para sua escrita. Nesta tese, analisamos como Cony confrontou o autoritarismo a partir de diferentes exercícios de escrita – mais especificamente, de suas crônicas e romances – e, por meio deles, garantiu seu espaço junto à intelectualidade da época ao problematizar os espaços de atuação dessa categoria durante a vigência da ditadura civil-militar.

Entre a produção escrita de Cony, selecionamos como principais objetos de estudo para este trabalho o conjunto de crônicas publicadas pelo escritor no jornal carioca *Correio da Manhã* entre abril e dezembro de 1964 e dois de seus romances mais famosos, *Pessach: a travessia* e *Pilatos*, publicados em 1967 e 1974, respectivamente. A escolha pelas referidas obras justifica-se por acreditarmos que elas são atravessadas pelo debate em torno do intelectual enquanto representação de si e do grupo que, segundo o autor, deveria desempenhar significativos papéis em relação ao *status* autoritário. Embora a produção escrita de Cony no período circunscrito nesta tese seja muito diversificada – incluindo também contos, roteiros de novela e de filmes e adaptações de obras estrangeiras –, optamos por não analisar esses escritos por considerarmos que adentrar na discussão teórica de tantos estilos diferentes de escrita tornaria nosso trabalho muito hiperbólico. Também analisamos um conjunto de entrevistas dadas por Cony entre 1996 e 2017 com o objetivo de verificar quais seriam as representações de si que o escritor e jornalista, vivendo num país democrático, queria ressignificar acerca de sua atuação como intelectual durante o período de vigência da ditadura civil-militar.

Partimos da hipótese de que o confronto com a realidade autoritária resultou em três momentos diferentes da escrita de Cony. O primeiro, evidenciado nas crônicas publicadas entre abril e dezembro de 1964, seria o de “confronto” com a rápida ascensão do autoritarismo no país para marcar sua própria existência enquanto intelectual e, concomitantemente, seu posicionamento político no tocante à realidade que estava se estabelecendo no país. O segundo momento seria o de “questionamento” acerca dos possíveis lugares de atuação do intelectual frente ao acirramento da repressão do regime, problematizado no romance “*Pessach: a travessia*”, publicado em 1967. O terceiro e último momento, representado no romance *Pilatos* – ambientado nos chamados “anos de chumbo” do período ditatorial –, seria o da “desilusão”, fundamentado nos sentimentos de desorientação e de frustração do intelectual

comprometido com a democracia diante da consolidação do regime autoritário e de suas poucas possibilidades de atuação nesse cenário.

É importante esclarecer que não se trata de um estudo biográfico de Carlos Heitor Cony, tampouco, de uma exegese de sua obra. Trata-se da análise de uma parte específica de suas publicações, produzida durante os dez primeiros anos de vigência da ditadura civil-militar no Brasil, na qual o escritor se propôs a discutir, com seus pares do meio intelectual e também com o público leitor de modo geral, qual seria a função da intelectualidade – enquanto um grupo social diferenciado – em meio à ascensão de um regime autoritário, e como ele, Cony, inseria-se nesse grupo e também no cenário político da época. Uma exposição detalhada da historiografia acerca do período da ditadura no Brasil também está ausente neste trabalho, já que optamos por concentrar maior atenção nas discussões teóricas que sustentam o trabalho com as fontes.

Apesar de também ser mediada por uma série de relações sociais, políticas e até econômicas, a crônica é uma forma de registro um pouco mais imediato do cotidiano, ou seja, ela se deixa influenciar de forma mais direta pelo “calor” dos acontecimentos. Por meio do humor, ironia ou até mesmo da crítica direta e agressiva, o escritor compartilha sua visão de mundo com a sociedade no exato momento em que a história acontece. O cronista, à medida que é sensibilizado por algum acontecimento de seu cotidiano familiar ou por um fato de importância nacional ou internacional, pode redigir um texto que transmita não só as suas impressões acerca da realidade, como também as repercussões que o fato em questão teve junto à sociedade na qual está inserido. Com seu texto curto, ágil e de leitura agradável em meio a um jornal cheio de reportagens com uma linguagem objetiva e direta para relatar os problemas cotidianos, a crônica pode levar o leitor a momentos de distração e reflexão acerca de elementos de sua realidade os quais podem passar despercebidos em meio à correria do dia a dia. Nas palavras de Gerson Tenório dos Santos:

Embora a crônica tenha também como objeto as ações cotidianas, sua relação com leitor é completamente diferente das notícias de jornal. Em primeiro lugar, em contraponto à sisudez e à dureza das notícias nos mostra a leveza, o lirismo, o humor do dia-a-dia massificado das grandes cidades, que só podem ser flagrados nos interstícios das notícias. Em segundo lugar, a crônica opera um deslocamento no tempo da notícia e, por extensão, no tempo de nossas ações cotidianas. Convidando-nos a um relaxamento, a uma breve suspensão de nossos afazeres e de nossos hábitos tão urbanamente arraigados, a crônica possibilita uma reconfiguração do tempo, permitindo ao seu leitor uma participação inclusiva não considerada no tempo da notícia. Desta

forma, diferentemente do que ocorre com a notícia, o leitor passa de observador a participante, de mero espectador a co-partícipe, ressignificando sua relação com o tempo cotidiano.¹⁸

No romance, obra cujo “tempo de gestação” é mais longo que o da crônica, o autor consegue amadurecer ideias, filtrar sentimentos e refinar percepções. Quando da publicação do texto, a narrativa romanesca revela uma percepção da realidade cotidiana mais ampla e diversificada. A dinâmica das relações humanas representada na narrativa refletirá dramas e anseios que são contemporâneos ao autor e à sociedade na qual está inserido. O caráter ficcional do romance não invalida seu uso como uma forma de acesso à memória de seu tempo. A polivalência desse gênero, por meio de diferentes vozes – do narrador e dos personagens – e dos diferentes discursos que pode abrigar dentro de si – histórico, científico, político, entre outros –, torna-o bastante apropriado para manifestar os posicionamentos do autor acerca da realidade em que vive e como ele se insere nos contextos político e social de sua época. Segundo Mikhail Bakhtin:

Todas as palavras e formas que povoam a linguagem são vozes sociais e históricas, que lhe dão determinadas significações concretas e que se organizam no romance em um sistema estilístico harmonioso, expressando a posição sócio-ideológica *diferenciada* do autor no seio dos diferentes discursos da sua época.¹⁹

As entrevistas as quais analisamos, concedidas por Carlos Heitor Cony para diferentes veículos de comunicação e nos mais variados formatos – programas de entrevista, especiais de televisão e jornais impressos e online – e também a acadêmicos que pesquisavam sua produção escrita como estudantes de mestrado e doutorado, ajudam-nos a compreender como o escritor, ao rememorar episódios de sua trajetória profissional ocorridos durante a ditadura, fez isso com vistas a garantir determinado lugar na memória coletiva acerca do período dos governos autoritários no Brasil.

Maurice Halbwachs defende o princípio de que as lembranças seriam maneiras de reconstituição do passado formadas “com a ajuda de dados tomados de empréstimo ao presente e preparados por outras reconstruções feitas em épocas anteriores”.²⁰ Com base nestes pressupostos – do caráter seletivo da memória e da relação estreita entre

¹⁸ SANTOS, Gerson Tenório dos. Desconstruindo Sísifo: o tempo kairótico da crônica. **Kaliópe**, São Paulo: PUC. ano 3, n. 1, p. 30-43. jan/jun., 2007, p. 33. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/kalioppe/article/view/3731>> Acesso: 10 fev. 2019.

¹⁹ BAKHTIN, Mikhail. **Questões de Literatura e de Estética**. A Teoria do Romance. São Paulo: UNESP/ Hucitec, 1988, p. 106.

²⁰ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013, p. 91.

memória individual e coletiva –, discutimos como Cony, vivendo em tempos democráticos, buscou demarcar sua posição como intelectual que resistiu ao avanço do autoritarismo no Brasil durante os governos militares.

No primeiro capítulo, intitulado *O “Quixote subdesenvolvido” avança contra os “moinhos do autoritarismo”*, analisamos como Carlos Heitor Cony transformou a sua coluna de crônicas no *Correio da Manhã* em um espaço para a exposição dos primeiros abusos e arbitrariedades cometidos pelo novo governo contra seus opositores logo após o golpe de Estado e, também, para a discussão acerca do papel que os intelectuais deveriam desempenhar junto à sociedade no decorrer do primeiro ano de vigência do regime ditatorial. Foram analisadas, ao todo, as 112 crônicas publicadas pelo escritor em sua coluna intitulada “A Arte de Falar Mal” entre os dias 07 de abril e 31 de dezembro de 1964.

A partir do segundo capítulo, intitulado *A escalada do regime autoritário e o dilema da intelectualidade brasileira: já seria tempo de largar a pena e pegar o fuzil?*, discutimos como Cony problematizou, por meio do romance *Pessach: a travessia*, a acomodação de parte da intelectualidade nacional com o endurecimento do regime autoritário e quais seriam as opções disponíveis para aqueles que temiam o processo de consolidação dos militares à frente do Estado. Na referida obra – ambientada no ano de 1967 –, o protagonista é um escritor carioca de 40 anos, relativamente bem-sucedido, que levava uma vida tranquila até ser convidado para ingressar em um grupo guerrilheiro que se opõe ao governo. As discussões acerca do posicionamento dos intelectuais diante da continuidade de uma ditadura que, no início, prometeu ser temporária, percorrem toda a narrativa e intensificam-se com a chegada do protagonista no acampamento dos guerrilheiros, onde, em determinado momento, precisa fazer a escolha entre aderir ou não à luta armada contra o regime ditatorial.

O terceiro capítulo da tese, intitulado *“Pilatos” lava as mãos: Cony e os “anos de chumbo” da ditadura no Brasil*, aborda como Cony, durante o período de maior repressão da ditadura civil-militar, retratou a desorientação e a desilusão de parte da intelectualidade nacional após o sucesso do governo ditatorial na repressão das manifestações mais significativas de oposição. No romance *Pilatos*, publicado em 1974, o protagonista é um homem comum o qual teve sua vida transformada após um acidente que resultou em sua castração. Andando desorientado pelas ruas do Rio de Janeiro, carregando seu pênis amputado junto a si em um vidro, ele busca formas de se adaptar à

sua nova realidade. Por meio de uma escrita na qual o grotesco e a sátira se misturam, Cony deu voz à frustração que os intelectuais opositores do regime ditatorial sentiam ao constatar a sua consolidação e aprovação por grande parte da sociedade brasileira.

No último capítulo desta tese, intitulado *Cony passado a limpo: visões de si e da intelectualidade em tempos democráticos*, discutimos o processo de ressignificação das memórias de Carlos Heitor Cony acerca do período ditatorial no Brasil, por meio do estudo de algumas entrevistas concedidas pelo escritor já na vigência do regime democrático, instaurado a partir de 1985. Com a intenção de averiguar que espaço Cony desejava ocupar na memória coletiva acerca do período da ditadura civil-militar, debruçamo-nos com maior ênfase nas referências feitas por ele, nas referidas entrevistas, ao impacto que os governos autoritários tiveram em sua vida pessoal e profissional.

Quando um país se encontra em momento de crise, seja ela de que natureza for – político-institucional, econômica ou social –, a intelectualidade se vê convocada a manifestar seu ponto de vista. Cientistas, escritores, artistas, acadêmicos de modo geral e todos os demais integrantes da chamada “classe pensante” da nação recorrem a diferentes meios para divulgarem suas teorias e opiniões acerca dos fatores que levaram à situação de crise em questão. Imprensa, música, teatro, livros, ensaios, pesquisas, enfim, são muitos os canais pelos quais os intelectuais podem compartilhar suas visões da realidade com o restante do país.

No caso de uma crise política, que sempre coloca em confronto direto dois ou mais grupos antagônicos pelo poder e controle do Estado, os intelectuais, devido à notoriedade que possuem junto aos meios acadêmico e científico e, no caso de alguns artistas, da fama junto a um vasto público, são cobrados a tomar uma posição em relação aos projetos de país que estão em discussão. Para essa categoria, a neutralidade é uma capa que não veste bem.

A ascensão dos militares ao comando do país em 1964 provocou reações que variavam entre uma adesão entusiasmada por parte de alguns setores da sociedade, passando pela aceitação com ressalvas em uns e desconfianças acerca do novo governo em outros, e chegando-se até diferentes níveis de oposição, das mais veladas às mais diretas por parte de diferentes grupos. À medida que os governos autoritários se consolidavam, e os mecanismos de repressão e violência contra os opositores se fortaleciam e se multiplicavam, houve aqueles que não se calaram e ousaram questionar

os rumos que o país tomava. Carlos Heitor Cony foi uma dessas vozes e, ao longo dos dez primeiros anos de vigência da ditadura civil-militar brasileira, conseguiu certo grau de reconhecimento entre seus pares e leitores pelos posicionamentos tomados na época, expressos por meio de sua escrita. Em uma entrevista concedida a Fábio Henrique Pereira, quando foi questionado acerca do fato de ter sido um dos primeiros a criticar os militares em 1964, Cony respondeu:

Quando o Zola viu aquela injustiça, a sacanagem do Estado Maior francês [...], se sentiu obrigado a intervir. Ele não era defensor da causa sionista, era um homem livre que insurgia contra um homicídio, um assassinato à liberdade. Foi mais ou menos, reduzida a escala de importância, o que eu fiz.²¹

Segundo Helenice Rodrigues, a palavra “intelectual” surge na língua francesa, enquanto substantivo, no século XIX, justamente durante o desenrolar do caso Dreyfus, – mencionado por Cony na entrevista anteriormente citada. Segundo a referida autora, qualquer tentativa de definição desse termo, na França, é sempre difícil, já que ele muda de acepção em diferentes épocas e períodos históricos; porém até o final da década de 1970,

[...] o intelectual define-se menos em função de uma profissão – um produtor do saber e da cultura, possuindo uma certa notoriedade em sua área de conhecimento –, do que em função de seu engajamento, ou seja, de sua atuação “política” no espaço público.²²

A comparação que Cony fez de si com o jornalista Émile Zola, que, no final do século XIX, denunciou em carta aberta ao presidente francês – publicada em jornal – os erros do exército na condenação do oficial Alfred Dreyfus por traição, revela qual era a missão que o escritor e jornalista atribuiu para si diante do avanço do autoritarismo vigente no Brasil após o golpe de Estado que derrubou o presidente João Goulart: provocar reações e reflexões no governo, sociedade civil e intelectualidade, que pudessem levá-los a repensarem suas escolhas e posicionamentos.

²¹ CONY, Carlos Heitor. Entrevista. In: PEREIRA, Fábio Henrique. **Os jornalistas-intelectuais no Brasil**. Identidade, práticas e transformações no mundo social. Tese de Doutorado. Brasília: UNB, 2008, p. 347. Entrevista concedida a Fábio Henrique Pereira, Rio de Janeiro, 28 de junho de 2007.

²² RODRIGUES, Helenice. O intelectual no “campo” cultural francês. Do “Caso Dreyfus” aos tempos atuais. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 21, nº 34, p.395-413, Julho 2005, p. 396-397. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v21n34/a08.pdf>> Acesso: 11 fev. 2019.

Capítulo 1

O “Quixote subdesenvolvido” avança contra os “moinhos do autoritarismo”

Naquela época, eu não era engajado, não tinha partido, não conhecia ninguém, não sabia nem o nome das pessoas. Até hoje, aliás, não sei. Se você perguntar o nome de três ministros, eu não sei até hoje. Naquela época, muito menos. Então, comecei a reclamar, do ponto de vista da reação contra a chamada massificação, da bossalização de um País diante da bota militar. Esse era o tom.

Carlos Heitor Cony – **Entrevista**

O ano de 1963, o qual antecedeu à ascensão dos militares ao poder no Brasil, foi de muita agitação política, decorrente, em grande parte, do projeto de reformas de base proposto pelo presidente João Goulart e que pretendia modificar algumas estruturas antigas da organização política, econômica e social do país. Na interpretação de Ventapane, Munteal e Freixo, o projeto desenvolvimentista de João Goulart, que tinha por objetivo a integração das classes populares ao processo de desenvolvimento econômico do país, sofreu grande oposição dos setores conservadores da sociedade brasileira os quais, no contexto da Guerra Fria, enxergavam em tal projeto a sombra da ameaça vermelha comunista.²³

No decorrer de 1963 e, também, durante os primeiros anos de vigência dos governos autoritários no Brasil – mais especificamente entre 1964 e 1967 –, a imprensa foi um dos principais palcos de atuação para defensores e opositores de João Goulart e também dos militares, que acabaram depondo o presidente e inaugurando o regime ditatorial.

Segundo Marcos Napolitano, a imprensa teve um papel importante no período de crise do governo de João Goulart. A partir de 1963, os grandes jornais começaram a preparar o clima para o golpe. Por meio da chamada “rede da democracia”, a maior parte dos grandes jornais, filiados a uma linha de pensamento liberal-conservador, ajudaram a disseminar a ideia de que o Brasil caminhava em direção à subversão e ao comunismo. Apesar de pesquisas de opinião registrarem um alto índice de aprovação do governo Goulart às vésperas do golpe, a imprensa intensificou a propagação da imagem

²³ MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; FREIXO, Adriano de (orgs). *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*. Rio de Janeiro: PUC RIO: Contraponto, 2006, p. 07.

do presidente como um revolucionário esquerdista, o que ajudou a amparar golpistas, de variadas tendências, com um falso respaldo da opinião pública.²⁴

Por meio de editoriais, crônicas e reportagens, diversos jornalistas e intelectuais demonstraram preocupação com os rumos do país em meio à situação de crise institucional que assolava o governo de João Goulart desde meados de 1963. O editorial do *Correio da Manhã* do dia 15 de março de 1964 afirmava que as reformas eram “uma aspiração de todo país que sabe o que elas representam para o seu próprio progresso econômico e social”.²⁵ No mesmo dia, o *Jornal do Brasil*, em seu editorial, qualificava como “radicais” as reformas encaminhadas pelo Executivo ao Congresso Nacional e clamava por “reformas democráticas que proporcionarão progresso, desenvolvimento, melhor distribuição das riquezas geradas pelos que produzem, dentro da ordem social e econômica vigente”.²⁶

Ao final do mês de março de 1964, com o agravamento da crise política interna devido a denúncias de corrupção no governo e às manifestações cada vez mais contundentes de insatisfação das Forças Armadas com o Executivo, diversos órgãos da imprensa criticaram João Goulart de maneira mais incisiva. A *Folha de São Paulo*, em 27 de março, perguntava:

Até quando as forças responsáveis deste país, as que encarnam os ideais e princípios da democracia, assistirão passivamente ao sistemático, obstinado e agora já claramente declarado empenho capitaneado pelo presidente da República de destruir as instituições democráticas?²⁷

O *Correio da Manhã*, no dia 31 de março, publicou um editorial cujo título deixava clara a sua posição acerca do governo de João Goulart: “Basta!”. Nesse texto, a postura de oposição do jornal carioca em relação às medidas do chefe do Executivo nacional fica claramente evidente, qualificando como desastrosa e temerosa a ação de Jango junto aos trabalhadores rurais e urbanos, assim como junto às Forças Armadas:

Não contente de intranquilizar o campo com o decreto da Supra, agitando igualmente os proprietários e os camponeses, de desvirtuar a finalidade dos sindicatos, cuja missão é a das reivindicações de classe,

²⁴ NAPOLITANO, Marcos. **1964** - História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014, p. 46-47.

²⁵ Correio da Manhã. Editorial, 15 de março de 1964. Apud: CHAMMAS, Eduardo Zayat. **A Ditadura Militar e a grande imprensa**. Os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964-1968. Dissertação de Mestrado: USP, 2012, p. 35.

²⁶ Jornal do Brasil. Editorial, 15 de março de 1964. Apud: CHAMMAS, Eduardo Zayat. 2012. op.cit., p. 35.

²⁷ Folha de São Paulo. Editorial, 27 de março de 1964. Apud: SILVA, Juremir Machado da. **1964: golpe midiático-civil-militar**. Porto Alegre: Sulina, 2014, p. 36.

agora estende a sua ação deformadora às Forças Armadas, destruindo de cima para baixo a hierarquia e a disciplina.²⁸

Em um estudo recente acerca da atuação da imprensa escrita no Brasil nos primeiros meses de 1964, Juremir Machado da Silva atribui a ela um papel tão importante no processo que levou ao golpe de estado que destituiu Jango que este o qualifica como um “golpe midiático-civil-militar”. O processo de desqualificação do governo e da figura de João Goulart, realizado pelos jornais de maior circulação nas capitais brasileiras na época – *O Estado de São Paulo*, *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Folha de São Paulo*, *Estado de Minas*, *Tribuna da Imprensa*, entre outros – teria sido decisivo para dar legitimidade ao golpe civil-militar.²⁹

Lucília de Almeida Neves Delgado também afirmou que a atuação da grande imprensa³⁰ foi importante na difusão da propaganda negativa contra o presidente, criada por seus opositores que, desde 1953, quando assumiu o posto de Ministro do Trabalho, trataram de desqualificá-lo, até mesmo depois de sua renúncia e exílio. Os grandes jornais contribuía com essa estratégia e, mesmo após a deposição do presidente, procuravam ignorá-lo e quase não divulgavam notícias a seu respeito, abrindo exceção apenas na época de seu falecimento, em 1976.³¹

Todo o debate político que agitou a imprensa e o país no período que antecedeu ao golpe que derrubou Jango não cessou após a ascensão dos militares ao comando do Estado. As manifestações de apoio e de repúdio à ação das Forças Armadas ocuparam as principais manchetes e editoriais dos maiores jornais do país. A diferença do período pré-golpe é que se, antes, a grande imprensa apoiava, em peso, os diferentes grupos – civis e militares – que eram contra o governo, após o afastamento de João Goulart, começaram a surgir vozes dissonantes que não viam com bons olhos os militares à frente do Estado. Os jornais de maior circulação nas capitais do país não se dividiram

²⁸ Correio da Manhã. Editorial, 31 de março de 1964. Apud: SILVA, Juremir Machado da. **1964**: golpe midiático-civil-militar. Porto Alegre: Sulina, 2014, p.32.

²⁹ SILVA, Juremir Machado da. 2014 op.cit., p.32.

³⁰ Quando usamos o termo “grande imprensa”, tomamos como referência o conceito de Maria Aparecida de Aquino, pelo qual a grande imprensa compreende jornais que, além de uma periodicidade regular de publicação (diária ou semanal), possuem uma estrutura organizacional na forma de empresa e que dependem, para além da venda de exemplares nas bancas, de alto financiamento publicitário. AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)**. O exercício cotidiano da dominação e da resistência - O Estado de São Paulo e Movimento. São Paulo: EDUSC, 1999, p. 37.

³¹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo**. Niterói, vol.14, n.º.28, 2010.p.123-143. p. 127. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n28/a06v1428.pdf>> Acesso: 24 ago. 2017.

numa dicotomia simples entre apoiadores e opositores do golpe. Na verdade, o que se pode observar pelos editoriais de vários deles são níveis diferentes de adesão: alguns manifestaram apoio integral ao regime, outros, por sua vez, apoiaram a deposição de Jango, mas não a ascensão dos militares ao poder, e também houve aqueles que se opuseram totalmente ao golpe de Estado.

Após a instauração do governo provisório, alguns dos grandes jornais que, no período pré-golpe, contribuíram para inflamar o discurso da ameaça socialista do governo João Goulart, começaram a enfatizar a necessidade da rápida restauração da ordem democrática e o caráter emergencial do comando militar à frente do Estado. O editorial do *Jornal do Brasil*, do dia 4 de abril de 1964, ressaltou:

Nada pode ser mais urgente do que a substituição do poder transitório pelo poder constitucional permanente, em sua plenitude e normalidade. Este é um dever sagrado da liderança revolucionária, militar e civil, para com as inspirações legalistas do movimento vitorioso e para com as justas ânsias de tranquilidade do povo.³²

Seguindo a mesma linha do *Jornal do Brasil*, o jornal carioca *Correio da Manhã* publicaria, no dia seguinte ao golpe de Estado, um editorial em que manifestava clara insatisfação com as medidas tomadas pelo Alto Comando o qual assumiu a chefia do Executivo nacional, afirmando que “O afastamento do governo do Sr. João Goulart não justifica de modo algum um regime de exceção. Não justifica violências nem crimes cometidos contra a liberdade individual e coletiva. Esta vitória não pertence à direita”.³³

O mesmo jornal cobraria dos militares uma postura mais firme para impedir abusos e a corrupção do movimento revolucionário após medidas repressivas e autoritárias tomadas pelos governadores da Guanabara³⁴ e de São Paulo – Carlos Lacerda e Adhemar de Barros, respectivamente – contra jornais de oposição. Em editorial, o *Correio da Manhã* pedia:

Às Forças Armadas, ainda uma vez, cabe essa tarefa de impedir que o movimento vitorioso descambe para as represálias pessoais ou de grupos. Elas, que deram execução ao movimento, têm agora o dever de preservá-lo contra o processo de degenerescência com que ameaçam a cupidez política de uns a vocação ditatorial de outros.³⁵

³² *Jornal do Brasil*. Editorial, 4 de abril de 1964. Apud CHAMMAS, Eduardo Zayat. **A Ditadura Militar e a grande imprensa**. Os editoriais do *Jornal do Brasil* e do *Correio da Manhã* entre 1964-1968. Dissertação de Mestrado: USP, 2012. p. 38.

³³ *Correio da Manhã*. Editorial, de 2 de abril de 1964. Apud CHAMMAS, Eduardo Zayat. 2012. op.cit., p. 39.

³⁴ Entre 1960 e 1975, a cidade do Rio de Janeiro possuiu um status equivalente ao do Distrito Federal nos dias de hoje, chamada de estado da Guanabara.

³⁵ CHAMMAS, Eduardo Zayat. 2012 op.cit., p. 40.

Outros jornais, como *O Estado de São Paulo*, demonstraram apoio incondicional às medidas do Alto Comando, mesmo àquelas de caráter mais abertamente autoritário, como na ocasião da publicação do primeiro Ato Institucional do regime, o AI-1, em 9 de abril de 1964. No editorial publicado no dia 10 de abril, o jornal paulistano demonstrava clara aprovação às medidas do referido Ato:

Elaborado em poucos dias, para não dizermos em poucas horas, o Ato Institucional contém todos os elementos que o futuro governo vai necessitar para empreender, nas melhores condições, o trabalho de reconstrução que a extensão dos males causados pelo governo deposto está a exigir. Nele estão previstos, desde o processo que deverá presidir à eleição do futuro Presidente da República, aos recursos de que o futuro Presidente disporá para tornar possível a total remodelação do Tesouro Nacional. E é desse critério objetivo a que os redatores do Ato se ativeram, que dá ao documento um caráter de eficiência que não poderá deixar de repercutir do modo mais favorável, tanto nos meios econômicos internos como, e sobretudo, no estrangeiro.³⁶

Os editoriais anteriormente citados nos permitem concluir que, enquanto empresas, os grandes jornais apoiavam a ideia amplamente difundida na época que qualificava o movimento de deposição de João Goulart como uma “revolução” e não como “golpe”. Embora alguns se mostrassem mais reticentes com a posição dos militares à frente do Estado do que outros, de modo geral, os jornais de maior circulação no Brasil apoiavam o Alto Comando que assumiu o governo provisório até a eleição de Castelo Branco como primeiro presidente do regime ditatorial.

Apesar do apoio maciço da grande imprensa ao golpe de Estado, convém destacar que essa adesão nem sempre se estendia a todos os profissionais que trabalhavam nesses jornais. Houve jornalistas que compactuaram do início ao fim com a postura tomada pela editoria de seus periódicos, enquanto existiram outros que apoiaram o golpe no primeiro momento e, depois, modificaram sua posição. Carlos Heitor Cony, que trabalhava em um dos jornais de maior circulação do Rio de Janeiro – o *Correio da Manhã*³⁷ – foi um desses jornalistas enquadrados na última categoria

³⁶ O Estado de São Paulo. Editorial, 10 de abril de 1964. Apud AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)**. O exercício cotidiano da dominação e da resistência - O Estado de São Paulo e Movimento. São Paulo: EDUSC, 1999, p. 47-48.

³⁷ Fundado em 1901, o jornal *Correio da Manhã* foi o jornal de maior vendagem no Rio de Janeiro até o final da década de 1950, quando perdeu a liderança para o *Jornal do Brasil*. Seu fundador, Eduardo Bittencourt, gostava de ressaltar o caráter crítico do periódico ao governo e sua postura independente dos poderes estabelecidos e, além disso, mostrava-se favorável a um “jornalismo de opinião”, em oposição à postura “neutra” que outros jornais adotavam. In: CHAMMAS, Eduardo Zayat. **A Ditadura Militar e a**

citada. Conforme analisamos com mais detalhes, posteriormente, Cony não demonstrou simpatia pelo governo Goulart no período que antecedeu à sua deposição; porém, desde os primeiros dias de abril até dezembro daquele ano, o jornalista transformou a sua coluna intitulada “A Arte de Falar Mal” em *vitrine* e *ágora* para o clima de apreensão e medo que tomaram conta de parte da intelectualidade e sociedade civil brasileiras com a ascensão dos militares ao poder.

As crônicas de Cony, tal como uma *vitrine*, expuseram de forma clara e direta muitos dos abusos e violências cometidos pelos militares contra seus opositores logo após o triunfo do golpe de Estado. Por meio da divulgação de cartas que recebia dos parentes dos primeiros presos políticos do regime e do comentário das notícias divulgadas na imprensa, Cony expôs, semanalmente, várias arbitrariedades e crimes cometidos pelo novo governo. A mutabilidade que caracteriza as vitrines, cujas peças em exposição são frequentemente trocadas, também se fez presente nas crônicas de Cony, que alternavam textos de caráter mais informativo e de denúncia com outros mais irônicos e satíricos, nos quais as principais figuras do Alto Comando Militar – e suas medidas governamentais – eram seus alvos principais.

Ao mesmo tempo em que exibiam a truculência e a perseguição dos militares, as crônicas de Cony serviram como *ágora* para a discussão política e intelectual acerca dos rumos que o Brasil estava tomando e também acerca do papel que a intelectualidade deveria ocupar nesse contexto de transformações, dúvidas e incertezas que se instalou após a deposição do presidente João Goulart. Aproveitando-se da liberdade de imprensa garantida pela Constituição de 1946 – ainda válida em 1964 –, opositores do governo ditatorial em ascensão, bem como seus apoiadores, discutiram abertamente acerca de suas concepções de país e, nesse contexto, as crônicas de Carlos Heitor Cony ocuparam um lugar importante.

Como um gênero que transita entre a literatura, a memória, a história e o jornalismo, a crônica consegue, de forma privilegiada, captar o espírito de uma época. De acontecimentos cotidianos dos mais corriqueiros, até os grandes fatos da política nacional, o olhar do cronista pode voltar-se para qualquer assunto. Música, futebol, violência, processos eleitorais, descobertas científicas, tudo pode ser usado pelo cronista como inspiração para um texto que pode levar o leitor do riso ao choro, da euforia à

tristeza, da revolta à resiliência. O seu texto – geralmente curto, para caber numa coluna de página do jornal – de leitura rápida, ágil e, muitas vezes, temperado com pitadas de ironia e/ou sátira, agrada os leitores brasileiros desde o século XIX. Segundo Davi Arrigucci Junior:

Esse gênero de literatura ligado ao jornal está entre nós há mais de um século, e se aclimatou com tal naturalidade, que parece nosso. Despretensiosa, próxima da conversa e da vida de todo dia, a crônica tem sido, salvo alguma infidelidade mútua, companheira quase que diária do leitor brasileiro. No entanto, apesar de aparentemente fácil quanto aos temas e à linguagem coloquial, é difícil de definir como tantas coisas simples.³⁸

Devido às características supracitadas, em especial à rapidez com que circula e ao seu amplo raio de alcance – atingindo leitores de variadas faixas etárias, gêneros e classes sociais –, acreditamos que a crônica constituiu um espaço privilegiado para Cony compartilhar sua visão acerca da efervescência política da época com seus pares do meio intelectual e com a sociedade civil de modo geral. Nesses textos, além das críticas de Cony aos primeiros atos governamentais dos militares, é possível identificar quais eram as concepções que o jornalista e escritor tinha acerca dos intelectuais enquanto categoria social e política. Ao manifestar, por meio de sua coluna, quais eram essas concepções, Cony, em diversos momentos, conseguiu despertar algumas reações, não apenas de membros da intelectualidade brasileira da época, como também de personagens do governo e do público em geral. Essas reações, que variaram de forma e alcance, corroboram nossa visão da crônica como *vitrine* e *ágora* do panorama político do Brasil em 1964.

1.1 – Crônica: espelho ou prisma da realidade cotidiana?

No agitado contexto político que antecedeu à queda de João Goulart, Carlos Heitor Cony teve uma atuação política discreta. Embora tivesse se manifestado favorável à posse de Jango na época em que seus opositores tentaram impedi-la, ele nunca demonstrou muita simpatia, ou apreço pelo então Presidente da República.³⁹ Suas manifestações de oposição contra ele não foram tão numerosas e contundentes quanto as de outros colegas, mesmo trabalhando no *Correio da Manhã* que, conforme

³⁸ ARRIGUCCI JÚNIOR, Davi. **Enigma e Comentário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 51.

³⁹ RUIVO, Marina Silva. **Uma certa maneira de desejar a liberdade**: caminhos da literatura de Carlos Heitor Cony no pós-1964. Tese de Doutorado. USP: 2012. passim

mencionado anteriormente, mostrava-se abertamente contrário ao governo. Na verdade, suas posições acerca de João Goulart serão ressaltadas com mais veemência em suas crônicas publicadas nos meses subsequentes ao golpe de Estado, fato que marcará profundamente a trajetória de vida e a carreira de Cony, bem como sua escrita produzida no período ditatorial que se seguiu.

Em sua tese de doutorado intitulada *Contra a “Revolução dos Caranguejos”*. *Carlos Heitor Cony e as crônicas de resistência ao golpe militar de 1964*, Maurício Guilherme Silva Júnior discute como o golpe civil-militar de abril de 1964 afetou a escrita de Cony⁴⁰, atendo-se, principalmente, ao trabalho deste como cronista no *Correio da Manhã*. O autor ressalta como Cony, nos anos que antecederam ao golpe, dava pouca atenção aos temas políticos em suas crônicas publicadas semanalmente na coluna “A Arte de Falar Mal”:

Mesmo diante de acontecimentos como a renúncia de Jânio Quadros ou as celeumas em torno do governo João Goulart, o cronista revela-se esquivo, soturno, silente, a ponto de ocupar, na vida cultural brasileira, uma espécie de “não-lugar” – pois que distante dos “assuntos da nação”, sempre recheados de articulações políticas, partidárias e/ou ideológicas. À época, aliás, muitos seriam aqueles a taxá-lo de alienado, justamente por não se posicionar quanto aos diversos problemas do País.⁴¹

Silva Júnior argumenta que, após o golpe de Estado que depôs João Goulart, Cony modificou as “molduras fundamentais” pelas quais ele descrevia o dia a dia em suas crônicas. Se, antes do golpe, ele utilizava temas cotidianos leves para “emoldurar” questionamentos filosóficos e existenciais, após a tomada do poder pelos militares em abril de 1964, as suas crônicas assumiram uma “moldura” mais contestatória e informativa, denunciando e discutindo as atitudes dos generais no poder e as reações populares às medidas do novo governo.⁴²

Ainda de acordo com Maurício Guilherme Silva Júnior, apesar de Cony também ter uma produção escrita em outros gêneros literários, a crônica se transformou no

⁴⁰ Tomando como fonte as crônicas escritas por Carlos Heitor Cony no livro *O Ato e o Fato*, publicadas no *Correio da Manhã* entre abril e junho de 1964, Maurício Guilherme Silva Jr discute como a crônica, na época da instauração da ditadura militar, tornou-se o gênero literário mais adequado para a discussão da realidade política brasileira devido à facilidade com a qual esse gênero conversa com a história, o cotidiano e o jornalismo. Por meio do conceito do eu-narrativo, o autor se propôs a explorar os “*indícios de subjetividade* do narrador/cronista”. SILVA JÚNIOR, Maurício Guilherme. **Contra a “Revolução dos Caranguejos”**. Carlos Heitor Cony e as crônicas de resistência ao golpe militar de 1964. Tese de Doutorado: UFMG, 2008, p. 17.

⁴¹ SILVA JÚNIOR, Maurício Guilherme. **Contra a “Revolução dos Caranguejos”**. Carlos Heitor Cony e as crônicas de resistência ao golpe militar de 1964. Tese de Doutorado: UFMG, 2008, p. 13.

⁴² SILVA JÚNIOR, Maurício Guilherme. 2008 op.cit., p. 13-14.

território adequado para o escritor e jornalista expressar sua visão do contexto social e político do Brasil na década de 1960, transformando-se “na *seara* de convívio, polissêmico e plurissignificativo, não apenas entre literatura e jornalismo, mas também entre cotidiano e história, micro e macro-política etc”.⁴³

Outra característica a ser considerada no tocante à preferência de Cony pela crônica para expor sua visão de mundo no período pós-golpe, seria a popularidade desse gênero junto ao público leitor no Brasil. Segundo Antonio Candido, a forma como a crônica descreve o cotidiano de maneira leve e despretensiosa a colocou em uma posição diferenciada dentro dos padrões da literatura brasileira tradicional, os quais exigiam uma escrita rebuscada do ponto de vista gramatical como prova de erudição. Nas palavras do autor:

[...] a crônica está sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas. Em lugar de oferecer um cenário excelso, numa revoada de adjetivos e períodos candentes, pega o miúdo e mostra nele a grandeza, uma beleza e uma singularidade insuspeitadas. Ela é amiga da verdade e da poesia nas suas formas mais diretas e também nas suas formas mais fantásticas, - sobretudo porque quase sempre utiliza o humor.⁴⁴

No livro *Para viver um grande amor*, o poeta Vinicius de Moraes escreveu um texto no qual elencou aquelas que seriam as principais características do processo de escrita de uma crônica e, conseqüentemente, do cronista enquanto autor. A definição dada por ele se assemelha à de Antonio Candido:

Eu digo prosa fiada, como faz um cronista; não a prosa de um ficcionista, na qual este é levado meio a tapas pelas personagens e situações que, azar dele, criou porque quis. Com um prosador do cotidiano, a coisa fia mais fino. Senta-se ele diante de sua máquina, acende um cigarro, olha através da janela e busca fundo em sua imaginação um fato qualquer, de preferência colhido no noticiário matutino, ou da véspera, em que, com suas artimanhas peculiares, possa injetar um sangue novo. Se nada houver, resta-lhe o recurso de olhar em torno e esperar que, através de um processo associativo, surja-lhe de repente a crônica, provinda dos fatos e feitos de sua vida emocionalmente despertados pela concentração. Ou então, em última instância, recorrer ao assunto da falta de assunto, já bastante gasto, mas do qual, no ato de escrever, pode surgir o inesperado.⁴⁵

⁴³ SILVA JÚNIOR, Maurício Guilherme. **Contra a “Revolução dos Caranguejos”**. Carlos Heitor Cony e as crônicas de resistência ao golpe militar de 1964. Tese de Doutorado: UFMG, 2008, p. 16.

⁴⁴ CANDIDO, Antonio (org). **A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1992, p. 14.

⁴⁵ MORAES, Vinicius de. **Vinicius de Moraes: poesia completa e prosa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004, p. 615.

A observação, o acaso e a inspiração seriam, de acordo com Vinicius de Moraes, elementos que se cruzam na mente do cronista que, por meio da escrita, oferece aos seus leitores, nada mais, nada menos, do que a sua visão de mundo. A crônica age, então, mais como prisma do que como espelho da realidade cotidiana, já que ela não reflete de maneira idêntica os fatos que acontecem, mas, sim, decompõe a realidade em diversas perspectivas; tal como um prisma, decompõe a luz branca nas sete cores do arco-íris.

As reações causadas por uma crônica junto a diferentes grupos ou setores da sociedade – sejam elas positivas ou negativas – servem como um termômetro para o cronista, que pode valer-se dessas informações na hora de fazer suas escolhas de tema, forma e estilo para crônicas posteriores. Em tempos democráticos, nos quais a liberdade de expressão é garantida, o autor não tem praticamente nenhuma restrição ou limitação externa à sua imaginação criativa. Já em tempos de autoritarismo em ascensão, como no caso do Brasil em 1964, a perseguição do governo aos opositores poderia impor limites ao autor na hora de escolher quais temas, estilo e formas textuais adotar quando da produção de uma crônica. Entretanto, não custa recordar que limites nem sempre são negativos quando se trata de produção intelectual, afinal, o estabelecimento de barreiras pode levar à descoberta de novos caminhos que enriquecem e diversificam o legado de qualquer um que se dedique à produção de inteligência.

Retomando a questão da pouca importância que Cony dava aos temas políticos em suas crônicas antes do golpe de 1964, apontada por Maurício Guilherme Silva Júnior, é interessante apresentar um argumento defendido por Cristiane Costa acerca da “função” ou do “espaço” da crônica no jornalismo brasileiro. De acordo com a referida autora, a partir do século XX, mais especificamente a partir da década de 1920, acelerou-se o processo de “profissionalização” do jornalismo, o que acabou resultando numa diferenciação entre o “jornalista” e o “cronista”. Ao primeiro, foi sendo reservada a obrigação de informar, enquanto que, ao segundo, coube a missão de entreter o leitor.⁴⁶

Dessarte, na obra *Pena de Aluguel*, Cristiane Costa faz um estudo acerca das aproximações e afastamentos entre jornalistas e escritores ocorridos entre 1904 e 2004. Ao descrever os cenários jornalístico e literário brasileiros do começo do século XX, a autora esclarece que, embora tenham começado juntas em 1808, quando da liberação da

⁴⁶ COSTA, Cristiane. **Pena de Aluguel**. Escritores e Jornalista no Brasil - 1904-2004. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 250-251.

publicação de impressos com a chegada da família real portuguesa, as atividades literária e jornalística foram separando-se a partir da década de 1920, momento em que tanto a industrialização dos jornais quanto a expansão do mercado editorial se aceleraram. Enquanto, no decorrer do século XIX, era comum que nomes como o de José Bonifácio e de Hipólito da Costa circulassem nos meios jornalístico, literário e até mesmo político, a partir do século XX, a situação foi, gradualmente, modificando-se. A literatura, evocando ideais de “arte pura e desinteressada”, vai contrapor-se ao campo jornalístico justamente em virtude de sua profissionalização, já que esta poderia representar uma massificação de seus textos.⁴⁷

Derval Golzio aponta que a regulamentação da profissão de jornalista no Brasil ocorreu de forma progressiva, sendo que alguns de seus marcos mais significativos se deram em momentos turbulentos da política nacional. A primeira regulamentação do ofício de jornalista ocorreu durante o Estado Novo, em 1943, por meio do Decreto 5.480, o qual estabelecia o jornalismo como “atividade intelectual cuja função se estende desde a busca de informações até a redação de notícias”.⁴⁸ As iniciativas mais consistentes de afirmação do jornalismo como uma categoria profissional ocorrem nos derradeiros anos da ditadura varguista, período de grandes transformações na vida econômica, social e política do Brasil. Cony iniciou sua trajetória jornalística em 1946, período no qual imprensa, escritores e intelectuais se encontravam livres de uma ditadura e na aurora de um regime democrático, em que os campos de atuação de cada um estavam sendo discutidos e redefinidos.

No caso do jornalismo, outro passo importante para a afirmação deste como categoria profissional – a fundação dos primeiros cursos superiores – deu-se em meio a esse clima de grandes discussões acerca dos novos rumos da atividade intelectual no Brasil. O primeiro deles foi criado em São Paulo, em 1947, numa parceria entre a Fundação Cásper Líbero e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. No ano

⁴⁷ COSTA, Cristiane. **Pena de Aluguel**. Escritores jornalistas no Brasil. 1904-2004. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 13-14.

⁴⁸ GUIMARÃES, Manuel Marcos. Sociologia do Jornalismo: o caso Brasil. Apud GOLZIO, Derval G. A formação dos jornalistas diante dos novos suportes midiáticos e do fim da obrigatoriedade do diploma. p. 03. **Cultura Midiática**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba. Ano II, n. 02– jul/dez/2009, p. 1-12. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/cm/article/view/11704>> Acesso: 26 jan. 2019.

seguinte, a Universidade do Brasil – atual UFRJ – no Rio de Janeiro, criaria o primeiro curso superior de jornalismo na então capital federal.⁴⁹

Depois do decreto publicado em 1943, a legislação mais significativa acerca da atividade jornalística no Brasil foi publicada em plena vigência do regime ditatorial, em 1969, quando se tornou obrigatória a exigência do diploma de curso superior em jornalismo para o exercício da profissão. Segundo Derval Golzio, o clima das redações demorou a ser afetado pela determinação, já que os egressos do curso de comunicação só passariam a ser predominantes nas equipes editoriais a partir da década de 1980⁵⁰. Apesar da determinação judicial, os profissionais do jornalismo e os escritores, possuidores ou não de graduação superior em outras áreas, ainda vão dividir espaço nas redações, porém as discussões acerca da fronteira entre as duas atividades vão se intensificar.

A profissionalização do jornalismo veio acompanhada de uma distinção cada vez mais acentuada entre a escrita de caráter jornalístico e outros gêneros. A questão um tanto problemática para alguns é que, dentro de um jornal, subdividido em variadas seções, existe espaço para outros gêneros que não sejam reportagens. Um deles é a crônica que, apesar de compor o todo do jornal, não se prestava, obrigatoriamente, à função de informar. Carlos Heitor Cony, segundo algumas de suas entrevistas, acreditava que cronista e jornalista, mesmo trabalhando em um espaço comum, possuíam funções diferenciadas:

[...] o cronista é aquele que está sobrando, ele não pertence a nenhuma editoria, ele não tem assunto específico, ele não é obrigado a saber se Maria está dando a bunda pra Fulano, se o Fulano vai separar, qual vai ser o final da novela, qual vai ser a escalação do time para o próximo jogo do Brasil. Ele não tem obrigação disso. [...]. Ele é um produtor de inteligência na medida em que a cada crônica ele procura expressar a sua visão de mundo.⁵¹

Na mesma entrevista, Cony também ressaltou qual era a função real do jornalista, afirmando:

⁴⁹ HOHLFELDT, Antonio., VALLES, Rafael Rosinato. **Conceito e História do Jornalismo na “revista de Comunicação”**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p. 15.

⁵⁰ GOLZIO, Derval G. A formação dos jornalistas diante dos novos suportes midiáticos e do fim da obrigatoriedade do diploma. p. 03. **Cultura Midiática**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba. Ano II, n. 02– jul/dez/2009, p. 1-12. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/cm/article/view/11704>> Acesso: 26 jan. 2019.

⁵¹ CONY, Carlos Heitor. Entrevista. In: PEREIRA, Fábio Henrique. **Os jornalistas-intelectuais no Brasil**. Identidade, práticas e transformações no mundo social. Tese de Doutorado. Brasília: UNB, 2008, p. 346. Entrevista concedida a Fábio Henrique Pereira, Rio de Janeiro, 28 de junho de 2007.

O jornalista é praticamente comprometido com a realidade, com o dia seguinte, nada mais que o dia seguinte, o dia da véspera. [...] O bom jornalista, na verdade, tem que ser voltado unicamente para a atualidade. Ele tem que saber se o Renan recebeu ou não recebeu o dinheiro.⁵²

Considerando as proposições de Maurício Guilherme Silva Júnior, de que Cony converteu suas crônicas no *Correio da Manhã* em um espaço privilegiado para a discussão da situação política do Brasil pós-golpe de 64 e da pouca atenção que o escritor dava a temas políticos em suas crônicas antes desse episódio, e as de Cristiane Costa acerca da inclinação dos cronistas brasileiros para o entretenimento do leitor em detrimento do dever de informar, podemos afirmar que Cony, ao abordar o cenário político brasileiro de 1964 nessas crônicas, fez isso como uma forma deliberada de ação política e de inserção do autor nesse mesmo cenário. Suas crônicas semanais se transformaram nas principais armas de Cony na luta contra a ascensão dos militares ao poder. Se, como cronista, sua obrigação primeira não seria a de informar o público acerca dos abusos e violências cometidas pelo governo – pois essa função cabia ao jornalista –, ele poderia ter repassado as cartas e denúncias que recebeu contra o governo para um colega de redação para que ele as apurasse e divulgasse; porém ele abriu o espaço de sua coluna para a divulgação dessas denúncias e, com isso, teve uma participação ativa no contexto político de seu tempo.

O golpe de Estado de 1º de abril de 1964 não serviu apenas para trocar o chefe do Executivo nacional. Todo um aparato de repressão e perseguição aos opositores do novo regime começou a ser colocado em funcionamento, de maneira muito célere, após a deposição de Jango, e, embora a censura prévia ainda não estivesse estabelecida, alguns daqueles que se posicionaram contra os militares sentiram, muito rapidamente, o peso de sua escolha. Conforme analisamos no decorrer deste capítulo, a partir do momento em que Cony começou a usar sua coluna como *vitrine* para a exposição das violências e arbitrariedades da ditadura nascente, as pedradas vieram de muitos lados.

1.2 - A crônica enquanto *vitrine* da ascensão de um regime ditatorial

⁵² CONY, Carlos Heitor. Entrevista. In: PEREIRA, Fábio Henrique. **Os jornalistas-intelectuais no Brasil**. Identidade, práticas e transformações no mundo social. Tese de Doutorado. Brasília: UNB, 2008, p. 343-344. Entrevista concedida a Fábio Henrique Pereira, Rio de Janeiro, 28 de junho de 2007.

“Denunciar a nudez do rei” foi a tarefa que Cony atribuiu a si mesmo a partir de abril de 1964. A partir de então, grande parte das crônicas que publicaria na coluna “A Arte de Falar Mal” teriam o cenário político brasileiro pós-golpe como principal tema. Na crônica intitulada *O Medo e a Responsabilidade*, publicada no dia 11 de abril de 1964, o escritor carioca expôs qual era a sua visão acerca daqueles que assumiram o poder após a deposição de João Goulart. Além disso, fez um apelo aos seus colegas de atividade intelectual para que se juntassem a ele na missão de lutar pela liberdade contra o autoritarismo:

Afirmam que há uma revolução no País. Não discutirei a palavra revolução. Aceito-a para argumentar. Se houve revolução, e se os chefes dessa revolução ignoraram essa Causa que uniu e continuará unindo tantos brasileiros, teremos que admitir aquilo que a imprensa francesa, e, nos últimos dias, a própria imprensa norte-americana diagnosticaram no País: um simples golpe da direita para a manutenção de privilégios. [...]. Não tenho autoridade para fazer apelos, mas já que me meti na pele suarenta de um quixote subdesenvolvido (e com tantos moinhos de vento, quem resiste montar um rocinante?) – vou até o fim. [...]. Apelo para os meus colegas de profissão, os que escrevem, os que exercem atividade intelectual, os que ensinam, os que aprendem: não é hora para o medo⁵³. Marquemos cada qual a nossa posição. Um, dois, dez, mil, um milhão, não importa. É preciso que se denuncie a nudez do rei. Não deixemos essa tarefa – ou obrigação – para os lactentes. O movimento que depôs o Sr. Presidente João Goulart contou com as simpatias de alguma parte da população. Sufocar a liberdade de um povo porque alguns líderes não souberam ser dignos do mandato do povo – é trair o povo. Mais: é trair a dignidade da condição humana. Não há medo. Há um Futuro. E é nele que eu creio.⁵⁴

Mesmo ressaltando que o governo Goulart, de acordo com sua visão de mundo, não havia correspondido às expectativas da população, Cony destaca que as restrições à liberdade e as violações aos direitos civis básicos da população não poderiam ser toleradas, sobretudo, pelos intelectuais. O “Quixote subdesenvolvido” deveria montar em seu fiel “Rocinante” – que, no caso de Cony, era sua própria escrita – e investir contra os “moinhos do autoritarismo”. Essa postura, adotada por Cony até o final de 1964, vai transformar sua coluna no *Correio da Manhã* numa grande *vitrine* para os

⁵³ Utilizamos, nesta pesquisa, os textos originais das crônicas publicadas em 1964 no jornal *Correio da Manhã* os quais foram digitalizados pela Biblioteca Nacional. Optamos por transcrever os textos em sua forma original, sem adaptá-los ao acordo ortográfico atualmente em vigor.

⁵⁴ CONY, Carlos Heitor. **O Medo e a Responsabilidade**. Crônica publicada originalmente no jornal *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro 11 de abril de 1964, 2º Caderno, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: < http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_21785.pdf> Acesso: 15 maio de 2018.

primeiros abusos cometidos pelos militares na estruturação do regime ditatorial que vigoraria no Brasil pelos próximos 21 anos.

A crônica publicada por Cony no dia 27 de maio de 1964, intitulada *Os Anônimos*, começa relatando denúncias de prisões arbitrárias e maus-tratos que teriam chegado às suas mãos enviadas por leitores de sua coluna por meio de cartas:

Uma leitora do Leblon faz a exposição de seu drama: o pai está preso desde os primeiros dias de abril. Foi levado a um estabelecimento militar, onde, para baixarem a moral dos detidos, são promovidas rajadas de metralhadoras. Cessado o barulho, um oficial comunica, em voz alta, que o fuzilamento do dia acabou. Como se não bastasse a brincadeira boçal, há coisa mais grave ainda: misturam “Pervitin”⁵⁵ na comida dos prêsos. Homens forçados à imobilidade, em cubículos estreitos, são condenados à insônia e à superexcitação. Causa espanto que tanta molecagem seja praticada em nome dos sagrados postulados cristãos, para espiritual deleite das mães que promoveram a marcha com Deus pelas famílias.⁵⁶

No dia 02 de junho de 1964, na crônica *Um Apelo*, Cony publicou uma carta que havia recebido de Dilma Aragão, filha do vice-almirante Cândido da Costa Aragão, em tom de apelo pela soltura de seu pai que estava preso e sofrendo maus-tratos. Cony fez uma pequena introdução ao texto apelando à humanidade dos comandantes militares para tratar com decência os presos:

Abro hoje, mais uma exceção abrigando a carta que, por meu intermédio, uma das filhas do almirante Aragão quis tornar pública. Não entro no mérito da questão em si. Para mim, há um ser humano prêsos, à espera de um julgamento que tarda. Se essa pessoa é ou não culpada – não importa. Importa é que, por mais criminosa que seja, merece de uma sociedade que se diz civilizada mais atenção e melhor tratamento. Já lembrei aqui, em crônica passada, a sacralidade da pessoa do réu: *res sacra réus*. A carta que Dilma Aragão me envia merece, de todos nós, compreensão e respeito.⁵⁷

Após o preâmbulo de Cony, segue a transcrição da carta na qual a filha do vice-almirante Aragão pede aos chefes do Alto Comando que libertem seu pai da prisão por motivos humanitários:

⁵⁵ Atualmente proibida no Brasil, é uma metanfetamina com alto poder viciante que provoca grande sensação de euforia e excitação, redução do apetite, da fadiga muscular e do sono. Disponível em: <<http://neurocienciasaudemental.xpg.uol.com.br/art/a161.pdf>> Acesso: 30 ago. 2017.

⁵⁶ CONY, Carlos Heitor. **Os Anônimos**. Crônica publicada no jornal Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 27 de abril 1964, 2º Caderno, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_A21822.pdf> Acesso: 17 maio 2018.

⁵⁷ CONY, Carlos Heitor. **Um Apelo**. Crônica publicada no jornal Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 02 de junho 1964., 2º Caderno, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_B21827.pdf> Acesso: 1 jun.2018

Após 58 dias de incontida saudade e profunda tristeza, consegui pela primeira vez avistar-me com meu pai, o vice-almirante Cândido da Costa Aragão. Não é sem justa razão que classifico o 'bicho-homem' como permanente fera peluda da era da pedra. Grita dentro de mim a repugnância pelos homens, ao ver como a maldade, o ódio e a ferocidade fizeram de meu pai um trapo humano. [...]. Vale lembrar que meu pai é um vice-almirante que perdeu a batalha. Encontrei-o relegado a uma condição deprimente que só um verme cheio de peçonha mereceria ter. (...) Senhores que mandam no momento em minha terra, peço-lhes de joelhos, não clemência, mas justiça! [...] Libertem meu pobre pai da deplorável condição física. Martirizem-no menos, para que ele possa readquirir sua saúde mental. O espectro do homem que vi, chora e ri desordenadamente e não consegue articular uma frase sequer, no mesmo assunto. O desespero me faz pedir, por esmola, que cobrem o crime (político) de um sêr humano, mas na condição de sêres humanos.⁵⁸

Além do relato de familiares dos primeiros perseguidos políticos do regime militar, Cony também publicou, em sua coluna, cartas dos próprios presos, relatando a situação das carceragens nas quais estavam detidos e as circunstâncias que resultaram nas suas prisões. No dia 20 de junho de 1964, na crônica intitulada *Uma Carta*, Cony publicou a carta que recebeu de um leitor de Aracajú, Sergipe, o qual estaria preso há mais de 55 dias sem uma acusação formal. Na carta transcrita por Cony, o leitor menciona que já havia escrito outra para o escritor, poucos dias após sua prisão, porém, no início da crônica, Cony afirmou não ter recebido essa primeira correspondência. O relato foi o seguinte:

Do cárcere volto a escrever-lhe. Dirigi-me ao prezado jornalista no 3º dia da minha prisão. Volto à sua presença quando completo 55 (Sim! é isso mesmo, cinqüenta e cinco dias) dias de prisão. A situação só diferencia do que descrevi naquela ocasião porque atualmente há mais presos e outros continuam a ser capturados, no mais horrendo regime de terror implantado neste Estado. Quanto ao mais permanece tudo no mesmo, ou seja, não há inquéritos instaurados para a grande maioria (para ser exato existem 4 inquéritos, pelos quais respondem 10 pessoas e estão presos cerca de 100 (cem) cidadãos, inclusive 4 senhoritas da nossa sociedade). CGI, Marechal Taurino e as normas da própria "Revolução" não chegam até aqui. Ninguém é ouvido, como no meu caso por exemplo, não se abre IPMs apenas se trancafiam pessoas e as deixam mofar nos cubículos, sem mais nada. Escrevo-lhe a propósito do seu artigo "Cacho de Bananas". Há muito não lia seus artigos, pois, o CORREIO DA MANHA, "noticiários radiofônicos" e a "Voz: do Brasil" não são permitidos aos presos. Mas, de vez em

⁵⁸ CONY, Carlos Heitor. **Um Apelo**. Crônica publicada no jornal Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 02 de junho 1964., 2º Caderno, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_B21827.pdf> Acesso: 1 jun.2018

quando burlamos a vigilância dos carcereiros (aqui pra nós, isso poderá custar até fuzilamento) e tomamos conhecimento do mundo.⁵⁹

A publicação da carta de Dilma Aragão e o relato da denúncia de uma leitora recebido por meio de outra carta foram um alerta de Cony contra a violação dos direitos humanos básicos do cidadão que ocorria em diversos quartéis e prisões do Brasil, onde civis e militares que se manifestaram contra o golpe de Estado de 1º de abril de 1964 estavam detidos em condições degradantes, com reduzidas ou – como ocorreu em muitos casos – nenhuma possibilidade de comunicação com a família ou advogados. A transcrição da carta do preso em Aracajú, Sergipe, além de mencionar os problemas citados anteriormente, ajuda a dimensionar a popularidade alcançada pelas crônicas de Cony as quais, apesar de publicadas em um jornal do Rio de Janeiro, também chegavam a leitores de outros estados da federação.

Na crônica intitulada *A Hora dos Intelectuais*, escrita em parceria com o poeta Ferreira Gullar e publicada em 23 de maio de 1964, além de denunciar a prisão arbitrária de operários, militares e funcionários públicos considerados contrários ao governo, Cony nomeou como “terror” a perseguição empreendida pelo Alto Comando contra figuras do cenário intelectual no país:

[...] No campo estritamente cultural implantou-se o Terror. Reitores são substituídos por ordem de militares. Professôres são destituídos de suas cátedras e presos. O pânico se generalizou por tôdas as classes e por tôdas as cidades. A qualquer hora pode bater um policial à sua porta levá-lo – sabem Deus e a Polícia para onde. Vejam o caso da pintora Djanira, pessoa terna, inofensiva: é detida e levada para o xadrez em conseqüência de uma denúncia ao delegado de Meriti. O opróbrio cobre-se de voluntario ridículo.⁶⁰

No dia 02 de julho de 1964, na crônica intitulada *Um Caso Entre Muitos*, Cony relatou a prisão do advogado e jornalista paraense Cléo Bernardo de Macambira Braga, cujas acusações ou culpa não foram, segundo Cony, devidamente esclarecidas. No texto da crônica, além de expor a situação de abuso e ilegalidade da prisão do referido advogado e jornalista, Cony também mencionou a situação de outros intelectuais que se encontravam em situação semelhante:

⁵⁹ CONY, Carlos Heitor. **Uma Carta**. Crônica publicada no jornal Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 20 de junho de 1964, 2º Caderno, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_A21843.pdf> Acesso: 05 jun. 2018.

⁶⁰ CONY, Carlos Heitor. **A Hora dos Intelectuais**. Crônica publicada originalmente no jornal Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 23 de maio 1964, 2º Caderno, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_A21819.pdf Acesso: 4 jul. 2018.

[...] Não sei por que se mantém prêso um homem que sabidamente não é corrupto, nem subversivo, e que é tão ou mais patriota que seu co-mandante da FEB, o hoje presidente da República. Li o relatório da Comissão de Investigação Sumária que atuou em Belém, publicado na íntegra em duas páginas de jornal. Nele não se faz referência, nominal sequer, a Cléo Bernardo, o que pressupõe a carência de culpas ominosas, mesmo aos olhos da própria comissão. [...]. Escrevo essas coisas a ver se aparece alguém, no meio dêste caos, com autoridade para determinar que se restituia a liberdade a Cléo Bernardo. E me reporto a êle, em especial, sabendo embora que outros intelectuais no País se encontram reclusos também, sem culpa formada e privados do direito de defesa, o que é hoje um lugar comum na democracia verde-oliva.⁶¹

As denúncias dos abusos que o governo militar cometia contra civis e até mesmo contra outros militares que o criticavam renderam a Cony uma projeção considerável no meio jornalístico. No segundo semestre daquele ano de 1964, o escritor lançou a primeira edição de *O Ato e o Fato*, coletânea que reuniu suas crônicas publicadas no *Correio da Manhã* entre abril e maio daquele ano. O recorde de autógrafos – 1600 exemplares assinados na noite de lançamento – e o rápido esgotamento da primeira edição dimensionam a popularidade do autor junto ao público leitor.⁶² O jornal *Correio da Manhã*, no dia 2 de junho de 1964, publicou uma reportagem sobre o sucesso de vendas do livro de Cony com manchete que dizia “Cony bate recorde na feira do livro”. O texto da reportagem dizia:

Na maior consagração pública de que se tem conhecimento na literatura brasileira, já atribuída a um escritor, Carlos Heitor Cony distribuiu autógrafo, ontem a noite, na barraca 19, da Feira do Livro armada na Cinelândia. Todos seus cinco livros e mais "Os Sete Pecados Capitais", que leva sua chancela e mais a de seis outros escritores, foram esgotados, assegurando a liderança entre os best-sellers da IX Feira do Livro, superando, em um só dia, o total de vendas obtido pela Bíblia Sagrada desde o início da feira.⁶³

A referida reportagem veio acompanhada de uma foto do escritor autografando os exemplares de seu livro e de outra nota intitulada “Consagração”, cujo texto relatava a grande procura do público pelos textos de Cony:

Com pilhas de livros, uma multidão aguardou, desde às 17h de ontem, a chegada do escritor à barraca da Cata do Estudante do Brasil, para onde fora convidado para uma "Noite de Autógrafos". Sua chegada se

⁶¹ CONY, Carlos Heitor. **Um Caso Entre Muitos**. Crônica publicada no jornal *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 02 de julho de 1964, 2º Caderno, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: < http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_21853.pdf > Acesso: 04 dez. 2018.

⁶² GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 143.

⁶³ Reportagem do *Correio da Manhã*. 3 de junho de 1964. 1º Caderno, p. 3. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: < http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_A21827.pdf > Acesso: 13 mar. 2018.

deu as 18:30 sob salvas de palmas e gritos de “bravo”. Ordeiramente, sem qualquer tipo de agitação, Carlos Heitor Cony autografou, durante uma hora e meia, ininterruptamente, seus livros e diversas coleções de artigos que assina no CORREIO DA MANHÃ, levados pelas mãos de seus leitores e admiradores.⁶⁴

A popularidade veio acompanhada de perseguições e processos promovidos pelos simpatizantes do regime e até mesmo pelo próprio Ministro da Guerra na época e futuro presidente, general Costa e Silva. Após a publicação da crônica *A Revolução dos Caranguejos*, em 14 de abril de 1964, na qual criticava abertamente o Alto Comando Militar que assumiu o governo após a deposição de Jango, Cony e sua família foram vítimas de ameaças por telefone, e sua residência sofreu uma tentativa de invasão. Tal fato foi abertamente condenado pelo editorial do *Correio da Manhã* do dia 16 de abril que, após descrever todos os atos de ameaça e invasão à residência de seu cronista, afirmou:

[...] O *Correio da Manhã* sente-se à vontade para prestigiar o seu redator. Trata-se de autor de uma obra literária que vem merecendo o estudo crítico de nossos melhores ensaístas, e que, ainda em 1963, alcançou excepcional êxito com *Matéria de Memória*. [...]. Nunca foi comunista nunca manteve vínculos administrativos, políticos ou sociais com o govêrno deposto. Pública e pessoalmente, nunca escondeu sua oposição ao ex-presidente João Goulart. A veemência de seus últimos artigos é a expressão pessoal de uma opinião já expressa em sua obra literária, opinião que, de resto, não pode ser cerceada nem ameaçada, a menos que já se prepare um ato punitivo aos delitos de opinião.⁶⁵

Além das ameaças diretas à sua integridade física e à de sua família, as críticas feitas por Cony ao regime em 1964 lhe envolveram em dois processos jurídicos. O primeiro tratava-se de um Inquérito Policial Militar (IPM) sobre as ações do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). Segundo Claudia Paiva de Carvalho:

a proeminência assumida por Cony no grupo de adversários do regime se tornou tal que ele foi a primeira testemunha chamada a depor no IPM do ISEB, mesmo não tendo sido integrante, nem nunca tivesse frequentado o instituto.⁶⁶

⁶⁴ Reportagem do Correio da Manhã. 3 de junho de 1964. 1º Caderno, p. 3. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: < http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_A21827.pdf > Acesso: 13 mar. 2018.

⁶⁵ Editorial do Correio da Manhã, 16 de abril 1964, 1º caderno p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: < http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_B21789.pdf > Acesso: 06 fev. 2018

⁶⁶ CARVALHO, Claudia Paiva. **Intelectuais, cultura e repressão política na ditadura brasileira (1964-1967):** relações entre direito e autoritarismo. Dissertação de Mestrado: UNB, Brasília, 2013. p.158.

O jornalista foi questionado acerca de suas atividades junto ao CTI (Comando de Trabalhadores Intelectuais), sobre sua relação com alguns membros do ISEB e também acerca de seu trabalho como cronista. Quanto a este último, confirmou que considerava a chamada “revolução”, na verdade, como um golpe de direita e que, apesar de considerar João Goulart “um vigarista e um carreirista não valia um golpe para retirá-lo do poder, muito menos quando acompanhado de métodos que ofendiam a dignidade humana”⁶⁷. Cony foi acusado pelo inquiridor de incitar a população contra as Forças Armadas por meio de suas crônicas, e chegou-se a alegar que a publicação destas em forma de livro seria uma atitude de provocação, “principalmente porque seria lido por uma população que não teria capacidade de analisá-lo com clareza”⁶⁸.

Apesar de se tratar de um Inquérito Policial Militar, Cony foi intimado a comparecer à sede do Ministério da Educação e Cultura (MEC) para prestar o referido depoimento. Um assessor do MEC, ao final do interrogatório, explicou que essa excepcionalidade ocorreu em virtude da ligação do ISEB com o ministério em questão, que, por sua vez, tinha obrigação de investigar possíveis atividades subversivas ou improbidades cometidas por seus funcionários. Cony protestou em relação ao procedimento adotado, alegando o respeito ao direito de liberdade de expressão. Nesse ponto, o funcionário do MEC o qual conduzia o depoimento ponderou que a cultura não poderia ser tão livre a ponto de tornar-se antinacional e complementou:

Eu aqui estou apreciando a coisa do ponto de vista da segurança. Evidentemente eu tenho para mim que ela [a cultura] não pode ser tão livre, tão cultural a ponto dela se tornar perigosa ao dispositivo de segurança. Cony disse ainda que “Não há segurança possível em matéria de espírito. As liberdades espirituais do homem são mais importantes que as suas liberdades físicas” e encerrou o depoimento afirmando: “O homem não vale nada, a matéria do homem, a ação do homem, a Terra do homem não vale nada se êle não se sentir dentro de sí mesmo um homem livre.”⁶⁹

O ISEB, órgão fundado no final do governo Café Filho, foi um sucessor do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), criado em 1953 por Helio Jaguaribe. Composto por alguns intelectuais integrantes do chamado “Grupo de Itatiaia”, o IBESP seria, antes do ISEB, o primeiro porta-voz do desenvolvimentismo que caracterizaria a política econômica brasileira pelas décadas seguintes. Imbuído da

⁶⁷ CARVALHO, Claudia Paiva. **Intelectuais, cultura e repressão política na ditadura brasileira (1964-1967):** relações entre direito e autoritarismo. Dissertação de Mestrado: UNB, Brasília, 2013. p. 158.

⁶⁸ CARVALHO, Claudia Paiva. 2013. op.cit., p. 159.

⁶⁹ CARVALHO, Claudia Paiva. 2013. op.cit., p. 160.

crença de que o desenvolvimento do país e a melhoria de condições de vida da população se fundamentariam não apenas no crescimento econômico, como também na expansão da participação política das massas, esse grupo de intelectuais chegou a publicar, de 1953 a 1956, os *Cadernos do Nosso Tempo*, revista em que se encontrava, de forma teorizada e científica, a visão desenvolvimentista de seus fundadores, muitos dos quais, posteriormente, iriam transformar-se em professores do ISEB.⁷⁰

Caio Navarro de Toledo, em obra intitulada *ISEB: Fábrica de Ideologias*, fez uma análise dessa instituição e constatou que ela não era marcada por uma unidade de pensamento entre seus membros, especialmente durante sua primeira fase, que vai da sua fundação até o início do governo JK. Nesse período, o conselho curador do ISEB era composto por intelectuais de tendências políticas diversificadas, abrigando desde partidários do nacionalismo desenvolvimentista até defensores de perspectivas antiestatistas de desenvolvimento industrial. A partir do governo Juscelino Kubitschek, tem início a segunda fase do ISEB, na qual o nacional desenvolvimentismo foi a ideologia predominante. Dependente financeiramente de verbas governamentais, a instituição permanecerá um tanto submissa ao governo, mesmo já existindo, em suas fileiras, críticas ao plano desenvolvimentista de JK. A terceira fase do ISEB seria marcada pela participação da instituição no debate acerca das reformas de base, propostas pelo presidente João Goulart. A partir de então, cresce o diálogo com o grupo de políticos defensores de alterações nas estruturas sociais vigentes:

O apoio negado ao Presidente Jânio Quadros, será agora oferecido - desde a campanha pelo Plebiscito (1962) - ao Presidente João Goulart, que passava a acenar com aquelas reformas institucionais, diante do movimento de reivindicações liderado por setores de esquerda. Através da última publicação oficial do ISEB, *Introdução ao Estudo das Contradições Sociais no Brasil*, pode-se perceber uma postura teórica e política radicalmente diversa daquela hegemônica alguns anos atrás dentro da Instituição.⁷¹

Em seu estudo sobre a atuação dos autores *históricos* do ISEB – intelectuais que estiveram no instituto desde a sua fundação e vieram do antigo IBESP – e sobre a atuação desses junto às políticas educacionais da época, Antônio Marques do Vale aponta que, em seu princípio fundamental, o instituto tentou recuperar o que de pior havia na tradição do intelectual humanista do século XVI, que seria seu menosprezo

⁷⁰ WANDERLEY, Sergio. Iseb, uma escola de governo: desenvolvimentismo e a formação de técnicos e dirigentes. *Rev. Adm. Pública* — Rio de Janeiro 50(6):913-936, nov./dez. 2016. p. 919-920. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rap/v50n6/0034-7612-rap-50-06-00913.pdf>> Acesso: 31 jan. 2018.

⁷¹ TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: Fábrica de Ideologia*. São Paulo: Ática, 1978, p. 190.

pelo trabalho manual e, conseqüentemente, pelas massas, o que resultou num distanciamento entre ciência e ensino. Os históricos do ISEB enxergavam os intelectuais como uma aristocracia, cuja principal vocação era de “conselheiros do príncipe”, tal como definiu Erasmo de Roterdã, de forma sarcástica, os intelectuais de seu tempo.⁷²

Os cinco autores históricos estudados por Antônio Vale – Helio Jaguaribe, Roland Cavalcanti de Albuquerque Corbisier, Álvaro Vieira Pinto, Cândido Antonio Mendes de Almeida e Alberto Guerreiro Ramos – foram muito influentes dentro do ISEB, ocupando cargos na diretoria executiva e nas chefias de departamento. No que se refere à política, esses autores possuíam uma visão hegeliana, baseada em centralização do poder nas mãos do Estado. Pessimistas quanto à participação das massas na política, também demonstravam menosprezo pela estrutura partidária. A figura do presidente Juscelino Kubitschek, na visão desses intelectuais, representava a autoridade de Estado centralizado, por isso seu apoio a ele.⁷³

Durante todo o período em que funcionou – de 1955 a 1964 –, o ISEB foi um órgão governamental de intenso debate e trabalho intelectual. Por meio de suas publicações e estudos, cientistas de diversas áreas, especialmente das ciências humanas e sociais, pensaram o Brasil e quais seriam os melhores caminhos para seu desenvolvimento econômico e social. Nesse cenário de estudo e circulação de ideias, a política não passava à margem, afinal, todo projeto de desenvolvimento econômico, independentemente de sua natureza – liberal, intervencionista ou estatizante –, vem acompanhado de um projeto político para o Estado que torna viável a execução daquele. As medidas tomadas pelo governo JK e seu desfecho, especialmente a crise econômica que marcou seus últimos anos, foram vitais para o posicionamento político de muitos intelectuais que integravam o ISEB. Alguns permaneceram fiéis aos fundamentos do nacional desenvolvimentismo defendidos desde a fundação do instituto, adeptos de uma política democrática e voltados para o desenvolvimento industrial aberto ao capital estrangeiro, enquanto os demais se dividiram, basicamente, entre os que se inclinaram mais à esquerda, aderindo ao projeto de reformas de base de cunho mais nacionalista, proposto pelo presidente João Goulart, e os que acabaram aderindo a visões políticas

⁷² VALE, Antônio Marques do. **O ISEB, os intelectuais e a diferença**. Um diálogo teimoso com a educação. São Paulo: UNESP, 2006, p. 86.

⁷³ VALE, Antônio Marques do. 2006, op.cit., p. 183.

mais conservadoras, engrossando as fileiras dos grupos que apoiariam o golpe de Estado e a ditadura a partir de 1964.

O Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI), do qual Cony era membro, fazia suas reuniões na sede da editora Civilização Brasileira e, vez por outra, na sede do ISEB. Em algumas ocasiões, esses encontros ocorreram na residência de um partidário ilustre do governo Jango, o ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. A presença do então governador de Pernambuco, Miguel Arraes – opositor do governo ditatorial – também era frequente nessas reuniões.⁷⁴

Rodrigo Czajka explica que o Comando dos Trabalhadores Intelectuais, criado em 1963, “foi, em certa medida, uma manifestação sintomática daquele quadro de tensões e arranjo das oposições ainda no pré-golpe”.⁷⁵ O objetivo do Comando, inicialmente, era ser uma instituição de cunho jurídico que representasse oficialmente os interesses dos intelectuais junto a outras entidades políticas e jurídicas, incluindo, é claro, o Estado. Embora o PCB – Partido Comunista Brasileiro – tivesse influência considerável junto à cúpula do Comando, que incluía muitos militantes do partido, como Ênio Silveira – editor e dono da editora *Civilização Brasileira* e presidente do CTI – e outros como Jorge Amado, Dias Gomes e Oscar Niemeyer, sua composição era bastante diversificada, abrigando intelectuais de diversos ramos das artes, ciência e cultura e de diferentes tendências políticas e ideológicas. Mesmo que a presença e a influência dos ideais do PCB fossem inegáveis dentro do CTI, esse órgão, no contexto do pré-golpe de 1964

[...] manteve-se equidistante tanto das diretrizes políticas do partido quanto das atribuições do governo Goulart. Essa “neutralidade” do CTI foi decisiva na sua continuidade e o fator que contribuiu para o ingresso de novos membros comunistas e não comunistas até meados de 1964.⁷⁶

Embora Cony não fizesse parte do ISEB, a participação do escritor no CTI – que possuía muitos militantes do PCB em sua composição, conforme salientado anteriormente – e a ligação existente entre as duas instituições foram consideradas fatores suficientes pelos responsáveis pelo IPM para convocá-lo a prestar depoimento.

⁷⁴ CZAJKA, Rodrigo. O Comando dos Trabalhadores Intelectuais e a formação das esquerdas culturais na década de 1960. p. 64. **Temáticas**, Campinas, 19(37/38): 57-80, jan./dez. 2011. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/115196/ISSN14132486-2011-37-57-82.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso: 04 out. 2017 p. 64.

⁷⁵ CZAJKA, Rodrigo. 2011. op.cit., p. 64.

⁷⁶ CZAJKA, Rodrigo. 2011. op.cit., p. 67.

Essa convocação revela a política de “caça às bruxas” empreendida pelo Alto-Comando Militar aos intelectuais que faziam oposição ao novo governo ainda em 1964. O ISEB, tido pelos militares como um centro de intelectuais simpatizantes do governo deposto, foi fechado ainda em abril de 1964, e seus integrantes foram alvos de inquéritos e investigações, assim como aqueles com quem mantinham relações.

Além desse primeiro processo, no qual Cony foi enquadrado apenas como testemunha, ele foi alvo de outro, só que, desta vez, enquadrado como réu. O queixante era o então Ministro da Guerra, general Arthur da Costa e Silva. Este era uma das figuras mais proeminentes do Alto Comando e também alvo das críticas mais ácidas de Cony. Na crônica *A Afronta e o Latrocínio*, de 28 de maio de 1964, o jornalista atacou o despreparo dos militares para conduzir o governo, em especial, a figura do Ministro da Guerra:

Foi um espetáculo deprimente a entrevista do honrado ministro da Guerra em São Paulo. Metade cômico, metade infantil, e integralmente agramatical, o nobre senhor Costa e Silva fêz um *strip-tease* mental, cívico e político que deixa mal a chamada Revolução. As fotografias e mapas exibidos, documentos esses considerados subversivos e dramáticos, limitaram-se a clichês razoavelmente antigos, já publicados em jornais e revistas. Ficamos sabendo que, em quase 60 dias de Terror, o comando militar conseguiu documentar o óbvio: aquilo que todos sabíamos, víamos e líamos nos jornais e nas televisões.⁷⁷

Além de criticar o desempenho do general diante das câmeras em sua tentativa de justificar o golpe de Estado, Cony utilizou essa crônica para responder a um ataque direto que sofreu de Costa e Silva que, durante essa mesma entrevista na TV, quando inquirido acerca da liberdade de imprensa, teria dito: “Há um cronista que diariamente [...] destila peçonha sobre a minha cabeça. [...]. E esse homem está em liberdade, e enquanto eu sou Ministro da Guerra ele é um simples cronista”.⁷⁸ Em resposta, Cony escreveu:

[...] Bom, minha liberdade independe do favor do honrado ministro da Guerra. Sou livre e serei livre sem depender de ninguém, muito menos de um homem capaz de confundir latrocínio com laticínio. [...] Quanto ao valor que o general dá a seu próprio cargo, saiba que dou muito mais valor à minha própria pessoa. Eu tenho uma obra, Sr. Ministro,

⁷⁷ CONY, Carlos Heitor. **A Afronta e o Latrocínio**. Crônica publicada originalmente no jornal Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 28 de maio 1964, 2º Caderno, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_A21823.pdf Acesso: 23 jun. 2018.

⁷⁸ CONY, Carlos Heitor. **A Afronta e o Latrocínio**. Crônica publicada originalmente no jornal Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 28 de maio 1964, 2º Caderno, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_A21823.pdf Acesso: 23 jun. 2018.

que por algum tempo será discutida, lembrada, amada ou odiada. Mas tenho. E que é que o Sr. tem, além da farda que as traças roem?⁷⁹

Por meio de uma denúncia feita pelo Ministro da Guerra, a Procuradoria Geral da República solicitou ao procurador do estado da Guanabara que abrisse um processo criminal contra Carlos Heitor Cony. De acordo com Claudia Paiva Carvalho, a principal questão jurídica envolvendo esse processo foi o seu enquadramento, ou seja: Cony seria processado de acordo com a Lei de Segurança Nacional⁸⁰ ou nos termos da Lei de Imprensa?⁸¹ O procurador argumentou que Cony teria ultrapassado os limites da lei de imprensa, não se atendo “à prática de injúria, calúnia e difamação, mas atentou contra a segurança nacional, colocando-se a serviço das forças contrarrevolucionárias, dos corruptos e dos subversivos”⁸². O advogado do jornalista entrou com pedido de *habeas corpus* junto ao Supremo Tribunal Federal alegando a jurisprudência que o tribunal já havia aplicado em casos semelhantes, pela qual a Corte decidiu que, “nos casos em que as práticas de propaganda subversiva ou de incitamento ocorressem por meio da imprensa, não se aplicava a lei de segurança, mas sim a lei de imprensa”.⁸³

Os ministros do STF decidiram, por maioria, enquadrar o crime de Cony nos limites da Lei de Imprensa e concederam o *habeas corpus* pleiteado pelo advogado do escritor, Nelson Hungria⁸⁴. O processo retornou à Vara Criminal do estado da

⁷⁹ CONY, Carlos Heitor. **A Afronta e o Latrocínio**. Crônica publicada originalmente no jornal Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 28 de maio 1964, 2º Caderno, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_A21823.pdf Acesso: 23 jun. 2018.

⁸⁰A Lei de Segurança Nacional n.1.802/53, em seu artigo 14, determinava como crime “Provocar animosidades entre as classes armadas ou contra elas, ou delas contra as classes ou instituições civis.” Pena: reclusas de 1 a 3 anos. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128791/lei-de-crimes-contra-o-estado-e-a-ordem-politica-e-social-lei-1802-53>> Acesso: 31 ago. 2017.

⁸¹ A Lei de Imprensa, em vigor no Brasil nessa época e sob a qual o processo foi julgado, é a n.2.083/53, que regulamentava, em seu artigo 9º, os abusos da liberdade de imprensa. As letras “a” e “b” estabeleciam como violações:

a) fazer propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou propaganda que se proponha a alimentar preconceitos de raça e de classe: pena de um a três meses de detenção, quando se tratar de autor do escrito ou multa de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), a Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) quando se tratar de outros responsáveis subsidiários;

b) publicar notícias falsas ou divulgar fatos verdadeiros, truncados ou deturpados, que provoquem alarma social ou perturbação da ordem pública: penas - as mesmas da letra anterior. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L2083.htm Acesso em: 31 de ago. 2017.

⁸² CARVALHO, Claudia Paiva. **Intelectuais, cultura e repressão política na ditadura brasileira (1964-1967)**: relações entre direito e autoritarismo. Dissertação de Mestrado: UNB, Brasília. 2013, p. 161.

⁸³ CARVALHO, Claudia Paiva. 2013. op.cit., p.162.

⁸⁴ Segundo Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy, Nelson Hungria, Ministro do Superior Tribunal Federal entre 1951 e 1961, era considerado um dos mais renomados criminalistas do Brasil. Enquanto Ministro do STF, atuou em casos semelhantes aos de Cony, elaborando a jurisprudência que foi seguida pelo tribunal em casos de jornalistas acusados de crimes contra a segurança nacional. Sua postura era a de se mostrar

Guanabara onde teve sequência com a tomada de depoimentos dos envolvidos – Cony e Costa e Silva – além de outras testemunhas. Ao final do processo, o escritor foi condenado à pena de três meses de detenção; porém ele não chegou a ser preso, tendo sido beneficiado pelo *sursis*, que permitiu a suspensão do cumprimento da pena já que se tratava de sua primeira condenação.⁸⁵

Na crônica intitulada *Aos Meus Leitores*, de 23 de setembro de 1964, Cony, ainda no aguardo da decisão do Supremo Tribunal Federal acerca de um *habeas corpus* que havia solicitado, agradece ao apoio dado por seus leitores e, concomitantemente, explica os motivos para recusar as ofertas de asilo no exterior em caso de indeferimento de seu pedido. Como um ato de resistência pessoal, Cony afirmava que não deixaria o país e que cumpriria a decisão da justiça independentemente de qual fosse:

[...] Aceitei o jôgo do adversário. Sabia que o ministro da Guerra me processaria, em situação vantajosa para ele, sob plena vigência do artigo 7^o⁸⁶ - uma arma imoral que o govêrno impôs à Nação para intimidar o aparelho judiciário. Faria algum sentido se eu procurasse fugir naquela ocasião. Mas não fugi então, não fugirei agora. Não darei ao adversário o gostinho da minha fuga. Não violarei a regra do jôgo. [...]. O general Costa e Silva, ao que parece, quis tomar-me para modêlo: tem procurado usar do máximo respeito para comigo. Processa-me de acordo com as leis do País, embora essas leis estejam mutiladas pelas ameaças e pelo medo que se apoderou de todos. Seria ótimo se o mesmo respeito fôsse estendido a todos os demais adversários da atual situação. [...]. Não fujo, em suma. E isso não é um favor que faço aos meus adversários. É um favor e uma obrigação que faço a mim mesmo.⁸⁷

Apesar das ameaças físicas que sofreu, assim como os processos nos quais foi envolvido, Cony não conseguiu ficar afastado dos temas políticos. Por meio da análise das crônicas publicadas no *Correio da Manhã* após as audiências do processo movido

favorável, na maioria dos casos, à concessão do *Habeas Corpus* ao réu, que poderia responder ao processo em liberdade. O juiz acreditava que “nem mesmo Deus pode restituir ao homem um dia de liberdade perdida”. Após o fim de sua carreira no STF, passou a advogar, mantendo-se fiel aos princípios os quais defendeu enquanto ministro do maior tribunal de justiça do país. GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. **Direito e Literatura. Carlos Heitor Cony e o Habeas Corpus nº 40.976-GB.** A história entre penas, togas e tanques de guerra. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/10224/direito-e-literatura-carlos-heitor-cony-e-o-habeas-corpus-n-40-976-gb/3>> Acesso: 03 out. 2017.

⁸⁵ CARVALHO, Claudia Paiva. 2013. op.cit., p. 164.

⁸⁶ O referido Artigo compunha o texto do AI-1, publicado em 09 de abril de 1964, que determinava: “Ficam suspensas, por seis (6) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade”. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm> Acesso: 30 maio. 2017. Ao fim do processo em questão, o STF deu veredicto favorável ao réu, considerando improcedente o pedido de enquadrá-lo na Lei de Segurança Nacional vigente.

⁸⁷ CONY, Carlos Heitor. **Aos Meus Leitores.** Crônica publicada no jornal Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 23 de setembro 1964, 2º caderno, p. 1. Hemeroteca digital Brasileira. Disponível em: < http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_21924.pdf> Acesso: 24 jul. 2018.

pelo Ministro Costa e Silva, ocorridas em outubro de 1964, percebemos uma maior diversificação nos temas abordados por Cony nas crônicas, tendo algumas delas abordado, por exemplo, livros e filmes que estavam sendo lançados na época. Porém a situação política do país não foi deixada de lado pelo escritor, tendo sido o tema principal da maioria das crônicas publicadas até o final de 1964.

Na crônica *Urnas e Quartéis*, publicada em 06 de novembro de 1964, ele utilizou a eleição presidencial norte-americana para reclamar da falta de eleições diretas no país. Embora afirme que o cenário político da época estava desfigurado pelas cassações de direitos políticos de muitas figuras importantes, Cony salientou que a luta pelas eleições diretas poderia ser o elemento aglutinador de todos os setores descontentes com o governo militar. Ao final do texto, o escritor fez uma convocação: “Militares aos quartéis, o povo às urnas!”.⁸⁸

No dia seguinte, após a repercussão negativa que a crônica teve junto a alguns setores da sociedade e do governo, Cony publicou outro texto. Em resposta aos que criticaram a frase “Militares aos quartéis, o povo às urnas!”, Cony, na crônica intitulada *Das Eleições, Ainda!*, reafirma sua posição de crença na soberania da vontade popular:

[...] Mandar o povo às urnas – desde que não sejam às urnas funerárias – também não constitui crime nem enormidade. Não estou pedindo que o povo pegue em armas, incendeie os celeiros ou descarrilhe os trens da heróica Central do Brasil ou da não menos mortuária Leopoldina Railway dos velhos tempos. Pedi que o povo lutasse pelo seu direito de ir às urnas, consoante a um sagrado e insubstituível princípio: o de que o poder – todo o poder – emana do povo.⁸⁹

Conforme salientamos anteriormente, a afirmação do jornalista, enquanto uma categoria profissional específica, ocorreu em paralelo à diferenciação gradativamente maior entre o texto jornalístico e os demais, tendo o primeiro se concentrado cada vez mais na missão de informar os fatos cotidianos aos leitores. O cronista, a partir de então, à medida que incorporava o cotidiano em seu texto, tinha mais liberdade para fazer dele mais um prisma do que um espelho da realidade; ou seja, ao tratar, por exemplo, de um acontecimento político importante, o cronista não era obrigado a descrevê-lo para o leitor, tal como deveria fazer em uma reportagem. Ele podia pegar esse mesmo fato e

⁸⁸ CONY, Carlos Heitor. **Urnas e Quartéis**. Crônica publicada no jornal Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 06 de novembro 1964, 1º caderno, p. 2. Hemeroteca digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_21961.pdf> Acesso: 21 jun. 2018.

⁸⁹ CONY, Carlos Heitor. **Das Eleições, Ainda!** Crônica publicada no jornal Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 07 de novembro 1964, 1º caderno, p. 2. Hemeroteca digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_21962.pdf> Acesso: 21 jun. 2018.

esmiuçá-lo nas cores de sua subjetividade. Em suas crônicas publicadas no *Correio da Manhã* entre abril e dezembro de 1964, Carlos Heitor Cony expôs muitos abusos e violências cometidas pelos militares em sua escalada ao comando do Estado, fazendo, em parte, um trabalho de jornalista; contudo, suas crônicas traziam, em suas entrelinhas, as principais características que tornavam esse gênero diferente de uma reportagem comum.

Já citamos, neste capítulo, a perspectiva de Antonio Candido que atribuiu o sucesso e a popularidade da crônica junto ao público leitor à capacidade dessa de retratar o cotidiano de forma leve e bem-humorada. Despertar o riso do leitor, mais do que uma estratégia para entretê-lo, também pode ter outros significados. No caso das crônicas escritas por Carlos Heitor Cony em 1964, o tom cômico de alguns textos parece ter sido usado não só para criticar as medidas e principais figuras do governo militar, como também para levar o público leitor a refletir acerca dos caminhos políticos que o Brasil tomava. A ironia e a sátira, mais do que simples escolhas estilísticas, foram usadas pelo autor como estratégia para despertar indignação por meio da ridicularização.

No tocante ao uso da ironia como forma de crítica à realidade social, Linda Hutcheon afirma que as “suas [da ironia] dimensões semântica e sintática não podem ser consideradas separadamente dos aspectos social, histórico e cultural de seus contextos de emprego e atribuição”.⁹⁰ A autora chama atenção para o fato de que a ironia, enquanto estratégia de escrita que, necessariamente, visa à crítica, depende de uma compreensão mínima, por parte do leitor, da realidade socioeconômica e política à qual o texto faz referência. Sem esse conhecimento, a crônica, romance ou qualquer outra forma de gênero discursivo no qual a ironia se faça presente, podem acabar tornando-se parcialmente, quando não totalmente incompreensíveis para o leitor. No caso das crônicas publicadas por Carlos Heitor em 1964, muitas delas tiveram a complicada situação política do país como tema principal. O fato de a imprensa ainda não ser censurada oficialmente naquela época permitia a divulgação de notícias referentes aos atos governamentais de forma ampla. Cony se valeu disso em seus textos, fazendo referências constantes a reportagens de jornais de onde tirava os fatos comentados em suas crônicas. Isso permitiu ao cronista criar uma rápida comunidade de sentido com seus leitores, já que os fatos criticados por ele em seus textos podiam ser

⁹⁰ HUTCHEON, Linda. **Teoria e Política da Ironia**. Belo Horizonte: UFMG, 2000, p. 36.

facilmente verificados pelos leitores em outras fontes; isso, claro, quando esses já não tinham conhecimento prévio do fato em questão por meio de jornais e outros órgãos de imprensa. O fato de a crônica fazer referência a um acontecimento, muitas vezes, já amplamente divulgado, permite que o leitor compare a sua interpretação daquele com a visão que o cronista expôs em seu texto.

Além das violências e dos abusos cometidos contra opositores do Alto Comando Militar que assumiu o governo após o golpe de 1º de abril de 1964 – e também contra aqueles considerados como “potenciais” opositores –, Cony denunciou outro “perigo” visto por ele na ascensão dos militares ao comando do Estado: a tomada do poder por pessoas totalmente despreparadas para gerir um país. Em algumas de suas crônicas, Cony ressaltou várias vezes a “mediocridade intelectual” dos militares – característica que ele considerava como sendo “natural” entre os integrantes dessa categoria –, valendo-se, quase sempre, da ironia e da sátira para fazer essas críticas. Essa suposta “mediocridade intelectual” dos militares, quando destacada por Cony em suas crônicas, para além da crítica àqueles que comandavam o país, jogava ainda mais luz sobre o papel de liderança que intelectuais deveriam assumir à frente da sociedade civil, que não poderia ficar inerte diante da notória incapacidade dos militares para conduzir o país.

Na crônica intitulada *A Idade do Ouro*, publicada em 30 de junho de 1964, Cony criticou diretamente o coronel Américo Fontenelle, responsável por organizar o trânsito no Rio de Janeiro da época e conhecido por sua rigidez na exigência de cumprimento das leis de tráfego. Nesse texto, Cony ridicularizou o coronel por mandar esvaziar os pneus dos carros que estivessem estacionados de modo irregular:

[...] A família dêsse sujeito pagou-lhe os estudos – se é que o coronel algum dia estudou alguma coisa – vestiu-lhe o corpo, alimentou-lhe as vísceras e para quê? Para, ao chegar a idade adulta, ter o rasgo genial de esvaziar os pneus dos carros mal-estacionados. Essa centelha luminosa talvez credencie o coronel a um Ministério no atual governo, ou a uma secretaria sem Pasta ou com Pasta no governo do Sr. Carlos Lacerda. [...]. Bem que o govêrno poderia usar o coronel Fontenelle para outras operações de molecagem. A genial solução encontrada para o tráfego seria estendida, com adaptações, a todos os demais problemas. O Sr. Castelo Branco também poderia impor ao seu líder na Câmara uma solução de *marra*. Projeto que demorasse a ser votado, deputados que pedissem a palavra para atacar as medidas sadias e as soluções salvadoras propostas pelo govêrno, deveriam ser

esvaziados à força. O exemplo foi dado e, afinal, um pneu cheio de ar e um recalcitrante cheio de razões não são tão diferentes assim.⁹¹

Conforme ficou evidente, a “inteligência militar”, da qual Cony tanto desconfiava, foi o ponto privilegiado por ele em seu texto. O uso do termo *molecagem* para se referir à medida tomada pelo coronel denota uma crítica ao despreparo dos militares em geral para lidar com questões da administração do cotidiano civil de uma metrópole como o Rio de Janeiro. Ao insinuar que a “centelha luminosa” do coronel Fontenelle poderia render a ele um cargo de ministro ou secretário estadual, Cony estendeu a zombaria ao Presidente da República, marechal Castelo Branco, e ao governador da Guanabara, Carlos Lacerda, insinuando que eles não tinham as mentes mais brilhantes do país em seus círculos de ministros e secretários.

O leitor carioca que convivia diariamente com o problema de achar lugar para estacionar seu carro na cidade e que, possivelmente, já tinha tido seu pneu esvaziado por algum agente de trânsito, criava um elo imediato de identificação com o texto, e, mesmo aquele que não tivesse carro, ou até mesmo aquele que não morasse no Rio de Janeiro, também poderia refletir acerca de seu próprio cotidiano, já que os mesmos militares que se mostravam tão inábeis para lidar com o trânsito, também deveriam resolver outras questões, de âmbito nacional, até mais importantes. Essa crônica exemplifica, de maneira clara, a teoria de Maurício Guilherme Silva Júnior acerca desse gênero como espaço privilegiado para a discussão política na época do regime ditatorial nascente. Por meio de um texto no qual uma medida inútil e ridícula do novo governo é abordada de maneira tão irônica e, ao mesmo tempo, tão crítica, Cony apresentou uma reflexão acerca da capacidade – ou incapacidade – que os novos governantes tinham para resolver questões de interesse geral da sociedade. Nas palavras de Silva Júnior:

[...] há que se destacar a capacidade da crônica de, ao mesmo tempo, alargar a temporalidade da *narrativa jornalística* e, em função de sua rica proposta de “recriação do real” – assim como da instauração de diálogos com o leitor –, aproximar-se dos elementos, temporalidades e potencialidades da *narrativa ficcional*.⁹²

A crônica intitulada *Cacho de Bananas*, publicada em 12 de junho de 1964, criticou as cassações de mandatos e direitos políticos de opositores do regime. A

⁹¹ CONY, Carlos Heitor. **A Idade do Ouro**. Crônica publicada no jornal Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 30 de junho 1964, 2º Caderno, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_21851.pdf> Acesso: 11 jun. 2018.

⁹² SILVA JÚNIOR, Maurício Guilherme. **Contra a “Revolução dos Caranguejos”**. Carlos Heitor Cony e as crônicas de resistência ao golpe militar de 1964. Tese de Doutorado: UFMG, 2008, p. 54.

inteligência dos membros do governo é novamente atacada por meio de uma associação recorrente em outras crônicas de Cony: a dos militares com gorilas. Após a divulgação da lista de cassados, na qual se encontrava o ex-presidente e senador JK, Cony afirmou que tal atitude teria provocado a “alacridade e piedoso histerismo nos arraiais fardados ou paisanos do gorilismo”.⁹³ A crítica se acentua quando o escritor destaca que os militares, pouco tempo depois de anunciarem que a cassação se dava devido às denúncias de corrupção que marcaram o mandato do ex-presidente, assumiram que a cassação se deu por questões políticas. Na análise de Cony, “caráter político, para bom entendedor, significa não ter caráter algum, nem o político, nem o outro, o próprio, o que se subentende quando se diz simplesmente caráter”.⁹⁴ A “pouca inteligência” que Cony atribuía aos militares foi ressaltada, não só pela incapacidade destes de manterem uma única justificativa para o ato das cassações, mas também pelo caráter ambíguo que o termo “questões políticas” traz em si mesmo.

Ainda na crônica *Cacho de Bananas*, Cony fez um ataque direto ao Presidente da República, marechal Castelo Branco. Lamentando o fato de ter defendido o chefe do Executivo logo que assumiu o cargo, Cony compara a postura dele, e dos militares em geral, com a dos políticos profissionais:

[...] Um político profissional é um homem que começa a vida engolindo seus sapos. Quando ultrapassa o âmbito municipal ou estadual e penetra no federal, é um estômago indestrutível. Come qualquer tipo de sapo e é capaz de, num banquete a rigor, comer a própria mãe ensopada, com brinde às instituições ao champanhe. Achava que os militares, desabituaados a essa difícil digestão, ficariam constrangidos em banquetes antropofágicos. Recusava-me a crer que o Sr. Castelo Branco participasse de bródios tão repugnantes. Mas o homem aprendeu rápido. Fêz curso intensivo na ciência de engolir sapos e outras coisas. Com menos de três meses, passou na prova. Fala, come e age como um velho político, é capaz de superar-se a si mesmo e digerir o próprio general Costa e Silva, se êste bravo cabode-guerra lhe fôr servido à mesa cívica. Tarefa, convenhamos, que não é para qualquer um.⁹⁵

⁹³ CONY, Carlos Heitor. **Cacho de Bananas**. Crônica publicada no jornal Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 12 de junho 1964. 2º Caderno, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_A21836.pdf Acesso: 07 maio 2018.

⁹⁴ CONY, Carlos Heitor. **Cacho de Bananas**. Crônica publicada no jornal Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 12 de junho 1964. 2º Caderno, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_A21836.pdf Acesso: 07 maio 2018.

⁹⁵ CONY, Carlos Heitor. **Cacho de Bananas**. Crônica publicada no jornal Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 12 de junho 1964. 2º Caderno, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_A21836.pdf Acesso: 07 maio 2018.

Para além do riso – ou da repulsa – que a cena do “banquete de sapos” que os militares se habituaram a digerir poderia despertar, a crônica chama a atenção do leitor para a situação que se estabeleceu no cenário político nacional após a deposição de Jango. Um dos motivos alardeados pelos militares para o golpe que afastou o referido presidente foi justamente a corrupção de seu governo. Motivo que, conforme salientou Cony na crônica supracitada, também teria fundamentado a cassação do mandato de senador do ex-presidente Juscelino Kubistchek. Entretanto, passados três meses de governo militar, Cony chamava a atenção para o fato de que as promessas de moralização do Estado, feitas do Alto Comando Militar ao assumir o poder, não se realizaram. A ironia da presente situação era que os militares, que tanto se vangloriavam de sua moral firme e incorruptível, assim que assumiram o lugar dos políticos profissionais à frente do Estado, acabaram agindo da mesma maneira que seus predecessores.

Tal como na vitrine de uma grande loja, onde seus organizadores escolhem expor, entre as diversas peças disponíveis no estoque, aquelas que mais chamariam a atenção dos clientes, Cony, ao decidir criticar, em suas crônicas, o regime ditatorial nascente, também fez as escolhas que lhe pareceram mais adequadas na época. Entre estas, além de denunciar os abusos cometidos pelos militares em sua ascensão ao poder, Cony também optou por expor suas concepções acerca do posicionamento que os intelectuais deveriam ter no delicado momento político em questão. Ao expor, em sua coluna – ou *vitrine* –, quais eram suas concepções acerca do posicionamento da intelectualidade nacional após o golpe de Estado de abril de 1964, Cony também a transformou numa *ágora* para o diálogo com seus pares dessa categoria acerca dos rumos políticos do país.

1.3 - Montar o “Rocinonte” ou se calar? A escolha do “Quixote Subdesenvolvido” diante do agigantamento dos “moinhos do autoritarismo”

Na obra intitulada *O Ópio dos Intelectuais*, Raymond Aron afirmou:

Todas as doutrinas, todos os partidos – tradicionalismo, liberalismo, democracia, nacionalismo, fascismo, comunismo – tiveram e continuam tendo seus menestréis ou seus pensadores. Em cada campo são os intelectuais que transfiguram opiniões ou interesses numa

teoria; por definição, não se contentam em viver, também querem pensar sua existência.⁹⁶

A citação de Raymond Aron, transcrita anteriormente, retrata uma realidade antiga e bastante debatida pela intelectualidade de diversas partes do mundo, em diferentes períodos da história. A ligação de intelectuais com o Estado é um tema que, ainda hoje, suscita debates acadêmicos acalorados tanto no seio dos defensores dessa união quanto entre aqueles que se opõem a ela. De maneira geral e simplificada, podemos resumir a contenda no seguinte embate: os defensores da presença de intelectuais junto ao Estado argumentam que essa situação favorece seus projetos e pesquisas que podem, eventualmente, ser aplicados em benefício da sociedade civil; já os opositores defendem que tal ligação acaba com a autonomia do intelectual, que, como empregado do Estado, acaba abrindo mão de princípios e valores pessoais para se sujeitar à ideologia do grupo dominante que o comanda.

Segundo Norberto Bobbio, em seu livro *Os Intelectuais e o Poder*, o termo “intelectual” foi utilizado pela primeira vez pelo romancista russo Boborykin nos últimos decênios do século XIX. No contexto da luta contra a autocracia czarista do período, os intelectuais eram definidos como antagonistas do poder, ou conjunto de pessoas que, a partir do momento em que adquirem consciência de si mesmas como grupo portador de funções e prerrogativas próprias, colocam-se em posição de separação crítica de toda forma de domínio exercido exclusivamente com meios coercitivos. Nesse intuito, os intelectuais tendem a propor o domínio das ideias – por uma ação de esclarecimento, de iluminação – em substituição aos instrumentos tradicionais de poder. Mas teria sido na França, no final do século XIX, que o termo se popularizou e ganhou a acepção moderna, até hoje corrente: grupo de homens não políticos, conhecidos por sua atividade predominantemente literária, que se posicionam abertamente contra a prevaricação do poder político, defendendo a verdade da qual se consideram os depositários e os defensores.⁹⁷

O conceito de intelectual defendido por Daniel Pécault possui muitos pontos convergentes com o de Norberto Bobbio. Em obra que analisa a atuação dos intelectuais no Brasil, ele afirma que essa categoria sempre considerou o estudo sobre a realidade nacional e a formação da sociedade como sua obrigação. Como “um detentor do saber

⁹⁶ ARON, Raymond. *O Ópio dos Intelectuais*. Brasília: UNB, 1980, p.183.

⁹⁷ BOBBIO, Norberto. *Os Intelectuais e o Poder*. Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Unesp, 1997. passim.

relativo às leis da evolução histórica”⁹⁸, caberia ao intelectual liderar o processo de construção da nação. No concernente à relação entre o intelectual e a política, Pécault afirma, tal como Bobbio, que o primeiro sempre adotou uma postura de desconfiança em relação à segunda, posicionando-se, muitas vezes, abertamente contra ela. Entretanto, o sociólogo francês destaca um ponto importante: “(...) a convivência entre o conhecimento e a ação significa que nada escapa ao plano político, e que a realidade é, já de início, totalmente política”.⁹⁹ O autor explica que, no caso do Brasil, a postura de desconfiança ou rejeição à ação política seria, na verdade, mais teórica que real. Na verdade, Pécault salienta que a intelectualidade brasileira nunca hesitou em se entregar à ação política, assumindo, inclusive, “a responsabilidade pela dimensão mais política do fenômeno político: a ideologia”.¹⁰⁰

A relação existente entre intelectuais e política sempre foi marcada por um delicado e instável equilíbrio. Partindo do princípio de que um intelectual é uma pessoa que se dedica a pensar a realidade que o cerca, que se dispõe a ultrapassar as barreiras impostas por seus problemas e dilemas pessoais cotidianos para refletir acerca dos dramas e conflitos que afetam a sociedade como um todo, e que a política regula as diversas formas de socialização entre os homens, fica claro que a ideia de que os intelectuais podem manter-se afastados da política seria mais um ideal ou intenção do que uma realidade palpável. Para que refletir e pensar acerca de uma realidade se não for para transformá-la? O ato de produzir conhecimento acerca da realidade que testemunha já não seria, por si só, transformador, mesmo que seu produtor não participe de grupos ou associações políticas formalmente constituídas?

Além da discussão mencionada anteriormente, determinadas situações de crise colocam outra questão em debate, esta, mais delicada, incômoda e polêmica dentro da intelectualidade. Algumas das definições clássicas acerca do intelectual, como a de Norberto Bobbio citada anteriormente, colocam a oposição contra os abusos do governo como uma característica importante para o “enquadramento” de uma pessoa na categoria de intelectual em determinados momentos da história. Todavia é fato que, tal como afirmou Raymond Aron, nenhum sistema de governo ou Estado se estabelece sem uma base ideológica/intelectual, construída e defendida por um grupo de pessoas cuja

⁹⁸ PÉCAULT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil**. Entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1989, p. 06.

⁹⁹ PÉCAULT, Daniel. 1989. op.cit., p. 07.

¹⁰⁰ PÉCAULT, Daniel. 1989. op.cit., p. 07.

formação e cultura as qualificariam, segundo alguns teóricos, como integrantes da intelectualidade de um país.

No caso brasileiro, quando o golpe contra o presidente João Goulart logrou êxito e os militares assumiram o controle do Estado, a sociedade ficou dividida, tal como o meio intelectual. Aqueles que não concordaram com o novo regime que se instituiu a partir de então passaram à luta armada pela sua deposição ou optaram por formas não violentas de resistência. Por outro lado, também houve aqueles que, tanto no seio da sociedade civil quanto entre a intelectualidade, apoiaram integralmente as Forças Armadas em sua ascensão ao poder, não apenas por medo de repressões, mas também por acreditarem que o projeto de país que os militares estavam dispostos a implementar era, de fato, o melhor.

A questão da ação política dos intelectuais na década de 1960 também foi alvo de análise do filósofo francês Jean-Paul Sartre, cuja obra teve grande repercussão no Brasil e de quem Cony era admirador. A influência de Sartre na obra de Cony foi alvo de análise na tese de doutorado de Marina Silva Ruivo. Segundo essa autora, o escritor brasileiro era leitor assíduo da obra do literato e filósofo francês desde que saiu do seminário, e essa teria sido uma das maiores influências em sua escrita, especialmente nos romances de sua primeira fase como autor de ficção, que vai de 1955 até 1974.¹⁰¹

Escrevendo em meio ao conturbado contexto social e político vivido pela França no período subsequente à Segunda Guerra Mundial, quando os intelectuais eram alvo de inúmeras críticas, Sartre advogava que as principais críticas dirigidas a esse grupo – como o dogmatismo e o idealismo, que caracterizariam suas posturas diante da sociedade, e a fraqueza e a ineficiência em conseguir sustentar-se e se defender dos ataques das sociedades civil e política – seriam fundamentadas em um princípio comum: a postura contestadora do intelectual em relação às verdades que fundamentam o comportamento humano. Baseado numa concepção global do homem e também da

¹⁰¹A autora defende o princípio de que os protagonistas de dois romances de Cony – *Pessach: a travessia* e *Pilatos* – são marcados por um forte desejo de liberdade. Essa libertação não seria de uma prisão física, mas, sim, das escolhas de vida feitas por eles que os “aprimonam” em realidades muitas vezes cômodas e confortáveis, mas que, no entanto, não os fazem felizes. Sartre, por sua vez, afirmou que a democracia era o único regime em que a prosa tinha a sua razão de ser, por isso toda a ameaça à primeira também recaía sobre a segunda. Haveria o momento em que a luta em defesa de ambas deveria romper o espaço das letras e ganhar uma dimensão real. Não importando os caminhos que levaram o escritor a pegar em armas, “escrever é uma certa maneira de desejar a liberdade”. RUIVO, Marina Silva. **Uma certa maneira de desejar a liberdade**: caminhos da literatura de Carlos Heitor Cony no pós-1964. Tese de Doutorado: USP, 2012, p. 14-15.

sociedade, “o intelectual é alguém que se mete no que não é de sua conta”¹⁰², ou seja, é aquele que, após conseguir notoriedade por meio de seu trabalho científico e/ou artístico, passa a criticar a realidade social na qual está inserido, opinando até mesmo sobre temas que não seriam da alçada de seu trabalho ou especialização.

Partindo da premissa de que o intelectual é alguém que, além de interpretar a realidade, sempre manifesta publicamente sua opinião a respeito dela, podemos deduzir que Sartre coloca a capacidade de provocar reações às suas visões de mundo como sendo uma característica importante para aquele que pretende enquadrar-se nessa categoria. O posicionamento firme, chamado por alguns de radicalismo, sempre provoca mais reações do que o faz uma postura moderada. Ao diferenciar o “verdadeiro intelectual” do “falso”, a moderação aparece como um critério importante na perspectiva sartreana: “[...] o falso intelectual não diz *não*, como o verdadeiro; ele cultiva o *não*, mas... ou o *sei disso*, porém...”.¹⁰³

De acordo com Sartre, seria justamente devido à postura moderada dos falsos intelectuais que os verdadeiros acabam recebendo a crítica de que seriam idealistas, que sonham com um mundo pacífico e sem guerras, onde a paz cairia dos céus, e que não agem de maneira efetiva para consegui-la. A consciência de que a paz só viria por meio da instituição de uma nova ordem em que o fim de todas as guerras e violências só seria atingido por meio da vitória dos oprimidos sobre seus antigos opressores, é que obriga o verdadeiro intelectual:

[...] a se *engajar* em todos os conflitos de nosso tempo porque todos são – conflitos de classes, nações ou de raças – efeitos particulares da opressão dos desfavorecidos pela classe dominante porque em cada um deles ele está, ele, o oprimido consciente de sê-lo, do lado dos oprimidos.¹⁰⁴

Embora o intelectual engajado mencionado por Sartre possa atuar em diferentes áreas da ciência, cultura e artes, este faz uma menção especial aos literatos. Na obra intitulada *Que é a Literatura?*, ele afirmou que os literatos, além de usarem sua escrita como “arma” na luta contra a tirania e a opressão, deveriam, quando o momento exigisse, abandonar a pena e pegar o fuzil, ou seja, deveriam entregar-se, não somente de alma, mas também de corpo, à luta:

Chega um dia em que a pena é obrigada a deter-se, e então é preciso que o escritor pegue em armas. Assim, qualquer que seja o caminho

¹⁰² SARTRE, Jean-Paul. **Em Defesa dos Intelectuais**. São Paulo: Ática, 1994, p. 14.

¹⁰³ SARTRE, Jean-Paul. 1994. op.cit., p. 38.

¹⁰⁴ SARTRE, Jean-Paul. 1994. op.cit., p. 40.

que você tenha seguido para chegar à ela, quaisquer que sejam as opiniões que tenha professado, a literatura o lança na batalha; escrever é uma certa maneira de desejar a liberdade; tendo começado, de bom grado ou à força você estará engajado.¹⁰⁵

A proposição de Sartre acerca do envolvimento direto dos escritores na luta armada contra a tirania não foi seguida por Cony, entretanto tal escolha não significa, necessariamente, que esse pensamento não o tenha intrigado. Conforme veremos no capítulo 2, o romance *Pessach: a travessia*, publicado por Cony em 1967, tem justamente essa temática como eixo principal da trama. Embora Cony não tenha substituído a pena pelo fuzil em nenhum momento, a primeira continuou sendo sua principal arma na luta contra o autoritarismo crescente do governo.

No dia 23 de maio de 1964, Carlos Heitor Cony publicou a crônica intitulada *A Hora dos Intelectuais*. Nesse texto, sugerido e escrito em parceria com o poeta Ferreira Gullar, Cony alertou para a violência disfarçada e, por vezes, ostensiva das autoridades do governo contra intelectuais de diversas áreas em diferentes estados da federação. As prisões, as cassações de mandatos e direitos políticos e a violência empregadas contra advogados, professores, jornalistas, economistas, pintores, escritores, entre outros profissionais exigiam, da parte dos intelectuais, um posicionamento firme e rápido:

Acredito que é chegada a hora dos intelectuais tomarem posição em face do regime opressor que se instalou no País. Digo isso como um alerta e um estímulo aos que têm sobre os ombros a responsabilidade de serem a “consciência da sociedade”. E se, diante de tantos crimes contra a pessoa humana e contra a cultura, os intelectuais brasileiros não moverem um dedo, estarão simplesmente abdicando de sua responsabilidade, estarão traindo o seu papel social e estarão dando uma demonstração internacional de mediocridade moral. [...]. Os intelectuais brasileiros precisam, urgente e inadiavelmente, mostrar um pouco mais de coragem e de vergonha. Se os intelectuais não se dispuserem a lutar agora – talvez muito em breve não tenham mais o que defender.¹⁰⁶

O tom de apelo presente no trecho da crônica transcrito acima pode ter sido motivado pelo clima de adesão, e/ou de passividade, da população em geral – incluindo os intelectuais – diante das arbitrariedades cometidas pelo Alto Comando contra aqueles considerados como opositores do regime. Diante das violações dos direitos civis e da redução gradativa do espaço para o diálogo democrático, os intelectuais, como

¹⁰⁵ SARTRE, Jean-Paul. **Que é a Literatura?** São Paulo: Ática, 1993, p. 53.

¹⁰⁶ CONY, Carlos Heitor. **A Hora dos Intelectuais**. Crônica publicada no jornal Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 23 de maio de 1964, 2º Caderno, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_A21819.pdf> Acesso: 15 maio 2018.

“consciência da sociedade”, não poderiam omitir-se, muito menos referendar tais atos. Mais do que um apelo, a crônica era uma crítica direta àqueles que estavam, de acordo com a concepção de Cony, esquivando-se de sua missão para com a sociedade.

A repercussão do texto junto ao meio intelectual foi tão rápida que, no dia seguinte, Cony publicou uma outra crônica, intitulada *Os Anônimos*, na qual ele respondeu às críticas e comentários que teria recebido acerca do teor do texto publicado no dia anterior. Após fazer um relato de situações de abusos e violências cometidas em algumas prisões e quartéis as quais teriam sido recebidas por meio de cartas enviadas por seus leitores, Cony dedicou os três últimos parágrafos da crônica para dar uma resposta às críticas recebidas pelo teor da crônica *A Hora dos Intelectuais*, publicada um dia antes. Cony diz que foi criticado por ter generalizado, ou seja, teria chamado de “passivos” os profissionais que, de fato, à sua maneira, estavam agindo contra a ditadura, mas que, diferentemente dele, não possuíam uma janela onde podiam dar voz à sua insatisfação. A esses profissionais, Cony disse:

Realmente, sei de muitos intelectuais que estão trabalhando. Alguns chegam a se arriscar, enfrentado a hora adversa. Homens de que muito me orgulho: são meus amigos. Ficam esses esclarecimentos e o humilde pedido de perdão. Mas a finalidade da crônica foi – bem ou mal – atingida. Ainda que não me compreendam, pouco importa. Eu compreendo, e basta.¹⁰⁷

Poucos dias após a publicação desse pedido de desculpas aos seus pares do meio intelectual, Cony publicaria em sua coluna uma carta do poeta Geir Campos, a qual seria uma resposta à crônica publicada no dia 23 de maio. Sob o título de *Ainda os Intelectuais*, Cony transcreveu na íntegra a carta recebida cujo tom é de leve crítica à acusação de passividade que o escritor lançou a alguns intelectuais brasileiros diante dos abusos cometidos pelos militares. De modo cortês, o poeta salienta que o silêncio de muitos intelectuais se devia não a uma passividade ou mesmo concordância com o regime ditatorial que se estabelecia, mas, sim, por conta da repressão e da falta de meios para a manifestação de suas insatisfações. Além disso, elenca algumas instituições representativas da intelectualidade nacional, como União Brasileira de Escritores, a Associação Brasileira do Livro, o Sindicato Nacional dos Editores e a Academia Brasileira de Letras, que deveriam estar lutando contra as medidas repressoras do

¹⁰⁷ CONY, Carlos Heitor. **Os Anônimos**. Crônica publicada no jornal Correio da Manhã, 27 de maio 1964, 2º Caderno, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_B21822.pdf> Acesso: 06 jun. 2018.

governo, mas, no entanto, estavam preferindo omitir-se. Ao final da carta, Cony fez apenas um breve comentário: “Aí está, Geir, a sua carta. Publico-a com prazer. Caberiam talvez algumas explicações minhas, mas o momento não é oportuno para isso. Um dia, quando o pesadêlo passar – se passar mesmo –, voltaremos ao assunto”.¹⁰⁸

Mesmo não concordando integralmente com o teor da carta, Cony pode ter decidido publicá-la não só em respeito ao direito que ele mais prezava e que os militares mais ameaçavam desde que assumiram o poder – a liberdade de expressão –, mas também em virtude do apreço ao poeta Geir Campos, a quem ele mesmo chama de amigo.

Em 1º de novembro de 1964, na crônica intitulada *Compromisso e Alienação*, Cony explica o porquê de ter parado de escrever textos de caráter político. O escritor alegava razões pessoais, e que tal atitude não significava uma postura covarde ou alienada de sua parte. Simplesmente achava que sua função de “Quixote subdesenvolvido”, que saía distribuindo patadas, já tinha sido e cumprida.

A situação, em substância, não se modificou. Mas hoje há cintilantes escribas em todo País, há políticos profissionais e amadores, há donas de casa e estudantes que já fazem a mesma coisa, e com maior brilho: dão seu testemunho. Apontam os erros e os enganos da quartelada.¹⁰⁹ Minha voz seria ociosa e, sobretudo, soaria falsa a meus próprios ouvidos. [...] Cabe agora aos analistas, aos táticos, aos profundos interpretadores da realidade nacional orientar o povo e salvar a Nação. Essas coisas - honestamente - não sei fazer.¹¹⁰

A partir da análise de todas as crônicas publicadas por Cony entre 07 de abril – data da publicação da primeira crônica após o golpe de Estado – e 31 de dezembro de 1964, percebemos que a política nacional foi o tema mais explorado pelo escritor nessas publicações; todavia, conforme já mencionado anteriormente, embora as crônicas de Cony tenham privilegiado a situação política do país durante o período mencionado, esse não foi o único tema explorado por ele em seus textos. Entre os escritos mais ácidos e críticos às medidas do governo ditatorial e aos seus principais integrantes, Cony também publicou crônicas cuja inspiração passava longe dos arredores de Brasília

¹⁰⁸ CONY, Carlos Heitor. **Ainda os Intelectuais**. Crônica publicada no jornal Correio da Manhã, 30 de maio de 1964, 2º Caderno, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_A21825.pdf> Acesso: 06 jun. 2018.

¹⁰⁹ “Quartelada” foi o termo utilizado por Cony em suas crônicas para se referir ao golpe civil-militar que depôs o presidente João Goulart.

¹¹⁰ CONY, Carlos Heitor. **Compromisso e Alienação**. Crônica publicada no jornal Correio da Manhã, 01 de setembro de 1964. Cultura e Diversão, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_21958.pdf> Acesso: 09 jun. 2018.

e de suas intrigas políticas. Como exemplos, podemos citar a crônica *Por Aqueles Dias*, publicada em 15 de dezembro de 1964, na qual o tema foi uma briga ocorrida entre as empregadas do escritor por ciúmes do pintor que trabalhava numa obra na casa.¹¹¹ Também podemos mencionar a crônica *Noturno da Lapa*, publicada em 06 de outubro de 1964, cujo título é homônimo ao romance lançado naquele ano por Luís Martins, pelo qual Cony demonstrou muito apreço.¹¹² Digna de menção também é a crônica *Vendi Minha Alma*, publicada no dia 03 de dezembro de 1964: texto de caráter levemente sombrio e irônico, em que Cony descreve um pacto no qual teria vendido sua alma ao diabo¹¹³ – tema que, segundo o escritor, rendeu tantas cartas de repúdio e crítica quanto as suas crônicas políticas mais polêmicas.

A presença de textos cujos temas versavam sobre diferentes questões do seu cotidiano pessoal não impediu Cony de continuar expondo os abusos do governo e ridicularizando alguns de seus integrantes e apoiadores quando a ocasião se apresentava propícia. Na crônica intitulada *Sansão e o Climatério*, publicada em 01 de setembro de 1964, o alvo foi o governador da Guanabara e líder da UDN, Carlos Lacerda. Tomando como base uma foto na qual a calvície do político aparece em destaque, Cony o compara ao personagem bíblico Sansão, que perdeu a força e a vitalidade junto com seus cabelos. Cony critica a postura subserviente de Lacerda que, ingenuamente, acreditou que iria ocupar um papel de destaque na política nacional após a deposição de João Goulart e foi, rapidamente, tirado de cena pelos militares após o golpe do 1º de abril:

Outro dia, andou pela redação uma fotografia do Sr. Carlos Lacerda. O ângulo era ousado: o nosso governador aparecia calvo, um crânio amarelado e opaco, onde os ralos cabelos anunciavam decadência e fim. Não sei por quê, associaram os cabelos à virilidade, à força física. Há o caso de Sansão e há o caso dos gorilas – os próprios, que são tanto mais poderosos quanto mais cabeludos. [...]. Depois de tapear-se a si mesmo como dono da revolução e de tapear os outros através de um longo programa de televisão, foi o Sr. Carlos Lacerda ao Ministério da Guerra para, talvez, receber dos generais vitoriosos, na bandeja, a Pátria estremecida e acéfala. Recebeu foi um murro na

¹¹¹ CONY, Carlos Heitor. **Por Aqueles Dias**. Crônica publicada no jornal Correio da Manhã, 15 de dezembro 1964, 2º Caderno, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_21994.pdf> Acesso: 09 jun. 2018.

¹¹² CONY, Carlos Heitor. **O Noturno da Lapa**. Crônica publicada no jornal Correio da Manhã, 06 de outubro 1964, 2º Caderno, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_21935.pdf> Acesso: 09 jun. 2018.

¹¹³ CONY, Carlos Heitor. **Vendi minha Alma**. Crônica publicada no jornal Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 3 de dezembro 1964, 2º Caderno, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_21984.pdf> Acesso: 12 jun. 2018.

mesa. Murro na mesa que equivaleria a murro na cara. Os segundos do Sr. Lacerda atiraram a toalha no ringue elevaram o líder para o *corner* e para a Europa. [...]. Voltando à Pátria, pensou o Sr. Lacerda em buscar o tempo e os cabelos perdidos. Mudou de lado e ameaçou desencadear uma campanha civilista, a fim de depor o marechal Castelo Branco e promover mais uma crise que desta vez o beneficiasse mais direta e exclusivamente. [...]. Vivendo seu climatério e a sua calvície, o governador da Guanabara, muito em breve será uma ruína impotente – embora com dinheiro bastante para tratar suas úlceras e suas rosas. Mas bem longe daqui.¹¹⁴

Ainda no mês de setembro de 1964, nas crônicas *Na Cova do Leão* e *Maomé e a Montanha*, publicadas nos dias 8 e 10, respectivamente, Cony descreve os encontros com o general Costa e Silva nas audiências em que foi intimado a comparecer por conta do processo que o referido militar movia contra ele. Nesses textos, mais uma vez, o caráter crítico e irônico de Cony fica claro na forma como descreve a postura do general nessas audiências, especialmente quanto à arrogância dele, que usou de sua posição de Ministro da Guerra para transferir a audiência que, normalmente ocorreria num Tribunal de Justiça, para o seu gabinete particular na sede do referido Ministério.¹¹⁵

Na crônica *Compromisso e Alienação*, citada anteriormente, Cony, novamente, destaca a existência de um grupo que não só deve interpretar o país, mas também guiar o povo no caminho que poderia salvar a nação do autoritarismo. Aos intelectuais que tanto se dedicavam ao estudo da realidade do país e de seus problemas, caberia uma postura pró-ativa no sentido de guiar o povo naqueles dias em que um regime ditatorial estava em fase de estruturação, ameaçava as liberdades individuais dos brasileiros. Nessa perspectiva, os intelectuais, assim como afirma Daniel Aarão Reis Filho, são “pessoas políticas” e, dentro da sociedade, independentemente da função que desempenham – criadores de cultura, mediadores ou apenas divulgadores desta –, serão sempre “*men of ideas*”.¹¹⁶ A distinção dos intelectuais em dois tipos feita por Daniel Aarão Reis Filho se assemelha à que Cony expressou em sua crônica, atribuindo a si

¹¹⁴ CONY, Carlos Heitor. **Sansão e o Climatério**. Crônica publicada no jornal Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 01 de setembro de 1964. 2º Caderno, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_21905.pdf> Acesso: 11 maio 2018.

¹¹⁵ CONY, Carlos Heitor. **Na Cova do Leão**. Crônica publicada no jornal Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 8 de setembro 1964, 2º Caderno, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_21911.pdf> Acesso: 25 jun 2018.

CONY, Carlos Heitor. **Maomé e a Montanha**. Crônica publicada no jornal Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 10 de setembro 1964, 2º Caderno, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_21913.pdf> Acesso: 25 jun. 2018.

¹¹⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão. Intelectuais e Política nas fronteiras entre reforma e revolução. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org). **Intelectuais, História e Política** (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: 7letras, 2000, p.12.

mesmo uma função diferente da de outros intelectuais. A ele caberia chamar a atenção da população para os abusos cometidos pelos militares, enquanto que a outros intelectuais caberia ditar o caminho para superá-los.

Na crônica intitulada *A Situação Vigente*, Cony explica sua posição diante da delicada situação em que se viu envolvido após o convite da turma de graduandos em jornalismo da faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais para receber uma homenagem. Alguns estudantes manifestaram oposição à presença do jornalista na faculdade por considerá-lo “incompatível com a situação vigente”. Debilitado por uma gripe, Cony não compareceu ao evento, porém deixou claro que se sentia duplamente honrado, não só pela iniciativa da turma em homenageá-lo, como também por, de fato, não se enquadrar na “situação vigente” do país. Ele também se valeu de todo o debate gerado em torno de sua presença ou não na faculdade para lembrar a importância que os jornalistas adquirem em determinados momentos da história:

[...] Nisso tudo, lamento o transtorno que, involuntariamente, à minha revelia, causei aos estudantes do curso de jornalismo. Quiseram êles homenagear aquele que, a partir do dia 2 de abril¹¹⁷, quente ainda da pólvora que não houve dessa revolução que não houve, começou a criticar – com a veemência que a hora e a estupidez generalizada exigiam – os desmandos e as crueldades dos homens responsáveis pela aludida situação vigente. Êsses estudantes pretendem um dia ser jornalistas. Compreenderam que, em certos momentos, a missão do jornalista pode ganhar importância inesperada. O apóstolo São Paulo, em suas epístolas, foi um ancestral do jornalismo moderno, e os resultados aí estão: criou uma civilização. O exemplo é muito alto, mas não deixa de ser verdadeiro.¹¹⁸

“Consciência da sociedade” e “interpretadores da realidade nacional” foram alguns dos termos utilizados por Cony para se referir aos intelectuais em suas crônicas. Nesses textos, o escritor carioca atribuía uma espécie de “missão” a essa categoria: servir de guia e alerta para o restante da sociedade em tempos de crise, no caso do Brasil pós-golpe de 64; advertir para o perigo que o autoritarismo e a truculência dos militares para com os seus opositores representavam para todos. Na crônica supracitada, Cony

¹¹⁷ Neste ponto, cabe um esclarecimento acerca dessa data mencionada por Cony e outra já informada no decorrer deste texto. Apesar de o autor mencionar, na crônica supracitada, a data de 2 de abril como sendo da publicação do seu primeiro texto crítico contra o regime, na verdade, a data real de publicação dessa primeira crônica – intitulada *Da Salvação da Pátria* – no *Correio da Manhã* foi no dia 7 de abril. Acreditamos que a menção ao dia 2 de abril pode ser uma confusão do autor em virtude da data de escrita do texto.

¹¹⁸ CONY, Carlos Heitor. **A Situação Vigente**. Crônica publicada no jornal *Correio da Manhã*, 18 de dezembro 1964, 2º Caderno, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_21997.pdf> Acesso: 17 jul. 2018.

ressaltou o quanto o trabalho do jornalista era importante nessas horas de turbulência política, já que sua função – segundo a concepção de Cony e os rumos que a escrita jornalística tomava na época, conforme discutido no início do capítulo – seria a de informar a população da realidade dos fatos, tal como ocorriam. Ao cumprir sua missão de informar, os jornalistas auxiliavam os intelectuais na sua: a de apontar os caminhos certos a serem seguidos. Eventualmente, uma única pessoa poderia executar as duas funções, embora isso não fosse uma regra geral.

Segundo Jean-François Sirinelli, além do engajamento político, os intelectuais se dividem entre os *criadores* e os *mediadores* da cultura. Estariam professores, jornalistas, eruditos de modo geral no primeiro grupo, enquanto os estudantes dividem-se entre mediadores e receptores de cultura¹¹⁹. Já no concernente ao critério do engajamento político, como uma definição mais estreita, esta se baseia no grau de participação efetiva do intelectual na vida política de sua cidade. A notoriedade e a visibilidade do intelectual, no seio da sociedade na qual está inserido, estariam vinculadas à sua especialização que, por sua vez, “legítima e mesmo privilegia sua intervenção no debate da cidade”.¹²⁰

Consideramos que os posicionamentos de Cony acerca do papel dos intelectuais na sociedade, bem como as críticas endereçadas àqueles que se omitiam diante da escalada do autoritarismo no Brasil, possuem significado em virtude do lugar que o escritor ocupa no processo definido por Jacques Rancière como *partilha do sensível*, que seria:

[...] o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa portanto, ao mesmo tempo, um *comum* partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se fundamenta numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um *comum* se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha.¹²¹

Rancière explica que o supracitado processo de *repartição das partes e lugares*, na verdade, é antecedido por outra partilha que apontaria *quem* toma parte desta. O filósofo francês explica que a participação ou não no comum e o lugar que cabe a cada um neste seriam determinados pela ocupação, isto é, “ter esta ou aquela ocupação define

¹¹⁹ SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 242.

¹²⁰ SIRINELLI, Jean-François. 2003. op.cit., p. 243.

¹²¹ RANCIÈRE, Jacques. **A Partilha do Sensível: estética e política**. São Paulo: Exo, 2005, p. 15.

competências ou incompetências para o comum. Define o fato de ser ou não visível num espaço comum, dotado de uma palavra comum etc”.¹²² Partindo desses pressupostos, acreditamos que Cony, cujo trabalho como cronista naqueles meses teve considerável repercussão junto a diferentes setores da sociedade – chegando ao ponto de ser ameaçado por simpatizantes do regime e de ser processado pelo então Ministro da Guerra –, disputava um lugar em meio aos debates políticos, ideológicos e culturais que ocorriam no seio da sociedade brasileira no contexto de instauração do governo ditatorial a partir de 1964. Num espaço comum, onde militares, intelectuais, militantes da luta armada, conservadores, liberais, imprensa, artistas e outros segmentos da sociedade lutavam para atrair visibilidade e apoio às suas demandas e projetos de país, Cony usava da escrita para assegurar um espaço privilegiado na partilha do sensível.

Por meio do que discutimos até aqui acerca do papel do intelectual na sociedade, defendido por Carlos Heitor Cony em suas crônicas de oposição ao governo autoritário, parece claro que o escritor tinha uma concepção semelhante à surgida na França no final do século XIX, citada por Norberto Bobbio: a de que os intelectuais são depositários e defensores da verdade e lutam contra a prevaricação do poder. Termos como “interpretadores da realidade nacional” e “consciência da sociedade”, que Cony utilizou para se referir aos intelectuais em algumas de suas crônicas que foram comentadas anteriormente, respaldam essa interpretação. A partir do momento em que Cony decidiu fazer de sua coluna no *Correio da Manhã* uma *vitrine* para abusos cometidos pelo regime ditatorial em ascensão, ele, concomitantemente, transformou suas crônicas em *ágoras* para a discussão acerca do papel do intelectual na sociedade brasileira da época. Conforme analisado anteriormente, Cony não poupou críticas aos intelectuais que ele considerava omissos diante da escalada do autoritarismo. De forma semelhante, ele também usou sua afiada pena para alfinetar aqueles que demonstraram apoio e colaboraram de forma direta com o governo ditatorial.

Na crônica *Missa de Segundo Mês*, publicada em 31 de maio de 1964, Cony fez uma crítica a dois intelectuais que, logo após o golpe de Estado de 1964, demonstraram apoio incondicional ao regime militar nascente. A crítica se baseava no fato de esses dois homens terem mostrado, no decorrer de suas carreiras como intelectuais e também como políticos, posições diferentes e contraditórias frente ao autoritarismo. Tratava-se dos políticos da UDN Pedro Aleixo e Bilac Pinto. Ambos eram bacharéis e doutores em

¹²² RANCIÈRE, Jacques. **A Partilha do Sensível**: estética e política. São Paulo: Exo, 2005, p.16.

Direito, tinham trabalhado como professores universitários e também atuaram como jornalistas.¹²³ No texto, Cony criticou a forma disfarçada como a UDN e os políticos citados apoiavam os militares:

[...] O movimento militar-terrorista ainda não acabou – é óbvio -, mas isso não me impede a prece e o perdão. Prece pela atitude dos bacharéis da UDN, os Senhores Pedro Aleixo e Bilac Pinto puxando o cordão, atrelados ao general Costa e Silva, na tentativa de justificar o latrocínio verbal perpetrado pelo nosso honrado ministro da Guerra. Aliás, é um assunto a meditar: o bacharelismo da UDN começa a botar as unhas de fora. Sente-se que, por trás dos militares e à sombra dos quepes, há conhecidas silhuetas da hipócrita e eterna vigilância. Homens que, desde o Manifesto dos Mineiros, estão tentando ganhar o poder. Desesperados das vias normais, vencidos e convencidos nas urnas, os bacharéis afinal entregam os pontos: já estão ricos e velhos, podem abrir o jogo. Aproveitam-se, para isso, da ingenuidade política e da pureza humana de homens como Castelo Branco e Costa e Silva. Mas não vamos gastar tempo com êsses bacharéis. Na atual situação, se algum general declarar que o mundo é um tabuleiro sustentado por elefantes, os senhores Pedro Aleixo e Bilac Pinto serão capazes de uma confissão: eles são os próprios elefantes que sustentam o mundo.¹²⁴

O *Manifesto dos Mineiros*, mencionado por Cony no texto da crônica, foi um documento redigido e publicado em 1943 por políticos mineiros o qual declarava oposição à ditadura varguista e conclamava pela restauração da democracia. Pedro Aleixo e Bilac Pinto estavam entre os políticos que assinaram o referido manifesto. Apesar de a democracia defendida pelos signatários do texto – em sua maioria, membros da elite latifundiária mineira – não propor mudanças significativas na estrutura agrária e política nacional, Stanley Hilton o trata como “a primeira demonstração séria de mobilização anti-regime”.¹²⁵ No período do Estado Novo, Bilac Pinto e Pedro Aleixo se manifestaram contra o regime ditatorial vigente, porém, vinte anos depois, ambos apoiaram a deposição de um presidente e a ascensão de um governo autoritário que pôs fim à democracia no país. Cony ressalta que os políticos em questão já ambicionavam o poder desde a época da publicação do *Manifesto dos Mineiros*, mas, como não o conseguiram por meio do voto, apoiavam os militares, que defenderiam

¹²³ Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/olavo-bilac-pereira-pinto>> <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/pedro_aleixo> Acesso: 14 maio 2018.

¹²⁴ CONY, Carlos Heitor. **Missa do Segundo Mês**. Crônica publicada no jornal Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 31 de maio de 1964. 2º caderno, p.1. Hemeroteca digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_B21826.pdf> Acesso: 24 jul. 2018.

¹²⁵ HILTON, Stanley. **O Ditador e o Embaixador**: Getúlio Vargas, Adolfo Berle Jr. e a queda do Estado Novo. Rio de Janeiro: Record, 1987, p. 12.

seus interesses. A democracia e a ditadura, na verdade, não eram defendidas por esses “bacharéis” – usando o termo ao qual Cony recorre no texto para se referir, de modo depreciativo, aos dois políticos – pela natureza política dos dois regimes, mas, sim, pela capacidade que um tinha de proteger seus interesses pessoais frente à vigência do outro. Quando a ditadura varguista começou a ameaçar os interesses da elite econômica mineira de tendências liberais, Pedro Aleixo e Bilac Pinto apoiaram a restauração da democracia contra o Estado Novo. Já durante o governo democrático de João Goulart, quando as Reformas de Base ameaçavam modificar algumas das estruturas mais antigas que sustentavam o poder de grupos dominantes, os referidos políticos não hesitaram em apoiar o golpe de Estado que inaugurou um novo governo ditatorial.

Em sua crônica, Cony afirma que a postura de apoio disfarçado aos militares, adotada por Pedro Aleixo e Bilac Pinto, não era necessária tendo em vista os privilégios, status e idade que já haviam alcançado. Assumir quais eram suas verdadeiras intenções seria uma atitude mais digna, na visão do escritor. Ao chamar a atenção para a postura dos bacharéis da UDN “à sombra dos quepes” dos militares, Cony critica a ambos. Aos primeiros, por sua postura subserviente e bajuladora, e aos segundos, por sua “ingenuidade política” que não os permitia enxergar as reais intenções dos velhos bacharéis que rondavam o poder desde o final da Era Vargas.

No decorrer da obra *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, Gramsci coloca os intelectuais como um grupo cuja atividade política é importante, para não dizer vital. Partindo do princípio que divide a sociedade em duas grandes superestruturas – sociedade civil (conjunto de organismos chamados de privados) e sociedade política (Estado) – sendo que a primeira está submetida à segunda, os intelectuais seriam, dentro da estrutura organizacional do Estado, “os *comissários* do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político”.¹²⁶ Dentro ou fora das estruturas do Estado, os *intelectuais orgânicos*, definidos por Gramsci como aqueles que são criados de acordo com os interesses de sua classe social de origem e cuja função é conferir consciência de classe a esse grupo e também uma homogeneidade econômica, política e social a ele, trabalham para garantir o acesso ao poder de seu grupo.

¹²⁶ GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, 1982, p. 14.

Os “bacharéis da UDN”, mencionados por Cony em sua crônica, enquadrar-se-iam na categoria de intelectuais orgânicos proposta por Gramsci: estando dentro – como no caso da ditadura militar iniciada em 1964 – ou fora das estruturas de poder do Estado – como no período do Estado Novo –, esses estão sempre dispostos a defender os interesses de seu grupo social de origem, agindo, de acordo com as palavras de Cony, como “silhuetas da hipócrita e eterna vigilância”.¹²⁷

Ramonn Rodrigues Magri explica que, dentro da UDN, os bacharéis compunham uma ala influente que se caracterizava pelo grande valor dado à legalidade, a qual era considerada o elemento mais importante da vida política, e também pelo “demasiado apego ao beletismo político, à retórica e ao formalismo”.¹²⁸ Lutando internamente contra uma facção radical e, inicialmente, minoritária – os Lacerdistas – os bacharéis comandaram a UDN até 1957, fazendo oposição ao governo JK, só perdendo espaço para os Lacerdistas após o curto e agitado mandato de Jânio Quadros.

Cony afirmou, em sua crônica, que não daria ao fato político o poder de modificá-lo. Partindo desse pressuposto, parece compreensível o porquê do menosprezo do escritor pelos bacharéis da UDN, os quais, diferentemente dele, não tinham a luta pela liberdade e o respeito aos direitos civis como um valor imutável, mas, sim, uma retórica ambígua que os permitia transitar entre os domínios da democracia e do autoritarismo como se não existisse uma fronteira nítida entre os dois regimes.

Outro bacharel da UDN criticado por Cony em suas crônicas e que participou ativamente do golpe militar foi o Ministro da Justiça do governo Castelo Branco, o advogado e político Milton Campos. Também signatário do *Manifesto dos Mineiros*, tal como Pedro Aleixo e Bilac Pinto, e um dos fundadores da UDN, Milton Campos – que foi governador de Minas Gerais, deputado federal e senador¹²⁹ – foi criticado por Cony devido ao seu silêncio e passividade diante da ameaça feita pelo marechal Taurino Resende de extinguir a justiça civil, mantendo apenas os tribunais militares. Na crônica

¹²⁷ CONY, Carlos Heitor. **Missa do Segundo Mês**. Crônica publicada no jornal Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 31 de maio de 1964. 2º caderno, p.1. Hemeroteca digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_B21826.pdf> Acesso: 24 jul. 2018.

¹²⁸ MAGRI, Ramonn Rodrigues. Os passos iniciais: o nascimento da UDN e o primeiro mandato de Afonso Arinos no partido (1945-1951). **Rev. Hist. UEG** - Anápolis, v.5, n.1, p. 219-246, jan./jul. 2016. p. 220. Disponível em: <http://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/viewFile/4829/3431> Acesso: 17 maio 2018.

¹²⁹ Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/milton-soares-campos>> Acesso em: 17 maio 2018.

intitulada *O Marechal e o Jurista*, publicada em 4 de julho de 1964, Cony expressou sua indignação:

[...] Mas se o silêncio do Sr. Castelo Branco é compreensível, o silêncio do Sr. Milton Campos é absurdo. Afinal, aprendemos a ver, no atual ministro da Justiça, um jurista, um homem de estudo, de probidade pessoal, embora politicamente atrasado. Mas já não se pede uma atualização política do Sr. Milton Campos. Pede-se – ou mais, exige-se – que a probidade pessoal e consciência jurídica do Sr. Milton Campos venham a público condenar fundamentalmente a pretensão descabida do funcionário Taurino. Houve um general, há tempos, que se considerou uma “vaca fardada”. Muita gente zombou do general, mas eu entendi a sua humildade e a sua intenção. Entendi e até apreciei. Seguindo o exemplo do general Mourão Filho, o Sr. Milton Campos é capaz de se considerar uma “vaca togada”. Será coisa que também entenderei, mas não admirarei. Pois se na atitude do general houve humildade, na atitude do ministro da Justiça haverá apenas oportunismo e bajulação.¹³⁰

No trecho da crônica transcrito anteriormente, o que mais chamou a atenção de Cony foi o fato de o Ministro da Justiça – definido por ele como um homem honesto e de reconhecido saber em sua área, no caso, o Direito – omitir-se diante de uma proposição tão absurda como a que foi sugerida pelo marechal Taurino Resende. Conforme já salientado anteriormente, era a constante e crescente violação dos direitos civis pelos militares a partir de abril de 1964 que mais incomodava Cony. A extinção da justiça civil, tal como foi proposta, seria um grande avanço na política opressora e truculenta das Forças Armadas contra as liberdades da população. O Ministro da Justiça, como um intelectual da área do Direito e também figura de destaque no governo, deveria, na opinião de Cony, ser o primeiro a se manifestar contra essa proposição; no entanto, preferiu o silêncio. Possivelmente, a escolha por Cony do termo “vaca” para se referir ao Ministro da Justiça foi baseada justamente na passividade e mansidão que caracterizam o referido animal, que, quase sempre, é conduzido de maneira fácil para onde quer que o direcionem. De acordo com a concepção de intelectual que Cony tinha na época, a crítica a Milton Campos se baseia justamente no fato de que essa categoria deve sempre “guiar a nação” e não “se deixar guiar” por outros, muito menos por militares, que, na opinião do escritor, eram claramente desqualificados para gerir o Estado e a sociedade civil.

¹³⁰ CONY, Carlos Heitor. **O Marechal e o Jurista**. Crônica publicada no jornal Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 04 de julho 1964, 2º Caderno, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_21855.pdf> Acesso: 29 maio 2018.

As críticas feitas a Pedro Aleixo, Bilac Pinto e Milton Campos só confirmam quais eram as características do intelectual as quais Cony mais prezava e que, no caso dos políticos supracitados, eram deficientes: coragem para se posicionar em defesa da democracia e dos direitos civis na luta contra o autoritarismo; e não fugir ao papel de liderança à frente da sociedade em direção a um futuro melhor. Os três personagens citados, enquanto intelectuais que possuíam visibilidade na política nacional, acabaram apoiando um regime autoritário e assistiram, passivamente, aos militares se apossarem do poder no país, dando início a uma escalada de abusos e violências que se expandiria rapidamente nos anos seguintes. De acordo com a visão de intelectual que emerge das crônicas de Cony, a anuência com essas arbitrariedades não era aceita quando vinha de um intelectual que tinha como um de seus principais deveres lutar e mobilizar a sociedade contra essa realidade.

Em 1965, após mais de um ano alfinetando, semanalmente, militares, intelectuais e todos os que aplaudiam o governo autoritário que se estabeleceu no Brasil após a queda de João Goulart, a afiada pena de Cony foi forçada a uma trégua. Após uma crônica muito crítica ao AI-2, o *Correio da Manhã* foi alvo de muitas críticas e pressões por parte do governo e de seus anunciantes que simpatizavam com aquele, forçando Cony a se demitir. Já tendo sido processado pelo Ministro da Guerra e com outro processo em curso, ele se tornou uma figura incômoda de se ter em uma redação.

No decorrer do ano de 1964, as crônicas se tornaram a forma de escrita privilegiada por Cony para confrontar o regime ditatorial em ascensão. A partir do momento em que teve seu trabalho como cronista “paralisado” pela perseguição dos militares, Cony voltou-se para sua carreira como escritor de ficção. Entre 1965 e 1967, ele escreveu romances e até uma telenovela – *Comédia Carioca*, na TV Rio –, que foi tirada do ar pela censura após 27 capítulos.¹³¹ Em 1967, com a publicação de *Pessach: a Travessia*, o escritor volta a ser uma figura de destaque no cenário cultural brasileiro graças à temática de sua trama: a guerrilha contra a ditadura. Passados três anos desde que os militares assumiram o poder no Brasil, o romance supracitado vai marcar um novo momento na escrita de Cony, no qual a postura de contestação e confronto que lhe renderam grande popularidade em 1964, vai dar lugar a outra, um tanto mais reflexiva e questionadora acerca do papel do intelectual em meio a um regime autoritário e,

¹³¹ Biografia de Carlos Heitor Cony. Disponível em: <<http://www.carlosheitorcony.com.br/>> Acesso: 04 set. 2017.

também – no caso particular de Cony –, da utilidade da escrita enquanto instrumento de ação política.

Capítulo 2

A escalada do regime autoritário e o dilema da intelectualidade brasileira: já seria tempo de largar a pena e pegar o fuzil?

Quando a gente faz um romance, o envolvimento é muito forte: a gente joga dentro do romance toda a travessia, todo o transatlântico que a gente é. [...]. No romance – independente de como eu vou fazer, onde eu vou fazer, quanto tempo eu levo para fazer, todos esses acidentes são marginais – o que interessa é a essência que está dentro de mim.

Carlos Heitor Cony – **Entrevista**

No decorrer do ano de 1964 – mais precisamente entre abril e dezembro –, Carlos Heitor Cony utilizou a crônica para demarcar sua existência enquanto escritor e também como instrumento de luta, não apenas contra a violência e as arbitrariedades crescentes do governo militar, mas também na disputa por um espaço que ele achava que os intelectuais deveriam ocupar no cenário político do Brasil na época. O humor, a sátira, a denúncia aberta e a indignação que caracterizavam os textos de Cony, conforme descrito no capítulo anterior, tornaram a sua coluna – “A Arte de Falar Mal” – muito popular, especialmente se levarmos em consideração a postura de apoio e adesão ao regime militar que foi tomada pela maior parte da grande imprensa nacional.

A partir do momento em que o tom de crítica adotado por Cony em suas crônicas atingiu um nível que os militares não mais toleravam, ele se afastou do meio jornalístico, porém não da escrita. Esta, sua companheira desde a infância quando seus problemas de fala e dicção o atormentavam, nunca foi interrompida. Seu sustento dependia dela, assim como sua inserção no mundo como ser social e político ocorria, de forma mais abrangente e completa, por meio da palavra escrita. Embora os militares tenham justificado o golpe como uma ação necessária para evitar o avanço comunista e tivessem prometido que o restabelecimento da ordem democrática se daria em breve, na realidade, foi apenas o primeiro ato de uma série de medidas que iriam estabelecer um regime ditatorial que vigoraria por mais vinte anos.

Nesse contexto de ascensão do autoritarismo no Brasil, Cony, durante o primeiro ano em que os militares governaram o país, acreditou que, por meio de suas crônicas, era possível combater o avanço da violência e do desrespeito aos direitos civis básicos da população. Promover a reflexão acerca do papel de liderança que intelectuais deveriam assumir junto à população civil, bem como denunciar a incapacidade dos militares para assumir postos administrativos e políticos, foram dois temas dos mais

explorados por Cony em suas crônicas. A constante recorrência a esses temas indica uma crença do autor de que seu trabalho, enquanto escritor e jornalista, era importante no contexto político da época. Pelo que foi expresso nas crônicas publicadas no *Correio da Manhã* entre abril e dezembro de 1964, Cony acreditava que apontar o caminho que a população deveria seguir e alertá-la para os perigos de eventuais desvios do mesmo era o dever de todo intelectual. Enquanto um integrante da intelectualidade brasileira da época, que assistia, com apreensão, à escalada do autoritarismo, cabia a ele, por meio de sua principal forma de expressão pessoal e política – a palavra escrita –, tomar posição diante dos abusos e violências governamentais contra a população civil.

Em meados de 1967, o cenário intelectual e político do país tinha-se modificado. O regime de exceção estabelecido em 1964 como sendo temporário dava sinais de fortalecimento. Os militares que assumiram o comando do Estado, por meio de uma série de recursos legais (Constituição de 1967 e Atos Institucionais) e autoritários, conseguiram prender ou silenciar muitos de seus opositores. Nessa época, Cony, conforme já ressaltado anteriormente, já não trabalhava mais como cronista em jornais, porém não deixava de escrever. Continuando com sua carreira como romancista na editora Civilização Brasileira, Cony publicou, em 1967, um de seus romances mais famosos, *Pessach: a travessia*. Essa obra marca um novo momento na escrita do autor. Diante do acirramento da repressão do governo contra seus opositores e do fortalecimento dos militares no poder, Cony, assim como muitos intelectuais do Brasil na época, vai se questionar quanto à utilidade ou valor de seu trabalho como arma na luta contra o autoritarismo vigente no Brasil.

Embora Cony ainda acreditasse na efetividade do seu trabalho na luta contra o autoritarismo, agora o escritor se perguntava se a escrita era mesmo suficiente para fazê-lo. A pena, por si só, é capaz de deter o fuzil, ou já seria hora de deixá-la sobre a mesa e pegar em armas para enfrentar aqueles que atentavam contra as liberdades mais básicas do cidadão? Em *Pessach: a travessia*, o dilema do escritor Paulo Simões – protagonista que guarda muitas semelhanças físicas e intelectuais com Cony – foi compartilhado por muitos intelectuais da época: continuar com suas carreiras de forma “pacífica e ordeira”, limitando-se a manifestar a insatisfação com o regime por meio dos canais legais de expressão que ainda eram permitidos, ou entrar para alguns dos grupos que pretendiam pegar em armas contra os militares?

A celebração do povo judeu que comemora o fim da escravidão no Egito e o retorno à Palestina após quarenta anos de peregrinação pelo deserto, intitulada “Pessach”, foi usada por Cony como metáfora para o drama do protagonista que, tal como os hebreus do relato bíblico, passava por um momento de transição e insegurança quanto ao caminho que deveria trilhar, tanto na sua vida pessoal como em relação à sua carreira como escritor.

A menção a símbolos e personagens religiosos, especialmente da tradição cristã, é muito frequente na escrita de Cony. Os estudos no seminário católico, onde Cony entrou por volta dos onze anos e só saiu aos dezenove, certamente foram determinantes para essa influência que foi marcante em toda sua produção escrita. No romance *Pessach: a travessia*, o personagem Moisés e a história da fuga dos hebreus do Egito, narrada no livro do Êxodo, foram utilizados como metáfora para uma discussão acerca da liberdade e do papel dos intelectuais na luta contra o autoritarismo.

Raquel Illescas Bueno afirmou que a influência dos textos literários e filosóficos de Sartre, com os quais Cony tomou maior contato após a sua saída do seminário, juntamente com sua entrada na Faculdade de Filosofia, despertou muitos questionamentos no jovem escritor acerca da religiosidade e do próprio Deus. No cenário intelectual da década de 1940, ainda segundo Bueno, o avanço do niilismo e do materialismo contribuiu ainda mais para os questionamentos acerca do papel e da influência de Deus na vida do homem:

“Morto”, como em Nietzsche, “adiável”, como em Sartre, ou “acabado”, como nos primeiros romances de Cony, Deus permaneceria no escanteio das ciências humanas por cerca de meio século, num contexto absolutamente diferente daquele do humanismo renascentista, que negava Deus, mas afirmava o Homem com otimismo.¹³²

Na opinião de Marina Silva Ruivo, os elementos religiosos aparecem na obra de Cony de forma recorrente, mas não idêntica. Ela concorda com a visão de Raquel Illescas Bueno, que ressalta a influência do niilismo e do ceticismo na obra de Cony, ressaltando que os símbolos e as metáforas religiosas são utilizados não apenas para evidenciar pontos de tensão importantes na escrita ficcional do autor – como os sentimentos de culpa, de compaixão e de humildade, bem como os desejos por perdão,

¹³² BUENO, Raquel Illescas. **Os invólucros da memória na ficção de Carlos Heitor Cony**. Rio de Janeiro: ABL, 2008, p. 12.

salvação e redenção presentes em muitos de seus protagonistas – como também para criticar a moralidade e as instituições familiares do período.¹³³

Apesar da grande recorrência a símbolos religiosos, Marina Silva Ruivo destaca que a obra de Cony não pode ser definida como religiosa e nem mesmo cristã. Na verdade, a autora compartilha da visão de Raquel Illescas Bueno, que atribui à escrita do autor uma certa ojeriza por símbolos religiosos, decorrente de uma visão de mundo agnóstica, evidenciada por Cony em muitas entrevistas e também, claro, em seus escritos¹³⁴; porém essa aversão não impediu que o autor utilizasse de muitos desses símbolos como metáforas para discutir temas importantes em suas tramas.

2.1 – O romance brasileiro na década de 1960: temáticas, conflitos e expectativas da literatura nacional no período pré-ditatorial

Muitos estudos acerca do panorama cultural do Brasil durante o período da ditadura civil-militar acabam caindo em uma generalização bastante recorrente quando o tema é a relação entre intelectuais e política. A afirmação feita por Roberto Schwarz, em seu trabalho intitulado *Cultura e política 1964-1969*, “apesar da ditadura da direita há relativa hegemonia cultural da esquerda no país”¹³⁵, é frequentemente utilizada para traçar o perfil político dos intelectuais frente ao regime autoritário instituído pós-64. O cenário seria o de um campo de guerra, onde os militares, defensores de princípios autoritários e conservadores, entrincheiravam-se de um lado, enquanto, do outro, intelectuais, defensores da liberdade, da democracia e pessoas alinhadas politicamente à esquerda resistiam bravamente. A publicação de romances com temática da guerrilha urbana contra a ditadura, como *Quarup*, de Antonio Callado, e *Pessach: a travessia*, de Cony, bem como a gravação de músicas cujas letras criticavam abertamente o governo, como as de Chico Buarque, entre outras manifestações artísticas, tudo isso pode ser citado como exemplos que referendam o panorama traçado acima. Entretanto, no universo da cultura e da intelectualidade brasileiras de meados do século XX, em que a diversidade social, cultural, econômica e de formação de seus integrantes era muito grande, tal dicotomia parece simplista e anacrônica. A intelectualidade brasileira não

¹³³ RUIVO, Marina Silva. **Uma certa maneira de desejar a liberdade**: caminhos da literatura de Carlos Heitor Cony no pós-1964. Tese de Doutorado. USP: 2012, p. 88.

¹³⁴ RUIVO, Marina Silva. 2012. op.cit., p. 88.

¹³⁵ SCHWARZ, Roberto. **O Pai de Família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 62.

deve ser vista como uma “muralha compacta” de oposição ao autoritarismo do governo. As músicas, romances e filmes que, de alguma forma, contestavam o comando dos militares ou os valores por eles defendidos, podem até ter alcançado um maior grau de repercussão e popularidade em certos períodos e meios, porém não representam a totalidade da produção cultural brasileira no período ditatorial. Enquanto as músicas de Chico Buarque expressavam descontentamento com o autoritarismo do governo, de outro lado, a “Jovem Guarda” manifestava uma “rebeldia bem-comportada” que agradava aos militares no comando do Estado. Entre os intelectuais do meio acadêmico-científico, as dissonâncias também eram numerosas. Se havia no Brasil, desde meados da década de 1950, como afirma Daniel Pécault, uma “vulgata marxista” que comandava “a socialização política e cultural de grande parte daqueles que se identificam com as camadas intelectuais”¹³⁶, também havia aqueles que simpatizavam com princípios de direita, tanto em sua vertente conservadora como liberal, e que trabalharam junto dos militares, dando o suporte técnico, científico e ideológico de que esses precisavam à frente do governo.

A exploração acerca do papel da intelectualidade na luta contra o regime autoritário que Carlos Heitor Cony realiza em suas crônicas e romances é uma evidência dessa diversidade político-ideológica existente no meio intelectual brasileiro, pois, parece-nos óbvio que, se os intelectuais do período se posicionassem de fato, hegemonicamente, na esquerda oposicionista, como afirmou Roberto Schwarz, tal questão não precisaria ser tão abertamente discutida. A situação política do país, em efervescência diante de uma ditadura que, ao contrário do que seus defensores afirmaram inicialmente, consolidava-se ao invés de recuar, continuava sendo um tema bastante discutido no meio intelectual. A literatura, especialmente o romance, não passaria em branco diante de um debate tão polêmico.

Durante o período ditatorial brasileiro, o romance seria, juntamente com a crônica, um espaço privilegiado para discussão de diversos temas relevantes à sociedade. Política, modernização econômica, indústria cultural, liberdade, conservadorismo, pobreza, inclusão social, enfim, todos os temas mais polêmicos que agitavam a intelectualidade, a sociedade civil e o governo, foram trabalhados por escritores em diversos romances do período.

¹³⁶ PÉCAULT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil**. Brasília: UNB, 1980. p. 16.

Marthe Robert afirma: “enquanto gênero revolucionário e burguês, democrático por opção e animado por um espírito totalitário que o leva a romper obstáculos e fronteiras, o romance é livre, livre até o arbítrio e até o último grau da anarquia”.¹³⁷ O status e a popularidade do romance na atualidade seriam decorrentes, principalmente, da grande liberdade que ele desfruta, tanto para circular entre todos os demais gêneros literários (fábula, crônica, conto, epopeia, entre outros) e se apropriar de todos os elementos que lhe parecem convenientes para sua narrativa, bem como para conservar, distorcer ou mesmo julgar o real dentro do cenário fictício.¹³⁸

Regina Dalcastagné compartilha de opinião semelhante à de Marthe Robert e afirma que, no caso do Brasil, o romance seria o gênero mais utilizado para tentar desenhar um painel do que seria a identidade do povo, valendo-se, para isso, de seu diálogo com outras artes e ciências e de sua grande aceitação e popularidade junto ao grande público.¹³⁹

Em *Pessach: a travessia*, o personagem principal guarda algumas semelhanças com o próprio Cony: ambos são escritores, no limiar dos quarenta anos, com uma obra vasta e carreira respeitável. Nessa obra, o protagonista, Paulo Simões, é convidado por um amigo, justo no dia de seu aniversário de 40 anos, a ingressar em uma organização que pretende promover a resistência armada ao governo militar. Muito relutante no início, Paulo acaba ingressando na organização de modo relativamente “forçado”, já que foi impedido de deixar o acampamento dos rebeldes após ter chegado lá por meio de uma série de contingências. A resistência inicial contra aceitar a proposta seria decorrente da postura conformada e desinteressada do protagonista em participar de qualquer movimento de oposição frontal ao regime. Embora fosse desfavorável ao governo, Paulo não se enxergava capaz de nenhuma ação efetiva contrária àquele e se limitava a assinar um ou outro abaixo-assinado ou manifesto em oposição às suas arbitrariedades. Durante a conversa que teve com seu amigo Sílvio e com Vera – outra integrante do grupo revolucionário que foi como testemunha do encontro – em seu apartamento, quando a proposta de pegar em armas contra a ditadura lhe foi feita, o protagonista afirmou:

¹³⁷ ROBERT, Marthe. Por que o romance? In: **Romances das origens, origens do romance**. São Paulo: Cosac- Nify, 2007, p.13.

¹³⁸ ROBERT, Marthe. 2007. op.cit., p.13-14.

¹³⁹ DALCASTAGNÉ, Regina. **O Espaço da Dor**. O regime de 64 no romance brasileiro. Brasília: UNB, 1996, p.19.

Não gosto do governo¹⁴⁰ atual, mas jamais gostei de governo algum. Sou anarquista. Politicamente sou anarquista comodista e por isso, inofensivo e covarde. Não estou disposto a dar ou a receber tiro por causa da liberdade, da democracia, do socialismo, do nacionalismo, do povo, das criancinhas do nordeste, que morrem de fome. O fato político não me preocupa, é tudo.¹⁴¹

Segundo Beatriz Kushnir, *Pessach: a travessia* seria um exercício autobiográfico de Cony, no qual o protagonista e narrador do texto, o escritor Paulo Simões, guarda muitas semelhanças com Cony. Entretanto, não ocorre uma identificação direta e explícita do autor com seu personagem:

(...) no máximo, nos é apresentado como um semelhante, alguém que partilha a mesma *geração*. Não só porque tem a mesma idade do autor quando da escrita da obra, mas principalmente, porque passaram pelas mesmas problemáticas existenciais.¹⁴²

A teoria de que Cony utiliza a narrativa que fala de outro para falar de si mesmo é defendida pela jornalista Juliana de Castro Millen em sua tese de doutoramento intitulada *Uma forma oblíqua de falar de si: Carlos Heitor Cony e seus eus*. Nesse trabalho, a autora não analisa a obra *Pessach: a travessia* como uma de suas fontes principais¹⁴³, todavia ela argumenta que Cony, valendo-se de sua subjetividade como escritor, mistura elementos de sua vida pessoal e familiar para criar um hibridismo que mescla autobiografia, crônica e literatura.¹⁴⁴

Juliana de Castro Millen se apoia no conceito de “pacto autobiográfico”, criado pelo francês Philippe Lejeune, para fundamentar a hipótese central de sua tese. Segundo o teórico francês, a autobiografia, no caso de um romance, caracteriza-se pela associação direta e clara do narrador, do personagem principal da trama com o autor que assina o texto; assim, os textos em que essa identificação é negada não podem ser intitulados como autobiografias. Essa associação pode ser percebida, diretamente, por indícios presentes no título, prefácio ou preâmbulos, ou, então, indiretamente, por meio de pistas presentes no texto as quais ajudam o leitor a fazer a associação entre os três. O

¹⁴⁰ Utilizamos em nosso trabalho um exemplar da primeira edição do livro, de 1967. Optamos por manter a escrita original e não a adaptar ao acordo ortográfico em vigor atualmente.

¹⁴¹ CONY, Carlos Heitor. **Pessach: a travessia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 31.

¹⁴² KUSHNIR, Beatriz. *Depor as armas – a travessia de Cony e a censura no Partidão*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). **Intelectuais, História e Política** (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: 7letras, 2000, p. 220.

¹⁴³ A tese em questão tem como principais fontes o romance “Quase memória: quase romance”, escrito por Cony em 1995, e três coletâneas de crônicas: “O harém das bananeiras (1999); “O tudo e o nada” (2004) e “Eu, aos pedaços: memórias” (2010).

¹⁴⁴ MILLEN, Juliana de Castro. **Uma forma oblíqua de falar de si: Carlos Heitor Cony e seus eus**. Tese de doutorado: UFJF, 2016, p. 9-10.

pacto pressupõe que o autor consiga convencer o leitor de que o “eu” presente no texto representa a mesma pessoa que assina a obra, e que todos os fatos descritos são verídicos. O leitor, ao aceitar essa realidade, compromete-se a crer na palavra do narrador e a buscar referências fora do texto que confirmem as informações ali contidas.¹⁴⁵

Lejeune firmou o conceito de pacto autobiográfico em 1975, porém, anos mais tarde, o autor fez uma revisão do pensamento para ressaltar que, às vezes, a identificação entre autor, narrador, protagonista nem sempre é feita de forma direta pelo nome comum entre eles. Quando o personagem possui nome diferente do autor, a obra passa a ser enquadrada na categoria de “romance biográfico”. A tarefa de identificação do autor com o narrador e o personagem ficaria totalmente a cargo do leitor que, por meio de comparações entre fatos presentes na narrativa, outros textos e informações externas coletadas sobre o autor, estabelece a ligação entre os três.¹⁴⁶

As trajetórias de vida de Cony e Paulo Simões, personagem principal e narrador de *Pessach: a travessia*, embora sigam caminhos distintos, especialmente a partir da segunda parte do livro – o escritor Paulo Simões entra na luta armada enquanto Cony nunca integrou nenhuma organização ou movimento político, legal ou ilegal – são semelhantes em alguns pontos. É inegável que eles se parecem muito. Além da idade, conforme já mencionado anteriormente, ambos compartilhavam o gosto pelo cachimbo, moravam no Rio de Janeiro e possuíam até as mesmas influências literárias, como Sartre, Faulkner e Miller. Tal como Cony, o escritor Paulo Simões também possuía, de acordo com a narrativa de *Pessach: a travessia*, um contrato com uma editora que lhe garantia uma retirada mensal em troca de uma obra por ano. Da mesma forma, tanto um como o outro eram, constantemente, criticados pela falta de “engajamento político”.¹⁴⁷

Se levarmos em consideração o critério estabelecido por Lejeune de que o leitor precisa crer na veracidade de todos os fatos narrados no texto para estabelecer o pacto autobiográfico com o autor, *Pessach: a travessia*, de fato, não poderia ser classificado como autobiografia, já que muitos dos fatos narrados pelo protagonista-narrador do texto não foram vivenciados pelo autor, no caso, Cony. A expressão usada por Beatriz Kushnir nos parece mais adequada, na medida em que *Pessach: a travessia*, em vez de

¹⁴⁵ LEJEUNE, Philippe. O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet. Organização: Jovita Maria Guerhein Noronha. Belo Horizonte: UFMG, 2008. Apud MILLEN, Juliana de Castro. 2016. op.cit., p. 54-55.

¹⁴⁶ LEJEUNE, Philippe. 2008. op.cit., apud MILLEN, Juliana de Castro. 2016. op.cit., p. 55.

¹⁴⁷ CONY, Carlos Heitor. **Pessach: a travessia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. passim.

se estruturar como uma narrativa de fatos verídicos em sequência linear e cronológica – estilo que caracteriza muitas autobiografias –, seria mais um “exercício autobiográfico”, porém escrito no “futuro do subjuntivo”, ou seja, um texto que, na época em que foi criado, narra fatos que, num futuro próximo, poderiam, eventualmente, acontecer. Hoje sabemos que Cony não ingressou em nenhum grupo armado contra a ditadura militar; entretanto, em 1967, quando *Pessach: a travessia* fora publicado, a possibilidade ainda existia.

No Brasil pós-golpe de 1964, momento em que a intelectualidade que fazia oposição ao regime ditatorial debatia qual seria a melhor forma de expressar sua posição – ingressar ou não na luta armada –, *Pessach: a travessia* trouxe à tona esse tema delicado. *A presença do autor na obra*, no caso dessa discussão em específico, reflete com propriedade a teoria de Bakhtin de que:

[...] o sujeito que fala no romance é sempre, em certo grau um *ideólogo* e suas palavras são sempre um *ideograma*. Uma linguagem particular no romance representa um ponto de vista particular sobre o mundo, que aspira a uma significação social.¹⁴⁸

Em sua obra *Questões de Literatura e Estética: a teoria do romance*, o filósofo russo Mikhail Bakhtin analisa, entre outros temas, a estilística do romance contemporâneo que, na sua concepção, era uma temática pouco estudada pelos críticos literários até o início do século XX. De acordo com Bakhtin, faltava aos estudiosos de períodos anteriores a compreensão das particularidades do gênero romanesco, o que resultava em tentativas mal-sucedidas de estudá-lo por meio de teorias aplicadas a outros gêneros, como o poético. Bakhtin afirmou que “o romance, tomado como um conjunto, caracteriza-se como um fenômeno pluriestilístico, plurilíngue e plurivocal”.¹⁴⁹ Mais do que isso:

O romance é uma diversidade social de linguagens organizadas artisticamente, às vezes de línguas e de vozes individuais. A estratificação interna de uma língua nacional única em dialetos sociais, maneirismos de grupos, jargões profissionais, linguagens de gêneros, fala das gerações, das idades, das tendências, das autoridades, dos círculos e das modas passageiras, das linguagens de certos dias e mesmo de certas horas (cada dia tem sua palavra de ordem, seu vocabulário, seus acentos), enfim, toda estratificação interna de cada língua em cada momento dado de sua existência histórica constitui premissa indispensável do gênero romanesco. E é graças a este plurilinguismo social e ao crescimento em seu solo de vozes diferentes

¹⁴⁸ BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética*. A teoria do romance. São Paulo: Hucitec, 1988, p. 135.

¹⁴⁹ BAKHTIN, Mikhail. 1988. op.cit., p. 75.

que o romance orchestra todos os seus temas, todo seu mundo objetal, semântico, figurativo e expressivo. O discurso do autor, dos narradores, os gêneros intercalados, os discursos das personagens não passam de unidades básicas de composição com a ajuda das quais o plurilinguismo se introduz no romance. Cada um deles admite uma variedade de vozes sociais e de diferentes ligações e correlações (sempre dialogizadas em maior ou menor grau).¹⁵⁰

Regina Dalcastagnè compartilha da visão bakhtiniana que define o romance como uma narrativa de múltiplas vozes na qual “o discurso do poder, as técnicas jornalísticas, a publicidade do governo, a autoridade da história, tudo é parodiado, estilizado e reaproveitado”¹⁵¹. Nesse diálogo, no qual múltiplas vozes colocam suas incertezas e questionamentos, o homem, por meio da exposição de suas “pequenas misérias cotidianas”¹⁵², representa o “drama coletivo”¹⁵³ da sociedade da qual faz parte.

O espaço ficcional da narrativa romanesca torna-se uma seara privilegiada para a discussão de diversas questões polêmicas da sociedade. Um romancista, por meio de uma trama complexa, pode utilizar situações cotidianas dos personagens, como o encontro entre dois amantes, uma briga entre irmãos, uma festa de casamento, o cotidiano de um acampamento guerrilheiro, entre outras, como pano de fundo para a discussão de valores, temas e representações sociais importantes como família, relações de gênero, política, economia, religiosidade e, também, a atuação dos intelectuais em uma sociedade governada por um regime autoritário.

Renato Franco defende a ideia de que, durante o período de 1964 a 1968, a produção literária brasileira, especialmente a de romances, foi orientada por duas tendências básicas: o “romance de impulso político” e o “romance da desilusão urbana”. Quanto à primeira, na qual o autor enquadra os romances *Quarup* e *Pessach: a travessia*, ambos de 1967 e de autorias de Antonio Callado e de Carlos Heitor Cony, respectivamente, seria mais alinhada com o momento cultural vivido pelo país na época, no qual a intelectualidade contrária à ditadura ainda tinha liberdade para se manifestar. Já no tocante à segunda, na qual se enquadram romances como *Bebel que a cidade comeu* e *Engenharia do Casamento*, ambos de 1968 e de autoria de Ignácio de Loyola Brandão e Esdras do Nascimento, respectivamente, debruça-se com mais ênfase nos

¹⁵⁰ BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética**. A teoria do romance. São Paulo: Hucitec, 1988, p. 74-75.

¹⁵¹ DALCASTAGNÉ, Regina. **O Espaço da Dor**. O regime de 64 no romance brasileiro. Brasília: UNB, 1996, p. 17.

¹⁵² DALCASTAGNÉ, Regina. 1996. op.cit., p.17.

¹⁵³ DALCASTAGNÉ, Regina. 1996. op.cit., p.17.

dilemas enfrentados pela classe média urbana, especialmente do Rio de Janeiro que, confrontada com os novos hábitos e costumes impostos pelo acelerado processo de modernização, experimenta frustrações e desconfianças.¹⁵⁴

Em *Pessach: a travessia*, Cony confirma, ainda segundo Renato Franco, uma tendência bastante popular na literatura nacional da década de 1960: a do abandono da postura “alienada” do protagonista, ao decidir engajar-se na luta armada após o período de contato direto com o cotidiano da guerrilha. Esse momento fica claro no decorrer do texto por meio da única divisão existente na narrativa: a primeira parte, intitulada “Pessach (A Passagem por Cima)”, e a segunda parte, intitulada de “A Travessia”. Em cada uma das partes do texto, o protagonista vive momentos de reflexão muito intensos acerca de suas escolhas pessoais e políticas. Suas trajetórias como escritor, pai, intelectual e ser político são colocadas em xeque num momento em que o país também passa por transformações políticas, econômicas e sociais importantes. O que distingue a primeira da segunda parte do romance é que, em sua primeira metade, Cony vai se dedicar a refletir acerca do *lugar* que o intelectual deve ocupar no cenário político da época, enquanto que, a partir da segunda metade da obra, a discussão gira em torno das reais possibilidades de ação política do intelectual em meio ao referido cenário.

2.2 – A “passagem por cima” da acomodação com o autoritarismo em defesa da liberdade

A primeira parte de *Pessach: a travessia*, intitulada “Pessach (A Passagem por Cima)”, é voltada para a descrição do cotidiano de Paulo Simões e das principais características de sua personalidade, ressaltando seu estilo de vida típico da classe média carioca, a dinâmica de suas relações afetivas e profissionais com os pais, a amante, a filha, a ex-esposa e seu editor. Essa jornada minuciosa através dos gostos, preferências e rotina cotidiana do protagonista revela um homem cujo perfil demonstra uma forte tendência à acomodação e um desinteresse pela situação política do país na época. São essas as duas características da personalidade de Paulo Simões que vão ditar o ritmo da narrativa durante a primeira metade da trama, sendo os temas principais de três dos diálogos mais significativos do protagonista: com Sílvio, o amigo que o convida para entrar na luta armada; com a filha adolescente; e com o seu editor.

¹⁵⁴ FRANCO, Renato. *Itinerário Político do Romance Pós-64: A Festa*. São Paulo: UNESP. 1998, p. 27-28.

O primeiro a censurar o escritor por sua postura acomodada foi seu antigo amigo Sílvio, na visita que fez àquele na manhã do dia de seu aniversário. Esse amigo mandou um recado no dia anterior avisando que precisava conversar com Paulo. No dia e hora combinados, ele chegou ao apartamento do escritor acompanhado de uma mulher chamada Vera que, segundo ele, estava ali apenas para presenciar a conversa. Sílvio justificou o convite feito a Paulo para entrar na luta armada com duas razões: uma delas seria a “oposição” e a “indignação” que ele, Sílvio, acreditava que Paulo nutria pelo regime autoritário. Essa crença se baseava em manifestos que o escritor teria assinado em repúdio às atitudes violentas e repressivas do governo. A outra motivação para o convite seria a experiência que Paulo teria com técnicas de artilharia a qual seria útil no treinamento dos guerrilheiros.¹⁵⁵ Durante a conversa, Paulo se mostra muito desinteressado pelo que o amigo tem a dizer. Este, por sua vez, tenta provocar o escritor em diversos momentos para chamar-lhe a atenção. Numa dessas provocações, ele critica o trabalho de Paulo como romancista, que seria, em sua opinião, vazio de sentido:

- Olha os livros que você tem, e o pior, os livros que você escreve! Pornografia, adúlteras, homens angustiados – tudo isso fede a môfo, a século passado. Você se perdeu à-toa, Paulo. [...]
- Isso é uma droga, Paulo, você sabe que é uma droga! [...]. Olha só: vocês vivem fuçando num poço estéril: o vácuo do homem, a problemática do homem...
- É uma escola – defendo por conta própria a classe. – Você sabe que só um homem problemático pode ser objeto de uma pesquisa, de uma obra de arte.
- Mas por que não descem vocês ao fundo do problema? Em vez de aceitarem o homem problemático, procurem, se não, solucionar, ao menos conhecer o problema do homem.
- Qual o problema do homem?
- Não pergunte qual é o problema do homem. Pergunte: qual é o seu problema, o meu problema, o nosso problema, o problema de todos nós.¹⁵⁶

Segundo Marina Silva Ruivo, uma visão cética do mundo seria marcante nas tramas ficcionais de Cony desde seu primeiro romance, intitulado *O Ventre*. Muitas vezes, assumindo uma característica melancólica, o ceticismo se faz presente na obra de

¹⁵⁵ Paulo e Sílvio teriam se conhecido no quartel onde ambos prestaram serviço militar obrigatório na juventude. Nesse período, o primeiro teria se destacado nos exercícios de tiro e tática militar. In: CONY, Carlos Heitor. **Pessach: a travessia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 26.

¹⁵⁶ CONY, Carlos Heitor. **Pessach: a travessia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 20-21.

Cony por meio de personagens que se vêm envoltos em uma série de problemas, tormentos e angústias que, muitas vezes, não têm solução.¹⁵⁷

Durante o diálogo com Sílvio, Paulo escuta, de forma um tanto impaciente, todo o discurso do amigo para convencê-lo a entrar para a luta armada contra o governo. O tom cerimonioso e grave que Sílvio adota enquanto fala é visto por Paulo com certo menosprezo, já que ele, como um homem bem informado, sabia muito bem qual era a situação do país e não precisava de uma palestra acerca das mazelas nacionais. Após ser interrompido pelo escritor que já previa o final de todo aquele discurso, Sílvio se exalta e diz:

- Bolas, Paulo, você sabe como as coisas estão! Para resumir, apenas enumerando os problemas mais agudos, aí vai: ditadura, supressão das liberdades públicas e individuais, exploração estrangeira, fome nas classes baixas, empobrecimento brutal das classes médias, degradação da pessoa humana, violências policiais, torturas, assassinios. Você não pode aceitar a vida – a vida na nossa época – sob condições tão infames e infamantes, tão inumanas. Ficar sentado equivale a uma cumplicidade criminosa.

- Concordo com você. Já assinei manifestos nesse sentido. Quase todo dia assino um. Contra a prisão de estudantes, contra a alienação de nossas riquezas, contra a política econômica, contra a guerra do Vietnã, contra ou a favor de alguma coisa ou causa.

- E isso basta? Ou melhor: isso lhe basta?

- Basta. Não quero compreender a minha participação numa luta a não ser em termos assim. Ou você quer mesmo que eu pegue no fuzil? Onde está o fuzil?

- Pois eu venho lhe oferecer exatamente isso: o fuzil.

- E quem disse que quero pegar no fuzil? Uma coisa é assinar manifestos, outra é...¹⁵⁸

A cobrança por uma postura mais combativa de Paulo frente à ditadura aparece de novo, ainda na primeira parte do romance, em forma de crítica direta feita pela sua própria filha, Ana Maria, durante a visita que fez à menina no colégio interno de freiras onde ela estudava, logo após terminar a conversa com Sílvio.

Ana Maria revela ao pai seus planos de estudar no exterior ao terminar o colégio, e ele se surpreende com a escolha dela pelo curso de Sociologia. A surpresa de Paulo foi dupla, pois Ana Maria lhe revelou que teria formado, junto com outras amigas da escola, um grupo de esquerda que era contra o governo e favorável aos pobres. Após contar ao pai que as “leituras proibidas” pelas freiras (Sartre, Faulkner e Miller, entre

¹⁵⁷ RUIVO, Marina Silva. **Uma certa maneira de desejar a liberdade**: caminhos da literatura de Carlos Heitor Cony no pós-1964. Tese de Doutorado. USP: 2012, p. 44-45.

¹⁵⁸ CONY, Carlos Heitor. **Pessach: a travessia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 24-25.

outros) circulavam, discretamente, entre as alunas, Ana Maria o repreende: “Papai, eu acho você um bocado alienado!”.¹⁵⁹ A essa crítica, o escritor responde:

- Não é só você. Muita gente acha. No entanto, hoje mesmo, no dia de meus quarenta anos, um camarada me propôs sair por aí dando tiros.

- E você vai?

Olho de repente para Ana Maria e me inquieto com o seu olhar. Sou uma aventura para ela, nada mais que isso. Me ama, me amará sempre, mas sou uma legenda, um personagem, daqui a pouco uma simples lenda. Os contatos estão rompidos e ela se sentirá divertida, talvez orgulhosa de ter o pai exilado em qualquer país. Percebe que fiquei espantado.

- Zangou-se, pai?

- Não. Apenas, para ser honesto, não esperava que você aprovasse tão repentinamente.

- Mas você não vai, não é? Foi só uma simples proposta.

- Sim. Simples proposta. Não posso pensar nisso, tenho você para cuidar, e mesmo que não tivesse você, não me sinto responsável nem comprometido com nada do que está aí.¹⁶⁰

O fato de falar com Ana Maria tão abertamente sobre o convite que recebeu demonstra que a cumplicidade entre pai e filha é grande. Ao escutá-la enquanto relata seus planos futuros, Paulo demonstra certo orgulho pela maturidade dela e, ao mesmo tempo, certa melancolia por ver como isso evidencia o seu processo de envelhecimento. A frase final do diálogo, na qual Paulo explica que, mesmo se não tivesse que cuidar da filha, não aceitaria o convite para entrar na guerrilha porque não se sente comprometido com a situação do país, pode ser interpretada como uma referência de Cony à sua própria postura como escritor: “politicamente alienado”, característica com a qual muitos críticos rotularam o autor e que ele mesmo admitia como sendo verdadeira.

Segundo Raquel Illescas Bueno, Cony sempre fez questão de manifestar sua opinião acerca de todas as questões que agitavam o país e que considerasse importantes; entretanto, quando o assunto era política, sempre salientava sua independência em relação a ideologias e partidos. Em muitos de seus romances, seus personagens também marcam posição semelhante. Porém tanto o autor – especialmente em suas crônicas – quanto os seus personagens ficcionais sempre se viram cobrados socialmente por essa posição de “neutralidade” ou “isolamento”.¹⁶¹

A oportunidade de ingressar na luta armada contra a ditadura colocou Paulo Simões diante da encruzilhada já apontada por Sartre anos antes. Conforme já

¹⁵⁹ CONY, Carlos Heitor. **Pessach: a travessia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 45.

¹⁶⁰ CONY, Carlos Heitor. 1967. op.cit., p. 45-46.

¹⁶¹ BUENO, Raquel Illesca. **Os invólucros da memória na ficção de Carlos Heitor Cony**. Rio de Janeiro: ABL, 2008. passim.

mencionado no capítulo anterior, o filósofo francês – de quem Cony e o personagem Paulo Simões eram admiradores – havia advertido que, em certo momento, os escritores deveriam abandonar as penas e pegar em armas para lutar pelo que era justo e certo.¹⁶²

As conferências proferidas por Sartre no Japão em 1965, reunidas no livro *Em Defesa dos Intelectuais*, questionam o papel dos intelectuais em um período de muita agitação política na França e no restante do mundo, motivada pela Guerra do Vietnã e pelos movimentos de emancipação das colônias afro-asiáticas. A crítica de Sartre, conforme apontado por Daniela Lima, foi alimentada pela existência de uma casta de intelectuais que permanecia enclausurada em seus escritórios e bibliotecas, não dialogando com o delicado momento de debate político da época.¹⁶³

O debate acerca do engajamento político dos intelectuais impulsionado por Sartre estava vivo no Brasil em 1967, quando os militares à frente do governo se fortaleciam no poder graças, também, à perseguição de seus opositores espalhados por vários setores da sociedade civil. Os diversos problemas econômicos e sociais do país, que Sílvio descreveu no discurso que fez a Paulo para convencê-lo a entrar na luta armada, somavam-se à violência e repressão do governo, situação que exigia dos intelectuais mais do que manifestações públicas de indignação – como feito, até aquele momento, por Paulo Simões por meio dos manifestos que assinava regularmente –, mas, também, ações efetivas de luta contra o regime. Nas palavras de Sílvio, ficar sentado diante dos abusos, violências e omissões cometidos pelos militares na época, mais do que um gesto de passividade e/ou comodismo, seria cumplicidade. Paulo, porém, não conseguia ver diante de si, pelo menos até aquele momento, nenhuma outra forma de se posicionar frente àquela situação que não fosse a uma distância segura da mão opressiva do regime.

Na primeira parte de *Pessach: a travessia*, é justamente a escolha pela acomodação com a situação política do país na época, feita por muitos intelectuais, que será o principal alvo de crítica de Cony. A frase que encerra o diálogo entre Paulo Simões e sua filha – “Não posso pensar nisso, tenho você para cuidar, e mesmo que não tivesse você, não me sinto responsável nem comprometido com nada do que está aí”¹⁶⁴ – também pode ser interpretada como um ataque à covardia de membros da

¹⁶² SARTE, Jean-Paul. **Que é a Literatura?** São Paulo: Ática, 1993, p. 53.

¹⁶³ LIMA, Daniela. Foucault contra Sartre: a visão do intelectual. **Primeiros Escritos**, São Paulo, n. 8, 2017. p. 42. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/primeirosescritos/article/view/136796>> Acesso: 30 jul. 2018.

¹⁶⁴ CONY, Carlos Heitor. **Pessach: a travessia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 46.

intelectualidade brasileira da época que, em virtude do medo causado pelo aumento progressivo dos mecanismos de repressão e perseguição do Estado autoritário, usaram as obrigações familiares como desculpa para fugir da missão que Cony atribuía a eles desde 1964 quando escrevia suas crônicas no *Correio da Manhã*: a denúncia e a crítica dos abusos do governo. Colocar essa crítica na “boca” de um protagonista que guarda muitas semelhanças consigo próprio nos pareceu uma estratégia inteligente de Cony para se desviar de críticas mais diretas. Ele disfarça uma censura à postura covarde da intelectualidade brasileira enquanto categoria sob uma “capa” de autocrítica.

Um outro momento da primeira parte do livro no qual Cony recorre à autocrítica para alfinetar a intelectualidade nacional foi o diálogo de Paulo Simões com o seu editor. Na tarde de seu dia de aniversário, após ter recebido a visita de Sílvio e de ter ido ver a filha no colégio, a ex-mulher e os pais, o escritor vai até a editora com o intuito de fazer uma retirada maior que a habitual para poder sustentar-se durante o período em que escreveria seu próximo romance¹⁶⁵. Na conversa entre o protagonista e seu editor, podemos perceber alusões a episódios da vida pessoal e profissional de Cony que ele usa como metáfora para criticar, novamente, a postura dos intelectuais diante do fortalecimento do autoritarismo do governo militar. Durante a conversa, após Paulo Simões lhe contar que fora convidado por membros de um grupo de oposição ao governo para ingressar na luta armada, o editor responde:

- Olha, meu caro, essa história de dar tiro não resolve. Precisamos é de costurar todos os descontentamentos existentes, e, com essa colcha de retalhos, compor a mortalha da ditadura que aí está. Dar tiro não resolve. Nem cuspir na cara do marechal.
- Mas quem está disposto a cuspir na cara do marechal?
- Muita gente. O poeta Amaral, por exemplo. Êle acha que precisa escarrar no marechal, quer derrubar o govêrno a cuspe. Pergunto: de que adianta isso? Veja o caso do Hotel Glória. Uma atitude muito bonita, nove camaradas vão lá, vaíam o marechal, vão pra cadeia, comem queijos franceses na prisão, são notícia no jornal, provocam manifestos, são soltos, nada aconteceu. Apenas enriqueceram a biografia pessoal de cada um. E daí?
- Bem, eu assinei manifesto pela libertação deles.
- Eu também, mas por solidariedade pessoal, por serem meus amigos. Mas uma atitude romântica e irresponsável como essa de nada adianta.¹⁶⁶

O “caso do Hotel Glória”, mencionado no trecho transcrito anteriormente, é uma referência à prisão de nove intelectuais que, em novembro de 1965, juntaram-se na

¹⁶⁵ CONY, Carlos Heitor. **Pessach: a travessia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 90.

¹⁶⁶ CONY, Carlos Heitor. 1967. op.cit., p. 92.

frente do referido hotel, no Rio de Janeiro, para protestar contra o governo no dia em que o Presidente da República – marechal Castelo Branco – iria comparecer à Conferência da Organização dos Estados Americanos (OEA) que estava sendo realizada na cidade. Foi durante o período de aproximadamente um mês em que ficou na cadeia que Cony deu início à escrita de *Pessach: a travessia*, enquanto ao seu lado, dividindo a mesma cela, Glauber Rocha escrevia o roteiro de seu filme *Terra em Transe*, e Antonio Callado rascunhava seu romance mais famoso, *Quarup*¹⁶⁷. Na trama de *Pessach: a travessia*, o escritor Paulo Simões não estava entre os intelectuais presos no protesto contra o presidente Castelo Branco; porém seu editor o lembrou do ocorrido na tentativa de alertá-lo para a inutilidade de certos tipos de manifestações oposicionistas.

No diálogo entre Paulo Simões e seu editor, Cony manifestou sua decepção com a manifestação dos intelectuais da qual ele mesmo tomou parte, ironizando a si mesmo e a seus “colegas de cela e de profissão” pela ingenuidade e inutilidade de seu pequeno protesto na presença do Presidente da República. Quando o editor afirma que o fato serviu apenas para “enriquecer a biografia pessoal de cada um”, podemos encontrar a análise de Cony sobre o ocorrido: o fato de terem protestado contra a ditadura será sempre um acontecimento marcante na biografia de cada um dos que foram presos naquele dia, porém, enquanto ato de ação política, este se mostrou fraco e inexpressivo, já que o máximo que motivou foi a criação de abaixo-assinados contra a postura do governo e nada mais.

Segundo Bakhtin, uma das principais características do romance enquanto gênero literário é seu plurilinguismo, ou seja, sua capacidade de incorporar várias formas diferentes de narrativas e linguagens em seu discurso. Esse fator permite que as intenções do autor sejam expressas de variadas maneiras no corpo do texto, compondo o que Bakhtin chama de *discurso bivocal*, que “serve simultaneamente a duas intenções diferentes: a intenção do personagem que fala e a intenção refrangida do autor. Nesse discurso há duas vozes, dois sentidos, duas expressões”.¹⁶⁸ Esse discurso bivocal, estabelecido entre duas vozes que parecem conhecer bem uma à outra, estabelece uma relação que é profundamente dialogizada, na qual duas visões de mundo, duas linguagens, conversam entre si.

¹⁶⁷ KUSHNIR, Beatriz. *Depor as armas – A travessia de Cony e a censura no Partidão*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org). **Intelectuais, História e Política** (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: 7 letras, 2000, p. 232.

¹⁶⁸ BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética**. A teoria do romance. São Paulo: Hucitec, 1988, p. 127.

O caso da prisão dos intelectuais que protestaram na frente do Hotel Glória em 1965 foi incluído por Cony na narrativa de *Pessach: a travessia*, mas não como um acontecimento vivido pelo narrador e protagonista da trama. No diálogo de Paulo Simões e seu editor acerca do episódio, encontramos exemplo do discurso bifocal citado por Bakhtin de forma bastante evidente, revelando, nesse caso específico, que o autor e um personagem da trama – no caso o editor – compartilhavam uma visão de mundo semelhante no tocante à postura dos intelectuais diante do governo ditatorial estabelecido no Brasil.

No diálogo supracitado entre Paulo Simões e seu editor, este último – cujo nome não é mencionado no romance – deixa claro que sua luta contra a ditadura se restringe a ações de cunho intelectual, afirmando:

- Minha trincheira é aqui, nesta editôra, publicando livros que, de uma forma ou de outra, ajudam a criar uma consciência de nossos problemas e uma antevisão de nossas soluções. Fora dêstes termos, ninguém pode contar comigo para nada. Você sabe disso.¹⁶⁹

A fala do editor de Paulo Simões transcrita acima reflete uma postura semelhante à que foi adotada pelo patrão de Cony na época, Ênio Silveira, editor e proprietário da editora Civilização Brasileira e que, entre as décadas de 1950 e 1970, foi uma das figuras mais importantes e proeminentes dos setores cultural e intelectual do Brasil. O encontro do protagonista com seu editor, apesar de breve, resume bem qual era a postura de Ênio Silveira em relação ao momento político da época, bem como alguns dos problemas enfrentados pelo meio editorial brasileiro durante esses primeiros anos de estruturação do regime militar.

Segundo Luiz Renato Vieira, o editor seria uma figura chave no meio intelectual, pois é por meio de sua atuação que os candidatos à consagração nesse cenário alcançarão ou não seu objetivo. Partindo da teoria de campo desenvolvida por Pierre Bourdieu, este argumenta que o editor é uma figura que, ao mesmo tempo em que age sobre as regras de funcionamento e as relações de poder estabelecidas em seu campo de atuação, também busca legitimar sua atuação profissional por meio de escolhas editoriais que sejam adequadas ao momento político em questão e que também

¹⁶⁹ CONY, Carlos Heitor. **Pessach: a travessia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 93.

agradem tanto ao público consumidor quanto a uma comunidade intelectual específica.¹⁷⁰

A biografia de Ênio Silveira demonstra que ele era um homem muito preocupado não apenas com o cenário político nacional, mas também com questões mais específicas relacionadas ao mercado editorial e ao meio intelectual brasileiro. Além de ser um membro ativo do movimento nacionalista da década de 1950 e de ser uma figura destacada no cenário intelectual que lutou pelo fim da ditadura, Ênio Silveira também se dedicou a lutar por leis que beneficiassem o mercado editorial brasileiro, como a redução de impostos sobre o setor gráfico, facilidades para importação de papel, entre outras. Sua atuação como integrante de órgãos como a Câmara Brasileira do Livro e o Sindicato Nacional de Editores de Livros dá outra amostra do espaço ocupado pelo dono da editora Civilização Brasileira no meio intelectual brasileiro entre as décadas de 1940 e 1960.¹⁷¹

Quando o editor de Paulo Simões afirma que sua forma de combater a ditadura seria “[...] publicando livros que, de uma forma ou de outra, ajudam a criar uma consciência de nossos problemas e uma antevisão de nossas soluções”¹⁷², Cony está, na verdade, ressaltando qual era a postura real do próprio Ênio Silveira entre as décadas de 1950 e 1960, que foi, justamente, a de difundir obras que ajudassem a compreender os problemas nacionais e favorecessem o debate intelectual acerca deles. Dentre essas publicações, podemos destacar os *Cadernos do Povo Brasileiro* e a *Revista Civilização Brasileira*.

Angélica Lovatto explica que Os *Cadernos do povo brasileiro* surgiram no agitado contexto cultural e político da década de 1960, quando a Guerra Fria passava por um dos seus momentos de maior tensão após o triunfo da Revolução Cubana, e o nacionalismo era um dos temas mais discutidos nos meios político e intelectual brasileiros. Foram escritos por autores que defendiam mudanças importantes nas estruturas sociais, políticas e econômicas do país, e a temática da revolução no Brasil acabou sendo a mais importante de muitos desses cadernos, como por exemplo: *Quem pode fazer a revolução no Brasil?*, de Bolívar Costa (1962); *Que é a revolução*

¹⁷⁰ VIEIRA, Luiz Renato. Ênio Silveira e a Civilização Brasileira: notas para a sociologia do mercado editorial no Brasil. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 20, n. 2, p. 139-192, jul./dez. 1996. Disponível em <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/8272> Acesso 05 ago. 2018, p. 1-2.

¹⁷¹ VIEIRA, Luiz Renato. Ênio Silveira e a Civilização Brasileira: notas para a sociologia do mercado editorial no Brasil. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 20, n. 2, p. 139-192, jul./dez. 1996. Disponível em <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/8272> Acesso 05 ago. 2018, p. 2-3.

¹⁷² CONY, Carlos Heitor. **Pessach: a travessia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 93.

brasileira?, de Franklin de Oliveira (1963); *Quem é o povo no Brasil?*, de Nelson Werneck Sodré (1962); *Como seria o Brasil socialista?*, de Nestor de Holanda (1963). Publicados em formato de bolso e a preços acessíveis à população, esses *Cadernos* foram, entre 1962 e 1964, um dos maiores sucessos editoriais do Brasil, chegando à marca de mais de um milhão de exemplares vendidos. Grande parte da divulgação e venda dos *Cadernos* ficava a cargo do CPC (Centro de Popular de Cultura), da UNE (União Nacional dos Estudantes).¹⁷³

Rodrigo Czajka também destacou a importância da postura de Ênio Silveira ao dar aos *Cadernos* uma feição nacionalista e de esquerda, fato até então inédito no meio editorial brasileiro, e também por abrir caminho com a discussão de temáticas que vão dar origem, mais tarde, à *Revista Civilização Brasileira*, publicação que foi um dos principais focos de resistência da intelectualidade nacional contra a ditadura militar entre 1965 e 1968.¹⁷⁴

Embora Ênio Silveira fosse filiado ao PCB, ele não utilizava sua editora, nem mesmo o espaço da *Revista Civilização Brasileira*, como instrumento de propaganda da ideologia de seu partido. Tanto Rodrigo Czajka quanto Luiz Renato Vieira e outros autores afirmam que o editor sempre fez questão de deixar claro que a *Civilização Brasileira*, enquanto editora, era um espaço onde diversos intelectuais e escritores, adeptos de diferentes formas de organização política, poderiam conviver. Após o golpe de 1964, a editora acolheu e empregou diversos escritores e intelectuais perseguidos pelo governo, como foram os casos de Nelson Werneck Sodré, Millôr Fernandes e o já citado Carlos Heitor Cony.

No caso específico da *Revista Civilização Brasileira*, Rodrigo Czajka lembra que essa se tornou um espaço privilegiado no qual diversos setores da esquerda que foram desarticulados pelo golpe de 1964, puderam reorganizar-se e debater os principais problemas do país e atuar de forma organizada contra a ditadura militar em ascensão. Privilegiando temas como política nacional e internacional, literatura, economia, cinema, música e outros relacionados à cultura, o objetivo da revista, segundo o próprio

¹⁷³ LOVATTO, Angélica. Ênio Silveira e os Cadernos do povo brasileiro. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.23, p. 93-103, 2o sem. 2009. P.93-94. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18936> Acesso: 06 ago. 2018.

¹⁷⁴ CZAJKA, Rodrigo. **Páginas de Resistência Intelectuais e cultura na Revista Civilização Brasileira**. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 2005, p. 35.

Ênio Silveira, era ser um fórum de debates dos principais problemas do país por meio da divulgação de trabalhos acadêmicos e pesquisas a eles dedicados.¹⁷⁵

A postura acolhedora de Ênio Silveira a intelectuais perseguidos pela ditadura foi retratada por Cony em dois momentos da trama de *Pessach: a travessia*. Um deles é na chegada de Paulo Simões à editora. Enquanto esperava ser chamado no corredor da sala do seu editor, o protagonista observa:

Há meia dúzia de pessoas, alguns conhecidos, todos mais ou menos escritores, difícil conviver com eles, nunca sei se estou diante de um ensaísta ou de um poeta, do especialista em economia desenvolvimentista ou do teórico do movimento *praxis*. Há alguns cuja identificação é mais ou menos fácil, mas nunca completa. Discutem ou conversam qualquer coisa, interrompem quando eu chego, esperam que eu trague ou revele um fato novo. Limito-me a cumprimentá-los, o que os constrange mais ainda, tenho cara de poucos amigos e, além da cara, tenho o gosto e a realidade de ter poucos amigos.¹⁷⁶

O outro momento é justamente na saída de Paulo Simões da sala de seu editor, após o acerto financeiro de que foi tratar. A mesma turma de intelectuais que ele encontrou na chegada ainda estava lá, porém, em meio a um debate mais acalorado:

Lá fora, a turma aumentara: há outros poetas, outros ensaístas, outros etnólogos, antropólogos, sociólogos e uma meia dúzia de economistas de diferentes tamanhos e feitios.

- Sabe da novidade?

O poeta Ataíde tem os olhos arregalados atrás dos óculos.

- Houve alguma novidade?

- O governo vai apertar os parafusos. Muita gente será presa nas próximas horas. Até bispos entrarão em cana. Eles estão desesperados e resolveram aceitar a luta.

- Isso não chega a ser novidade. Não estou a par do fato político mas há dois anos que vocês dizem a mesma coisa.

- Dessa vez é pra valer. Os jornais da oposição serão fechados, a polícia está procurando uma porção de gente. Houve atentados em Recife, jogaram bombas em repartições federais, parece que o governo está disposto a tirar a máscara e aceitar o fato consumado: fascismo ortodoxo.

- E vocês vão fazer o quê? Um poema?

- Já fiz. Estou agora a fazer outro.

[...] O ambiente fica pesado, alguém lê um jornal, as manchetes são espalhafatosas, dão raiva: generais dão palpites sobre todos os assuntos, fome em diversas regiões do país, pobreza nas classes intermediárias, miséria e morte nas classes baixas, a chamada burguesia nacional, a ver navios, preterida pelos capitais estrangeiros. Tudo isso nas manchetes da primeira página. Apesar dos descabros,

¹⁷⁵ CZAJKA, Rodrigo. **Páginas de Resistência Intelectuais e cultura na Revista Civilização Brasileira**. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 2005, p. 11.

¹⁷⁶ CONY, Carlos Heitor. **Pessach: a travessia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 88.

alguns discutem cinema, o grupinho lá do fundo continua o debate sobre Brecht.¹⁷⁷

O corredor que levava à sala do editor na narrativa de Cony, descrito nos trechos transcritos anteriormente, dão-nos um panorama do que deveria ser a antessala de Ênio Silveira na sede da editora Civilização Brasileira, no Rio de Janeiro em 1967, quando o romance foi escrito. Intelectuais de variadas áreas, em fila, à procura de seu editor, na intenção de terem seus trabalhos publicados e suas teorias difundidas. Na trama de *Pessach: a travessia*, o chefe de Paulo Simões fez de sua editora uma trincheira de onde os intelectuais poderiam, por meio de seu trabalho, ajudar “a criar uma consciência de nossos problemas e uma antevisão de nossas soluções”.¹⁷⁸ Enquanto esteve à frente da editora e da revista Civilização Brasileira, Ênio Silveira se propôs à mesma tarefa, mesmo que isso lhe tenha custado prisões, perseguições e perda de seu patrimônio pessoal.

A forma irônica como Paulo Simões se refere ao poema que o poeta Ataíde poderia escrever como forma de protesto contra as arbitrariedades que os militares, segundo as informações que havia recebido, estavam prestes a cometer, pode indicar uma crença de Cony na pouca utilidade desse tipo de manifestação intelectual diante do crescente autoritarismo do governo. Tal postura é novamente criticada pelo protagonista e narrador da trama ao ressaltar que, mesmo diante dos graves problemas que o Brasil enfrentava, abertamente denunciados nas manchetes de jornal, alguns intelectuais preferiram dedicar-se a questões como cinema e a poesia de Brecht. O intelectual que se isola do debate político de sua época, dedicando seu tempo a outras questões que não dialogavam com o momento de crise pelo qual passava a sociedade, foi criticado abertamente por Cony nessa passagem, tal como Sartre, um dos escritores e intelectuais mais influentes na obra do escritor carioca, já havia feito poucos anos antes.

Após entrar na sala e receber a encomenda de um conto que deveria ser entregue na semana seguinte, Paulo Simões ouve o seguinte comentário de seu editor: “O pessoal por aqui anda irritado com você, seus livros são alienados, você não se compromete, não se engaja, muita gente me torce o nariz porque edito seus livros”.¹⁷⁹ O referido trecho do romance traz novamente à tona as críticas à postura desengajada do protagonista em relação à política, já mencionada logo no início da trama.

¹⁷⁷ CONY, Carlos Heitor. **Pessach: a travessia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 95-96.

¹⁷⁸ CONY, Carlos Heitor. 1967. op.cit., p. 93.

¹⁷⁹ CONY, Carlos Heitor. 1967. op.cit. p. 92.

A resposta que Paulo Simões dá ao seu editor quando é informado acerca da antipatia que desperta nos colegas de atividade intelectual é bastante representativa da postura de Cony em relação às críticas que recebia na época: “Bem, se essa turma participante quer participar mesmo de alguma coisa, porque não vai dar tiro contra o govêrno? Eu sei de gente que está disposta a isso”.¹⁸⁰ Por meio da resposta de Paulo Simões, Cony se defende e ataca ao mesmo tempo, pois indica que a “turma participante”, na verdade, não participa de nenhuma ação efetiva contra a ditadura que tanto critica. Enquanto romancista, o trabalho de Paulo Simões, assim como o de Cony, era alvo das mesmas críticas por não abordar temas referentes ao conturbado cenário político que o Brasil vivia após a tomada do poder pelos militares em 1964.

Acerca das críticas recebidas por Cony devido à sua postura alienada em temas políticos, Marina Silva Ruivo defende, em sua tese, argumento semelhante ao defendido por Raquel Illescas Bueno em trabalho anterior.¹⁸¹ Após ganhar muita projeção com as crônicas publicadas no *Correio da Manhã* em 1964, criou-se muita expectativa que a escrita ficcional de Cony mostrasse uma continuidade com seu trabalho de jornalista crítico e provocador do regime autoritário. Porém o que se viu, até a publicação de *Pessach: a travessia* em 1967, não correspondeu às expectativas de parte do público leitor e do meio literário, já que a crítica à realidade social visando despertar inconformismo e indignação não dominava a estrutura de suas narrativas ficcionais. Nas palavras de Marina Silva Ruivo:

[...] suas obras pensavam o indivíduo aprisionado pelos laços sociais, querendo se libertar deles, mas sabendo e reconhecendo sua impotência, sua necessidade dos outros, a fragilidade do que julgavam ser sua liberdade.¹⁸²

Quando se propôs a analisar as características da obra ficcional de Cony, Marina Silva Ruivo elencou como uma das principais o desejo de liberdade que é manifestado por seus protagonistas. Melancólicos e muito presos ao passado, esses personagens possuem um forte anseio por liberdade em meio a suas existências angustiadas. Entretanto, a maioria deles acaba adotando uma postura conformista com a sua realidade, acomodando-se na “prisão” de uma rotina estável e confortável. Como exemplo também, cita-se, no romance *Balé Branco*, de 1965, a personagem Betinha,

¹⁸⁰ CONY, Carlos Heitor. **Pessach: a travessia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 92.

¹⁸¹ BUENO, Raquel Illescas. **Os invólucros da memória na ficção de Carlos Heitor Cony**. Rio de Janeiro: ABL, 2008.

¹⁸² RUIVO, Marina Silva. **Uma certa maneira de desejar a liberdade**: caminhos da literatura de Carlos Heitor Cony no pós-1964. Tese de Doutorado. USP: 2012, p. 22-23.

que possuía o desejo oculto de ter um filho sem pai, sem família, concebido em segredo e que fosse só seu. Estando ela conformada com o fim de sua carreira como bailarina, esse ato representaria, ao mesmo tempo, sua vingança contra o mundo e a conquista de sua liberdade.¹⁸³

Mikhail Bakhtin, em seus estudos acerca da forma do romance contemporâneo, elencou as principais unidades estilísticas que caracterizam o romance na atualidade, apresentadas da seguinte forma:

1. A narrativa direta e literária do autor (em todas as variedades multiformes);
2. A estilização de diversas formas da narrativa tradicional oral;
3. Estilizações de diversas formas da narrativa (escrita) semiliterária tradicional (cartas, diários, etc.);
4. Diversas formas literárias, mas que estão fora do discurso literário do autor: escritos morais, filosóficos, científicos, declamação, retórica, descrições etnográficas, informações protocolares, etc;
5. Os discursos dos personagens estilisticamente individualizados.¹⁸⁴

Segundo o filósofo russo, a originalidade do romance enquanto gênero reside justamente no fato de as unidades estilísticas supracitadas se manterem autônomas umas em relação às outras e, ao mesmo tempo, conseguirem estabelecer relações de subordinação no decorrer da narrativa. O discurso individualizado de um personagem, por exemplo, pode ser expresso por meio da estilização de uma narrativa semiliterária, como uma carta ou diário. Seria essa capacidade de organizar artisticamente uma diversidade de vozes e linguagens que conferiria ao romance seu caráter plurilinguístico.¹⁸⁵

A versatilidade do romance permite que diferentes temas relativos à crítica social apareçam em sua narrativa em diferentes momentos da trama e de diferentes formas. Os diálogos entre os personagens, o discurso do narrador, as situações históricas apresentadas na trama, a descrição do ambiente, do vestuário, dos sentimentos dos personagens, os livros que leem, as cartas que trocam, enfim, tudo pode ser usado como elemento pelo autor para debater o contexto político e social da época no qual está inserido.

Um romance como *Balé Branco*, publicado por Cony em 1965, seria classificado por Renato Franco como “romance da desilusão urbana”. Conforme já mencionado

¹⁸³ CONY, Carlos Heitor. **Balé Branco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005, p. 41 apud RUIVO, Marina Silva. 2012. op.cit., p. 51.

¹⁸⁴ BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética**. A teoria do romance. São Paulo: Hucitec, 1988, p. 74.

¹⁸⁵ BAKHTIN, Mikhail. 1988. op.cit., p. 74-75.

anteriormente, esta última era, ainda segundo Franco, uma tendência forte na literatura brasileira na década de 1960, juntamente com os chamados “romances de impulso político”, categoria na qual *Pessach: a travessia* estaria enquadrado. Os romances da desilusão urbana não tinham o contexto político do país como tema principal de suas narrativas, tal como os da outra categoria mencionada, porém, nem por isso, deixavam de tocar em temas polêmicos e importantes para a sociedade brasileira da época. As frustrações e desejos reprimidos dos personagens e protagonistas dessas tramas revelavam um sentimento de descrença no processo de modernização em andamento no Brasil na época.¹⁸⁶ O desejo da personagem Betinha, de *Balé Branco*, de ter um filho sozinha, em plena década de 1960, quando o casamento ainda era considerado por grande parte da sociedade brasileira como um vínculo indissolúvel¹⁸⁷, pode representar uma descrença nos valores familiares tradicionais defendidos pela moral da época, como também um profundo desejo de transformação da ordem social vigente. A contestação de um valor moral individual pode ser o ponto de partida para uma atitude mais crítica em relação à sociedade como um todo. A falta de liberdade, que seria uma das realidades mais duramente criticadas em meio a um regime ditatorial, pode ser alvo de críticas em um romance sem que, necessariamente, encha-se a trama com fardas e fuzis. Por meio de sapatilhas e saias *tou tou*, também é possível alcançar o mesmo objetivo.

Ainda no tocante à postura politicamente desengajada que era atribuída a Cony, e com a qual ele, muitas vezes, concordava e ressaltava em diferentes momentos, seria interessante considerar outro ponto. Como um escritor que já possuía certo nível de reconhecimento e aceitação junto ao público¹⁸⁸ e que, segundo ele mesmo e pares do

¹⁸⁶ FRANCO, Renato. **Itinerário Político do Romance Pós-64: A Festa**. São Paulo: UNESP. 1998, p. 28.

¹⁸⁷ Segundo Maria Isabel Almeida, a despeito de algumas propostas feitas desde a proclamação da República, o primeiro projeto de lei permitindo a separação só foi aprovado em 1916, instituindo-se o *desquite*. Este autorizava apenas a separação de corpos e o fim do regime de bens, mas não permitia novo casamento por nenhuma das partes. Apesar dessa primeira flexibilização na lei de matrimônio, a indissolubilidade deste foi mantida, aparecendo pela primeira vez numa constituição brasileira no projeto aprovado em 1934. As constituições brasileiras de 1937, 1946 e 1969 não apresentaram nenhuma mudança na lei matrimonial. Apenas em 1977, o divórcio foi permitido no Brasil, com a aprovação da emenda constitucional nº 9, proposta pelo senador Nelson Carneiro, regulamentada pela lei nº 6.515/77. In: ALMEIDA, Maria Isabel de M. **Rompendo os Vínculos: os caminhos do divórcio no Brasil: 1951-1977**. Tese de Doutorado. UFG: 2010, p. 9-11. Disponível em: < https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/ROMPENDO_PDF.pdf > Acesso: 05 mar. 2019.

¹⁸⁸ Acerca da popularidade de Cony na década de 1960, Rodrigo Czajka afirmou que ela advinha justamente de sua indefinição ideológica, com a qual muitos leitores da época se identificavam. Naquele momento, em que um posicionamento claro, em meio ao cenário de transformações pelo qual o país passava, era cobrado de todos, Cony se transformou numa espécie de “retrato fiel de seus próprios

meio literário e intelectual, era capaz de escrever sobre qualquer tema e muito rapidamente¹⁸⁹, acreditamos que não seria muito difícil para Cony encontrar emprego em qualquer editora. Se quisesse ficar totalmente afastado de qualquer discussão ou debate político, ele poderia, até mesmo, não escrever nenhuma obra autoral, vivendo unicamente de traduções de obras estrangeiras, como faria anos mais tarde após a publicação de *Pilatos*, em 1974. Assim, por que Cony continuou trabalhando na Civilização Brasileira, ao lado de Ênio Silveira que, conforme já mencionado, era dos críticos mais ferrenhos do autoritarismo do governo na época? Em 1967, Cony já tinha sido processado pelo futuro Presidente da República, general Costa e Silva, sido preso algumas vezes e respondido a um Inquérito Policial Militar acerca de suas atividades junto ao Comando dos Trabalhadores Intelectuais, conforme explicado no capítulo anterior. Se somarmos essa trajetória à de Ênio Silveira, que também já tinha sido preso e processado pelos militares, não seria estranho que o escritor se afastasse da editora Civilização Brasileira e de seu editor-proprietário, caso quisesse deixar claro seu desinteresse pela política e evitar maiores problemas com o governo; porém ele não o fez.

Apesar de *Pessach: a travessia* ser considerado por muitos como um ponto de ruptura na trajetória literária de Cony, marcando sua passagem de escritor alienado para engajado, acreditamos que, em virtude do que expomos acerca do *plurilinguismo* do romance enquanto gênero literário – usando aqui o termo de Bakhtin – no tocante às características da obra ficcional de Cony e também de sua postura pessoal e profissional no decorrer da década de 1960, especialmente a manutenção de vínculos intelectuais e profissionais com pessoas envolvidas diretamente em ações de oposição ao regime, tal ruptura não foi assim tão drástica, se é que ocorreu de fato. A tomada do poder pelos militares em 1964 nunca foi um fato tratado por Cony com indiferença.

Independentemente do que diziam os críticos e até mesmo o próprio Cony acerca de sua obra e de si mesmo, um intelectual que se dedica à escrita não consegue manter sua visão de mundo afastada de seu trabalho, até porque compartilhar essa visão

leitores”. CZAJKA, Rodrigo. **Páginas de Resistência Intelectuais e cultura na Revista Civilização Brasileira**. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 2005, p. 94.

¹⁸⁹ O terceiro romance de Cony, *Tijolo de Segurança*, foi escrito em nove dias. CONY, Carlos Heitor. Entrevista. **TV Câmara**. Rio, 30 de dezembro de 2014. Entrevista concedida a Gaby de Saboia. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VvyX35rD2eU>> Acesso: 19 abr. 2017.

com os outros é o que faz dele um intelectual. Tudo que o irrita, indigna, sensibiliza ou emociona, enfim, tudo de mais importante que ocorre no seu cotidiano, no seu país, no meio social no qual está inserido, não pode ser colocado de lado durante o processo criativo, pois é justamente essa fusão de elementos que compõem a sua visão de mundo, que ele expressa por meio de sua produção escrita. O individualismo e o ceticismo que caracterizam os protagonistas da ficção de Cony, bem como seu anseio por liberdade, conforme foi apontado por Marina Silva Ruivo¹⁹⁰, podem revelar um sentimento de descrença, compartilhado pela sociedade brasileira como um todo na época, com os rumos do país após um golpe de Estado que prometeu mudanças e melhorias e que, até 1967, ainda não tinha cumprido o que havia prometido.

O encontro de Paulo Simões com seu editor é um dos últimos momentos do protagonista no Rio de Janeiro antes de ir para o acampamento dos guerrilheiros no dia seguinte, momento que marca o início da segunda parte de *Pessach: a travessia*. Se, no decorrer da primeira parte do livro, Cony se dedicou a criticar a acomodação dos intelectuais diante do fortalecimento do governo ditatorial no Brasil, na última parte a crítica muda de tom e direção.

2.3 – Quando as penas se tingem de sangue, está na hora de substituí-las? O dilema entre completar a “travessia” ou retornar ao ponto de partida

A partir da segunda parte do livro, intitulada “A Travessia”, a narrativa se concentra na permanência de Paulo Simões no acampamento dos guerrilheiros. Desse ponto em diante, o debate acerca da postura dos intelectuais em meio ao avanço do autoritarismo no Brasil continua intenso, porém assume uma nova forma. Nos diálogos de Paulo Simões com Vera – a mulher que esteve com Sílvio no apartamento de Simões no dia de seu aniversário – e com Macedo – o líder do acampamento dos revoltosos –, podemos perceber não apenas críticas direcionadas aos intelectuais e ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) – chamado de *Partido* no decorrer da narrativa –, como também reflexões acerca da utilidade da escrita enquanto forma de resistência ao governo ditatorial e das possibilidades reais de ação política do intelectual em meio a um contexto de fortalecimento da repressão do regime militar aos seus opositores. Se,

¹⁹⁰ RUIVO, Marina Silva. **Uma certa maneira de desejar a liberdade**: caminhos da literatura de Carlos Heitor Cony no pós-1964. Tese de Doutorado. USP: 2012, passim.

no decorrer da primeira parte do romance, a crítica aos intelectuais aparecia disfarçada por uma capa de autocrítica e com pitadas de ironia, a partir da segunda parte da trama, ela adquire uma forma mais direta e agressiva. Escritores, militares e membros da guerrilha urbana são todos alvos da pena de Cony, que critica não só as ações de cada grupo, como também suas motivações e a utilidade – ou inutilidade da luta particular de cada um.

Já que a atuação de um grupo armado que pretende derrubar o regime ditatorial brasileiro por meio de ações militares é o pano de fundo para a segunda parte do romance, convém fazer uma breve retrospectiva acerca da estruturação e ação dos grupos oposicionistas ao governo até 1967 – em especial da organização e ação dos grupos armados – para termos uma noção do cenário político do país no qual Cony estava inserido na época em que *Pessach: a travessia* estava sendo escrito.

Segundo Marcelo Ridenti, no início da década de 1960, os adeptos de ideais esquerdistas tinham no Partido Comunista Brasileiro (PCB) seu veículo de representação mais expressivo, mesmo atuando na ilegalidade. As propostas do PCB, chamadas de nacional-reformistas, baseavam-se no princípio de que, para se alcançar a autonomia da classe trabalhadora, era preciso unir forças à revolução democrático-burguesa no Brasil para remover os entraves feudais ou semifeudais que caracterizavam nossa economia e sociedade.¹⁹¹

A polarização entre capitalismo e socialismo e o alinhamento do Brasil com o lado liderado pelos Estados Unidos fizeram com que todo o debate político e intelectual acerca das possibilidades de um Brasil socialista ocorresse meio que “nas sombras” do regime democrático em vigor. Na visão de Jacob Gorender, durante o período compreendido entre 1946-1964, “o PCB representou a principal força de esquerda de inspiração marxista (a sigla correspondeu a *Partido Comunista do Brasil* até 1961 e, daí em diante *Partido Comunista Brasileiro*)”.¹⁹²As divergências internas no PCB começaram a ganhar força, levando às cisões que deram origem a novos partidos, a partir da década de 1950, quando os crimes do regime stalinista vieram a público e geraram grande desconforto e, em alguns, desilusão. A partir de então, as novas siglas criadas como o POR-T (Partido Operário Revolucionário – Trotskista) em 1953, PC do B (Partido Comunista do Brasil) em 1962, POLOP (Organização Operária Marxista –

¹⁹¹ RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: UNESP, 1993, p. 25-27.

¹⁹² GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada: São Paulo: Ática, 1987, p. 20.

Política Operária) de 1961, entre outras de menor duração, orientaram suas ações e posicionamentos na direção da implementação do socialismo por meio da luta armada, diferindo-se do seu partido de origem. O debate político no seio desses partidos acerca dos caminhos a serem trilhados em direção à revolução socialista ocorria em Congressos, quase sempre anuais, e também por meio de publicações escritas, como em jornais e periódicos, mantidos e distribuídos pelas agremiações.¹⁹³

Apesar de toda a especulação acerca das possibilidades, reais ou não, da instauração de um regime socialista no Brasil ter sido bastante intensa no período compreendido entre 1950 e 1964, o espaço para a ação política efetiva desses grupos era bastante limitado. A ilegalidade do PCB, mais antiga das siglas de orientação socialista, intimidava e limitava a ação das demais. No cenário político da época, as facções nas quais se dividiram os intelectuais socialistas – stalinistas, trotskistas e maoístas – construíram cada qual a sua própria torre de marfim e, do alto delas, trocavam farpas e acusações, enquanto a sociedade civil brasileira assistia a isso de baixo, escutando pouco e entendendo quase nada. Muitos críticos da atuação esquerda socialista no período anterior ao golpe de Estado de 1964, como Daniel Aarão Reis Filho, apontam que seus maiores erros foram justamente a perda do contato com a realidade e com as expectativas da população e, no caso específico do PCB, uma certa arrogância em não enxergar suas próprias falhas na avaliação do contexto político e socioeconômico do Brasil na época:

O “esquerdismo” não respeitara a correlação de forças, não correspondera ao caráter nacional-democrático da revolução brasileira, subestimara o perigo do golpe de direita, concentrara seus ataques na burguesia nacional e no governo de Jango. Teria, assim, perdido a sintonia com a realidade e levado o povo à derrota. Este “fator”, combinado com a defecção da burguesia, teria sido “básico”, para explicar a rapidez e a facilidade com que se instaura o regime militar.¹⁹⁴

Denise Rollemberg, ao analisar o contexto político brasileiro na década de 1960, em especial os grupos de oposição ao governo ditatorial, afirmou que eles lutavam pela instauração de uma nova ordem e não pela restauração da democracia do período anterior ao golpe de 1964, já que a sociedade brasileira, na verdade, não tinha os valores democráticos consolidados em sua cultura política. A valorização da democracia como

¹⁹³ GORENDER, Jacob. 1987. op.cit., p. 33-37.

¹⁹⁴ REIS FILHO, Daniel Aarão. **A Revolução faltou ao encontro**. Os Comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 69.

o valor mais importante a ser defendido na luta contra os militares, ainda segundo Rollemberg, é resultante do processo de construção da memória do período ditatorial, iniciado com a decadência do regime militar, que preferiu lançar luz sobre esse princípio em detrimento da revolução.¹⁹⁵

Embora a ideia de resistência armada ao regime militar já fosse discutida e defendida por vários grupos opositores desde 1964, a primeira ação concreta ocorreu em 1967 por iniciativa do Movimento Nacionalista Revolucionário (MRN), liderado por Leonel Brizola e composto por militares dissidentes das Forças Armadas, lideranças de movimentos sociais do período anterior ao golpe, políticos e outras pessoas do círculo mais próximo de Brizola que tinham se exilado com ele no Uruguai. Após retornar ao Brasil, a intenção desse grupo – que recebia apoio do governo cubano – era espalhar focos de resistência armada por cinco pontos do país, sendo o da Serra do Caparaó, no Espírito Santo, o de maior destaque. A iniciativa acabou fracassando antes mesmo de começar após a denúncia dos moradores locais às autoridades da movimentação do grupo, o que terminou com a prisão de todos. Com o fracasso da iniciativa do grupo liderado por Brizola, que resultou em sua desarticulação, o apoio cubano aos grupos dedicados à luta armada no Brasil se direcionou para a Aliança Libertadora Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighela. Essa organização seria responsável pela articulação e treinamento dos principais focos da chamada guerrilha rural no Brasil até o início da década de 1970.¹⁹⁶

A guerrilha urbana, cujas ações se tornaram mais conhecidas do grande público do que as da guerrilha rural, também começaram suas ações em 1967 com a adesão cada vez maior, a partir da publicação do AI-5, de membros do movimento estudantil a grupos como o MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro), o Molito, o Colina (Comandos de Libertação Nacional), entre outros. Sua principal função deveria ser conseguir apoio financeiro para a luta no campo e divulgar o projeto revolucionário junto à população dos grandes centros urbanos. Os recursos financeiros e as armas de que a guerrilha precisava seriam conseguidos por meio de “desapropriação”, nome pelo

¹⁹⁵ ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge., DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano**. Vol4. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 47-48.

¹⁹⁶ ROLLEMBERG, Denise. 2003. op.cit., p. 60-62.

qual os revolucionários chamavam as ações de assaltos a banco e a outros estabelecimentos comerciais.¹⁹⁷

Por meio da retrospectiva que foi feita da estruturação e ação dos grupos opositoristas ao regime militar durante a década de 1960, podemos perceber que o número de insatisfeitos com o governo era grande e diversificado. De políticos exilados, passando por militares dissidentes e chegando aos estudantes de classe média urbana, os grupos que se opunham à ditadura no Brasil se caracterizavam por sua heterogeneidade e pela pouca organização e integração entre si. Os estudiosos citados anteriormente ressaltaram, quase que de forma unânime¹⁹⁸, que as discussões intelectuais e teóricas acerca das possibilidades de uma revolução socialista foram muito intensas no seio de algumas das principais organizações de resistência ao governo, como o PCB; porém as ações práticas para colocar a “revolução na rua” foram pouco efetivas, descoordenadas e de pouca repercussão junto à população.

Conforme já mencionado anteriormente, os primeiros rascunhos de *Pessach: a travessia* foram escritos por Cony em 1965, quando o autor estava preso em virtude de um protesto contra o presidente Castelo Branco. No entanto, o livro só foi publicado em 1967, quando a ação dos grupos armados contra a ditadura ensaiava seus primeiros movimentos. Entre 1965 e 1967, período em que o livro foi escrito, o debate acerca das possibilidades de implementação de uma revolução socialista no Brasil estava vivo no meio intelectual mesmo que à sombra da clandestinidade, e Cony, enquanto escritor, não deixou uma discussão tão importante fora de sua obra. As possibilidades de sucesso ou fracasso da iniciativa, bem como a atuação do PCB em meio a esse debate, foram exploradas por Cony ainda na primeira parte do romance por meio dos primeiros diálogos de Paulo Simões com Vera; porém foi a partir da chegada do escritor ao acampamento dos rebeldes que elas ganharam mais força.

Um dos últimos diálogos da primeira parte do romance é entre Paulo Simões e a revolucionária Vera. O escritor, ao cair da noite do dia de seu aniversário, saiu para

¹⁹⁷ ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge., DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano**. Vol4. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 67.

¹⁹⁸ Entre os quatro estudiosos citados como referência no debate acerca da estruturação dos grupos opositoristas ao regime ditatorial, apenas Jacob Gorender apresenta uma visão mais otimista acerca das possibilidades de sucesso de uma revolução socialista, enquanto Marcelo Ridenti, Denise Rollembrg e Daniel Aarão Reis Filho apresentam argumentos – tanto políticos, sociológicos e até mesmo estatísticos – na defesa da ideia de que as possibilidades de sucesso de tal empreitada eram muito pequenas.

jantar em um restaurante quando se deu conta de que a mulher que havia estado em seu apartamento naquela manhã, junto com Sílvio, espionava-o de longe. Ele vai ao encontro dela e a obriga a se sentar à mesa do restaurante junto com ele. Durante o jantar, ela explica que o vigiou durante o dia para se certificar de que ele não contou nada dos planos do grupo para ninguém. Paulo Simões diz que contou apenas para o seu editor que, no fim, concordou com sua recusa. Aliviada, Vera explica:

- Se foi só isso, nada demais. Muita gente é contra o plano, todo mundo espera que os outros façam alguma coisa. No Partido, todos deram contra a minha participação no grupo de Sílvio. Tive de deixar o Partido.

- Como foi que você se meteu nisso?

Ela fala depressa, sem dar a impressão de que está sendo ouvida:

- Há dois anos que ando entupida. Meu pai está no exílio, êle era diplomata, representou o Brasil em Genebra, em Haia, já circulei muito pela Europa, bebi bons vinhos. Mas no Partido me acusaram de desvio pequeno-burguês e eu dei o fora. Entrei neste brinquedo por conta própria, sabendo os riscos que corro. Dando ou não dando certo, o importante é fazer alguma coisa. Não quero ficar de braços cruzados, esperando que um general, preterido na promoção, resolva depor o governo. Sou individualista, ainda, o Partido não conseguiu modificar-me. Mas não pense que eu seja *como* você.¹⁹⁹

No diálogo transcrito anteriormente, Vera explica as razões que a levaram a entrar na luta armada. O exílio do pai e o descontentamento com a atitude do *Partido*, que não tomava nenhuma ação efetiva contra o governo, motivaram uma jovem oriunda de uma família economicamente privilegiada, educada e viajada a ingressar num grupo que pretendia enfrentar a ditadura de forma aberta e direta. De acordo com o relato da personagem, a sua origem burguesa teria dificultado sua adequação às diretrizes do *Partido*, resultando na sua saída. A crítica ao “desvio pequeno-burguês” de Vera era, segundo Alcides Freire Ramos, uma das mais recorrentes dentro do processo de autocrítica feito pelo PCB após o sucesso do golpe de 1964. De acordo com a Resolução Política do Comitê Central do PCB, publicada em 1965, no tocante ao partido, em seu processo de avaliação dos motivos que levaram à tomada do poder pelos militares no ano anterior, concluiu-se que:

[...] na raiz de nossos erros está uma falsa concepção, de fundo pequeno-burguês e golpista, da revolução brasileira, a qual se tem manifestado de maneira predominante nos momentos decisivos de nossa atividade revolucionária, independentemente da linha política acertada ou não, que tenhamos adotado. É uma concepção que admite a revolução não como um fenômeno de massas, mas como resultado

¹⁹⁹ CONY, Carlos Heitor. **Pessach: a travessia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 115.

da ação das cúpulas ou, no melhor dos casos, do Partido. Ela imprime à nossa atividade um sentido imediatista, de pressa pequeno-burguesa, desviando-nos da perspectiva de uma luta persistente e continuada pelos nossos objetivos táticos e estratégicos, através do processo de acumulação de forças e da conquista da hegemonia pelo proletariado.²⁰⁰

Alcides Ramos também aponta que, apesar de a ideia de atribuir à influência de concepções pequeno-burguesas parte considerável da culpa pela falha do partido em não enxergar o golpe que estava sendo armado ser quase um consenso entre seus principais dirigentes, o mesmo não aconteceu com respeito à avaliação do governo Jango e também em relação aos passos a serem seguidos pelo partido a partir de então. Essa divergência levou à expulsão de alguns membros, como Jacob Gorender e Carlos Marighela, e também à crítica explícita a todos aqueles que defendiam a luta armada como meio de oposição ao governo. Na Resolução Política do Comitê Central do PCB, publicada em 1965, ficou claramente explícita a posição oficial do partido com relação à postura de alguns de seus dissidentes:

Outra tese a ser combatida é a que vê a revolução, não como a obra das massas de milhões, como afirmava Lenine, mas como o resultado da ação heróica de alguns indivíduos (expressa no lema: o dever dos revolucionários é fazer a revolução), ou de pequenos grupos audaciosos. Esta posição voluntarista [...] é a propugnada por todos os que hoje insistem em ver na criação de ‘focos’ guerrilheiros no interior do país o passo inicial da revolução. Afirmam que tais ‘focos’ de luta armada podem desencadear o processo revolucionário no país e arrastar as massas populares à revolução, independentemente das condições objetivas e subjetivas indispensáveis.²⁰¹

No diálogo com Paulo Simões, quando Vera explica as razões por que entrou para o grupo de Sílvio, ela deixou claro que seu modo de encarar a situação política do país era diferente da postura oficial adotada pelo *Partido* e que suas concepções acerca do papel deste diante da situação vigente também eram opostas à linha geral que foi adotada pelos dirigentes, por isso sua expulsão, já que ela achava que “dando ou não dando certo, o importante é fazer alguma coisa”.²⁰²

²⁰⁰ CARONE, Edgard. O P.C.B. (1964-1982). São Paulo: Difel, 1982, p. 25-26 apud RAMOS, Alcides Freire. A luta contra a ditadura militar e o papel dos intelectuais de esquerda. **Fênix** - Revista de História e Ciências Sociais. Uberlândia vol.3, Ano III, nº1. Jan/fev/mar 2006. Disponível em: <<http://www.revistafenix.pro.br/PDF6/8%20-%20ARTIGO%20-%20ALCIDESFRAMOS.pdf>> Acesso: 20 jul. 2017.

²⁰¹ CARONE, Edgard. O P.C.B. (1964-1982). São Paulo: Difel, 1982, p. 55 apud RAMOS, Alcides Freire. 2006. op.cit., p. 4. Disponível em: <<http://www.revistafenix.pro.br/PDF6/8%20-%20ARTIGO%20-%20ALCIDESFRAMOS.pdf>> Acesso: 20 jul. 2017.

²⁰² CONY, Carlos Heitor. **Pessach: a travessia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 115.

Outra crítica feita pelo PCB, em 1965, que aparece no diálogo entre Vera e Paulo Simões, foi a direcionada a alguns de seus dissidentes e à postura individualista e voluntarista destes últimos de partir para a luta armada, ignorando o princípio de que a revolução é um obra de massas e não fruto da “ação heróica de alguns indivíduos”.²⁰³ Quando Vera afirma, no final do diálogo, “sou individualista, ainda, o Partido não conseguiu modificar-me. Mas não pense que eu seja *como* você”²⁰⁴, ela não só critica o PCB como também a postura de Paulo Simões. O “como” aparece em itálico no texto original do romance para evidenciar a diferença que Vera queria ressaltar: ela era individualista no sentido de acreditar que sua ação individual poderia, de fato, fazer diferença no processo de luta contra o regime ditatorial vigente. Paulo Simões, por sua vez, era diferente. Seu individualismo o mantinha imerso em seu mundo particular de questões pessoais e, ao mesmo tempo, alheio aos problemas enfrentados pela sociedade brasileira como um todo, dominada pelos militares. A crítica feita à postura indiferente de Paulo Simões em relação à situação política do país, a partir da segunda parte do romance, foi, em alguns momentos, estendida à intelectualidade nacional como um todo.

Em outro diálogo com Paulo Simões, agora já no acampamento dos guerrilheiros, Vera, ao relatar uma discussão que teve com Macedo, desabafa:

- Não se precipite em defender o Macedo. Nós não brigamos apenas por sua causa. Ele discorda de alguns pontos da Comissão, acha que as guerrilhas são loucura.
- Eu também acho. Vocês não têm chance nenhuma. Vi a turma lá embaixo, sujeitos sem dedos, sem pernas, sem rostos e testículos queimados, não é assim que tomarão o poder.
- Então como é? Como quer o Partido? Esperar mil anos até que a ditadura acabe por si mesma? Você ignora muita coisa Paulo, viveu sempre num mundo distante, preocupado com mulheres, com angústias; resultado: não sabe de nada. O Partido já não é mais o mesmo desde que a União Soviética abandonou os partidos da América Latina à própria sorte. [...]
- E qual a alternativa disso tudo?
- Interessa saber? Pois a alternativa é essa: pegarmos em armas, sem ajuda de ninguém, até mesmo contra o Partido. Foi o que fiz: abandonei o Partido tão logo percebi que aquilo era uma estrutura acadêmica.²⁰⁵

²⁰³ CARONE, Edgard. O P.C.B. (1964-1982). São Paulo: Difel, 1982, p. 55 apud RAMOS, Alcides Freire. A luta contra a ditadura militar e o papel dos intelectuais de esquerda. **Fênix** - Revista de História e Ciências Sociais. Uberlândia vol.3, Ano III, nº1. Jan/fev/mar 2006. p. 04. Disponível em: <<http://www.revistafenix.pro.br/PDF6/8%20-%20ARTIGO%20-%20ALCIDESFRAMOS.pdf>> Acesso: 20 jul. 2017.

²⁰⁴ CONY, Carlos Heitor. **Pessach: a travessia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 115.

²⁰⁵ CONY, Carlos Heitor. 1967. op.cit., p. 172.

Mais uma vez, a postura do PCB de rejeitar a luta armada contra o governo ditatorial, bem como a falta de apoio do partido aos grupos que optaram por esse caminho são criticadas. As referências a essa postura são tão recorrentes a partir da segunda metade do livro que, na época do lançamento de sua primeira edição, em 1967, bem como em suas reedições em 1975 e 1997, o partido não conseguiu calar-se e fez duras críticas à obra de Cony. Segundo Beatriz Kushnir, todas as críticas dirigidas a Cony, não apenas na época do lançamento de *Pessach: a travessia* como na ocasião de suas reedições, assim como a resposta que o escritor deu a essas críticas, compõem uma *disputa de memória* entre Cony, seus críticos – especialmente os integrantes do PCB – e os demais personagens que compuseram o complexo mosaico de contestação e luta contra o regime ditatorial. Cada um deles, com sua visão própria sobre qual a melhor forma de lutar contra os militares, criticando as ações do outro e, concomitantemente, defendendo-se das críticas que lhes eram endereçadas. Cony acusava os integrantes do chamado *Partidão* de censurar e boicotar sua obra que teria ousado criticar a pureza ideológica da esquerda, enquanto alguns membros do PCB depreciavam seu livro por considerar sua visão da esquerda e especialmente da luta armada por demais “fantasiosa”.²⁰⁶

Ainda segundo Kushnir, Cony acusou alguns membros do PCB que ocupavam cargos importantes dentro da editora Civilização Brasileira de tentar boicotar seu romance. Tais acusações, feitas por Cony em entrevistas que antecederam à reedição mais recente da obra, em 1997, renderam um debate na imprensa acerca do poder do PCB em censurar intelectuais que não se alinhassem com os seus ideais. Do lado de Cony, endossando sua teoria, ficaram intelectuais como Rui Castro, Otto Maria Carpeaux, José Linhares e Paulo Francis. Pelo PCB, manifestaram-se intelectuais que compuseram o seu comitê cultural no Rio de Janeiro na década de 1960, como Leandro Konder e Ferreira Gullar, que alegaram desconhecer qualquer iniciativa de censura do partido em relação ao livro de Cony.²⁰⁷

A polêmica em torno de uma possível tentativa de censura ao livro *Pessach: a travessia*, na época do lançamento de sua primeira edição, expõe cisões entre setores da intelectualidade nacional que se posicionaram contra o regime militar. Defensores de

²⁰⁶ KUSHNIR, Beatriz. *Depor as armas – A Travessia de Cony e a censura do Partidão*. passim. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). **Intelectuais, História e Política** (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: 7letras, 2000.

²⁰⁷ KUSHNIR, Beatriz. 2000. op.cit., p. 235.

uma resistência dentro dos limites legais permitidos e os adeptos da luta armada criticavam os modos de pensar e agir uns dos outros. Em 1967, quando *Pessach: a travessia* foi publicado pela primeira vez, as guerrilhas urbanas e rurais começavam a fazer seus primeiros movimentos contra o regime ditatorial. Na época de sua segunda e terceira edições, em 1975 e 1997, respectivamente, a derrota desses grupos já era conhecida. No processo de construção da memória dos governos militares, esses grupos armados vão ser alçados à posição de heróis, mesmo que sua luta não tenha conseguido derrubar o regime autoritário. As obras que retrataram o cotidiano desses grupos armados, ao serem rotuladas como “romances de resistência”, vão deixar seus críticos numa posição delicada, pois, atacar a obra, muitas vezes, poderia ser interpretado como um ataque direto à memória desses heróis que lutaram contra a ditadura.

Em sua obra, Cony faz críticas aos grupos armados e ao PCB, porém o tom é diferente para cada um: a partir da chegada de Paulo Simões ao acampamento e do envolvimento do protagonista com o cotidiano dos guerrilheiros, estes são criticados por seu amadorismo e pouca organização, porém sua paixão e esperança na luta também são constantemente mencionadas, revelando um pouco mais de condescendência de Cony para com eles do que para com o PCB. Para com o chamado *Partidão*, Cony assume uma postura mais dura, atacando especialmente sua postura passiva diante da escalada do autoritarismo do governo militar.

A segunda parte de *Pessach: a travessia* começa na manhã do dia seguinte ao aniversário de Paulo Simões, quando este pega seu carro para ir à editora retirar a quantia de dinheiro acertada no dia anterior e percebe que Vera está escondida no banco de trás do veículo. Ela pede que ele a tire da cidade o mais rápido possível porque corria risco de ser presa devido à perseguição dos militares aos integrantes de um grupo responsável por um atentado terrorista de grande proporção que teria ocorrido no dia anterior: uma bomba atirada contra a Embaixada dos Estados Unidos. Antes que os militares levantassem barreiras nas estradas e impedissem a saída da cidade, ela precisava fugir porque já havia sido presa outras duas vezes e se considerava, devido à sua ficha, um alvo em potencial. Após sair da cidade, Paulo Simões escuta pelo rádio que o “grande atentado” previsto para o dia anterior não passou de uma pedrada na vidraça da Embaixada. Mesmo assim, ele decide levar Vera e outros dois companheiros dela que encontraram no meio da estrada até a fazenda onde o grupo fazia seu treinamento, perto da divisa entre o Rio de Janeiro e São Paulo. Chegando lá, ele se vê

impedido de retornar ao Rio por ordem de Macedo, líder dos guerrilheiros, que, além de considerar sua saída um fator de risco para o grupo, alega que precisava do carro de Paulo Simões para eventuais necessidades do acampamento, já que não era um veículo visado pelas autoridades.²⁰⁸

Durante a maior parte da segunda metade do romance, o personagem Macedo, líder do acampamento, ocupa um papel importante na narrativa. Seus diálogos com Paulo Simões e Vera vão ditar o ritmo da trama e também vão expressar as visões que Cony tinha acerca da guerrilha, da atuação dos grupos oposicionistas ao regime militar e também do papel do intelectual em meio a esse agitado contexto político.

Macedo é um ex-membro do *Partido* e que foi preso e torturado pelos militares, mas que conseguiu fugir de onde estava detido. Ele é um homem forte, de fala calma e firme, que impõe respeito e medo a seus subordinados. A tortura que sofreu nas mãos dos militares deixou duas características físicas bastante evidentes em Macedo, que ajudam a compor a imagem do líder guerrilheiro “perfeito”. Uma delas são as cicatrizes de queimadura ao redor dos olhos, feitas a maçarico, que são visíveis mesmo por baixo dos óculos escuros que o chefe do acampamento sempre usa. A outra seria a impotência sexual, resultante das queimaduras, feitas também de maçarico, nos testículos. As marcas dessas sessões de tortura não ficam visíveis por motivos óbvios, porém deixaram o guerrilheiro com um andar característico por conta da gravidade das lesões. Esse homem alto e forte, que resistiu a sessões de tortura das mais violentas nas mãos dos militares e que caminha pela fazenda com seu andar vagaroso e de pernas levemente abertas, e cujas cicatrizes no rosto sempre chamam a atenção, dita as regras daquele grupo e é obedecido por todos sem questionamento. Sua trajetória é contada e comentada entre seus subordinados e desperta admiração em muitos deles, inclusive, em Vera. Paulo Simões é o único que parece resistir ao fascínio que Macedo exerce no acampamento e manifesta sua discordância dele em diferentes momentos, porém, diante do impedimento de retornar ao Rio, ele decide se submeter às suas ordens.²⁰⁹

A relação entre Macedo e Paulo Simões dentro do acampamento é pautada por medo e respeito do escritor em relação ao guerrilheiro e por uma curiosidade deste em relação ao trabalho daquele. Mesmo com as condições precárias da fazenda onde se encontravam, Paulo Simões recebe de Macedo certas regalias e atenções – mais velas

²⁰⁸ CONY, Carlos Heitor. **Pessach: a travessia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 123-147.

²⁰⁹ CONY, Carlos Heitor. 1967. op.cit., passim.

que nos outros cômodos para facilitar a escrita noturna²¹⁰ – para que ele pudesse continuar seu trabalho como escritor mesmo no “cativeiro”. Além da curiosidade em relação ao trabalho do escritor, com o decorrer da narrativa, Macedo parece demonstrar certo grau de esperança de que a postura alienada dele pudesse modificar-se.

Logo após receber a notícia de que não poderia sair do acampamento, Paulo Simões discute com um dos membros do grupo que estava mexendo nos papéis de sua pasta e levou um soco que o fez desmaiar. Ao despertar, ainda atordoado e dolorido pelo golpe, ele percebe que está num outro cômodo e é ajudado por Vera, que faz a seguinte observação:

- Puxa! O sujeito maltratou seu rosto! De longe, eu pensei que êle tivesse dado um sôco só.
- Você viu?
- Vi. Caiu duro, como pedra. O Macedo disse que você é o intelectual típico: alienado, confuso e fraco. Desabou à-toa.²¹¹

Os papéis guardados na bolsa que foi revistada pelo membro da guerrilha e que resultou na briga na qual Paulo Simões foi atingido compunham um manuscrito antigo de um romance que o escritor havia começado anos antes, mas abandonado. O modo desajeitado com o qual o homem mexeu na sua pasta, tirando as páginas da ordem e bagunçando tudo, despertou a indignação do protagonista, que reclamou de forma agressiva com o guerrilheiro, o qual respondeu, imediatamente, com uma série de socos que levaram aquele ao chão.²¹² A forma rápida e truculenta com a qual Paulo Simões foi derrubado quando tentava proteger sua obra de uma fiscalização invasiva por parte de um estranho parece retratar uma situação vivida por muitos intelectuais brasileiros da época e de que o próprio Cony se declarou vítima: a perseguição e a censura que membros do PCB, presentes junto às editoras da época, faziam aos escritores que não compactuassem com as ideias do partido. O “intelectual típico”, definido por Macedo como “alienado, confuso e fraco”, é justamente aquele que, além de não conhecer seu lugar no mundo, não tem forças suficientes para defender seus ideais quando se vê ameaçado.

A descrença de Macedo em relação aos intelectuais era um sentimento compartilhado por alguns setores da esquerda brasileira durante a década de 1960, especialmente entre aqueles que optaram pela luta armada. Segundo Alcides Ramos, era

²¹⁰ CONY, Carlos Heitor. **Pessach: a travessia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 160.

²¹¹ CONY, Carlos Heitor. 1967. op.cit. p. 160.

²¹² CONY, Carlos Heitor. 1967. op.cit. p. 153.

justamente a influência do pensamento pequeno-burguês, característico de muitos intelectuais, que os tornava inadequados para a luta revolucionária, gerando um sentimento de anti-intelectualismo entre militantes de alguns partidos e grupos revolucionários, como o PC do B (Partido Comunista do Brasil) e o COLINA (Comandos de Libertação Nacional). No caso deste último, suas diretrizes deixavam claro que a preferência era por recrutar membros entre as camadas proletárias da sociedade, porém, dentro dos grandes centros urbanos, eram os estudantes de classe média que compunham a maior parte do quadro dos militantes dos grupos opositores. Não podendo abrir mão de nenhum recruta, os dirigentes do grupo deveriam, no caso dos estudantes de classe média recém-aceitos, dar uma atenção especial ao seu treinamento político visando eliminar os vestígios de seus hábitos e educação de origem pequeno-burguesa e, concomitantemente, melhorar seu nível ideológico, abrindo seus olhos para a importância de se pensar nas necessidades gerais do povo em detrimento das suas necessidades pessoais e também para a compreensão da “causalidade histórica da luta armada”.²¹³

As discordâncias existentes entre os partidos e grupos de oposição ao regime militar no Brasil na década de 1960 foram tema de um diálogo entre Macedo e Paulo Simões durante um passeio pela fazenda em que o primeiro queria mostrar ao segundo o processo de treinamento dos guerrilheiros que era realizado ali. O escritor pergunta ao chefe do acampamento se, após terminar o texto que seu editor tinha encomendado, havia chances de ele ser entregue no Rio de Janeiro por alguém da organização, já que ele estava impedido de sair do acampamento. Macedo garante que, após um exame do texto, ele seria entregue no prazo. Nesse momento, Paulo Simões demonstra um pouco de desconfiança na promessa feita e comenta:

- Quer dizer que a organização funciona! Vou confessar: faço péssimo juízo de vocês. Veja o caso de Vera: fugiu de uma bomba que não passava de uma pedrada. O tal do Boneca meteu-se a proteger um camarada seviciado pela polícia, mas não tinha o carro em condições. Se nós não passássemos pela estrada, êle ainda estaria lá, o camarada poderia ter morrido, ou um guarda rodoviário descoberto a fuga.

[...]

- Não podemos evitar nem prever os erros individuais, como o de Sílvio, por exemplo, ao convidar você. Mas, a grosso modo, a coisa funciona. Pelo menos na prática. O que nos estraga – e aqui vai uma

²¹³ RAMOS, Alcides Freire. A luta contra a ditadura militar e o papel dos intelectuais de esquerda. **Fênix** - Revista de História e Ciências Sociais. Uberlândia vol.3, Ano III, nº1. Jan/fev/mar 2006. p.7. Disponível em: <<http://www.revistafenix.pro.br/PDF6/8%20-%20ARTIGO%20-%20ALCIDESFRAMOS.pdf>> Acesso: 20 jul. 2017.

confidência – são as cisões internas, divergências de tática ou de estratégia, coisas muito complicadas para um leigo, como você. Acredito que o movimento dará certo. E como não podemos controlar a complexidade global, ficamos limitados, cada qual, a cumprir a sua tarefa. Aqui, no nosso campo, sob a minha responsabilidade, tudo vai bem. Embora, pessoalmente, eu discorde de detalhes do conjunto.²¹⁴

Pelo que foi exposto até aqui acerca da postura dos intelectuais e da ação dos grupos de oposição ao governo ditatorial no Brasil durante a década de 1960, fica claro que, apesar de compartilharem um repúdio contra o regime militar vigente, guerrilheiros e intelectuais também compartilham uma desconfiança na capacidade e eficiência do outro de fazer valer suas concepções políticas. Os guerrilheiros desaprovam a postura contemplativa e, em alguns casos, subserviente dos intelectuais em relação aos abusos do governo, enquanto estes criticam a falta de unidade e organização daqueles, que não conseguem articular ações efetivas contra o governo que tanto criticam. Esse sentimento de “descrença recíproca”, existente no seio de alguns círculos do meio intelectual e político brasileiro da época, vai pautar a maioria dos diálogos entre Macedo e Paulo Simões até o final do livro.

Em outro momento entre Paulo Simões e Macedo, o primeiro surpreende o último em sua cabana no acampamento mexendo nas suas anotações que trouxe do Rio de Janeiro. Nesses papéis, entregues ao protagonista pela sua ex-esposa, Laura, quando ele foi visitá-la na manhã de seu aniversário, havia o esboço de um romance que ele teria iniciado anos antes e que tinha o título provisório de “Pessach”.²¹⁵ Ao ver que Macedo lia atentamente as páginas de seu rascunho, Paulo Simões pergunta:

- Como é? Emocionado?
- [...]
- Não – afinal êle responde – não sinto emoção. Isso aqui é romance ou ensaio?
- Isso não é nada ainda. São apontamentos, fragmentos esparsos para um romance. Mas a sua idéia talvez seja boa: posso transformar esse material num ensaio sobre a importância do indivíduo na luta social. Macedo me olha e, embora não veja seus olhos, percebo que se interessa pelo assunto. Diz, depois de pensar um pouco.
- Pelo que li, até agora, você pode enquadrar Moisés como um individualista. Outros líderes também foram individualistas. Spártaco,

²¹⁴ CONY, Carlos Heitor. **Pessach: a travessia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 165.

²¹⁵ Paulo Simões tinha ascendência judaica. Seu pai era um sobrevivente de um campo de concentração nazista que imigrou para o Brasil após o fim da II Guerra Mundial na Europa. Embora não professasse o judaísmo desde que chegou ao país, e não tenha criado seu filho Paulo de acordo com os princípios dessa religião, esse homem ainda tinha medo de que a perseguição retornasse e também de ser preso novamente. Paulo Simões havia decidido escrever um romance inspirado na vida do pai, mas abandonou o projeto para atender às encomendas que recebia do meio editorial. CONY, Carlos Heitor. 1967. op.cit., passim.

por exemplo. Mas no meu entender, o individualismo pode, no máximo, ser o estado anterior à luta. Quando se entra nela, o indivíduo passa a ser nocivo – é óbvio, acredito. O próprio Moisés, depois que resolveu lutar, distribuiu tarefas, aceitou a ajuda de Arão, dividiu o povo em tribos e a cada qual deu uma missão específica, enfim, tornou-se um ser social. Mas não pense que isso justifique o individualismo de intelectuais do seu tipo.²¹⁶

Os “intelectuais do seu tipo”, aos quais Macedo se refere ao final do diálogo, seriam os que Sartre criticou na obra *Em Defesa dos Intelectuais*: aqueles que ficam imersos em suas questões pessoais e dilemas intelectuais individuais e não se envolvem com o contexto político e social da sociedade na qual estão inseridos. Na referida citação, além da influência da concepção sartreana de ação política do intelectual, podemos perceber, também, o entendimento que o próprio Cony tinha acerca do tema e que já se mostrava claro desde suas crônicas publicadas no *Correio da Manhã* em 1964. Ao citar Spartacus e Moisés, líderes que conduziram seus seguidores na luta contra dois dos maiores impérios da Terra na antiguidade – Romano e Egípcio, respectivamente –, Cony, mais uma vez, deixa claro que o intelectual não pode fugir ao seu papel de liderança na luta pela liberdade contra o autoritarismo e a opressão.

Após um atentado contra o Ministro da Guerra em Recife²¹⁷, o acampamento de guerrilheiros no qual Paulo Simões estava é desfeito, e seus integrantes recebem ordens para dispersarem-se. Depois de uma rápida passagem por São Paulo, o escritor, juntamente com Macedo, Vera e outros membros do grupo foram para o Rio Grande do Sul, onde estava sendo organizado um grande levante contra o governo ditatorial que visava tomar o controle de parte do estado e, com isso, deflagrar outros pontos de revolta por todo o Brasil, forçando os militares a recuarem e negociarem. Entretanto, após a traição de um dos membros, o plano foi desarticulado por uma rápida e violenta ação dos militares. Na fuga em direção à fronteira com o Uruguai, perseguidos pelas tropas federais, Macedo e Vera são mortos, e Paulo Simões é o único que consegue chegar ao destino planejado. À beira de um pequeno córrego, após se lavar do sangue de Vera que ainda estava no seu corpo e roupas, o escritor deve tomar uma decisão

O dia clareia, avermelhado e rude. O sol daqui a pouco pulará no horizonte, expulso do ventre da terra amanhecida. Dou alguns passos em direção à outra margem. Estou deixando a terra e penetrando num estranho espaço, sem raízes. Faço uma volta em torno de mim mesmo,

²¹⁶ CONY, Carlos Heitor. **Pessach: a travessia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 216-217.

²¹⁷ Este atentado, conhecido como “Atentado do aeroporto de Guararapes”, ocorreu, de fato, no dia 25 de julho de 1966. O general Costa e Silva estava indo a Recife para um evento, mas a bomba, guardada em uma mala, explodiu antes que ele chegasse, matando duas pessoas e ferindo outras catorze.

contemplo o que ficou atrás, mundo de chão e céu. O sangue da madrugada torna fantástico aquele território imenso, feito não apenas de chão e céu, mas de dor e de gente, de águas e claridades, de prantos e afagos. Estou no vértice do enorme triângulo irregular que é promessa de um povo, a missão de um homem.

Há selvagem, estranha alegria quando abandono a travessia e volto à margem. A aurora, agora atrás de mim, esquentando com a vertigem e o clamor de sua luz vermelha o corpo que – não mais trôpego, e transparente – surge afinal, obstinado e lúcido, a serviço do homem, de encontro à vida.

Desenterro a metralhadora e avanço.²¹⁸

Na citação anterior, que é o último parágrafo do romance, duas escolhas se colocam diante de Paulo Simões: cruzar o riacho e seguir para o Uruguai em busca de exílio ou ficar e enfrentar os militares que estavam no seu encalço. A analogia com o relato bíblico da fuga dos judeus do Egito é clara e bastante representativa. Os hebreus se encontram às margens do Mar Vermelho, com as tropas egípcias em perseguição, quando Moisés abre as águas com seu cajado imbuído do poder do Deus de Israel. A passagem segura dos hebreus pelo mar, que se fecha atrás deles, afogando o exército do faraó, representa não apenas o castigo divino à arrogância e crueldade do rei do Egito, mas também a consolidação de uma liberdade desejada há muito tempo. À frente deles, um caminho incerto os aguarda, porém a esperança de se chegar à Terra Prometida é grande.

No caso de Paulo Simões, a chegada ao riacho, perto da fronteira com o Uruguai, também representa uma encruzilhada. Tal como os judeus do relato bíblico, ele também estava sendo perseguido por aqueles que o oprimiam, porém com uma diferença importante. Ele estava só. Não liderava ninguém e, pela primeira vez desde que entrou no acampamento dos guerrilheiros, não estava sob comando de nenhuma outra pessoa. Era dono de sua vontade e destino. Além disso, as circunstâncias que o levaram àquela situação o colocavam numa posição diferente da de Moisés, que, segundo a descrição do livro do Êxodo, recebeu diretamente de Deus a missão de libertar seu povo da escravidão no Egito. Paulo Simões, durante toda a obra, faz questão de ressaltar sua descrença na luta dos guerrilheiros contra o regime ditatorial, revelando uma incredulidade que, no caso do líder dos judeus, era ausente. Moisés, prostrado diante da sarça ardente da qual emanou a vontade de seu Deus supremo, aceitou com resignação a missão que lhe foi atribuída de guiar seu povo, enquanto Paulo Simões

²¹⁸ CONY, Carlos Heitor. **Pessach: a travessia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 301.

fugiu de qualquer responsabilidade ou ligação ideológica com a luta daqueles que o cercavam, chegando àquela encruzilhada meio que empurrado pela precipitação dos acontecimentos.

Um ponto de semelhança importante entre os dois personagens – Moisés e Paulo Simões – é que ambos levavam existências tranquilas e confortáveis que foram brutalmente interrompidas pelo destino. Moisés, que, segundo o relato descrito no Livro do Êxodo, foi adotado pela filha do faraó e criado com privilégios, teve essa vida modificada após assassinar um egípcio que maltratava um hebreu e fugir para o deserto. Lá, após seu casamento com Zípora, experimentou um período de paz, trabalhando como pastor, até ser chamado por Deus a cumprir sua missão. Paulo Simões também tinha uma vida estabilizada, uma carreira como escritor consolidada e uma existência tranquila, até ser convidado para entrar na guerrilha contra a ditadura. Tanto um como o outro viviam relativamente alheios à realidade política que os cercava, até que o assassinato do egípcio que maltratava o escravo hebreu – no caso de Moisés – e a chegada ao acampamento dos guerrilheiros – no caso de Paulo Simões – os colocaram de frente com realidades que, até então, eram-lhes indiferentes.

Outro ponto de semelhança entre Moisés e Paulo Simões é o fato de ambos, apesar de serem tirados de sua vida estável por um evento repentino, ainda demoraram certo tempo para mudarem sua posição em relação à situação política de seu povo. Moisés, mesmo após o assassinato do egípcio, ainda demorou para assumir seu papel de liderança junto aos hebreus na sua fuga do Egito. Foi necessária a intervenção direta de Deus, segundo o relato do Livro do Êxodo, para que isso acontecesse. Paulo Simões, de forma similar ao personagem bíblico, não aderiu ao projeto do grupo guerrilheiro de imediato. Só depois do atentado ao general Costa e Silva, quando o seu grupo necessitou abandonar o acampamento no qual estava sendo feito o treinamento, é que ele resolveu aderir integralmente ao grupo. Após a chegada ao Rio Grande do Sul, mesmo tendo sido liberado para ir embora, ele decidiu permanecer junto de Macedo e Vera no projeto da guerrilha.²¹⁹

Conformismo com a realidade e relutância em aceitar a luta necessária para modificá-la são características comuns que aproximam Paulo Simões de Moisés, principal protagonista da saga da qual o romance *Pessach: a travessia* retirou seu título. O personagem bíblico foi escolhido por Deus para liderar seu povo na luta contra a

²¹⁹ CONY, Carlos Heitor. **Pessach: a travessia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 254.

opressão e a escravidão. Paulo Simões, enquanto intelectual, era integrante do grupo social que, segundo Cony, deveria assumir a liderança da sociedade brasileira na luta contra o domínio dos militares. Como já demonstrado no capítulo anterior, essa convicção já tinha sido expressa por Cony em suas crônicas publicadas no jornal *Correio da Manhã* em 1964. Em 1967, essa crença continuava firme, porém, em *Pessach: a travessia*, o autor problematizou a forma como essa liderança deveria ser exercida e se ela, de fato, estava sendo exercida. A partir do momento em que Paulo Simões abandona a pena e adota o fuzil, Cony coloca em discussão se a escrita seria a forma de resistência mais útil e eficaz na luta contra o autoritarismo.

Ao tocar em temas como a atuação do PCB durante o regime ditatorial e a indiferença de alguns intelectuais frente à situação política do país, Cony feriu sensibilidades de uma categoria que, por natureza, sempre critica a tudo e a todos, mas que, em contrapartida, não lida bem com críticas a ela direcionadas. Numa época em que, segundo Renato Franco, os “romances de resistência” viraram uma tendência forte na literatura nacional²²⁰, Cony, em *Pessach: a travessia*, foi um pouco além da exaltação do heroísmo e da coragem dos guerrilheiros que lutaram de forma apaixonada contra o regime autoritário. Seu protagonista, um escritor fisicamente fraco, de personalidade egoísta, moral questionável e cujo trabalho era frequentemente criticado por não abordar a realidade política do país, pode ser encarado como uma caricatura da intelectualidade brasileira do período. Porém, apesar de o sentimento de descrença de Paulo Simões no sucesso da guerrilha persistir até o fim da trama, ele não desistiu da luta. Quando o protagonista decide, às margens do riacho que o separa da fronteira, dar as costas à aurora da liberdade, pegar o fuzil e retornar, mesmo sabendo que seu destino quase certo seria a morte, Cony deixa claro que o intelectual, mesmo diante da truculência do regime autoritário, não poderia abandonar a luta. A diferença entre a travessia de Moisés e dos hebreus pelo Mar Vermelho e a de Paulo Simões para o Uruguai é que, no caso dos primeiros, essa passagem era um ato de redenção divina, enquanto, para o segundo, seria de covardia, e tal atitude, em 1967, para Cony, não era cabível à intelectualidade brasileira, representada na figura do protagonista da trama.

Pessach: a travessia foi lançado pouco antes da publicação do AI-5, o mais autoritário de todos os Atos Institucionais. A partir de sua edição, o Brasil fez sua

²²⁰ FRANCO, Renato. **Itinerário Político do Romance Pós-64: A Festa**. São Paulo: UNESP. 1998, p. 61.

travessia para a fase mais brutal e repressiva do regime ditatorial. A repressão aos grupos armados de oposição foi violenta e eficiente, tendo muito dos seus integrantes encontrado a tortura e a morte nos porões do DOPS, delegacias e quartéis. Os intelectuais que manifestavam insatisfação com o governo por meio de seu trabalho, quando não se calaram diante dos limites impostos pela censura prévia, instaurada em 1970, também sentiram a mão pesada do regime por meio de prisões e, em alguns casos, do exílio. Pelo cenário político e social que se estabeleceu no Brasil pós- AI-5, parece claro que a trama de *Pessach: a travessia* não só retratou a realidade da época, como, de certa forma, previu o destino dos grupos guerrilheiros que se opuseram ao governo ditatorial.

Embora um romance, enquanto obra de ficção, não tenha obrigação nenhuma de retratar a realidade, ele também pode fazê-lo, mas não da forma como um texto jornalístico ou histórico. Acerca dessa distinção, o escritor peruano Mario Vargas Llosa afirmou que as noções de verdade e mentira são diferentes para cada gênero. Para o jornalismo e a história, a verdade necessita de comprovação com o fato real. Quanto mais próximo da realidade, mais verdadeiro. Já no romance, a verdade depende “da sua própria capacidade de persuasão, da força comunicativa de sua fantasia, da habilidade de sua magia. Todo bom romance diz a verdade, e todo mau mente”.²²¹ A definição supracitada pode, à primeira vista, passar a impressão de que o romance, enquanto ficção, seria, nas palavras de Vargas Llosa, uma “fábula gratuita”, sem conexão com a realidade; quando, na verdade, ele se baseia e se nutre das experiências humanas mais profundas. Enquanto jornalistas e historiadores vinculam verdade e realidade, o romancista, usando da liberdade e da amoralidade que caracterizam esse gênero, segue outro caminho:

No coração de todos esses livros chameja um protesto. Quem o fabula o fez porque não pôde vivê-los, e quem os lê – e neles acredita, durante a leitura – encontra, em suas fantasias, os rostos e as aventuras que necessitava para ampliar sua vida. Essa é a verdade que as mentiras da ficção expressam: as mentiras que somos, as que nos consolam e que nos desagravam das nossas nostalgias e frustrações.²²²

Rodrigo Czajka, em citação transcrita anteriormente, afirmou que a popularidade de Carlos Heitor na década de 1960 advinha justamente de sua indefinição ideológica,

²²¹ LLOSA, Mario Vargas. **A Verdade das Mentiras**. Tradução: Cordélia Magalhães. São Paulo: Arx, 2004, p. 16.

²²² LLOSA, Mario Vargas. **A Verdade das Mentiras**. Tradução: Cordélia Magalhães. São Paulo: Arx, 2004, p. 17.

com a qual muitos leitores da época se identificavam. Naquele momento, em que um posicionamento claro em meio ao cenário de transformações pelo qual o país passava era cobrado de todos, Cony se transformou numa espécie de “retrato fiel de seus próprios leitores”.²²³ O drama de um escritor que foi meio que arrancado de sua vida tranquila, confortável e segura de forma repentina e foi, de forma abrupta, apresentado a uma outra realidade, a qual não desconhecia totalmente, mas não se importava, também atormentava muitos de seus leitores, cidadãos brasileiros que viam o fortalecimento de um governo autoritário, mas não sabiam como lidar com a situação. Enquanto a adesão foi uma escolha fácil para a maioria, pois resulta em estabilidade e segurança, a opção pela resistência nunca é simples, pois é a que traz mais instabilidade e incertezas. Paulo Simões, ao chegar à fronteira com o Uruguai, tendo a opção de fugir para o exílio diante de si, optou por ficar e resistir. Esse personagem, enquanto metáfora dos intelectuais brasileiros do final da década de 1960, representou uma esperança de Cony de que essa categoria abandonasse sua postura acomodada e oferecesse resistência à escalada do autoritarismo no Brasil. Após o lançamento de *Pessach: a travessia*, Cony só voltaria a publicar outro romance em 1974. Em *Pilatos*, percebemos que o peso dos “Anos de Chumbo” que se seguiram após a entrada em vigor do AI-5 foi significativo sobre as concepções de Cony acerca do lugar e papel do intelectual no Brasil dominado pelos militares.

²²³ CZAJKA, Rodrigo. **Páginas de Resistência Intelectuais e cultura na Revista Civilização Brasileira**. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 2005, p. 94.

Capítulo 3

“Pilatos” lava as mãos: Cony e os “anos de chumbo” da ditadura no Brasil

Muita gente me pergunta: “Por que Pilatos?”. Meu editor, quando eu entreguei o livro, disse: “Por que Pilatos? Não tem nada!”. E eu disse: “Pilatos é o seguinte, é uma despedida”. Eu já havia feito A Travessia e achei que já tinha feito tudo que tinha que fazer em termos políticos, e estava na hora de lavar minhas mãos.

Carlos Heitor Cony, **Entrevista**

A publicação do AI-5, em 1968, ao mesmo tempo em que inaugurou os chamados “anos de chumbo” do período ditatorial, também trouxe mudanças muito significativas para a vida e trabalho de Carlos Heitor Cony, bem como para a intelectualidade brasileira como um todo. Conforme já analisado na introdução, o mais popular e conhecido entre todos os Atos Institucionais expedidos durante os governos autoritários no Brasil marca o início do endurecimento do regime, especialmente no que se refere ao trato com os opositores, fossem eles civis ou militares. A ampliação dos poderes do Executivo conferia ao Presidente da República autoridade para intervir nos demais poderes, suspender direitos políticos e “fechar o cerco” aos opositores.

Cony foi preso no mesmo dia da publicação do AI-5 – 13 de dezembro de 1968 – e dividiu cela com o jornalista e escritor Joel Silveira, no Batalhão de Guardas, no Rio de Janeiro. Libertado nos primeiros dias de 1969, Cony retoma seu trabalho no grupo Manchete, de Adolpho Bloch, no qual havia ingressado no ano anterior, e lança, em maio, a revista *Ele Ela*. No campo da ficção, entre a publicação de *Pessach: a travessia*, em 1967, e o lançamento de *Pilatos*, em 1974, Cony produziu apenas contos para uma coletânea da editora Civilização Brasileira – *Livros de Cabeceira* – a pedido do jornalista Paulo Francis e, em 1968, lançou uma coletânea própria de contos intitulada *Sobre Todas as Coisas*. O escritor também começou a trabalhar, em 1969, junto com Juscelino Kubitschek, no projeto das memórias do ex-presidente, porém esse trabalho só foi concluído em 1982.²²⁴

Além da publicação do AI-5, que, por si só, já foi responsável pela instauração de um clima de medo e insegurança entre todos aqueles que se opunham ao governo, o estabelecimento da censura prévia, por meio do Decreto-lei 1.077/70, foi um marco importante para a mudança nos rumos da atividade intelectual no Brasil. Mecanismos de

²²⁴ Biografia de Carlos Heitor Cony. Site oficial do escritor. Disponível em: <<http://www.carlosheitorcony.com.br/>> Acesso: 21 out. 2018.

censura prévia já existiam no país desde o período imperial, porém ficavam restritos a espetáculos públicos como teatro, feiras e, posteriormente, cinema. Sua fundamentação era a preservação da moral e dos bons costumes. A diferença da censura prévia em períodos anteriores da história do Brasil da estabelecida durante o governo Médici era que neste foi bem mais ampla, incluindo, além das diversões públicas, a imprensa e o meio editorial. Ao já tradicional argumento da preservação da moral e dos bons costumes, a censura prévia estabelecida em 1970 também incluía manifestações de caráter político, conforme ficou evidente desde o preâmbulo do Decreto-lei que a regulamentou, que explicitava a necessidade de controle da imprensa e do meio editorial pelo fato de esses estarem obedecendo “a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional”.²²⁵ Alguns artigos do referido Decreto-Lei estabeleciam:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação;

[...] Art. 3º Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares.

[...] Art. 5º A distribuição, venda ou exposição de livros e periódicos que não hajam sido liberados ou que tenham sido proibidos, após a verificação prevista neste Decreto-lei, sujeita os infratores, independentemente da responsabilidade criminal.²²⁶

Sandra Reimão explica que a reação negativa do meio intelectual foi intensa e rápida. Órgãos como a Associação Brasileira de Imprensa, a Academia Brasileira de Letras e a Ordem dos Advogados do Brasil, além de escritores líderes de vendagem na época, como Jorge Amado e Érico Veríssimo, protestaram veementemente contra as diretrizes do Decreto-lei que estabelecia a censura prévia. Devido às críticas, o governo teria recuado e determinado novas instruções para aplicação da lei. A Portaria 11-B, de 6 de fevereiro, que determinava como as diretrizes do Decreto 1.077/70 deveriam ser aplicadas e estabelecia que todas as publicações fossem previamente enviadas ao Ministério da Justiça para julgamento, acabou sendo modificada.²²⁷ A Instrução número 1-70, de 24 de fevereiro, modificou os termos apresentados na Portaria 11-B e determinou que “estão isentas de verificação prévia as publicações e exteriorizações de

²²⁵ Decreto-Lei nº 1.077 de 26 de janeiro de 1970. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm> Acesso: 27 set. 2017.

²²⁶ Decreto-Lei Nº 1.077 de 26 de janeiro de 1970. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm> Acesso: 27 set. 2017.

²²⁷ REIMÃO, Sandra. **Repressão e resistência**: a censura a livros na ditadura militar. Tese de Livre-Docência: USP, 2011, p. 24.

caráter estritamente filosófico, científico, técnico e didático, bem como as que não versarem sobre temas referentes ao sexo, moralidade pública e bons costumes”.²²⁸

Apesar do aparente recuo do governo diante da pressão do meio intelectual e editorial, Sandra Reimão argumenta que tal recuo, na verdade, não significava um “abrandamento” das diretrizes estabelecidas pela lei de censura prévia, já que os limites que determinavam se um texto abordava, sugeria ou evidenciava temas como sexo, moralidade e bons costumes, eram bastante fluidos e difíceis de precisar. O alto grau de subjetividade que essa Instrução comportava permitiu que muitas obras relevantes, tanto no campo artístico como no científico, sofressem com limitações e cortes feitos pela censura.²²⁹

Marcelo Ridenti aponta que a década de 1960 foi marcada por muita agitação e debates no meio cultural e artístico, tanto no Brasil quanto no exterior. O Cinema Novo, a Bossa Nova, o Teatro de Arena e o Teatro Oficina, o Movimento Popular de Cultura em Pernambuco (MPC), entre outros movimentos artísticos e associações, demonstram a efervescência cultural dos anos 60 no Brasil em que “as artes não poderiam deixar de expressar a diversidade e as contradições da sociedade brasileira da época, incluindo por exemplo a reação e o sentimento social ante o golpe de 64”.²³⁰ Entretanto, a partir de 1968, com a ascensão do general Costa e Silva à Presidência da República e da edição do AI-5, a perseguição aos opositores do regime assumiu uma face truculenta e autoritária que resultaria na vigilância, perseguição e, em alguns casos, prisões, torturas e exílios de diversos representantes da cultura brasileira na época.

O aumento da violência do Estado, que obteve grande êxito em desmontar e aniquilar todos os grupos de resistência e oposição ao governo – armados ou não –, aliado à censura prévia e à redução do espaço para o debate político, teria marcado o fim, segundo Ridenti, do período de florescência cultural que o Brasil teria experimentado entre o final dos anos 50 e início dos 60. A partir de então, concomitantemente ao “milagre econômico” ocorrido a partir da década de 1970, o Brasil testemunhou a rápida expansão da indústria cultural, subsidiada em grande parte pela melhoria nas condições de consumo das classes privilegiadas e, em menor grau,

²²⁸ Derek Jones (ed.). *Censorship. A World Encyclopedia*, volume I, p. 46. Apud REIMÃO, Sandra. **Repressão e resistência**: a censura a livros na ditadura militar. Tese de Livre-Docência: USP, 2011, p.24.

²²⁹ REIMÃO, Sandra. 2011. op.cit., p. 24-25.

²³⁰ RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: UNESP, 1993, p. 75.

das trabalhadoras que, a partir de então, estavam “livres para gastar o parco salário na compra de discos, rádios de pilha ou televisões à prestação”.²³¹

Renato Franco compartilha da visão de Marcelo Ridenti acerca dos efeitos negativos da censura prévia e do aumento da repressão dos militares aos opositores junto à produção cultural brasileira entre o final da década de 1960 e meados da década de 1970. O temor de terem seus trabalhos censurados, aliado à preocupação de atender às demandas do processo de modernização em curso no país, originou, segundo Franco, uma “atmosfera experimental” e uma busca por novidades estéticas que, em certos casos, produziu “consequências estéticas positivas ou logrou constituir formas até então inusitadas de contestação, em outros, gerou apenas um surto estéril e inconsequente da busca da novidade”.²³²

No concernente à atuação da censura prévia em relação aos livros, Sandra Reimão chama atenção para dois fatos interessantes. O primeiro seria que o trabalho da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), órgão sediado em Brasília o qual era responsável pela censura prévia aos livros, ao contrário do que muitos pensam, foi mais intenso no governo do general Geisel, do que durante os “anos de chumbo” dos governos Costa e Silva e Médici. A autora defende que tal realidade poderia ser explicada por três hipóteses: a primeira seria uma maior preocupação dos censores com critérios morais do que políticos; a segunda seria uma autocensura praticada pelos próprios escritores durante os primeiros anos de vigência do AI-5, confirmando a argumentação de Franco e Ridenti acerca do impacto da censura sobre a produção literária do período; e a terceira seria uma maior necessidade do DCDP de “mostrar serviço” diante do iminente fechamento do órgão.²³³

O outro fator destacado por Sandra Reimão concernente à censura de livros no período ditatorial brasileiro é que, devido à expansão do mercado editorial a partir da década de 1970, ficava praticamente impossível, para os censores federais, fiscalizar todas as obras, mesmo com o aumento do número total desses profissionais de 60, em 1967, para 240 ao final do período ditatorial. Tal número era incapaz de verificar todos os 9.950 novos títulos produzidos no país só em 1971.²³⁴

²³¹ RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: UNESP, 1993, p. 80.

²³² FRANCO, Renato. **Itinerário Político do Romance Pós-64: A Festa**. São Paulo: UNESP, 1998, p. 71.

²³³ REIMÃO, Sandra. **Repressão e resistência: a censura a livros na ditadura militar**. Tese de Livre-Docência: USP, 2011, p. 46-48.

²³⁴ REIMÃO, Sandra. 2011, op.cit., p. 25-26.

Mesmo que a censura prévia aos livros estabelecida na década de 1970 no Brasil não tenha tido o largo alcance que, frequentemente, credita-se a ela, não há como negar que o simples fato de ela existir, por si só, já causava certo impacto sobre a produção literária nacional, ainda mais se levarmos em consideração que essa censura foi instituída concomitantemente ao período de maior violência e perseguição dos militares aos seus opositores. Mesmo não tendo sido tão apertada quanto se pensa, a mordada intimidava devido ao ruidoso barulho dos fuzis ecoando ao fundo. É nesse contexto de desilusão, censura, violência e fortalecimento do caráter autoritário do governo militar que Cony escreve aquela que se tornaria sua obra favorita: *Pilatos*.

Publicado em 1974, *Pilatos* marca o que seria, na perspectiva de Marina Silva Ruivo, o fim da primeira fase da carreira de Cony como romancista, iniciada em 1958.²³⁵ Em entrevista, ele afirmou:

[...] depois do *Pilatos* eu passei 23 anos²³⁶ sem fazer ficção porque ele me encheu as medidas. Era realmente o livro que eu queria escrever. E se eu tivesse, por assim dizer, aquele condão de voltar ao passado, eu só teria escrito *Pilatos*. Inclusive, o Ênio falou pra mim: “Depois disso, o que é que você vai fazer?” Aí eu falei: “nada”. E fiquei 23 anos sem fazer ficção.²³⁷

Uma pausa tão significativa na carreira de romancista de Cony, ainda mais durante um período tão conturbado da história política do Brasil, pode gerar muitos questionamentos. Seria apenas a satisfação com o resultado final de *Pilatos* que teria motivado essa interrupção na produção ficcional de Cony ou poderiam existir outros motivos? A ação da censura ou mesmo o temor de outros processos e prisões por parte do governo não estariam por trás dessa interrupção na produção de romances do escritor carioca? No quarto capítulo, quando discutimos o processo de ressignificação feito por

²³⁵ Marina Silva Ruivo divide a produção ficcional de Cony em duas fases: a primeira abarca os romances escritos por ele entre 1958 e 1974, quando *Pilatos* foi publicado. Após mais de 20 anos sem publicar nenhum romance, o lançamento de *Quase Memória*, em 1995, inicia a segunda fase da carreira de Cony como romancista. RUIVO, Marina Silva. **Uma certa maneira de desejar a liberdade: caminhos da literatura de Carlos Heitor Cony no pós-1964**. Tese de Doutorado: USP, 2012, passim.

²³⁶ Cabe uma explicação acerca de uma discrepância em relação a este período temporal mencionado por Cony. Na referida entrevista ele afirma ter ficado 23 anos sem escrever ficção, porém, entre 1974, data da publicação de *Pilatos*, e 1995, data da publicação do romance *Quase Memória*, se passaram, na verdade, 21 anos. Por esta razão, as duas datas podem aparecer no corpo do texto. Nas entrevistas transcritas de Cony ele afirma que foram 23 anos e transcrevemos a fala do escritor tal como no original, porém, quando discutimos o intervalo de tempo existente entre as duas obras, consideramos o período de 21 anos que, de fato, separa as duas publicações.

²³⁷ CONY, Carlos Heitor. Entrevista. **História de Acadêmicos**. TV Senado. Brasília, 29 de novembro de 2012. Entrevista concedida a Maurício Melo Junior. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qL93QxMHI8U>>. Acesso em: 26 out. 2016.

Cony em alguns de seus trabalhos já no período democrático, tratamos dessas questões mais profundamente.

Em sua tese, Marina Silva Ruivo afirma que *Pilatos* seria o romance no qual podemos encontrar, segundo o próprio Cony, seu instinto criador elevado ao mais alto grau. Com essa obra, o autor teria buscado expressar a inutilidade de sua luta contra o regime ditatorial brasileiro. A “cultura da derrota” – na definição de Renato Franco –, vivenciada pela intelectualidade brasileira na década de 1970 que sofria com a censura e a repressão, teria sido bem representada no tom pessimista dessa obra que, na época de seu lançamento, recebeu pouca atenção da crítica especializada. A autora afirma não ter conseguido dados concretos para fundamentar uma teoria sobre por que *Pilatos* foi alvo de pouca atenção. Segundo ela, Cony, em entrevistas, teria sugerido que o silêncio da crítica se deveu a uma decepção que o livro teria causado por ser uma obra menos política do que seu romance anterior, *Pessach: a travessia*.²³⁸

Na interpretação de Deusa Castro Barros, o esquecimento de *Pilatos* por parte da crítica quando do seu lançamento seria uma punição a Cony por sua “travessura” de falar mal do PCB em seu romance anterior, *Pessach: a travessia*. O ostracismo era o castigo dado àquele que retratou o partido como grande vilão da resistência contra a ditadura, sendo “rebaixado” de sua condição de herói da resistência contra o regime – posição conseguida durante o ano de 1964 por suas crônicas combativas – para a de traidor.²³⁹ A análise da referida autora se baseou na influência que o PCB tinha junto a alguns segmentos importantes do meio editorial e cultural do Brasil na época, conforme já comentado nos capítulos anteriores; porém acreditamos que seria exagerado atribuir um caráter marxista a todos os críticos literários brasileiros do período.

A trama de *Pilatos* se passa no Rio de Janeiro da década de 1970, período de maior repressão do regime militar. A violência policial, a ineficiente burocracia estatal e a falta de liberdade de expressão estão entre os temas mais abordados por Cony nessa obra. Após um atropelamento de ônibus, o protagonista-narrador da trama, Álvaro, teve seu pênis amputado. A revolta inicial que a castração lhe desperta é substituída, gradativamente, por um sentimento de desorientação e frustração. Carregando seu órgão mutilado num vidro de compota, ele sai do hospital dois meses após o acidente. O

²³⁸ RUIVO, Marina Silva. **Uma certa maneira de desejar a liberdade**: caminhos da literatura de Carlos Heitor Cony no pós-1964. Tese de Doutorado: USP, 2012, passim.

²³⁹ BARROS, Deusa Castro. **Memória e História na ficção de Carlos Heitor Cony**: um estudo dos romances *Pessach: a travessia* e *Romance Sem Palavras*. Dissertação de Mestrado: UFG, 2003, p. 42-43.

tempo que passou internado sem dar notícias lhe custou o emprego e o quarto de pensão onde morava. Desempregado, fraco, com pouco dinheiro e sem perspectivas, ele começa a vagar pelas ruas do Rio completamente desorientado. O pouco dinheiro que trazia consigo acabou rápido, obrigando Álvaro a procurar emprego; porém sua condição física debilitada e sua figura maltrapilha o faziam acreditar que suas oportunidades eram reduzidas. Essa condição o levou a pensar que, talvez, seu pênis mutilado pudesse render-lhe algum dinheiro. A partir de então, tem início o que seria o eixo central da maior parte das situações cômicas e bizarras que se desenvolvem na narrativa: o pênis mutilado começa a ser utilizado como forma de ganhar dinheiro.²⁴⁰

Durante toda a narrativa de *Pilatos*, dois sentimentos se fazem muito presentes: desorientação e frustração. Após a saída do hospital, o protagonista mutilado experimenta um sentimento de não-lugar que o persegue até os momentos finais da trama. Concomitantemente, à medida que a realidade de pobreza, exclusão, violência e desamparo por ele vivenciada vai sendo descortinada, fica evidente a frustração e o conformismo de Álvaro para com seu destino. A castração do narrador-protagonista, entendida neste trabalho como uma metáfora de Cony acerca de sua própria escrita e, simultaneamente, de sua própria condição de intelectual durante o período mais repressivo do governo ditatorial no Brasil, seria o primeiro momento na trama no qual o escritor, por meio do sarcasmo e do exagero, explorará a utilidade e o valor do seu trabalho em tempos autoritários.

3.1 – A castração de “Herodes” – Desorientação da intelectualidade brasileira no pós-AI-5

Durante o período de vigência da ditadura civil-militar, a postura do governo em relação à cultura e aos intelectuais não se limitou à repressão das manifestações artísticas e culturais de caráter oposicionista e à perseguição e prisão de seus produtores. Retomando uma citação já mencionada de Raymond Aron, “todas as doutrinas, todos os partidos – tradicionalismo, liberalismo, democracia, nacionalismo, fascismo, comunismo – tiveram e continuam tendo seus menestréis ou seus pensadores”.²⁴¹ Assim

²⁴⁰ CONY, Carlos Heitor. *Pilatos*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, passim.

²⁴¹ ARON, Raymond. *O Ópio dos Intelectuais*. Brasília: UNB, 1980, p. 183.

como ocorreu em períodos anteriores da história do Brasil²⁴², os governos autoritários vigentes no Brasil entre 1964 e 1985 também elaboraram estratégias de intervenção na esfera cultural com vistas a conseguir dar visibilidade aos ideais considerados importantes pelo Estado e também conseguir o apoio e a adesão de diferentes setores da sociedade a esses mesmos valores.

Segundo Flora Süssekind, a política cultural dos governos militares pode ser dividida em três momentos distintos. O primeiro, que vai de 1964 até a publicação do AI-5, em 1968, foi caracterizado por uma certa liberdade de produção intelectual e artística, até mesmo daqueles ligados a ideais esquerdistas. No caso desses últimos, a principal preocupação do governo não seria tanto com sua produção artística, mas, sim, com suas relações com as classes populares. Cortados esses vínculos, a cultura de protesto da esquerda estabeleceu um “diálogo de comadres”, no qual seus simpatizantes podiam conversar entre si ou com os grupos no poder. Paralelo a esse processo, ocorria a rápida expansão dos meios de comunicação de massa, especialmente da televisão, que, além de favorecer o desenvolvimento da estética do espetáculo, servia aos governos ditatoriais como importante veículo de propaganda do ideário do “Brasil grande”.²⁴³

O segundo momento da política cultural do período ditatorial, apontado por Flora Süssekind, seria a “política da supressão”, fomentada pelo fortalecimento dos movimentos oposicionistas ao governo, ocorrido a partir de 1967, tanto no cenário da ilegalidade – guerrilhas – quanto no cenário institucional com a criação da Frente Ampla. Com a publicação do AI-5, em 1968, iniciou-se um período de perseguição brutal aos opositores que, para além do campo político, também se estendeu ao meio intelectual.²⁴⁴

A partir de meados da década de 1970, com a crise econômica e as críticas cada vez mais fortes contra a tortura e o autoritarismo do regime, provenientes de diversos setores da sociedade civil e empresariado, o governo Geisel lança a Política Nacional de

²⁴² O trabalho da “Missão Artística Francesa” no Rio de Janeiro junto a Corte de D. João VI com vistas a divulgar as belezas e potenciais riquezas do império ultramarino português foi analisado por Lilia Schwarcz na obra “O Sol do Brasil. Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João”. A referida autora também fez um estudo das estratégias de incentivo cultural do imperador D. Pedro II para exaltar a imagem de um Brasil civilizado na obra “As Barbas do Imperador”. A política cultural do Estado Novo foi analisada em detalhes na obra de Mônica Pimenta Velloso intitulada “Os Intelectuais e a Política Cultural do Estado Novo”.

²⁴³ SÜSSEKIND, Flora. **Literatura e vida literária**. Polêmicas, diários & retratos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 13-14.

²⁴⁴ SÜSSEKIND, Flora. **Literatura e vida literária**. Polêmicas, diários & retratos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 14.

Cultura com o objetivo claro de conseguir aliados entre os opositores e figuras do meio intelectual de relevo junto à opinião pública. Tem início, então, a terceira fase da política cultural dos governos militares, nomeada por Flora Süssekind de “política de incentivo e cooptação”. Nessa fase, a aliciação de membros do meio artístico e intelectual por meio da oferta de cargos no serviço público foi empregada de forma sistemática graças à criação de diversos órgãos estatais que regulavam e incentivavam a produção artística e intelectual, como a Embrafilme, Funarte, Secretarias de Cultura e outros. Aqueles que não se enquadravam nessa nova política cultural poderiam encontrar muitas barreiras à produção e divulgação de suas obras:

Aos intelectuais, de acordo com as “gradações da tolerância do poder estatal”, cabiam empregos, financiamentos, bolsas de estudo, publicações. E, quando por algum motivo se tornavam intoleráveis, arma poderosíssima: o desemprego, a impossível circulação de seu trabalho artístico ou teórico. Para os benquistos, as bênçãos do pai-estado; para os outros “Jejum”, como no triste poema-piada de Chico Alvim: “Cuspiu no prato em que comia, tiraram o prato”.²⁴⁵

Heloísa Buarque de Hollanda argumenta que a política cultural do Estado implementada no Brasil a partir da década de 1970 pelo governo militar exigiu que artistas e intelectuais se adaptassem às novas exigências da indústria cultural. Concomitantemente aos incentivos fiscais às produções de caráter nacional, o governo também apertou o cerco da censura aos seus opositores e reduziu os espaços para o discurso político direto, o que teria levado muitos a enxergarem nas manifestações culturais um lugar de resistência à ditadura. Os espetáculos de música popular e as peças teatrais estavam entre as formas de arte em que essa “cultura de resistência” se manifestava de forma mais clara.²⁴⁶

No caso da música, criou-se, ainda segundo Heloísa Buarque de Hollanda, uma “cumplicidade público-palco”, na qual os músicos, por meio de truques e códigos escondidos em suas composições, criticavam a situação política do país sem romper os limites da censura, alcançando o público. Os artistas que se recusavam a basear suas apresentações ou composições nesse jogo de codificações em alusão ao governo militar eram criticados e apontados como “desbundados” ou “alienados”, como Caetano Veloso e Gilberto Gil. Já os que conseguiam burlar a censura com esse expediente, como Chico

²⁴⁵ SÜSSEKIND, Flora. **Literatura e vida literária**. Polêmicas, diários & retratos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 25.

²⁴⁶ HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Impressões de Viagem**. CPC, vanguarda e desbunde. 1960/70. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004, p. 102-105.

Buarque, eram valorizados. “A esquerda parece precisar de heróis, de mitos, de mártires da resistência à ditadura”.²⁴⁷

A literatura, tal como a música e demais manifestações culturais e artísticas, também necessitou adaptar-se ao novo contexto de repressão e controle exercido pelos militares. Acerca das temáticas exploradas pelos escritores, Flora Süssekind chama a atenção para o papel central que a censura ocupa nos estudos acerca dos caminhos tomados pela literatura brasileira pós-64. Sendo uma via de “mão única”, todas as opções estéticas surgidas no meio literário durante o período ditatorial – romance-reportagem, conto-notícia, depoimentos de presos e exilados políticos – surgiram como respostas, diretas ou indiretas, à ação dos censores:

Se nos jornais e meios de comunicação de massa a informação era controlada, cabia à literatura exercer uma função parajornalística. Respostas diretas (naturalismo) ou indiretas (parábolas), tratava-se a produção literária como se o grande dilema fosse efetivamente a censura. Esquece-se assim o diálogo que ao mesmo tempo mantém com a tradição e com seu público.²⁴⁸

Süssekind lista uma série de narrativas que obtiveram êxito durante o período ditatorial (literatura-verdade, prosa alegórica e os textos confessionais) e outras que não tiveram tanto sucesso. Entretanto, a autora destaca que, apesar de essas narrativas supracitadas dialogarem abertamente com a censura, existiram autores para os quais essa preocupação não foi central e, mesmo assim, conseguiram criar “textos mais tensos e capazes de trabalhar ficcionalmente com silêncios, cortes, risos nervosos”.²⁴⁹

O primeiro romance de Cony estudado nesta tese – *Pessach: a travessia* – não dialoga com a censura tal como argumentou Flora Süssekind, já que ele foi escrito e publicado antes do surgimento da censura prévia; porém, ainda assim, a perseguição da esquerda – mais especificamente do PCB – aos intelectuais que a criticavam, foi explorada por Cony, tal como discutido no capítulo anterior. Em *Pilatos*, embora o autor não utilize muitos expedientes textuais para tentar driblar a censura, já que a crítica à truculência, violência e ineficácia dos governos militares aparece de forma bastante explícita, debochada e evidente, fica claro que a censura e repressão à intelectualidade seria um dos temas centrais da narrativa.

²⁴⁷ HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Impressões de Viagem**. CPC, vanguarda e desbunde. 1960/70. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004, p. 103.

²⁴⁸ SÜSSEKIND, Flora. **Literatura e vida literária**. Polêmicas, diários & retratos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 10.

²⁴⁹ SÜSSEKIND, Flora. **Literatura e vida literária**. Polêmicas, diários & retratos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 12.

O relato de Álvaro sobre sua primeira noite após a saída do hospital pode ser visto como uma analogia à complicada realidade vivida pelos intelectuais opositores ao governo militar, quando os militares apertaram o cerco contra eles a partir da década de 1970. A hospedaria simples que o protagonista podia pagar não oferecia conforto algum, e ele precisou dividir um cômodo com cerca de quarenta pessoas que dormiriam no chão, apoiadas apenas por uma corda:

Tão logo seu Fernandes amarrou a corda na última argola, todos se curvaram e nela apoiaram os braços e a cabeça. No início, a coisa balançou muito, até que todos se ajeitassem. Logo se fixou: a maior parte começou a dormir. Os poucos que resistiam ao sono não se sentiam à vontade para mexer a cabeça. [...] Coloquei o vidro de compota entre as pernas, apertei-as o mais que pude – não podia apertar muito pois tinha a sensação de estar esmigalhando ausentes colhões²⁵⁰ – e tratei de imitar os outros. Em condições normais, jamais conseguiria dormir naquela posição. Mas sem pau e sem colhões eu ficava em estado de permanente anormalidade. Para ser exato: minha anormalidade começava a ser normal. E estava cansado. Caí numa sonolência que não era sono mas parecia. Por pouco tempo: um sujeito teve pesadelo e sacudiu a cabeça com aflição – o que fez a corda balançar e balançar todas as cabeças. Apesar disso, a maior parte do pessoal continuou ferrada. Eu levei um tempo para dormir outra vez, e só o consegui quase ao romper do dia.²⁵¹

À castração do protagonista, soma-se a sua pobreza, que o obrigou a dividir um quarto de hospedaria modesto, que nem sequer possuía camas, com estranhos. Apegado ao vidro de compota que abrigava seu pênis mutilado, Álvaro tenta acomodar-se da melhor maneira sobre a corda para descansar, porém acaba sendo interrompido pelo pesadelo de um dos seus colegas de quarto. Situação semelhante era a de Cony, bem como de outros intelectuais brasileiros na década de 1970. Todos tentando achar a melhor posição sobre a “corda da censura” e da repressão do regime, sendo alguns, mais rápidos e bem-sucedidos em se adaptar àquela situação incômoda e desconfortável do que outros. Apoiar a cabeça numa corda enquanto tenta segurar um vidro de compota amarrado entre as pernas não era, como Álvaro descreveu, uma condição na qual era possível dormir normalmente, porém sua situação naquele momento – pobre, castrado e sem-teto – também não tinha nada de “normal”, tal como era a vida dos intelectuais brasileiros sob a rígida vigilância e censura dos governos militares.

²⁵⁰ Após o acidente, o personagem teve não apenas o pênis amputado, como seus testículos também.

²⁵¹ CONY, Carlos Heitor. **Pilatos**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, p. 42.

Durante toda a trama de *Pilatos*, uma das características marcantes do protagonista é a obstinação com que protege o vidro de compota em que guarda seu pênis mutilado, não se separando deste nem mesmo na hora de dormir. Ao sair do hospital após a recuperação do acidente, Álvaro decide que não se separaria jamais de “Herodes”:

Se não tinha feito antes, fiz naquela hora o juramento formal de não me separar jamais do meu troféu, da minha modesta e mutilada glória. Seria agora a razão da minha vida, embora eu não precisasse de nenhuma razão para continuar vivendo, pois vivera sempre sem nenhuma razão. [...] Herodes, agora, era mais do que uma relíquia ou amuleto. Era também um fato histórico. Dalí por diante, ele e eu inaugurávamos um ciclo. Era mais meu, agora, do que antes. Dependia de mim, e eu o trataria como um pássaro – um pássaro ferido e importante, um pássaro do qual foram arrancados os olhos e as asas mas que se obstinava em viver e ser meu.²⁵²

Conforme já mencionado anteriormente, o apego do protagonista ao seu órgão amputado, na nossa análise, pode ser interpretado como o apego de Cony por seu trabalho como escritor. No período de maior repressão e autoritarismo do regime ditatorial, quando os grupos de resistência estavam sendo debelados pela violenta perseguição do governo, e a imprensa se via cerceada em seu trabalho de noticiar os abusos cometidos, Cony, apesar da melancolia que emana do trecho supracitado, deixa transparecer que continuava vendo importância na literatura e no seu trabalho como romancista.

A primeira parte do livro termina com o encontro do protagonista Álvaro com aquele que se tornou seu amigo e parceiro até o final da trama, Joaquim dos Passos. O encontro entre os dois é muito significativo, pois a relação entre eles dita o ritmo de toda a narrativa a partir de então. Em oposição ao protagonista – castrado, desorientado e sem perspectivas de futuro –, Dos Passos é um homem ativo, de muitas ideias, com um apetite sexual voraz e politicamente inclinado ao fascismo. Os dois se conhecem de maneira muito casual, num banco de praça onde o protagonista pretendia dormir. Naquela noite, foi abordado por Dos Passos, que puxou conversa. A primeira reação de Álvaro foi ignorá-lo e deixá-lo falando sozinho; porém, quando Dos Passos lhe contou sua intenção de cortar fora seu próprio pênis, ele acabou atraindo a atenção do protagonista:

- Um dia desses tomo coragem e faço uma besteira!

²⁵² CONY, Carlos Heitor. *Pilatos*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, p. 35-36.

Não me interessei em saber que besteira o sujeito ameaçava praticar. Ele me interpelou com raiva.

- Sabe o que eu vou fazer?

Continuei em silêncio. Na verdade, pouco me interessava saber o que um sujeito como ele poderia fazer. Mas levei um choque:

- Vou arrancar meu pau!

Senti um calafrio. [...] A conversa, que ele até então conseguira manter sozinho, resvalava para um terreno que não me agradava.

- Já pensou alguém cortar o pau e jogar fora? Dar para os urubus, os gatos, os passarinhos?

- Os passarinhos não gostarão de comer o seu pau. – respondi com segurança, sabendo o que dizia.

Pensei que o sujeito fosse insistir nos passarinhos mas estranhamente ele se mostrou dócil:

- Você tem razão, meu pau não seria comida adequada aos passarinhos. Talvez aos gatos, ou aos urubus... aos passarinhos não. Já vi passarinhos comer pipoca, mas nunca se ouviu dizer que um passarinho comesse caralho.

Para minha desgraça, eu havia aceitado o diálogo e o sujeito acomodou-se no banco, como se ali fosse passar o resto da noite.²⁵³

Animado pela resposta de Álvaro à sua iniciativa de conversa, Dos Passos se propôs a ler para ele uma história que tinha escrito na qual relatava a decepção amorosa sofrida que o fez pensar em cortar fora o seu pênis, um conto intitulado “O homem e sua cabra”.²⁵⁴ É interessante notar que a escrita é a forma preferida de Dos Passos para registrar suas ideias e pensamentos. Seus sonhos e planos mais bizarros foram, muitas vezes, escritos e, depois, lidos para Álvaro, cuja reação sempre variou entre indiferença e espanto. Após a leitura do conto da cabra, o protagonista contou sobre o acidente que causou sua mutilação genital, fato ao qual Dos Passos, após pensar e avaliar com calma, reagiu com um simples comentário: “Um homem sem pau é importante”.²⁵⁵ A partir de então, os dois personagens se tornam companheiros inseparáveis até o final da trama. Os planos que Dos Passos vai elaborar para conseguir dinheiro à custa de “Herodes” serão o eixo central da segunda parte do livro. Nas palavras de Homero Vizeu Araújo:

Dos Passos, enquanto cafetão de Herodes, fará o contraponto necessário à melancolia atônita de narrador mutilado nos próximos dois terços do livro, o que equivale a dizer que a tensão e a

²⁵³ CONY, Carlos Heitor. **Pilatos**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, p. 68-69.

²⁵⁴ Nessa história, Dos Passos relata que, após se decepcionar com várias mulheres que o traíram, ele desistiu delas e decidiu comprar uma cabra para satisfazer suas necessidades sexuais. O relacionamento com a cabra – batizada por ele de Solange – ia muito bem até que ele teve que se mudar com o animal do apartamento onde moravam por motivo de uma denúncia dos vizinhos à violação da regra do edifício que não permitia animais. Pouco tempo após se mudarem para uma casa, com um quintal grande onde a cabra pastava durante o dia, Dos Passos pegou a cabra em flagrante adultério com um bode que circulava pela vizinhança e, num acesso de raiva, matou os dois. A partir de então, ele decidiu dedicar-se à política, mais especificamente, ao fascismo. CONY, Carlos Heitor. **Pilatos**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, p. 71-76.

²⁵⁵ CONY, Carlos Heitor. 2009. op.cit., p. 77.

conciliação entre os dois personagens será princípio constitutivo da narrativa e deflagrador da ação.²⁵⁶

O protagonista, desorientado da primeira parte do romance, vai mostrar-se extremamente subserviente aos planos de Dos Passos, por mais bizarros que esses lhes parecessem. Ainda debilitado pela cirurgia, sem dinheiro e nem mesmo lugar para morar, Álvaro se apega àquele amigo que surge por acaso e não oferece resistência aos planos que desenha. Sem perspectiva de futuro, ele se deixa levar pelos acontecimentos, reagindo aos fatos com muita apatia e desinteresse. Carregando seu pênis para todo lugar a que vai, cumprindo a promessa de jamais se separar dele, o protagonista entrega seu bem mais valioso nas mãos do amigo toda vez que ele o solicita para um de seus planos para ganhar dinheiro. Explorar “Herodes” dessa forma parecia ser uma tentativa de Álvaro de dar utilidade, ou melhor, vida, àquela parte de si que, antes do acidente, era tão importante.

A segunda parte de *Pilatos* é a mais extensa do romance, e podemos subdividi-la em dois momentos distintos. O primeiro seria aquele relativo às tentativas de Álvaro e Dos Passos de conseguir dinheiro com “Herodes” até a prisão de ambos. O segundo momento seria a temporada que os dois passam na cadeia, marcada pela convivência com os seus companheiros de cela até a soltura de todos. Essa é a parte do livro em que podemos perceber o escárnio e a sátira de Cony atingindo seu grau mais elevado, não poupando ninguém, nem mesmo a classe artística e intelectual.

A primeira tentativa de Dos Passos de ganhar dinheiro com o pênis mutilado do amigo se apresentou na manhã seguinte ao encontro dos dois personagens. Ambos andavam pela orla do Rio de Janeiro quando presenciaram uma cena muito conturbada. A equipe de gravação de um filme estava tentando gravar cenas perto da praia em meio a uma grande confusão, em que o produtor e o diretor discutiam intensamente. O motivo da briga era que o diretor precisava gravar a cena juntamente com o nascer do sol, mas o atraso na produção acabou resultando na perda do momento desejado. Assim que ouviu o teor da conversa, Dos Passos teve uma ideia e a apresentou ao diretor e ao produtor, os quais adoraram a sugestão: a cena filmada com o nascer do sol seria substituída por outra, na qual ocorria a adoração do pênis amputado do seu amigo. Álvaro não fez oposição à ideia de Dos Passos e, em troca de um cachê de cem

²⁵⁶ ARAÚJO, Homero J. Vizeu. *Pilatos*: uma saga carioca mórbida e hilariante nos anos 70, p. 152. **Revista Letras**, Curitiba, n. 64, p. 143-155. set./dez. 2004. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.lettras.ufpr.br/documentos/pdf_revistas/araujo.pdf> Acesso: 26 out. 2018.

cruzeiros, acabou cedendo “Herodes” para a gravação, mesmo sem entender direito o roteiro do filme:

A história do filme, cujo esboço me foi feito na hora, pelo próprio diretor, que também era o autor do roteiro, pareceu-me confusa, havia um latifundiário, a filha de um operário torturado pela polícia, padres, uma porrada de comunistas, um major do Exército americano, dois senadores, três músicos sem emprego, um poeta, duas putas, um homem vestido de Pedro Álvares Cabral, um grupo de escola de samba, tudo isto misturado num drama complicado e acima dos meus interesses e necessidades.

Haviam programado uma cena no Aterro: cinco virgens púberes iriam adorar o sol, que entrava na campanha política de um velho senador corrupto que se unira aos latifundiários e aos generais que iriam vender a Amazônia ao capital estrangeiro. A adoração ao sol, na realidade, seria uma cena simbólica, tudo era simbólico no filme, menos o Pedro Álvares Cabral, que ali estava, suando em suas barbas postizas e em suas roupas escamadas de pedrarias, parecendo ter saído de um baile de Carnaval ou daquele monumento no Jardim da Glória.²⁵⁷

A constatação de Álvaro de que, no filme, “tudo era simbólico”, pode ser tomada como uma crítica irônica de Cony a alguns artistas e intelectuais brasileiros que, durante a vigência dos “anos de chumbo” da ditadura, tentavam produzir uma arte que driblasse a censura e, ao mesmo tempo, ainda conseguisse fazer críticas ao governo militar, porém acabavam se perdendo num labirinto sem fim de subjetivismo e incoerência. Na visão de Homero Vizeu Araújo, o roteiro do filme para o qual Álvaro cedeu “Herodes” para uma participação especial seria uma sátira de Cony aos delirantes roteiros dos filmes de Glauber Rocha.²⁵⁸

Denise Rollemberg chama a atenção para o fato de que, no decorrer da década de 1970, havia duas discussões importantes que agitavam o meio artístico intelectual brasileiro: as relações existentes entre arte e política e entre arte e mercado. A autora cita o caso do escritor e dramaturgo Dias Gomes como exemplar desses dilemas vividos pela intelectualidade brasileira durante o período de maior repressão do governo ditatorial. Dias Gomes, militante filiado ao PCB desde 1945, após ser demitido da rádio nacional pelo primeiro AI, publicado ainda em 1964, foi contratado pela rede Globo em 1969, pouco depois da publicação do AI-5. Além de trabalhar na emissora de TV que, segundo Rollemberg, muito mais do que “apoiar” o regime ditatorial, ela o

²⁵⁷ CONY, Carlos Heitor. *Pilatos*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, p. 84.

²⁵⁸ ARAÚJO, Homero J. Vizeu. *Pilatos: uma saga carioca mórbida e hilariante nos anos 70*. p. 150. *Revista Letras*, Curitiba, n. 64, p. 143-155. set./dez. 2004. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.lettras.ufpr.br/documentos/pdf_revistas/araujo.pdf> Acesso: 26 out. 2018.

“integrava”²⁵⁹, o autor também se preocupava com os caminhos que sua escrita tinha tomado naqueles tempos:

Do conflito interior em que me debato permanentemente sabendo que o preço da minha sobrevivência é a prostituição total ou parcial. Zé do Burro faz aquilo que eu desejaria fazer — morre para não conceder. Não se prostitui.²⁶⁰

O processo de massificação da cultura, aliado à política de cooptação dos governos ditatoriais de intelectuais de diversos setores e tendências políticas, além, é claro, da já mencionada e temida censura do regime, colocava muitas questões a serem consideradas, especialmente pelos intelectuais que sempre se posicionaram contra a ditadura. Para alguns, aceitar os incentivos governamentais, ou até mesmo se empregar nos órgãos estatais recém-criados de regulamentação das atividades culturais, poderia garantir a sobrevivência, mas à custa da renúncia a princípios ideológicos e políticos que sempre lhes foram caros. Outros buscaram achar um meio-termo entre a adaptação às novas regras da indústria cultural em ascensão e a manutenção do caráter questionador e crítico de sua produção, tendo a censura do regime sempre nos seus calcanhares. Durante os anos mais sombrios dos governos autoritários no Brasil, muitos intelectuais se perguntaram qual seria seu real lugar na sociedade. Se, durante os primeiros anos de vigência da ditadura, ainda havia alguma esperança de a situação ser revertida, essa se desvaneceu diante da violenta repressão dos militares pós-AI-5 e da anuência de grande parte da sociedade ao governo diante da prosperidade econômica experimentada a partir da década de 1970.

No caso de Dias Gomes, analisado por Denise Rollemberg, o autor conseguiu encontrar na telenovela – forma de expressão artística que rapidamente se popularizava na década de 1970 – uma fórmula de sucesso que conseguiu unir três princípios que, para muitos outros intelectuais da época, foi tarefa quase impossível: atender à demanda da indústria cultural e, ao mesmo tempo, manter a crítica social e política sem desagradar à censura. O exemplo analisado por Rollemberg foi a novela *O Bem-Amado*, de 1973, na qual Dias Gomes conseguiu fazer uma sátira bem-humorada das principais

²⁵⁹ ROLLEMBERG, Denise. Ditadura, intelectuais e sociedade: *O Bem-Amado* de Dias Gomes. p. 377-395 In: AZEVEDO, Cecília [et.al] (orgs). **Cultura Política, Memória e Historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 389.

²⁶⁰ GOMES, Dias. Apenas um subversivo. Autobiografia. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 179-180. apud ROLLEMBERG, Denise. Ditadura, intelectuais e sociedade: *O Bem-Amado* de Dias Gomes. p. 377-395 In: AZEVEDO, Cecília [et.al] (orgs). **Cultura Política, Memória e Historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 390.

características da cultura política brasileira e obteve grande sucesso de público. Nas palavras da autora:

O Bem-Amado, lembro, fora pensado inicialmente como tema urbano, *adaptado* depois à realidade do Nordeste. Se os políticos latifundiários (autoritários, violentos, corruptos, herdeiros do coronelismo, temerários da reforma agrária em pauta no pré-1964) eram a base de apoio do regime, encarnavam, ao mesmo tempo, o atraso do país, a ser superado na modernização dos *novos tempos*, levada adiante pelo regime que apoiavam. A realidade de Sucupira talvez lembrasse ao espectador esse mundo; talvez o lembrasse quão inútil era a democracia: de que valia o povo votar, se elegia um Odorico Paraguaçu? Certamente, o povo não sabia votar. O país precisava antes superar o *atraso* para assumir as responsabilidades da democracia. Mas não eram essas *regiões atrasadas* que davam seus votos à Arena? Nas cidades grandes do Sudeste, onde o *atraso* supostamente era menor, o eleitor não votava no MDB?²⁶¹

Nos capítulos da trama de *O Bem-Amado*, a sátira aos problemas nacionais foi recorrente, bem como a crítica ao governo e também à sociedade brasileira. Os conflitos resultantes de um Brasil “atrasado” que queria ser “moderno” foram apresentados pelo autor de forma bem-humorada e acessível à grande parte da população. Esse equilíbrio entre crítica e sátira não seria alcançado, por exemplo, pelo filme no qual um pênis castrado ocupava lugar de destaque num culto de adoração por cinco virgens púberes, cercadas por uma escola de samba e Pedro Álvares Cabral, tal como relatou Álvaro, na trama de *Pilatos*. A inclusão, por si só, de personagens e temas característicos do nosso cenário político (generais, políticos corruptos, vítimas da tortura, militares americanos, padres, comunistas, entre outros) não era suficiente para se construir uma trama que levasse à reflexão crítica acerca dos problemas nacionais.

No mesmo ano em que a novela *O Bem-Amado* estava em exibição, um grupo de intelectuais lançou um novo espaço para a discussão acerca dos problemas e dilemas enfrentados pelo Brasil em seu processo de modernização. Publicada entre outubro de 1973 e fevereiro de 1974, a revista *Argumento* foi criada sob direção geral de Barbosa Lima Sobrinho e contava com um Conselho Consultivo e com uma Comissão de Redação formados por renomados intelectuais brasileiros e estrangeiros: Érico Veríssimo, Florestan Fernandes, Paulo Duarte, Sérgio Buarque de Holanda, Simão Mathias, Anatol Rosenfeld, Antonio Candido de Mello e Souza, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Correa Weffort, Leôncio Martins Rodrigues,

²⁶¹ ROLLEMBERG, Denise. Ditadura, intelectuais e sociedade: *O Bem-Amado* de Dias Gomes. p. 377-395 In: AZEVEDO, Cecília [et.al] (orgs). **Cultura Política, Memória e Historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 394.

Luciano Martins, Paulo Emílio Salles Gomes (Brasil); Aníbal Pinto, Octávio Paz, Torcuato Di Tella (América Latina); Alberto Hirschman, Brian Von Arkadie, Dudley Sears (Europa e EUA). A revista teria surgido como um espaço de manifestação para aqueles intelectuais que se opunham ao Estado de exceção estabelecido pelos militares e também para os que discordavam do projeto de modernização da economia brasileira, proposto pelos últimos, baseado em uma perspectiva de internacionalização da mesma.²⁶²

Segundo Beatriz de Moraes Vieira, a equipe editorial da revista *Argumento* tinha como principal objetivo publicar textos que fornecessem informação e conhecimento acessíveis a um público leitor diversificado e que, concomitantemente, também cumprisse uma função importante de crítica intelectual ao Estado de exceção vigente no Brasil. No primeiro editorial da revista, as intenções de seus autores ficaram bastante claras:

A natureza social tem horror ao vácuo cultural e tende a preenchê-lo de uma forma ou de outra. Uma das formas de fazê-lo é utilizando a dependência, a acomodação, o arrivismo. A nossa pretende ser a outra forma, a que se definirá no percurso de nosso grupo. Este é vário na idade e na posição, mas que unifica no entendimento em um veículo novo para o que há de vivo, independente na circunstância cultural brasileira; e um ponto de encontro com o pensamento de outras terras notadamente as do continente. Os obstáculos que eventualmente encontraremos e os estímulos que recebemos serão igualmente indicativos da utilidade de nossa função. Muito intelectual brasileiro foi arrancado de seu mundo e é preciso que encontre um terreno onde possa novamente se enraizar. A limitação de nosso campo poderá ainda ser restringida, mas sempre haverá um papel a ser cumprido pelo intelectual que resolva sair da perplexidade e se recusar a cair no desespero.²⁶³

No contexto de perseguição e violência aos intelectuais opositores vigente no Brasil a partir da publicação do AI-5, “sair da perplexidade e não cair no desespero” não eram tarefas das mais simples. No caso da revista *Argumento*, a tentativa de se tornar um espaço de acolhimento para intelectuais contrários ao governo teve curta duração. A ação da censura prévia, além de impedir a publicação de certos temas e artigos, afugentou editores e distribuidores que se recusaram a participar da confecção

²⁶² VIEIRA, Beatriz de Moraes. Sem *Argumento*: um projeto intelectual quase esquecido (revista *Argumento*, Brasil, 1973). **História (São Paulo)** v.35, e103, 2016 p. 01-21. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v35/0101-9074-his-35-00103.pdf>> Acesso: 22 dez. 2017, p. 2-3.

²⁶³ VIEIRA, Beatriz de Moraes. VIEIRA, Beatriz de Moraes. Sem *Argumento*: um projeto intelectual quase esquecido (revista *Argumento*, Brasil, 1973). **História (São Paulo)** v.35, e103, 2016 p. 01-21. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v35/0101-9074-his-35-00103.pdf>> Acesso: 22 dez. 2017, p. 4.

da revista e a distribuí-la nas bancas. Após quatro edições, a *Argumento* teve que encerrar suas atividades.²⁶⁴

A derrota das guerrilhas urbana e rural, aliada ao sucesso da repressão e censura da maioria das manifestações intelectuais de oposição, gerou um grande sentimento de vazio e frustração em muitos intelectuais que, durante os primeiros anos de vigência dos governos autoritários, manifestaram-se abertamente contra o domínio dos militares. Muitos deles, tal como o protagonista de *Pilatos*, estavam impotentes e inertes diante da realidade que se apresentava diante deles, deixando-se levar pelos acontecimentos e se “prostituído intelectualmente” – lembrando o termo usado por Dias Gomes – para sobreviver. Na trama de *Pilatos*, a “prostituição de Herodes” foi a forma encontrada por Dos Passos para conseguir dinheiro, enquanto Álvaro, cada vez mais próximo e ligado ao amigo, aprovava todas as suas ideias. Na figura de Dos Passos, podemos enxergar todas as pessoas e/ou instituições que, na época, tentavam controlar a produção intelectual no país, aproveitando-se do momento de debilidade e desorientação da intelectualidade diante da repressão e violência dos governos autoritários no Brasil pós-AI-5.

A obstinação de Álvaro em carregar seu órgão mutilado para onde quer que fosse, tentando achar uma utilidade para aquela parte de si, outrora tão importante, parece um retrato debochado e, ao mesmo tempo, triste de parte da intelectualidade brasileira, que, em meados da década de 1970, viu-se castrada de várias maneiras pela censura e repressão do regime e que, naquele momento, tentava manter seu espírito crítico e criador vivo a qualquer custo. Para além de um protagonista castrado que leva seu pênis amputado sempre consigo, as situações bizarras nas quais Álvaro e Dos Passos se envolvem no decorrer de toda a narrativa para conseguir dinheiro à custa da tragédia do primeiro podem causar diferentes reações nos leitores: riso, choque, aversão, entre outras. Para Flora Süssekind, toda polêmica que poderia resultar dessa obra teria, na verdade, uma motivação política clara. Nas palavras da autora:

Não é de se estranhar [...] que um dos motores da vida cultural de um país sob governos autoritários seja exatamente a polêmica. Como no terreno político o poder se acha monopolizado, trata-se de disputá-lo

²⁶⁴ VIEIRA, Beatriz de Moraes. Sem Argumento: um projeto intelectual quase esquecido (revista *Argumento*, Brasil, 1973). *História (São Paulo)* v.35, e103, 2016 p. 01-21. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v35/0101-9074-his-35-00103.pdf>> Acesso: 22 dez. 2017 p. 4.

noutros campos. E é isto o que se faz nas polêmicas: conquista-se “autoridade intelectual”.²⁶⁵

Após o episódio do “violino afrodisíaco”²⁶⁶, Álvaro e Dos Passos são presos pela polícia. O cotidiano da prisão é descrito por Cony de forma bastante realista, porém com toques de humor satírico e debochado. A truculência dos guardas, a superlotação das celas, as precárias condições de higiene e acomodação e as prisões arbitrárias aparecem entrecortadas com episódios cômicos e personagens que ajudam a intensificar a discussão de alguns dos principais temas que servem como pano de fundo da trama.

Na prisão, Álvaro e Dos Passos dividiram a cela com outros três personagens: o Grande Arquimandrita, o jovem Otávio e um velho senil, nomeado posteriormente de *Sic Transit*. O primeiro era um velho que dizia chamar-se Filipe-Georges de Theodorou Fahmé, filho do rei do Líbano, que, além de príncipe, possuía vários outros títulos de nobreza e honoríficos, entre eles, o de Procurador-Geral para o Ocidente e Continente da Antártica do Patriarca Máximos IV. Era um homem aparentemente culto, que gostava de falar rebuscado, inclusive, com diversas citações em latim. Os títulos e a origem nobre que sempre evidenciava lhe conferiam uma certa autoridade, respeitada, sobretudo, por Álvaro. O jovem Otávio era o mais calado dos três. Trajando roupas simples, dormia quieto a maior parte do tempo e nunca se pronunciava sobre nada. Os demais companheiros de cela atribuíam essa apatia à sua aparente condição de drogado. O velho Sic Transit estava sempre com fome e tentava, de todo jeito, roubar o vidro em que Álvaro guardava seu pênis amputado, que ele considerava uma salsicha. Tinha uma aparência debilitada, era totalmente desdentado, nunca falava nada coerente e chorava e se lamentava constantemente.²⁶⁷

Nessa cela, o Grande Arquimandrita tentava exercer uma liderança sobre os demais, impondo regras e atribuindo funções para cada um dos seus companheiros; porém, apesar de conseguir a atenção de alguns enquanto “discursava”, quase sempre

²⁶⁵ SÜSSEKIND, Flora. **Literatura e vida literária**. Polêmicas, diários & retratos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 38.

²⁶⁶ Num certo dia, ao reparar que os pêlos pubianos de Álvaro eram muito longos, Dos Passos teve a ideia de construir um violino afrodisíaco com eles, um instrumento que, ao ser tocado, estimularia a libido das pessoas e as induziria a orgias sexuais. Após testar os efeitos do violino em uma igreja durante a missa, na qual Dos Passos e o sacristão transaram na sacristia com as velhas beatas que ficaram excitadas, Álvaro e seu amigo resolveram utilizar o instrumento numa festa de casamento para a qual foram contratados para tocar naquela mesma noite. Tal como ocorrido na igreja, o violino despertou a libido dos convidados da festa, que deram início a uma grande orgia, interrompida pela polícia, que acabou prendendo todos os presentes. CONY, Carlos Heitor. **Pilatos**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, p. 113-118.

²⁶⁷ CONY, Carlos Heitor. **Pilatos**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. Passim.

tinha suas proposições ridicularizadas e rejeitadas, principalmente por Dos Passos. A frequência com a qual o Grande Arquimandrita invocava sua suposta origem nobre e seus muitos títulos parecia uma tentativa clara de dar maior respaldo à posição de liderança que reivindicava. No segundo dia de prisão, ele tentou estabelecer uma espécie de “governo provisório” na cela, atribuindo a si mesmo as funções de Presidente, Primeiro-Ministro, o Ministro das Relações Exteriores, da Fazenda, da Educação, da Saúde e presidente do Banco Central. A Dos Passos coube o Ministério do Planejamento, já que era um homem de muitas ideias. Álvaro, mutilado por seu acidente, seria o “inválido da pátria”. O velho Sic Transit seria a “reserva moral da nação”, enquanto o jovem Otávio, que dormia o dia inteiro e era o mais apático do grupo, seria o povo.²⁶⁸ Ao falar do jovem que representava o povo, não há como deixar de falar sobre a crítica provavelmente pretendida por Cony de trazer a imagem do povo representada por um sujeito sonolento e apático. A ideia dessa cena pode ser compreendida como uma aguda crítica do autor sobre o não posicionamento diante da crise, ou, ainda, do próprio desinteresse da massa pela situação política do país, fato comumente associado por intelectuais à sociedade apática. A própria suspeita do grupo de se tratar de um usuário de drogas pode apontar para a falta de lucidez da população em geral.

Além de uma liderança dentro da cela, o Grande Arquimandrita também se colocava como intermediário entre os presos e os guardas da prisão, no papel de levar as queixas e demandas dos primeiros para os segundos. Nessa função, ele nunca obteve muito êxito, já que nunca conseguia nenhuma melhoria nas condições do cárcere no qual ele e seus companheiros estavam confinados. Toda vez que se manifestava, conseguia apenas surras dos guardas:

Logo entramos na rotina da prisão. As autoridades não se incomodavam em investigar mais nada – e nada havia realmente para investigar. Limitavam-se a nos alimentar com uma comida intragável e nos surrar sem pretexto, tirante aqueles fornecidos pelo Grande Arquimandrita. Investido de sua autoridade legislativa, executiva e judiciária, volta e meia ele ameaçava tomar providências. Como acontecia com o *breakfast*, todas as vezes em que ele tomava providências, vinham porradas em cima da gente.²⁶⁹

A forma rebuscada como o Grande Arquimandrita se expressava, assim como as constantes votações que ele propunha para resolver os problemas de convivência que

²⁶⁸ CONY, Carlos Heitor. **Pilatos**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p. 129-130.

²⁶⁹ CONY, Carlos Heitor. 2009. op.cit., p. 135.

apareciam na cela, lembram-nos o papel de parte da intelectualidade brasileira durante a década de 1970 que, mesmo encurralada pela violência do Estado autoritário, tentava manter o discurso democrático vivo. Também não há como negar o caráter autoritário do personagem que, apesar de propor soluções democráticas para as questões cotidianas, sempre colocava sua opinião como superior à dos demais companheiros, tal como ficou expresso na distribuição de cargos do “governo provisório” da cela citada anteriormente. A convivência diária desses presos e a forma como as relações de poder foram estabelecidas entre eles e também com os guardas responsáveis pela carceragem, parecem um exercício de reflexão de Cony acerca da situação política do Brasil em meados da década de 1970.

Vera Lúcia F. de Figueiredo aponta que, no decorrer da década de 1970, a visão de que a arte poderia ser uma ferramenta de conscientização política para o povo, assim como a crença no papel do intelectual como porta-voz dos oprimidos, foi perdendo força à medida que as ditaduras conservadoras de direita triunfavam sobre a esquerda. Os ideais e princípios universalistas defendidos pela intelectualidade vão começar a ser questionados. Nas palavras da autora:

[...] nos países centrais, a partir da segunda metade do século passado, intelectuais decepcionados com os rumos tomados pela utopia socialista deram início a todo um processo de autocritica e revisão do papel que lhes cabia desempenhar. Os valores e saberes humanísticos foram postos sob suspeita, identificados com tendências totalizantes e essencialistas do pensamento ocidental, associados às elites aristocráticas, religiosas e educativas.²⁷⁰

No caso da produção artística brasileira, Vera Lúcia F. de Figueiredo explica que, a partir da segunda metade da década de 1970, a descrença nos valores universalistas, bem como no poder transformador da arte sobre a realidade social, passará a ser tema de alguns livros e filmes, tais como o romance *Simulacros*, de Sérgio Sant’Anna, publicado em 1977, no qual o protagonista é um jovem que só consegue realizar seu sonho de ser escritor após simular a morte do próprio pai – também escritor – numa tentativa de romper com modelos antigos e seguir seu próprio caminho.²⁷¹

²⁷⁰ FIGUEIREDO, Vera Lúcia F. de. Intelectuais sob suspeita: narrativas ficcionais e declínio dos ideais universalistas. **Hispanista**. (Edição em Português), ISSN 1676-904X v. XIII, 2012. Disponível em: <<http://www.hispanista.com.br/artigos%20autores%20e%20pdfs/406.pdf>> Acesso: 05 dez. 2018, p. 03.

²⁷¹ FIGUEIREDO, Vera Lúcia F. de. Intelectuais sob suspeita: narrativas ficcionais e declínio dos ideais universalistas. **Hispanista**. (Edição em Português), ISSN 1676-904X v. XIII, 2012. Disponível em: <<http://www.hispanista.com.br/artigos%20autores%20e%20pdfs/406.pdf>> Acesso: 05 dez. 2018, p. 04.

A pouca repercussão que os elaborados discursos do Grande Arquimandrita encontravam junto aos seus companheiros de cárcere, acomodados em maior ou menor grau com a situação, bem como a resposta violenta dos guardas a todas as queixas apresentadas, assemelham-se muito com a situação de muitos intelectuais que se propunham a criticar o regime militar no Brasil durante os “anos de chumbo”. Ao serem ignorados e menosprezados por parte da sociedade civil enquanto eram vigiados de perto pelo governo, intelectuais que resistiam às tentativas de cooptação do governo e procuravam manter certa autonomia financeira e artística em relação a este, tinham que lidar com uma frustração e um medo constantes.

Rejane Cristina Rocha também defende a ideia de que, a partir da publicação do AI-5 e com o endurecimento do regime ditatorial, a crença no poder transformador e conscientizador das artes junto à população sofreu um forte abalo. No caso da literatura, a autora salienta que, além da repressão do governo, deve-se ressaltar a perda progressiva de espaço da ficção junto ao grande público em virtude do rápido crescimento de novas mídias, especialmente a televisão, como outro elemento que contribuiu para uma revisão de temas utópicos explorados pelos escritores até então. A mudança nos temas explorados pela literatura a partir da década de 1970 refletiu os sentimentos de fracasso e frustração que se estabeleceram no meio intelectual com a derrota dos movimentos oposicionistas armados contra o governo ditatorial e que, por sua vez, fomentaram críticas e reflexões acerca da utilidade ou não da escrita em períodos autoritários, bem como acerca do trabalho intelectual em geral.²⁷²

De um papel de liderança à frente da sociedade civil contra o avanço do autoritarismo dos militares – como foi salientado por Cony em muitas de suas crônicas publicadas em 1964 – à categoria desorientada e frustrada após a publicação do AI-5, a intelectualidade brasileira chega à década de 1970 com reduzidas esperanças de conseguir transformar o panorama político do país. Se a arte que produziam não tinha mais utilidade como instrumento de mobilização e conscientização política, era preciso encontrar uma nova função para a atividade artística e intelectual. Tais qual Álvaro, que não conseguia desvencilhar-se de seu órgão amputado mesmo este não podendo mais exercer nenhuma de suas funções originais, muitos intelectuais brasileiros continuavam apegados a valores e princípios que não encontravam mais ressonância, não apenas

²⁷² ROCHA, Rejane Cristina. **Da utopia ao ceticismo**: a sátira na literatura brasileira contemporânea. Tese de Doutorado. UNESP: 2006, p. 67-68.

junto à sociedade civil, como também no seio de sua própria categoria. “Herodes”, segundo a narrativa de Álvaro, teve seus momentos de glória no passado. A escrita de Cony, tal como “Herodes”, já havia experimentado “dias melhores”, como nos primeiros anos de vigência do regime ditatorial, quando conseguia motivar reações de diferentes setores da sociedade sempre que denunciava ou criticava o autoritarismo do governo em suas crônicas no jornal *Correio da Manhã*.

A última parte do romance começa com a libertação de Álvaro e de seus demais companheiros de cela da prisão. Assim como a detenção, a liberdade veio de forma súbita e sem avisos, deixando um novo ar de incerteza na vida do protagonista, que já se havia habituado à rotina do cárcere e, até mesmo, à falta de liberdade:

Aos poucos, compreendemos que era a liberdade, mas nem por isso ficamos satisfeitos. Nenhum de nós – creio – havia feito planos para a liberdade. E ela caiu sobre nossa cabeça como um desamparo, uma espécie de desemprego. Nem Dos Passos, nem o Grande Arquimandrita, dotados de imaginação, haviam previsto aquela hipótese. Nada se programara para a ocasião. Habituáramos à cela, às pancadas, à comida detestável. Assim como eu me conformara a viver sem pau, conformara-me a viver sem liberdade.²⁷³

A desorientação e a frustração que acompanharam o protagonista até o dia em que foi preso, novamente se fizeram presentes no dia de sua libertação já que ele não tinha noção nem planos do que fazer com essa liberdade. A rotina da prisão, embora marcada por violência e privações, proporcionava algo que faltava a Álvaro desde sua saída do hospital após o acidente que o mutilou: estabilidade. Depois de perambular pelo centro do Rio de Janeiro, sem dinheiro e sem perspectivas, Álvaro fez amizade com Dos Passos, que lhe ofereceu abrigo; porém, devido às condições financeiras precárias de seu novo amigo, o protagonista acabou sujeitando-se a todas as ideias mirabolantes que ele lhe propunha para conseguir dinheiro, fato que acabou resultando em sua prisão.

O medo e a aversão de Álvaro pela liberdade foram analisados por Marina Silva Ruivo em sua tese de doutorado. Segundo a autora, o desejo pela liberdade é uma característica bastante marcante em muitos protagonistas dos romances de Cony. No caso de Álvaro, a situação de falta de vínculos e obrigações para com outras pessoas na qual se encontrava após seu acidente – desempregado, sem família e até mesmo sem teto – era uma condição que personagens de outros romances de Cony invejavam e

²⁷³ CONY, Carlos Heitor. **Pilatos**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, p. 170.

desejavam para si mesmos, porém, para o protagonista de *Pilatos*, era muito assustadora:

[...] essa “liberdade” mostra seu lado terrificante, já que para conseguir estar sem vínculos o personagem tivera que se tornar um pária, um ser à margem, reduzido a quase nada e destituído de sua força vital. Álvaro não tinha mais nada, e essa aparente liberdade tão plena e total revela-se extremamente pesada e opressiva, ainda mais porque suas questões eram, efetivamente, de *sobrevivência*, em termos literais.²⁷⁴

Marina Ruivo argumenta que, no caso de Álvaro, a liberdade vinha atrelada a um sentimento de insegurança quanto ao futuro, mais especificamente, com a incerteza quanto à obtenção de recursos mínimos para sua sobrevivência. Antes da saída de Álvaro e seus companheiros de cela da prisão, os guardas serviram a eles um café da manhã bem simples, só com café preto e bolachas, sobre o qual o protagonista se lançou com voracidade:

Parecia uma gentileza apropriada à cerimônia de despedida. Eu sabia o que a liberdade iria representar a curto prazo: fome. Tratei de comer o que podia, no que fui imitado por Sic Transit, que não precisava de nenhuma consideração especial para devorar tudo.²⁷⁵

A associação entre a liberdade e a insegurança que assombrava Álvaro guarda certa semelhança com a situação de muitos intelectuais brasileiros no período, já que uma boa parte deles, conforme já exploramos neste capítulo, enxergavam na submissão aos projetos culturais e artísticos do regime ditatorial a única forma de sobrevivência disponível. A liberdade, ou autonomia intelectual, durante os “anos de chumbo” dos governos autoritários no Brasil, poderia resultar em privações e dificuldades financeiras para muitos deles. Nesse contexto, a liberdade tinha um custo demasiadamente alto que muitos não estavam dispostos a pagar. A “prisão” trazia incômodos e desconfortos; porém, para quem estava desprovido de esperanças e perspectivas, sua segurança e estabilidade garantiam o mínimo necessário à sobrevivência, fato que, na perspectiva de Álvaro, trazia um certo alento.

Após a saída da prisão, o grupo se manteve unido por mais duas noites, dormindo num quarto que o jovem Otávio arranhou com alguns amigos. Dos Passos achou grande quantidade de maconha e algumas armas no local, o que o levou a concluir que se tratava de uma boca de fumo. No dia seguinte, o grupo foi mandado

²⁷⁴ RUIVO, Marina Silva. **Uma certa maneira de desejar a liberdade**: caminhos da literatura de Carlos Heitor Cony no pós-1964. Tese de Doutorado: USP, 2012, p. 156.

²⁷⁵ CONY, Carlos Heitor. **Pilatos**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, p. 170.

embora do quarto e levado até uma periferia distante. A partir de então, cada um tratou de seguir seu rumo na tentativa de conseguir algum emprego ou dinheiro. Álvaro conseguiu emprego de ajudante no bar de um português que lhe pagaria com comida e gorjetas. Devido à miséria em que se encontrava, ele aceitou, deixando o vidro com “Herodes” na geladeira do estabelecimento ao sair para procurar um lugar para dormir. No dia seguinte, ao retornar ao bar para o expediente, deparou-se com o português comendo seu pênis numa fritada que a cozinheira tinha feito, achando que o órgão mutilado fosse, na verdade, uma linguiça. Diante da situação, o protagonista, num primeiro momento, desesperou-se; porém, passada a raiva inicial, constatou:

Herodes estava consumado. Não adiantava obrigar o sujeito a vomitar os pedaços do meu cacete. Uma pequena distração, uma só noite que ele passara distante dos meus cuidados, fora-lhe fatal. Acabara-se. Havia um pacto segundo o qual a minha vida só valeria a pena enquanto eu pudesse viver agarrado a ele. Agora não mais seria possível. Minha vida perdera sentido – coisa, de resto, que nunca teve. O pensamento não me deu alegria, mas me acalmou.²⁷⁶

Dos Passos ficou com raiva do português porque já havia sido contatado pela produtora do filme que havia “contratado” o pênis mutilado do amigo para algumas cenas, pouco depois de os dois terem se conhecido. Ao analisar as filmagens já feitas, o diretor percebeu que estas estavam inviáveis para uso e decidiu refilmar as sequências já gravadas. O dono do bar sugeriu que substituísse “Herodes” por uma linguiça, que ninguém notaria a diferença, e, assim, foi feito. Dos Passos levou o vidro para as filmagens no dia seguinte e, de fato, ninguém notou a diferença, e a sequência foi filmada como previsto.²⁷⁷

A linguiça foi substituída, mais tarde, por um pênis de verdade quando da morte do velho Sic Transit. Este acabou morrendo em consequência de um atropelamento enquanto fugia após o furto de um queijo numa lanchonete. No necrotério para onde o corpo foi levado, Álvaro e Dos Passos, ao se apresentarem para o reconhecimento do corpo do antigo companheiro de cela, viram, na sala onde os corpos eram guardados, um pênis que havia sido retirado de algum morto e pediram para ficar com ele:

O guarda custou a consentir, mas acabou cedendo. Afinal, um caralho ali não fazia falta a ninguém. Além do mais, Dos Passos explicou a nossa história, obrigou-me a arriar as calças e mostrar meu tubinho de matéria plástica.

- Para que vocês querem um caralho?

²⁷⁶ CONY, Carlos Heitor. **Pilatos**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, p.198.

²⁷⁷ CONY, Carlos Heitor. 2009. op.cit., p. 198-200.

- É uma promessa. Precisa ter um caralho com ele para se sentir completo, íntegro.

Contou a história da linguiça, eu era obrigado a andar com uma linguiça dentro de um vidro de compota. Pintou-me como um débil mental e o guarda, mais assustado que convencido, acabou cedendo o caralho que até então fora também anônimo. Foi Dos Passos que pensou no problema do nome. E ele próprio deu solução:

- Não seja por isso. Ele já tem nome: Herodes II.²⁷⁸

Pouco tempo depois da substituição de “Herodes” por “Herodes II”, Dos Passos foi morto a tiros enquanto caminhava na rua com Álvaro. Na delegacia para onde foi levado, após a morte do amigo, para prestar esclarecimentos, o protagonista foi informado que o atentado foi organizado por antigos companheiros de Dos Passos que o consideravam traidor. Mesmo não acreditando na justificativa dada pela polícia, já que tinha certeza de que foi devido a uma denúncia do Grande Arquimandrita que, após sair da cadeia, arrumou emprego no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Álvaro não protestou e seguiu seu caminho. Andando à beira da praia durante a noite, o protagonista chega ao Aterro onde assistiu ao nascer do sol com Dos Passos no dia em que se conheceram. Na cena final livro, sentado na areia da praia, ele constatou:

Perto do mar, não sei o que me deu, achei que o vidro de compota com aquele troço dentro não fazia sentido. Era uma carga exagerada para carregar pela vida. Não tinha o direito de possuir qualquer coisa. Sobretudo uma coisa que não era minha. Solitário e mutilado, minha salvação deveria começar pela consciência de que nada era e de que nada me era devido. Morto, de nada eu me adiantava.

Sentei-me numa pedra e fiquei olhando o horizonte. Lá pela madrugada, quando soprou a aragem do amanhecer, peguei o vidro e atirei-o ao mar. As ondas podiam me devolver aquela carga, resolvi sair de perto. Costeando a praia, andei em direção ao Flamengo.

O dia começava a nascer. Perto do Hotel Glória, havia um grupo de rapazes e moças que cantavam, esticando um fim de festa. Fiquei a distância sem olhar pra eles. Um sujeito passou por mim, vindo do Aterro, fazendo o mesmo trajeto que eu fizera. Parou na minha frente e mostrou-me o vidro de compota com Herodes II. Lá dentro, parecia um naufrago.

- Olha o que eu achei.

- Faça bom proveito.

O homem não se admirou de lhe ter dado pouca importância, a ele e a seu achado. Olhou-me sem graça. Depois apontou para o grupo de jovens que cantava diante do sol que nascia:

- Estão felizes, hein?

- Estão mal informados – respondi.

E afastei-me.²⁷⁹

²⁷⁸ CONY, Carlos Heitor. **Pilatos**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, p. 217-218.

²⁷⁹ CONY, Carlos Heitor. 2009. op.cit., p. 221-222.

A decisão de abandonar “Herodes II” foi tomada após o fim de uma jornada bastante atribulada. A castração trouxe instabilidade e insegurança à rotina simples de um homem comum que, a partir do momento em que saiu do hospital, necessitou lutar todos os dias para conseguir o mínimo necessário à sua sobrevivência. Tudo lhe foi tirado de forma rápida, abrupta e sem aviso. Emprego, casa, bens materiais e até mesmo sua virilidade, tudo, absolutamente tudo, foi-lhe arrancado. De forma semelhante, a publicação do AI-5 e o subsequente endurecimento do regime autoritário no Brasil também castraram as esperanças dos intelectuais que se opuseram à ascensão dos militares ao poder. A restrição dos espaços para o debate político e intelectual, resultante da censura governamental, desorientou uma parte dos intelectuais brasileiros e, em alguns casos, dificultou a sobrevivência de alguns deles.

Embora tivesse eficiência e alcance diferenciados nos variados campos em que atuava – jornais, televisão, meio editorial, cinema e outros –, a censura acabou influenciando o trabalho de toda uma geração de intelectuais, especialmente durante o período dos chamados “anos de chumbo” dos governos militares. O intelectual, enquanto indivíduo que reflete sobre sua realidade e compartilha sua visão de mundo com a sociedade na qual está inserido, sente os efeitos de um regime censor de maneira muito viva, não apenas pela ação direta do censor sobre sua produção, mas também pelo fato de que muitos daqueles que terão acesso ao seu trabalho – seja ele científico ou artístico – podem ter a capacidade de compreensão da sua mensagem reduzida ou deturpada devido ao nível controlado de circularidade de ideias que caracteriza muitos países imersos em regimes ditatoriais. Tendo isso em vista, não nos parece desprezioso o último diálogo de *Pilatos*, transcrito anteriormente, no qual o protagonista, ao ouvir o comentário sobre a felicidade das pessoas na praia, vindo de um homem que por ali passava, afirmou que eles, na verdade, eram apenas “mal informados”.

Na terceira e última parte do livro, a obtenção da liberdade após a saída da prisão não representou o início de uma nova fase para o protagonista. Os sentimentos de desorientação e frustração que o acompanharam desde sua castração até sua prisão permaneceram presentes. O fato de ter aceitado um emprego de garçom em condições degradantes – recebendo apenas comida e gorjetas – revela um conformismo com a miséria, condição esta que, no caso de Álvaro, ia além de um simples estado de falta de dinheiro, já que, naquele momento, ele estava desprovido de tudo, principalmente de

esperança e perspectivas de um futuro. No dia que se seguiu à sua libertação da cadeia, Álvaro se colocou a refletir sobre sua real condição e concluiu:

Minha vida resumia-se nos poucos milímetros quadrados da minha pele – mutilada pele, da qual um pedaço importante já fora arrancado, primeiramente do meu próprio corpo, depois de minha posse. [...] Aos poucos, nos conformávamos com uma vida menos miserável mas lastimável, porque nos dava perspectiva para julgá-la. Cada vez que lavava as mãos pensava nisso. E me absolvía. Não era caso para cair em prantos. Tampouco para me encher de júbilo.²⁸⁰

No trecho transcrito, Álvaro faz uma análise de sua vida, tendo em vista os acontecimentos mais recentes. Examinando a sua trajetória de vida até então, o protagonista desnudou, para si mesmo, a realidade de um homem solitário, medíocre e sem maiores ambições e perspectivas de vida. A temporada que passou no hospital após o acidente e a subsequente castração, durante a qual não recebeu nenhuma visita, aliada à rapidez com a qual foi despejado do humilde quarto de pensão onde morava e ao período no qual perambulou anônimo e faminto pelas ruas do centro do Rio de Janeiro até encontrar abrigo na casa de Dos Passos, deixou claro, aos olhos do protagonista, o quanto a sua existência era quase invisível. As dificuldades e problemas enfrentados pelo protagonista de *Pilatos* podem ser resultantes das reflexões de Cony acerca da utilidade – ou inutilidade – de seu trabalho como escritor após dez anos de vigência do regime ditatorial.

No que se refere à discussão acerca do papel do intelectual que emerge na obra de Cony – que é a principal questão explorada neste trabalho –, vemos a emasculação enquanto metáfora dos sentimentos de frustração do escritor com o seu trabalho na época de maior violência e repressão do regime ditatorial. Para além de alertar e protestar contra a repressão e a censura do governo ao trabalho intelectual, a ligação de Álvaro com seu órgão mutilado reflete uma angústia que atormentou Cony e muitos outros intelectuais e escritores do período, especialmente aqueles que acreditavam no poder transformador de suas palavras e que se viram decepcionados diante da concordância de grande parte da sociedade para com o autoritarismo crescente dos militares. Da mesma forma que um pênis amputado se vê impedido de executar uma de suas funções mais importantes – a fecundação de uma nova vida –, a palavra escrita, no

²⁸⁰ CONY, Carlos Heitor. **Pilatos**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, p. 204.

Brasil autoritário da década de 1970, também já não era capaz, na visão de Cony, de fecundar a semente da resistência contra o domínio dos militares.

3.2 – Da potência à castração: o sexo como metáfora da condição do intelectual brasileiro no regime militar

Em *Pilatos*, Carlos Heitor Cony construiu uma trama que gira ao redor dos problemas enfrentados por um homem castrado que busca seu lugar no mundo. Embora exista um drama existencial forte em sua base, a narrativa é ágil e dinâmica, levando o leitor por um passeio pelo cotidiano do centro e periferias do Rio de Janeiro na década de 1970. As situações nas quais o protagonista se envolve em suas tentativas de ganhar dinheiro à custa da “prostituição” de seu órgão mutilado colocam o sexo não apenas como um dos elementos mais evidentes da trama, mas também como um dos principais utilizados por Cony como instrumento de sátira e crítica social.

O episódio do “violino afrodisíaco”, assim como outros já relatados anteriormente, revela como o sexo se faz presente de maneira importante na narrativa de *Pilatos*. Segundo Marina Silva Ruivo, a literatura de Cony sempre foi considerada, por alguns críticos, como chocante e obscena devido à forma crua e direta como descrevia os atos sexuais, quase sempre desprovidos de romantismo e desprezando os padrões morais vigentes no período. A autora cita alguns estudiosos e críticos da obra de Cony, como Mario Silva Brito e Malcolm Silverman, que alegaram haver certo exagero do autor na descrição das relações sexuais de seus personagens e no peso do sexo no teor das narrativas, o que levou o último a postular a existência de um “determinismo sexual” em suas obras que, na verdade, era utilizado para encobrir problemas psicológicos mais graves de seus personagens.²⁸¹

Ainda segundo Marina Silva Ruivo, muitos dos personagens dos romances de Cony possuem uma relação complicada com sua sexualidade, pois, frequentemente, esta sempre aparece envolta em sentimentos de medo e culpa. Entre os protagonistas masculinos das tramas de Cony, é bastante comum uma iniciação sexual complicada e uma vida sexual adulta permeada por remorsos, medos e instabilidade, enquanto, para algumas mulheres de seus romances, esses fatores acabaram resultando numa aversão

²⁸¹ RUIVO, Marina Silva. **Uma certa maneira de desejar a liberdade**: caminhos da literatura de Carlos Heitor Cony no pós-1964. Tese de Doutorado: USP, 2012, p. 218.

pela prática sexual.²⁸² Embora a presença do sexo, na narrativa de *Pilatos*, guarde semelhanças com outras obras de Cony – especialmente no tocante à forma crua e direta como é descrito, abusando, inclusive, de palavrões e expressões chulas –, ele ocupa um espaço diferenciado nessa trama. Enquanto, em outros romances, o sexo aparece de forma periférica, usado como pano de fundo para revelar problemas íntimos mais complexos dos personagens, conforme observado por Silverman, em *Pilatos*, ele ocupa papel central, sendo explorado, principalmente, como instrumento de deboche e sátira.

No caso de Álvaro, protagonista de *Pilatos*, é interessante notar que ele, apesar de todo o orgulho com o qual descrevia os “dias de glória” do agora “finado Herodes”, nunca se valeu dele para conseguir dinheiro, tendo feito sua primeira iniciativa nesse sentido quando já estava mutilado, tentando colocar seu pênis “no prego”, na manhã seguinte de sua saída do hospital. Diante da negativa do banco, o personagem aceitou a proposta de uma velha que trabalhava na agência de ir à casa dela mais tarde, levando o vidro. Quando o protagonista chegou à casa da mulher, ela pediu para segurar o pote onde “Herodes” estava guardado e também para que Álvaro se despisse para ela ver a cicatriz da cirurgia. Ele exigiu uma paga em troca – uma cama para dormir por algumas horas e dinheiro – e a velha aceitou. Ainda na dúvida sobre o que ela realmente queria dele, um pensamento passou pela cabeça do protagonista:

Horror! Um clarão me varou a cabeça: ela vai querer que eu a lamba! Bolas, não tinha pensado nesta possibilidade. Nunca fui de lambar vulvas e aquela mulher não merecia outra coisa – nem outra palavra – senão essa: uma vulva! Não sou exigente, já havia feito muita besteira pela vida afora, venderia Cristo por trinta dinheiros, mas de jeito algum iria lambar uma vulva de velha pela mesma quantia.²⁸³

No caso do amigo de Álvaro, Dos Passos, o sexo sempre esteve presente na maioria das situações bizarras e cômicas por ele vividas, desde seus problemas amorosos com a cabra Solange, descritos anteriormente, até sua prisão em meio à orgia na festa de casamento. Curiosamente, os dois personagens tinham suas vidas e rotinas estruturadas ao redor de seus pênis, só que de maneira oposta. Enquanto Álvaro, depois do acidente, precisava adaptar seu cotidiano à falta de seu órgão mutilado, Dos Passos, dono de uma libido muito voraz, tinha na satisfação de suas necessidades sexuais a fonte de grande parte de seus problemas. Na primeira noite em que Álvaro dormiu no

²⁸² RUIVO, Marina Silva. **Uma certa maneira de desejar a liberdade**: caminhos da literatura de Carlos Heitor Cony no pós-1964. Tese de Doutorado: USP, 2012, p. 74-77.

²⁸³ CONY, Carlos Heitor. **Pilatos**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, p. 56.

apartamento de Dos Passos, ambos dividiram a única cama que lá havia. No meio da noite, Álvaro foi subitamente despertado pelo amigo que tentava sodomizá-lo, alegando que estava muito excitado e precisava se “aliviar”. Álvaro ameaçou ir embora e não voltar e só concordou em ficar depois que o amigo foi ao banheiro e se masturbou três vezes até ficar extenuado. A partir de então, estabeleceu-se esta rotina no apartamento: toda noite, antes de dormir, Dos Passos tinha que se masturbar, pelo menos três vezes, para que Álvaro se sentisse seguro para dormir lá.²⁸⁴ O humor que se faz presente em muitas dessas situações narradas em *Pilatos* reduz um pouco da carga dramática quando comparadas às relações sexuais retratadas em outros romances de Cony, como, por exemplo, em *Pessach: a travessia*, em que o protagonista, Paulo Simões, em todas as vezes que manteve relações sexuais – tanto com Vera quanto com a médica do acampamento que o atendeu –, ele o fez em momentos tensos da trama, quando precisava de alívio e consolo para suas angústias e dúvidas.

Conforme já salientado por Marina Silva Ruivo e outros autores, o desapego de Cony dos padrões morais de sua época sempre foi característico de sua escrita e, em *Pilatos*, não foi diferente. Porém, nessa obra em particular, a forma diversificada e, em alguns casos, bizarra e exagerada como determinadas relações sexuais são retratadas – zoofilia, orgias em igrejas e em festas de casamento, dentre outras – eleva o tom de crítica de Cony a outro nível. Para além da hipocrisia de uma sociedade que se diz “defensora da moral e dos bons costumes”, o autor parece chamar a atenção para todos os “exageros” que estavam sendo cometidos na época.

Muitas das situações sexuais mais bizarras de *Pilatos* são protagonizadas por Dos Passos, ou, então, narradas por ele quando essas aparecem em seus contos, os quais ele sempre lê para Álvaro depois que termina de escrever. Após a leitura entusiasmada da história do homem que virou macarrão e foi comido²⁸⁵, Dos Passos se decepciona

²⁸⁴ CONY, Carlos Heitor. *Pilatos*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, p. 93-94.

²⁸⁵ Este conto relata um sonho que Dos Passos teve com um funcionário público – Antônio Gomes Sobrinho – que ele descreve como exemplar patriota, cumpridor de seus deveres para com a sociedade, e que, certa noite, sonhou que tinha virado macarrão e acordou, no dia seguinte, sentindo-se estranho, com dores na região anal. Ao se dirigir à mesa da cozinha para tomar café, notou que a esposa tinha feito um prato enorme de macarrão para ele. Estranhando a situação, ela lhe mostrou o jornal no qual tinha um decreto do governo ordenando que todos os funcionários públicos comessem macarrão de manhã e em outros horários do dia pré-determinados. O exemplar funcionário cumpriu a ordem e devorou toda a comida até que recebeu um telegrama informando que tinha sido demitido por ser homossexual. Ao se dirigir à repartição pública onde trabalhava para esclarecer a situação, Antônio foi submetido a exames proctológicos para confirmar sua prática sexual inadequada, porém acharam uma coisa estranha: em seu ânus, no mesmo local onde ele tinha sentido dor pela manhã, encontraram um fio de macarrão extremamente longo, que foi puxado por um médico com uma pinça. À medida que o médico puxava o

com a indiferença de Álvaro e se queixa, alegando: “Se eu recitasse ‘As Pombas’ do Raimundo Correia, ou ‘Ora, direi, ouvir estrelas’, do Bilac, você me aplaudiria”.²⁸⁶ Ao comentário queixoso do amigo, Álvaro conseguiu responder com uma simples justificativa: “Não compreendo essas coisas. Sou apenas um homem sem pau”.²⁸⁷ A relação feita pelo protagonista entre sua castração e sua falta de entusiasmo pela trama escrita pelo amigo é uma analogia clara à ligação, bastante recorrente na literatura e no subconsciente humano, entre pênis e potência. A falta do referido órgão justificava a apatia de Álvaro, não apenas em relação aos escritos de Dos Passos, mas também em relação aos rumos de sua vida a partir de então.

De acordo com a psicanálise, a valorização do pênis, bem como o medo da castração, são dois processos que ocorrem simultaneamente na mente das crianças desde tenra idade. Gisele Cristine S. de Moraes e Nelson E. Coelho Junior, em trabalho acerca da literatura psicanalítica sobre a mulher e o feminino, destacaram que, na teoria de Freud, o “complexo de castração” ocupa um papel central. Nos meninos, o medo da castração é importante para que ele se identifique com a figura paterna e, concomitantemente, introjete os valores sociais estabelecidos. Nas meninas, isso se processa de modo diferente, pois essas entram no complexo de Édipo²⁸⁸ já castradas, e seu superego se desenvolveria com base na perda do amor do pai. Os meninos abandonam seu amor pela mãe por medo de serem castrados por seus pais, enquanto as meninas, ao perceberem que não possuem um pênis, tentam “compensar” sua falta, ou substituí-lo, pelo desejo de ter um bebê com seu pai, ideia que elas abandonam

foi, ele se mostrava mais longo, até que perceberam que Antonio era todo formado por um único fio de macarrão, que foi puxado até o fim, de modo que o funcionário público ficou reduzido a uma pilha enorme de macarrão ao sugo, que os médicos, enfermeiros e demais presentes devoraram na hora pré-estabelecida pelo decreto do governo que obrigava os funcionários a se alimentarem de macarrão. In: CONY, Carlos Heitor. **Pilatos**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, p. 106-109.

²⁸⁶ CONY, Carlos Heitor. 2009. op.cit., p. 111.

²⁸⁷ CONY, Carlos Heitor. **Pilatos**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, p. 111.

²⁸⁸ Na definição de Laplanche e Pontalis, o complexo de Édipo seria o “conjunto organizado de desejos amorosos e hostis que a criança sente em relação aos pais. Sob a sua forma dita positiva, o complexo apresenta-se como na história de Édipo-Rei: desejo da morte do rival que é a personagem do mesmo sexo e desejo sexual pela personagem do sexo oposto. Sob a sua forma negativa, apresenta-se de modo inverso: amor pelo progenitor do mesmo sexo e ódio ciumento ao progenitor do sexo oposto. Na realidade, essas duas formas encontram-se em graus diversos na chamada forma completa do complexo de Édipo. Segundo Freud, o apogeu do complexo de Édipo é vivido entre os três e os cinco anos, durante a fase fálica; o seu declínio marca a entrada no período de latência. É revivido na puberdade e é superado com maior ou menor êxito num tipo especial de escolha de objeto. O complexo de Édipo desempenha papel fundamental na estruturação da personalidade e na orientação do desejo humano. Para os psicanalistas, ele é o principal eixo de referência da psicopatologia”. In: LAPLANCHE, J., PONTALIS, J. B. **Vocabulário da psicanálise**. (P. Tamen, trad.). São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 77.

futuramente, mas que permanece nos inconscientes, tornando-se importante para que elas possam, quando adultas, assumir seus papéis como mulher.²⁸⁹

Tal como proposto por algumas teorias da psicanálise²⁹⁰, Cony, além de utilizar a castração como metáfora para sua escrita durante os “anos de chumbo” da ditadura, pode tê-la utilizado como analogia ao conjunto de perdas sofridas pelos intelectuais brasileiros no decorrer da primeira década de vigência do regime ditatorial: perda de prestígio junto à população; descrença no seu papel como camada social que deveria ditar os rumos do país e, por fim, desilusão no poder de conscientização e politização da arte.

O uso da metáfora da castração por Cony, assim como por outros literatos, para além das motivações psicológicas apontadas, pode ter uma motivação mais simples: criar uma comunidade de sentido com leitor. A sexualidade é um elemento presente na vida de todas as pessoas, independentemente da forma como ela se manifesta e do espaço que ocupa no cotidiano de cada um. Mais do que a simples satisfação do instinto reprodutivo, o sexo entre os seres humanos também é uma prática em que as relações de poder e dominação, manifestas em outras esferas de convivência diária, também se manifestam. Potência, impotência, prazer, dor, mando, subjugação, desejo, aversão, são elementos presentes na sexualidade dos indivíduos que também se manifestam na dinâmica de relações familiares, de trabalho e, claro, políticas. Ao recorrer à metáfora

²⁸⁹ MORAES, Gisele C. Senne de., COELHO JUNIOR, Nelson E. Feminino e Psicanálise: um estudo sobre a literatura psicanalítica. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 15, n. 4, p. 791-800, out./dez. 2010. p. 792. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/256116289_Feminino_e_psicanalise_um_estudo_sobre_a_literatura_psicanalitica> Acesso: 17 dez. 2018.

²⁹⁰ Moraes e Coelho Junior citam outros nomes da psicanálise, como Laplanche e Pontalis que, mesmo tendo se afastado ao máximo do conflito edípico – que fundamenta a teoria freudiana – em seus trabalhos, ainda reconhecem a importância do complexo de castração, tendo, porém, ampliado o conceito de Freud, entendendo o medo da castração como um temor que se estenderia para além da perda do órgão sexual, assim, “O complexo de castração passou a equivaler a perdas e separações que a criança enfrenta ao longo de seu desenvolvimento, e não apenas à perda do pênis” In: MORAES, Gisele C. Senne de., COELHO JUNIOR, Nelson E. Feminino e Psicanálise: um estudo sobre a literatura psicanalítica. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 15, n. 4, p. 791-800, out./dez. 2010. p. 792. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/256116289_Feminino_e_psicanalise_um_estudo_sobre_a_literatura_psicanalitica Acesso: 17 dez. 2018.

A presença do complexo de castração – entendido aqui não apenas em seu sentido original, mas relacionado também a sentimentos de perdas e separação – na literatura já foi notada por outros estudiosos, especialmente da área da psicologia e psicanálise. Gustavo Fernandes Ribeiro, em dissertação de mestrado, explorou a presença de elementos da estrutura psicótica na obra de Franz Kafka. Nesse trabalho, o autor destacou o quanto o complexo de castração é importante, segundo Freud, para o desenvolvimento de psicoses como a esquizofrenia e a paranoia e como tal complexo se fez presente na obra de alguns dos mais conhecidos escritores do mundo como *Édipo Rei*, de Sófocles, *Hamlet*, de Shakespeare e *Os Irmãos Karamazov*, de Dostoiévski. In: RIBEIRO, Gustavo Fernandes. **Kafka e a Psicose**: aproximações entre a psicanálise e a literatura. Dissertação de Mestrado. Brasília: UNB, 2006, p. 18. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/31966>> Acesso: 18 dez. 2018.

da castração e a outros elementos de cunho sexual para dar “cor” à trama ficcional de *Pilatos*, Cony se valeu de referências as quais o público leitor, de modo geral, poderia associar rapidamente a aspectos do cotidiano que vão além da esfera sexual.

Em sua tese de doutorado, intitulada *Reis de Paus: Carlos Heitor Cony e Rubem Fonseca*, Calina Miwa Fujimura faz uma análise do conceito de crime na literatura, tomando como base o romance *Pilatos* (1974), de Carlos Heitor Cony, e a coleção de contos *Secreções, excreções e desatinos* (2001), de autoria de Rubem Fonseca. Com o objetivo de verificar se tais obras preservam, ou não, o caráter transgressor dado ao corpo na contemporaneidade, a autora analisa como os conceitos de castração, pornografia e obscenidade se manifestam nas referidas obras por meio de diversas formas de representação do corpo.²⁹¹

Fujimura também ressaltou como Cony se valeu da castração como metáfora para os limites impostos à liberdade de expressão no Brasil e para o veto das autoridades políticas. No tocante ao teor sexual da narrativa, a autora destaca que, durante o regime militar, a postura do governo em relação ao erotismo e à pornografia foi muito ambígua. Se, por um lado, havia uma justificativa moralizante para a proibição de certas obras, havia também o reconhecimento da necessidade de aprovação de divertimentos para as massas. No caso do cinema, a pornografia, quando associada à comédia, resultou nas pornochanchadas.²⁹²

No caso da literatura, *Pilatos*, de Cony, apesar de suas muitas referências ao sexo, não foi censurado, enquanto o livro de Rubem Fonseca – *Feliz Ano Novo* – foi. A justificativa da censura à proibição dessa obra se fundamentou, segundo Fujimura, não apenas nas imagens sexuais que trazia, mas também na forma violenta como o narrador as descrevia.²⁹³ Considerando as proposições da autora acerca da ambiguidade da censura em relação à pornografia, podemos considerar que os censores da época, ao analisarem *Pilatos* – se é que analisaram – confundiram, tal como já discutimos anteriormente, sátira com comédia, e liberaram a obra sem perceber o teor crítico que o exagero e a bizarrice das relações sexuais descritas na narrativa continham. A permissividade da relação entre sexo e comédia, que propiciou o surgimento das pornochanchadas, parece ter sido estendida para o campo da literatura.

²⁹¹ FUJIMURA, Calina Miwa. **Reis de Paus: Carlos Heitor Cony e Rubem Fonseca**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UERJ, 2011, p. 4. Disponível em: <http://www.btd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3129> Acesso: 19 dez. 2018.

²⁹² FUJIMURA, Calina Miwa. 2011. op.cit., p. 39-42.

²⁹³ FUJIMURA, Calina Miwa. 2011. op.cit., p. 41.

É importante ressaltar também que, no caso da produção escrita de Cony, *Pilatos* não é a única obra que contém um personagem castrado. Conforme já informado no capítulo 2, na trama de *Pessach: a travessia*, o personagem Macedo, líder do acampamento dos guerrilheiros onde Paulo Simões ficou recluso, também teve sua região genital mutilada durante sessões de tortura que teria sofrido nas mãos dos militares. Embora não tenha sido “literalmente” castrado, tal como Álvaro, o guerrilheiro Macedo ficou sexualmente impotente; ademais, na trama de *Pessach: a travessia*, esse fato é tratado por Cony de forma diferenciada da que adotou em *Pilatos*.

Enquanto na trama escrita em 1974, a castração é associada à perda, à frustração e à desorientação, no romance de 1967, a impotência de Macedo não é associada à fraqueza ou debilidade, muito pelo contrário: sua história era contada entre os membros do acampamento com admiração e respeito, e a posição de autoridade que ocupava nunca fora questionada. O protagonista de *Pessach: a travessia*, Paulo Simões, manifestou surpresa com a autoridade que Macedo exercia sobre o grupo e sobre ele:

Também não adianta tapear-me: temo o domínio que Macedo exerce sobre todos, inclusive sobre mim. Não o odeio – foi apenas uma frase o que disse para Sílvio. Mas o temo. Os poucos amigos que tenho ficariam surpresos com a confissão: temo um homem mutilado.²⁹⁴

Embora as circunstâncias que tenham resultado na castração de ambos os personagens sejam completamente diferentes – a de Macedo foi num ato de violência deliberado, enquanto a de Álvaro decorreu de um trágico acidente –, é interessante notar que, no caso do líder guerrilheiro, a emasculação não foi associada à perda de poder e autoridade, como frequentemente ocorre no imaginário coletivo, bem como na literatura de modo geral. O modo diferenciado como cada personagem lidou com sua tragédia pessoal parece refletir a visão de Cony acerca do cenário político brasileiro no momento em que cada obra foi publicada. A coragem e a perseverança de Macedo na luta contra a ditadura coincidem com o estado de espírito esperançoso e combativo de muitos intelectuais brasileiros no período anterior à publicação do AI-5; enquanto a desorientação e a frustração de Álvaro correspondem à desilusão que se abateu sobre grande parte da intelectualidade brasileira quando a ditadura mostrou sua face mais repressiva e violenta.

²⁹⁴ CONY, Carlos Heitor. **Pessach: a travessia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 218.

3.3 – Entre o grotesco e o sagrado: a utilização de símbolos religiosos como instrumento de crítica social e política

As situações inusitadas e, de certa forma, ridículas nas quais o protagonista se envolveu na tentativa de conseguir dinheiro com seu pênis mutilado despertam riso em muitos leitores. Entretanto, é preciso que se faça uma distinção importante no que se refere às situações cômicas que percorrem toda a narrativa de *Pilatos*, que seria, no caso, a diferença entre “comédia” e “sátira”. Em sua tese de doutorado acerca da sátira na literatura brasileira contemporânea, Rejane Cristina Rocha destacou que a associação entre comédia e sátira é bastante comum, porém ambas não podem ser confundidas. A autora cita a distinção feita por Hernández como sendo muito importante e basilar para seu trabalho:

En la comedia los marginales son objeto de ridículo o maltrato, pero esse rebajamiento sirve principalmente para divertir reforzando las normas establecidas, porque las figuras cómicas, que son seres inofensivos, no desafían los valores y los símbolos del status quo. En cambio el ataque satírico tiene el propósito primario de ridicularizar e invalidar las interpretaciones y los principios normativos de víctimas que son retratadas con desprecio.²⁹⁵

Rejane Cristina Rocha cita Hernández, assim como outros autores, para corroborar a ideia de que, embora a sátira e a comédia se aproximem em muitos aspectos – principalmente no que se refere à construção de suas tramas e narrativas ao redor de personagens e temas que a sociedade considera desviantes ou, de certa forma, inadequados –, a diferença entre uma e outra está na intencionalidade. A comédia, apesar da ridicularização e exposição ocasional de certas personagens importantes da sociedade e da abordagem de temas polêmicos, não se presta, necessariamente, à contestação da ordem vigente, enquanto a sátira, sim.²⁹⁶ Acerca da função da sátira, a autora destaca uma citação do trabalho de Paulo Soethe sobre o discurso satírico na literatura alemã dos anos 60, na qual ele afirma que:

Em literatura o termo pode referir-se a qualquer obra que procure a *punição ou ridicularização* de um objeto através da troça e da crítica direta; ou então, a meros elementos de troça, crítica, ou agressão, em obras de qualquer tipo. A partir desse último significado, ainda bastante amplo, é que a teoria da literatura atribui um sentido mais

²⁹⁵ HERNÁNDEZ, G. E. La satira chicana. México: Siglo Ventiuno, 1993, p. 21 Apud ROCHA, Rejane Cristina. **Da utopia ao ceticismo**: a sátira na literatura brasileira contemporânea. Tese de Doutorado. UNESP: 2006, p. 16.

²⁹⁶ ROCHA, Rejane Cristina. 2006. op.cit., p. 18-19.

específico à sátira, qual seja o de representação estética e crítica daquilo que se considera errado (contrário à norma vigente). Isso implicaria, na obra, a intenção de atingir determinados objetivos sociais.²⁹⁷

Em seu trabalho, Rejane Cristina Rocha analisa romances brasileiros escritos a partir da década de 1970 até meados da década de 1990. A autora parte da hipótese de que a sátira expressa um sentimento de grande insatisfação decorrente da falência dos valores da sociedade moderna, em especial, com o princípio de que toda mudança teria um aspecto positivo. O texto satírico, valendo-se de seus questionamentos e ridicularização, demonstraria como é desconfortável e incômodo o processo de assimilação de novos valores.²⁹⁸

Conforme já foi discutido neste capítulo, a década de 1970 foi um período de muitas e rápidas transformações para o Brasil. Em 1974, quando *Pilatos* foi publicado, os militares estavam consolidados e firmes à frente do Estado já havia dez anos. A industrialização, bem como a urbanização do país tinham-se acelerado, trazendo com elas todas as contradições que são inerentes a ambos os processos. O aumento do poder de compra da classe média urbana, favorecida pelas benesses do “milagre econômico”, atraía para os grandes centros cada vez mais pessoas que queriam fugir da pobreza das zonas rurais. A indústria cultural se expandia rapidamente junto com os novos veículos de comunicação de massa, obrigando artistas e intelectuais a se adaptarem às novas exigências e demandas de uma sociedade que questionava seus valores tradicionais diante das grandes transformações econômicas e sociais que se apresentavam. Todas essas mudanças ocorriam em meio ao conturbado contexto político no qual o regime ditatorial, iniciado dez anos antes, mostrava-se firme, consolidado e expondo sua face mais brutal e repressiva.

Valendo-se da sátira e do exagero, Cony consegue, na trama de *Pilatos*, colocar vários problemas vividos pela sociedade brasileira na época em discussão. Ao redor dos dilemas e percalços vividos por um homem castrado, circulam muitas das contradições e problemas enfrentados pelas classes médias urbanas e pelos intelectuais do período. Miséria, frustração, repressão e conformismo se fazem presentes em vários momentos dessa narrativa, que expõe de maneira crua, direta, agressiva e irônica muitos dos

²⁹⁷ SOETHE, P. A. Sobre a sátira: contribuições da teoria literária alemã na década de 60. *Fragmentos*: Revista de língua e literatura estrangeira. (Universidade Federal de Santa Catarina) v. 7, n.2, 1998, p. 3 apud ROCHA, Rejane Cristina. **Da utopia ao ceticismo**: a sátira na literatura brasileira contemporânea. Tese de Doutorado. UNESP: 2006, p. 18.

²⁹⁸ ROCHA, Rejane Cristina. 2006, op.cit., p. 3-4.

dilemas que atormentavam escritores, artistas, intelectuais e o cidadão comum, os quais tentavam achar seu espaço em meio ao turbilhão de contestações, demandas e dilemas que se apresentavam diante deles cotidianamente.

Em *Pilatos*, assim como em outros escritos de Cony, a presença de personagens e ícones religiosos, principalmente da tradição cristã/católica é muito marcante. Ambos os romances aqui analisados – *Pessach: a travessia* e *Pilatos* – comportam títulos que se relacionam com decisões importantes tomadas pelos protagonistas, sendo, no caso de Paulo Simões, a de completar a travessia em direção à luta armada e, no caso de Álvaro, a de aceitar o seu destino tal como ele apresentava diante de si, “lavando as mãos” tal qual Pilatos. Nas duas obras, percebemos um sentimento anticlerical bastante acentuado – o que caracteriza a escrita ficcional de Cony desde seus primeiros romances, conforme analisado no capítulo 2 –, porém, em *Pilatos*, o teor satírico do texto faz com que o trato dos personagens e dos temas religiosos seja mais desrespeitoso e profano do que na narrativa escrita em 1967.

Um exemplo bem característico de como a narrativa satírica e debochada de *Pilatos* “dessacraliza” os símbolos religiosos aparece logo no início da trama, quando Álvaro ainda estava internado após o acidente que o mutilou. No hospital, algumas das enfermeiras eram freiras, e Cony, ao descrever o comportamento das religiosas, destacou a sua curiosidade obscena em relação a “Herodes” e sua falta de respeito pela vida dos pacientes em estado mais grave:

As freiras me visitavam duas vezes por dia, olhavam o meu pau. Não eram sempre as mesmas e eu percebia o sucesso que aquilo causava entre elas. Afinal, algumas – não todas – deveriam estar vendo um pau pela primeira vez, ainda *in vitro* e não *in natura*.²⁹⁹

Naquele fim de mês, sem aviso prévio, quando estávamos dormindo, subitamente as luzes foram acesas. Num carrinho, havia o enorme bule, com xícaras em volta. Três freiras serviram o chá, entre sorrisos abertos e mal fechadas intenções. [...] Forçaram-me a tomá-lo. As freiras me garantiram que não era um chá qualquer, mas algo especial, reconfortante, capaz de levantar forças alquebradas, ânimos enfraquecidos. Colocaram a xícara em meus lábios, empurraram aquilo, apertaram-me as bochechas para que eu engolisse, mas cerrei os dentes com força. Resisti bravamente. [...] Na manhã seguinte, amanheci entre dezessete cadáveres.³⁰⁰

Em *Pessach: a travessia*, as freiras também aparecem no início da trama, como administradoras do colégio onde estuda Ana Maria, filha do escritor Paulo Simões.

²⁹⁹ CONY, Carlos Heitor. *Pilatos*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, p. 20.

³⁰⁰ CONY, Carlos Heitor. *Pessach: a travessia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 24-25.

Nessa obra, Cony também não foi gentil ao descrever as religiosas, porém se limitou a fazer menção à avidez delas por dinheiro, não só na hora de pedir contribuições de caridade para o trabalho de evangelização da Igreja, como também no concernente às mensalidades da escola onde a filha estudava.³⁰¹ Em *Pilatos*, as freiras, assim como outros símbolos e ícones religiosos, aparecem frequentemente associadas ao sexo, outro elemento de sátira, conforme abordamos há pouco, muito presente nessa narrativa.

Na trama de *Pilatos*, o ponto alto de sátira em que sexo e religião se misturam ocorre na cena da orgia na sacristia da igreja, onde Dos Passos e o seu amigo sacristão transam com as velhas beatas, excitadas pelo som do violino feito com os pêlos pubianos de Álvaro, cujo efeito afrodisíaco se manifestava quando esses eram tocados diante do vidro de compota onde “Herodes” era guardado:

O som saíria do violino, atravessaria o vidro e desceria com eflúvios que Dos Passos acreditava serem afrodisíacos. A bem da verdade, a coisa melhorou um pouco. As beatas, lá embaixo, começaram a olhar para trás, um tanto agitadas. E antes do Ofertório podia-se perceber que o violino causara algum efeito, ainda que fosse apenas uma irritação generalizada. Na altura da Consagração, as velhas, que deviam estar mais piedosas, estavam mais inquietas. Coçavam-se e roçavam-se umas nas outras. E até o sacristão, que não tinha em quem roçar, deixou de dar assistência ao celebrante e começou a olhar para as velhas, avaliando a estropiada messe de que dispunha. Não era convidativa, mas antes aquilo do que nada. [...] Tão logo o padre iniciou o evangelho de São João, já no fim da missa, as velhas tomaram a direção da sacristia e Augusto seguia-as, abandonando definitivamente o celebrante. [...] Dos Passos desceu do coro e seguiu para a sacristia, deixando-me o violino na mão, apatetado, sem saber o que fazer com ele. Lá de baixo, fez-me sinais para que continuasse tocando. [...] Na verdade só parei quando Dos Passos, meia hora mais tarde, tomou-me o violino. Suado, descabelado, havia se fartado com as velhas que tinham entrado em cio.³⁰²

A realização da orgia na sacristia não foi o único indicador do menosprezo de Cony pelos símbolos religiosos, mas a cena como um todo e seus personagens – um vigário meio cego e surdo que prega numa paróquia quase vazia, frequentada por poucas velhas beatas igualmente decrépitas – transmitem uma imagem de decadência e hipocrisia a qual só é ofuscada pela bizarrice da cena de um homem castrado tocando um violino feito com seus pêlos pubianos em frente a um vidro de compota onde boia um pênis amputado.

³⁰¹ CONY, Carlos Heitor. *Pilatos*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, p. 37-48.

³⁰² CONY, Carlos Heitor. 2009. op.cit., p.114-115.

Raquel Illescas Bueno afirma que a literatura da segunda metade do século XX teve a negatividade, o caos, a negação e a fragmentação como seus fundamentos mais importantes, resultando, especialmente a partir do final da Segunda Guerra Mundial, em modificação no trato com o sagrado. A preocupação com questões de natureza mística ou religiosa perderam espaço frente a outras preocupações de fundo material, secular e cotidiano. A autora ressalta o quanto a popularização das teorias de Freud e Marx contribuiu para a mudança no trato com os temas ligados à religião, contribuindo para a sua “dessacralização”.³⁰³

Marina Silva Ruivo argumenta que, na obra de Carlos Heitor Cony, a presença dos símbolos e das metáforas religiosas cumpriria duas funções importantes. A primeira delas seria, por meio da sátira e da ironia, revelar a hipocrisia e o falso moralismo da sociedade, evidenciando o ceticismo que caracteriza a sua escrita ficcional. A segunda, que se apresenta de maneira mais sutil, seria abrir caminho para a discussão de um desejo que é muito recorrente em diversos personagens que protagonizam as tramas do autor – o desejo de redenção.³⁰⁴

Marina Ruivo também defende a ideia de que os temas e personagens religiosos, apesar de aparecerem de forma recorrente em diversos romances de Cony, não são explorados pelo autor sempre da mesma maneira. Em cada romance, eles aparecem ligados a alguma característica específica da personalidade do protagonista ou de algum outro personagem, ou, então, relacionados a algum costume ou comportamento social mais específico que o autor quis satirizar ou criticar naquela obra. Nas palavras da autora:

Na obra do escritor, parecem conviver o niilismo, o ceticismo, o grotesco e o amoralismo obscuro, a ironia e mesmo a sátira contra as instituições familiares e, principalmente, contra tudo que possa, de algum modo, relacionar-se ao universo religioso (figuras, instituições, personagens, imagens, símbolos, arquétipos), juntamente com noções que envolvem uma significação desse mesmo universo.³⁰⁵

Na trama de *Pilatos*, o viés satírico de Cony no trato com os temas e personagens religiosos se faz presente em toda a narrativa. Desde a primeira parte do romance, com o batismo de “Herodes” – rei judeu que, na narrativa bíblica, mandou

³⁰³ BUENO, Raquel Illescas. **Os invólucros da memória na ficção de Carlos Heitor Cony**. Rio de Janeiro: ABL, 2008, p. 5.

³⁰⁴ RUIVO, Marina Silva. **Uma certa maneira de desejar a liberdade: caminhos da literatura de Carlos Heitor Cony no pós-1964**. Tese de Doutorado: USP, 2012, p. 82.

³⁰⁵ RUIVO, Marina Silva. 2012. op.cit., p. 88.

executar os meninos menores de dois anos quando soube do nascimento de Jesus –, passando pelas freiras e seu “chá da morte”, até durante a temporada que Álvaro passou na cadeia, onde o Grande Arquimandrita ostentava títulos religiosos para respaldar sua influência, mas que, na verdade, não passava de um golpista preso por vender títulos falsos a general reformado do Exército.³⁰⁶

No concernente à presença do elemento religioso no título do romance, percebemos algumas diferenças entre *Pessach: a travessia* e *Pilatos*. No primeiro, uma explicação sobre a razão do título aparece logo no início do livro e vai tornando-se cada vez mais clara para o leitor à medida que a narrativa se desenrola. Já no segundo, a explicação do título aparece só no fim do romance. Na obra escrita por Cony em 1967, a história da fuga dos judeus da escravidão do Egito se relacionava com a história de vida do protagonista – embora não professasse a religião, o escritor Paulo Simões era de origem judaica, filho de um judeu sobrevivente de um campo de concentração nazista – e também com seu trabalho, já que ele tencionava escrever um romance que tinha um imigrante judeu que veio para o Brasil como protagonista e possuía o título provisório de *Pessach*.³⁰⁷ Ao final da narrativa, torna-se mais evidente que o título da obra tem um significado mais amplo do que uma simples referência à ascendência judaica do protagonista. A metáfora religiosa se relacionava com uma escolha de vida importante para o escritor: entregar-se à luta armada contra a ditadura ou se acovardar?

Em *Pilatos*, a referência ao governador romano que lavou as mãos após condenar Jesus à crucificação, aparece só no final da trama, em uma única passagem, quando o protagonista faz uma reflexão acerca dos rumos que sua vida assume após sair da prisão:

Aos poucos, nos conformávamos com uma vida menos miserável mas lastimável, porque nos dava perspectiva para julgá-la. Cada vez que lavava as mãos pensava nisso. E me absolvía. Não era caso para cair em prantos. Tampouco para me encher de júbilo.³⁰⁸

Em cada um dos romances mencionados, a escolha dos elementos religiosos que lhes deram o título parece coincidir com o momento vivido pela intelectualidade brasileira na época. Em *Pessach: a travessia*, a história da fuga dos judeus do cativeiro egípcio e a busca pela Terra Prometida passam uma mensagem de esperança e renovação àqueles que, no Brasil de 1967, ainda resistiam contra a opressão dos

³⁰⁶ CONY, Carlos Heitor. **Pilatos**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, p. 160-161.

³⁰⁷ CONY, Carlos Heitor. **Pessach: a travessia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 91.

³⁰⁸ CONY, Carlos Heitor. **Pilatos**. 2009. op.cit., p. 204.

militares. Em 1974, quando *Pilatos* foi lançado, a situação era bastante diferente. O governador romano, que ofereceu aos judeus a opção da libertação de Jesus ou do ladrão Barrabás, lavou as mãos após verificar a escolha da multidão pelo segundo. De maneira semelhante ao personagem bíblico, Cony, ao testemunhar a adesão de grande parte da sociedade brasileira ao regime militar, justamente quando este mostrava seu lado mais violento e repressor, “lavou as mãos” e se resignou com a realidade tal como se apresentava diante dele. Diferentemente do que ocorre em *Pessach: a travessia*, só percebemos o quanto a desorientação e a frustração do protagonista – marcante no decorrer de toda a narrativa – se relacionam com o título da obra ao final desta.

Em *Pessach: a travessia*, os símbolos e metáforas religiosas se entrelaçam de forma intensa com a vida e o cotidiano do protagonista, numa relação de negação e presença que é constante. O escritor Paulo Simões, ao mesmo tempo em que nega sua origem judaica e não professa a religião de seus antepassados, não consegue desvencilhar-se dela em nenhum momento no decorrer da trama, já que o esboço de seu romance cujo protagonista seria um judeu emigrado ocupa seu pensamento durante grande parte do período em que ficou retido no acampamento dos guerrilheiros. Já em *Pilatos*, embora sejam muito frequentes, os símbolos e os personagens religiosos aparecem na narrativa de forma marginal, ou seja, apresentam-se em muitas situações vividas pelo protagonista, mas não se relacionam com os dramas e dilemas pessoais dele. Apesar das diferenças, não há como negar a forte presença dos elementos religiosos nas duas tramas estudadas. Conforme observado por outros estudiosos da obra de Cony já mencionados, é inegável que, enquanto em outras obras, esses elementos serviram para compor ou encorpar o viés dramático da narrativa, em *Pilatos*, eles compuseram, juntamente com as situações grotescas e bizarras vividas pelo protagonista, o arsenal satírico que o autor usou para criticar o panorama político do Brasil durante os “anos de chumbo” da ditadura civil-militar.

Capítulo 4

Cony passado a limpo: visões de si e da intelectualidade em tempos democráticos

Diferentemente do que repete o discurso comemorativo, com a maior sinceridade, a memória não é – no sentido exato – verdade do passado. Menos presença do passado que presente do passado, ela é o uso flutuante deste passado segundo as indagações do presente, a acomodação de um ao outro. E, inevitavelmente, como tal, permeada e povoada de silêncios.

Pierre Laborie

Após o lançamento de *Pilatos*, em 1974, Carlos Heitor Cony abandonou a escrita de romances e se dedicou ao trabalho no grupo Manchete, de Adolpho Bloch, onde desempenhou muitas funções diferentes. Como jornalista, cobriu diferentes eventos no Brasil, como as duas viagens do papa João Paulo II ao país (1980 e 1991), e também no exterior, como as eleições italianas e portuguesas e o casamento da rainha Sylvia da Suécia, em 1976. Em paralelo ao trabalho como jornalista, Cony também assumiu a Superintendência de Teledramaturgia da Rede Manchete de televisão, sendo responsável pelas sinopses de novelas como *Kananga do Japão* e de minisséries como *Dona Beija* e *A Marquesa de Santos*.³⁰⁹

Cony continuou trabalhando como *free-lancer* para o grupo de Adolpho Bloch após seu pedido de demissão, em 1990, escrevendo crônicas para a revista *Manchete* e também em projetos especiais do grupo de mesmo nome. O lançamento de *Quase Memória*, em 1995, marcou o retorno do autor à escrita de romances com muito sucesso, recebendo diversos prêmios por essa obra, que também ganhou uma adaptação para o cinema. Cony publicou mais seis romances após sua pausa de vinte e um anos do terreno ficcional, sendo o último intitulado *A Morte e a Vida*, lançado em 2007.³¹⁰

Durante as duas décadas de vigência dos governos militares no Brasil, Carlos Heitor Cony nunca parou de trabalhar. Mesmo não escrevendo mais nenhum romance entre 1974 – quando *Pilatos* fora lançado – e 1995, sua atividade intelectual continuou intensa e constante. Roteiros para cinema, contos, telenovelas, muitas traduções de obras estrangeiras, o trabalho como correspondente internacional, enfim, foram muitos e variados os campos em que a escrita de Cony se manteve ativa. Embora a perseguição

³⁰⁹ Biografia de Carlos Heitor Cony. Disponível em: <<http://www.carlosheitorcony.com.br/>> Acesso: 27 dez. 2018.

³¹⁰ Biografia de Carlos Heitor Cony. Disponível em: <<http://www.carlosheitorcony.com.br/>> Acesso: 27 dez. 2018.

dos militares, especialmente nos primeiros anos do regime autoritário, tenha resultado em inquéritos policiais, processos judiciais, sua demissão do *Correio da Manhã*, em 1965, e, até mesmo, em algumas prisões, o escritor encontrou meios de continuar sobrevivendo dentro do único ofício que exerceu desde que terminou seus estudos no seminário: escrever.

Após o fim da ditadura civil-militar, descortina-se uma nova realidade para Cony e o restante da intelectualidade brasileira. À medida que os governos militares iam perdendo prestígio junto à população, que começava a sentir na pele os primeiros sinais do fim do “milagre econômico” e a enxergar de forma mais clara a barbárie dos “anos de chumbo” graças à liberdade de imprensa – restabelecida ainda no governo Geisel –, tinha início um processo doloroso de construção da memória de um período marcado por muita violência, mortes, torturas e perseguições. Tal processo envolvia a sociedade brasileira como um todo. Políticos, militares, população civil, antigos opositores e apoiadores do regime, a intelectualidade do país, enfim, todos se envolveram numa onda de discussões que buscava apontar culpados – e reconhecer vítimas – pela violência e arbitrariedades cometidas durante o período em que os militares estiveram à frente do Estado.

Iniciado em meados da década de 1980, o referido processo ainda está em curso. Para muitos que lutaram abertamente contra o regime ditatorial e ainda tinham no corpo e na mente feridas entreabertas que não tinham cicatrizado totalmente, o sentimento de fracasso foi acrescido de um desejo de reparação que deveria ser satisfeito. Este último também foi marcante entre aqueles que perderam entes queridos para a perseguição do governo, já que muitos pais, cônjuges e filhos foram privados até mesmo de um último adeus, uma vez que muitos dos que entraram nos quartéis e porões do DOPS para interrogatório nunca mais saíram.³¹¹ Entre os que apoiaram os governos autoritários, à medida que a brutalidade dos vinte e um anos de ditadura era desnudada pelos relatos dos sobreviventes, alguns buscaram meios de justificar suas escolhas e achar um lugar no “bonde da história”, onde pudessem ficar confortáveis sem chamar muita atenção. Embora a lei da anistia tenha poupado os torturadores de processos e prisões, ela não foi

³¹¹ De acordo com o livro-documento *Direito à Memória e à Verdade*, elaborado pelo governo federal, há 150 casos de opositores do regime militar que desapareceram após serem presos ou sequestrados por agentes do Estado. Não há registro da prisão deles em nenhum tribunal ou presídio, os advogados não foram notificados, e os familiares até hoje procuram esclarecimentos sobre onde estão os corpos das vítimas. Disponível em: < <http://www.cnv.gov.br/index.php/institucional-acesso-informacao/a-cnv/57-a-instalacao-da-comissao-nacional-da-verdade>> Acesso: 12 abr. 2015.

suficiente para desviar os holofotes que os testemunhos de muitas de suas vítimas lançaram sobre alguns deles.

Carlos Heitor Cony, como todos os brasileiros, não passou incólume pelo lento e complicado processo de construção da memória do período ditatorial. Como escritor, jornalista e intelectual, ele expressou, por meio de suas crônicas publicadas no *Correio da Manhã* entre abril e dezembro de 1964, sua indignação com a ascensão dos militares ao poder. No romance *Pessach: a travessia*, publicado em 1967, o escritor explorou as possibilidades de atuação do intelectual no Brasil autoritário, com destaque para a dúvida que povoava a mente de muitos de seus companheiros de atividade intelectual acerca da adesão ou não à luta armada contra o regime. Em *Pilatos*, o último de seus romances publicados durante a vigência da ditadura civil-militar, o escritor expressou sua frustração e desapontamento, não apenas com os rumos políticos do país que, em 1974, vivia um dos períodos mais violentos e repressores de sua história, mas também com a desorientação da intelectualidade nacional diante da consolidação do regime autoritário. Após o restabelecimento da democracia, Cony, que testemunhou muitos acontecimentos importantes do período ditatorial anterior, também vai buscar o seu lugar na memória do período e terá suas atitudes e escolhas tomadas entre 1964 e 1985 avaliadas e julgadas por diversos críticos e simpatizantes de seu trabalho e também por ele mesmo.

Como escritor e jornalista, Cony já estava acostumado a ter sua obra avaliada e criticada, não só pelos especialistas em literatura como também pelo público em geral, afinal, ao compartilhar sua visão de mundo com a posteridade por meio de um livro, todo intelectual se abre a críticas e questionamentos que visam corroborar ou negar suas impressões ali descritas. Porém, num país que está reconstruindo sua memória após um período ditatorial violento, em busca de heróis e mártires para exaltação e de vilões para culpar, uma figura pública – como um escritor – ocupa um lugar destacado nesse processo. Ao reconstruir sua memória acerca do período em que os militares comandaram o país, Cony, assim como qualquer pessoa, faz isso a partir do presente, mais especificamente, ele ressignificou suas memórias com vistas a (re) construir a imagem de si mesmo. Nas palavras de Beatriz Sarlo:

A rememoração do passado (que Benjamin propunha como única perspectiva de uma história que não reificasse seu objeto) não é uma escolha, mas uma condição para o discurso que não escapa da memória nem pode livrar-se das premissas impostas pela atualidade à enunciação. E, mais do que uma libertação dos “fatos” coisificados

como Benjamim desejava, é uma ligação, provavelmente inevitável, do passado com a subjetividade que rememora o presente.³¹²

Partindo do pressuposto de que a memória do passado se estrutura e se organiza a partir do presente e de suas demandas, este capítulo analisa como Carlos Heitor Cony, vivendo em tempos democráticos, ressignificou suas escolhas pessoais e profissionais feitas durante a vigência dos governos militares no Brasil, a partir da análise de diversas entrevistas dadas pelo escritor a jornais, programas de TV e também a estudiosos que escreveram dissertações de mestrado e teses de doutorado acerca de sua vida e obra.

As entrevistas de Cony que selecionamos para análise, conforme mencionado anteriormente, foram todas concedidas após o fim do período ditatorial, mais especificamente, entre 1996 e 2017. Nessas entrevistas, os temas abordados foram muitos e se misturaram no decorrer da fala do escritor, já que este era um homem prolixo quando se expressava verbalmente. Suas respostas às perguntas que lhe eram feitas foram, quase sempre, longas, detalhadas e, frequentemente, entrecortadas com memórias de situações e momentos do passado e explicações minuciosas acerca de seus sentimentos, opiniões e posicionamentos. Devido à grande quantidade de entrevistas disponíveis e à diversidade de temas abordados nessas falas, debruçamo-nos com maior interesse nos relatos do autor acerca do contexto político e social do período ditatorial e como este influenciou a sua escrita na época, em especial, as crônicas e romances escolhidos com principais objetos de estudo nesta tese.

Nessas entrevistas, fatos cotidianos, relações afetivas, influências literárias, viagens, sucessos e fracassos profissionais de Cony se mesclam, mostrando como o período da ditadura civil-militar brasileira ficou registrado na memória do escritor. Da mesma forma que num vitral gótico, em que a imaginação, a criatividade e a sensibilidade do artista mesclam diferentes pedaços de vidro colorido num painel com vistas a transmitir uma mensagem para o fiel que o contempla, Cony também estruturou diferentes fragmentos de sua memória no intuito de construir uma imagem de si para ser contemplada por ele mesmo e também pela posteridade.

Por ser um período ainda recente da história brasileira, toda pesquisa histórica referente aos governos militares situa-se na fronteira entre a história e a memória. As

³¹² SARLO, Beatriz. **Tempo Passado**. Cultura da memória e guinada da subjetividade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 49.

questões sociais, as perseguições políticas, os períodos alternados de crescimento e crise econômica, enfim, todas as transformações significativas ocorridas durante a vigência da ditadura civil-militar ainda repercutem nos dias de hoje. Mesclando fatos passados e situações presentes, a memória se estrutura para conferir significado à realidade social, tanto dos indivíduos quanto da coletividade. Fatos são lembrados ou esquecidos conforme a necessidade de afirmação ou rompimento de relações sociais, afetivas e políticas, ou seja, “a memória, portanto, constrói o real, muito mais do que o resgata. Atualizando os passados [...], a memória recria o real; nesse sentido, é a própria realidade que se forma na (e pela) memória”.³¹³

Ao lembrar fatos e acontecimentos de sua vida pessoal e profissional ocorridos durante a vigência dos governos militares, a memória de Cony selecionou elementos do passado que procuraram justificar quem ele julgava ser no momento em que narrou os episódios e, ao mesmo tempo, respaldar a imagem que ele intencionou construir de si. A posição que Cony ocupava no cenário literário, intelectual, político e social brasileiro no momento em que se prestou a contar suas lembranças – bem como o espaço que ele desejava ocupar na memória coletiva do período ditatorial – influenciou diretamente não apenas na seleção dos episódios que ele – consciente e/ou inconscientemente – escolheu narrar como também daqueles que ele preferiu omitir ou não explicar detalhadamente.

Em virtude dos fatores supracitados que evidenciam o caráter seletivo da memória e a importância de questões do presente no momento em que rememoramos algum episódio distante do passado, é importante ressaltar que, neste estudo, não interessa averiguar a veracidade dos episódios contados por Cony nas entrevistas que foram analisadas. Compreendemos que, em decorrência de uma série de fatores, tais como o considerável intervalo de tempo entre as entrevistas e alguns dos fatos narrados, a idade já avançada de Cony quando da realização de algumas dessas entrevistas e, obviamente, a imagem de si que ele queria criar e transmitir, podem ter resultado na ênfase de alguns detalhes, no esquecimento de outros e, por que não?, na invenção de um ou outro fato. No terreno da memória, existe uma névoa constante que encobre a visibilidade das fronteiras entre o real e fictício. Ao entrarmos nesse território em busca de uma lembrança do passado, a lanterna que usamos só consegue lançar luz sobre

³¹³ SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. p. 51. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs). **Memória e (res)sentimento**. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Unicamp, 2004.

pequenas superfícies e, nem sempre, é forte o bastante para clarear a visão de suas tênues fronteiras.

4.1 – Memórias de 1964 e a resignificação do espaço da política na vida de Cony

Nas entrevistas analisadas, observamos que o período da ditadura militar no Brasil foi muito importante na vida de Cony. Tanto no campo pessoal quanto no profissional, os anos compreendidos entre 1964 e 1985 foram de muitas transformações, rupturas e recomeços. Casamentos desfeitos, filhos, novas uniões amorosas, prisões, mudanças de editora, viagens, fatos ocorridos com amigos e colegas de profissão, todos esses acontecimentos aparecem intercalados nas falas do escritor toda vez que um entrevistador lhe perguntava algo referente ao período dos governos militares.

O grande entrelaçamento entre memórias pessoais, íntimas e afetivas com fatos de sua vida profissional e de outras pessoas, confirmam a teoria de Maurice Halbwachs de que a estruturação da memória individual não pode ser dissociada da memória coletiva. Ele exemplifica essa teoria descrevendo como um passeio por Londres pode evocar diferentes recordações e experiências compartilhadas com outras pessoas que ajudam a compor a memória que ele, enquanto indivíduo, tinha acerca da capital britânica. Os relatos que ouviu de um amigo historiador acerca da abadia de Westminster, bem como o que ele havia lido da história do edifício, somavam-se às imagens da cidade que ele guardara dos romances de Charles Dickens que lera na infância e com aquilo que viu com seus próprios olhos para compor a memória da cidade. Nas palavras do autor:

Em todos esses momentos, em todas essas circunstâncias, não posso dizer que estava só, que refletia sozinho [...]. Outros homens tiveram essa lembrança em comum comigo. Muito mais, eles me ajudaram a lembrá-las: para melhor recordar, eu me volto para eles, adoto momentaneamente seus pontos de vista, entro em seu grupo, do qual continuo a fazer parte, pois sofro ainda seu impulso e encontro em mim muitas ideias e modos de pensar a que não teria chegado sozinho, e através dos quais permaneço em contato com eles.³¹⁴

Em uma entrevista concedida por Cony em 2014, quando a repórter Gaby de Saboia lhe perguntou o que estava fazendo no dia 1º de abril de 1964, quando os militares depuseram o presidente João Goulart, o escritor fez o seguinte relato:

³¹⁴ HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990, p. 26-27.

No dia 1º de abril de 64, eu tinha sido operado de apendicite dias antes, estava em casa, eu morava na rua Raul Pompéia, e a área de serviço do meu apartamento dava para a área de serviço do Drummond de Andrade. O Drummond de Andrade morava na Conselheiro Lafaiete e eu na Raul Pompéia e as nossas áreas de serviço eram juntas, a gente se via e se dava adeus, e o Drummond também trabalhava no Correio da Manhã e eu também trabalhava. [...] No dia 1º realmente, ele fez um gesto e a minha empregada veio e disse “Aquele doutor está fazendo gesto para o senhor” aí eu fui lá na minha área e fiz assim (gestos com as mãos) “O que é que há?” aí o Drummond falou de boca assim, era uma distância de menos de 10 metros, “Está havendo uma confusão na rua, vamos lá ver”. Eu disse “Mas Drummond...”, eu apelei, tava chovendo, chuviscando, o Drummond falou “Eu levo guarda-chuva”, aí eu desci com o Drummond... o Drummond não levou guarda-chuva levou uma barraca de praia (risos). E fomos então até a avenida Atlântica... onde os revolucionários tinham vindo de Juiz de Fora estavam tomando conta da última resistência do João Goulart que era o Forte de Copacabana. Nós estávamos voltando quando chegamos na esquina da rua rainha Elizabeth e vimos um oficial da Marinha, com um revólver na cintura, dar uns tiros para o ar e chutar um operário, tinha uma obra perto, um operário bastante humilde, com um short verde, sem camisa, estava chovendo ele estava com as costas molhadas, e o oficial de Marinha começou a dar chute nele com o revólver na mão, volta meia dava uns tiros para cima, o operário tinha dado um “Viva Jango!”, então, o oficial de Marinha estava tomando conta de uns soldados, deu tiro pra cima, e depois chutou, mas chutou mesmo. Eu me irritei muito com isso, o Drummond também, fomos em silêncio, eu fui pra minha casa e tinha um recado da redação do Correio da Manhã, do editor-chefe, [...] “Pede ao Cony pra fazer um texto sobre o que está havendo aí no Posto 6”, já não escrevia há um mês, aí resolvi escrever e contei esse episódio, no dia seguinte pensei “Bom, vou ser demitido” porque a imprensa toda tava elogiando o golpe, elogiando os militares.³¹⁵

A descrição feita por Cony do seu 1º de abril de 1964 é muito vívida e cheia de detalhes. A agitação dos populares nas ruas de Copacabana, a movimentação das tropas, Carlos Drummond de Andrade com sua barraca de praia aberta assistindo ao espancamento do operário humilde pelo militar armado, a preocupação de Cony com a recepção de sua primeira crônica escrita após a ascensão dos militares ao poder, enfim, são muitos personagens, fatos e sentimentos que se misturam na fala do escritor. Conforme salientado por Halbwachs, a memória de Cony acerca daquele dia tão marcante na história recente do Brasil não era “só” dele, já que foram muitas as pessoas que a compartilharam com ele. Desde pessoas importantes no cenário intelectual nacional, como Carlos Drummond de Andrade, passando por aquelas que estavam

³¹⁵ CONY, Carlos Heitor. Entrevista. **TV Câmara**. Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 2014. Entrevista concedida a Gaby de Saboia. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VvyX35rD2eU>>. Acesso: 19 abr. 2017.

restritas ao seu ambiente privado – como sua empregada na época – e chegando até aos desconhecidos que saíram às ruas para saudar ou criticar o novo governo, foram muitas e diversas as falas, ações e reações que ficaram marcadas na memória individual de Cony acerca do 1º de abril de 1964.

Outros episódios marcantes, ocorridos no dia da deposição de João Goulart e nos dias subsequentes ao golpe de Estado, foram lembrados por Cony em outra entrevista, concedida em 2016. Nessa ocasião, ele falou das primeiras vítimas da perseguição dos militares as quais lhe eram mais próximas e das reações que sua primeira crônica de teor político mais crítico ao novo governo, publicada pelo *Correio da Manhã* no dia 2 de abril, causou:

No início fazia crônicas gerais, sobre qualquer assunto, e a partir de 1º de abril de 64, comecei a fazer política, crônicas políticas. Não por gosto, mas porque eram os assuntos do dia. Todo dia era. Eu me lembro que acordei no dia 1º, telefonei pra uns três amigos e nenhum dos três estava em casa. Um estava na embaixada da Bolívia, outro já estava preso e outro estava sumido. A dona do jornal, a Niomar, disse: “Olha... é perigoso isso, mas está muito bem”. Depois me ligou, durante o dia, a viúva do Graciliano Ramos e disse “Eu li sua crônica hoje, senti pena porque o Graciliano gostaria de escrever uma crônica igual a essa”. Depois o que mais me chateou foi o Drummond, ligou pra mim e disse “um abraço” e desligou. Quer dizer, o Drummond já sabia que ia haver alguma coisa e realmente aí veio, aí veio uma porção de... minha casa cercada, aí eu continuei, aí realmente eu continuei, continuei até praticamente sair do Correio da Manhã.³¹⁶

No trecho transcrito, a memória de Cony, novamente, mistura elementos profissionais e afetivos, ressaltando como o dia no qual os militares tomaram o poder no Brasil foi marcante em sua vida, sendo responsável, concomitantemente, por um novo direcionamento de sua carreira como jornalista e também pela perda de alguns amigos, não apenas pela perseguição do novo governo como também pela escolha que fez de abordar a política do país em seu trabalho.

Maurice Halbwachs, em seus estudos acerca da formação da memória individual e coletiva, deu bastante ênfase na relação destas com a história. O autor explica que tanto a memória individual quanto a coletiva são limitadas no espaço e no tempo, porém a última possui limites mais remotos que a primeira. Com base nessa relação com o tempo e o espaço, Halbwachs sugere uma nova distinção entre as duas, sendo que a

³¹⁶ CONY, Carlos Heitor. Entrevista ao Programa História de Acadêmicos. **TV Senado**. Brasília, 29 de novembro de 2012. Entrevista concedida a Maurício Melo Junior. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qL93QxMHI8U>> Acesso: 26 out. 2016.

primeira poderia ser nomeada de “memória autobiográfica”, e a segunda, de “memória histórica”. Nas palavras do autor:

A primeira se apoiaria na segunda, pois toda história de nossa vida faz parte da história em geral. Mas a segunda seria, naturalmente, bem mais ampla que a primeira. Por outra parte ela não nos representaria o passado senão sob uma forma resumida e esquemática, enquanto que a memória de nossa vida nos apresentaria um quadro bem mais contínuo e mais denso.³¹⁷

Acerca da relação entre a memória individual e os acontecimentos históricos, Maurice Halbwachs faz duas ressalvas importantes. A primeira seria que esses últimos desempenham função semelhante à dos relógios e calendários, separando o tempo em seções ou partes nas quais podemos, ao olhar para o passado, rearranjar diversos momentos de nossas vidas que se desenrolam num movimento de tempo bem mais contínuo. O tempo coletivo se impõe sobre as memórias individuais por ser independente destas últimas. Porém, quando se trata de acontecimentos marcantes da história nacional, a situação seria diferente, já que “nossas vidas estariam colocadas na superfície dos corpos sociais, elas os seguiriam dentro de suas revoluções, experimentaríamos as repercussões de seus abalos”.³¹⁸ Como um acontecimento só se torna histórico após ter se passado certo período de tempo, só conseguimos relacioná-lo com nossas vidas tempos depois de ele ter se processado. Essa relação estreita com a memória histórica faz com que qualquer tentativa de compreensão da memória como um fenômeno individual seja, na visão de Halbwachs, muito limitada.

A outra ressalva importante que o sociólogo francês fez acerca da importância dos acontecimentos históricos na constituição da memória individual foi que os fatos da história contemporânea ocupam lugar destacado quando comparados a outros períodos mais distantes. Por estarmos mergulhados e interagindo com os acontecimentos contemporâneos, eles se tornam mais vívidos em nossa memória que episódios de outras épocas. Ao recorrermos à memória para tentar imaginar como era nossa vida quando crianças, utilizamos imagens que guardamos de nossos pais e demais adultos com os quais vivemos na época, todos homens de seu tempo, cujas ações e comportamentos foram moldados mais pelo meio nacional no qual estavam inseridos do

³¹⁷ HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990, p. 55.

³¹⁸ HALBWACHS, Maurice. 1990. op.cit., p. 57.

que por características pessoais de cada um. Por essas razões, é que a memória, segundo Halbwachs, apoia-se muito mais na história vivida do que na aprendida.³¹⁹

Cony, como jornalista e escritor, acompanhou os acontecimentos que levaram à instalação da ditadura civil-militar no Brasil de diversos ângulos privilegiados. Um deles era o da cidade onde morava, já que o Rio de Janeiro, mesmo não sendo mais a capital federal, ainda possuía uma grande visibilidade nacional, sendo palco de muitas manifestações políticas importantes já que a presença do governo federal ainda era considerável em virtude das sedes de muitos ministérios e outros órgãos federais importantes que ainda funcionavam na cidade. Além disso, o fato de trabalhar na imprensa – mais especificamente num jornal que, inicialmente, apoiou o golpe de Estado – propiciava a Cony o acesso, em primeira-mão, a muitas informações acerca das medidas que o novo governo pretendia implementar. O fato de Cony viver de maneira intensa e acompanhar tão de perto alguns dos acontecimentos mais importantes dos primeiros momentos de estruturação da ditadura civil-militar no Brasil contribuiu para que, segundo a afirmação de Halbwachs, os fatos do período ficassem preservados de maneira tão detalhada na memória do escritor. A ascensão dos militares ao poder e o considerável período que permaneceram à frente do Estado tornaram os anos compreendidos entre 1964 e 1985 numa época “histórica” para o Brasil, o que contribuiu ainda mais para que fatos nele ocorridos permanecessem vivos na memória de Cony, bem como na memória coletiva.

Outro ponto interessante das memórias de Cony acerca do período ditatorial que apareceu nas entrevistas analisadas diz respeito às menções que o escritor fez às suas prisões. A perseguição dos militares aos seus opositores ocupa um papel destacado na memória do período ditatorial brasileiro, especialmente, nos casos mais extremos de tortura e morte. No caso de Cony, apesar de o escritor sempre enfatizar que não sofreu nenhum tipo de abuso ou tortura física durante os períodos em que ficou encarcerado, ele fez questão de ressaltar, em diversas entrevistas, que achou importante vivenciar aqueles momentos. Em entrevista concedida à Marina Silva Ruivo, em 15 de dezembro de 2010, quando perguntado acerca do que entendia por “liberdade”, Cony afirmou que era uma “coisa muito problemática”³²⁰, pois o homem se vê confrontado com diversas

³¹⁹ HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990, p.59-60.

³²⁰ CONY, Carlos Heitor. Entrevista. In: RUIVO, Marina Silva. **Uma certa maneira de desejar a liberdade**: caminhos da literatura de Carlos Heitor Cony no pós-1964. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2012, p. 330. Entrevista concedida a Marina Silva Ruivo, Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2010.

escolhas que, por sua vez, impõem-lhe mais responsabilidades. Ao falar das escolhas que se apresentam durante épocas de crise, o escritor afirmou:

Quando a gente estava na prisão, no período da ditadura, a gente sentia, não de forma tão aguda quanto durante a Segunda Guerra Mundial, mas de forma bastante nítida, o certo e o errado. Quando eu estava na prisão física, eu sabia exatamente que estava onde devia estar. E não podia fazer mais porque não tinha condições, mas eu estava certo, no lugar certo. Se eu morresse naquela ocasião, estava morrendo cumprindo um destino libertário, um destino humano, humanístico.³²¹

Em 2016, em entrevista concedida ao jornal *Correio Braziliense*, ao ser perguntado se ele se sentia realizado com sua premiada carreira de escritor, Cony respondeu que não, porque se sentia constantemente “deslocado”, como se não tivesse lugar em seu próprio tempo:

Para você ter uma ideia. Eu fui preso seis vezes. Sempre por motivos políticos. As prisões variaram de tempo e de lugar. Geralmente, eram em quartel. Eu fiquei preso desde uma semana até seis meses. Estranhamente, foi talvez o lugar e a temporada mais livres que eu tive. Primeiro, porque estava no lugar certo. Não precisava mais dar opinião nenhuma e não gastava dinheiro. A sensação era que eu estava no lugar certo. Eu lembro que uma das minhas prisões foi no Natal e ano-novo. Fiquei tão satisfeito em estar preso. Sempre tive essa desconfiança de não estar no lugar certo. De ser o homem errado no lugar errado. Sou um homem errado no lugar errado.³²²

Conforme apontado por Marcos Napolitano, após a Segunda Guerra Mundial e a subsequente exposição da violência e barbárie do Holocausto, o processo de construção da memória de períodos conflituosos ganhou uma nova perspectiva, na qual os relatos das vítimas da violência se tornaram ferramentas para recuperação do passado, enquanto a versão oficial do Estado caiu em descrédito, em virtude, justamente, da posição de algoz que essa instituição ocupou em muitos desses casos. O autor ressalta que, no caso da ditadura militar brasileira, a situação deve ser analisada com mais cautela quando comparada ao caso da Alemanha ao final da Segunda Guerra Mundial. Nesta última, a derrota indiscutível do nazismo facilitou o processo de reconstrução de uma memória

³²¹ CONY, Carlos Heitor. Entrevista. In: RUIVO, Marina Silva. **Uma certa maneira de desejar a liberdade**: caminhos da literatura de Carlos Heitor Cony no pós-1964. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2012, p. 330. Entrevista concedida a Marina Silva Ruivo, Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2010.

³²² CONY, Carlos Heitor. *Correio Braziliense*, 12 de março de 2016. Entrevista concedida a Rosana Hessel. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2016/03/12/interna_diversao_arte,521789/o-brasil-e-um-frankensteim-diz-carlos-heitor-cony-ao-correio.shtml> Acesso: 09 jan. 2019.

em que os vilões ficaram claramente identificáveis. No caso brasileiro, como de outros países latino-americanos que viveram períodos ditatoriais, o processo de reconstrução foi um pouco mais complicado porque não houve uma ruptura total entre o período ditatorial e o regime democrático que o substituiu. Na maioria desses países, grande parte da estrutura burocrática e jurídica do período ditatorial subsistiu após o restabelecimento da democracia, e suas elites políticas também permaneceram quase inalteradas:

Salvo no caso argentino, as transições foram processuais e negociadas, com as Forças Armadas exercendo papel central, e com os setores moderados aceitando pactos que garantissem a estabilidade política das democracias em troca de algum grau de impunidade, maior ou menor, aos violadores dos direitos humanos. O sistema político e jurídico dos países latino-americanos sob as novas democracias também se comportou de maneira diferenciada, ora propondo e aplicando leis que dificultavam o julgamento de torturadores e assassinos, ora procurando brechas legais para colocá-los na cadeia.³²³

Na interpretação de Marcos Napolitano, no processo de formação da memória do regime militar no Brasil, aglutinaram-se elementos vindos de setores ligados aos valores liberais – crítica à falta de liberdade de imprensa, abusos jurídicos e interferência estatal na economia – e princípios da esquerda, principalmente daqueles ligados à vertente que negava a luta armada. Essa fusão de elementos resultou numa memória que é, de forma geral, crítica aos governos militares no Brasil, mesmo que elementos característicos do período ditatorial – como as concepções autoritárias no tocante às políticas públicas de segurança pública e a visão tecnocrática de problemas sociais – ainda tenham persistido na estrutura do Estado após o restabelecimento da democracia.³²⁴

Daniel Aarão Reis Filho, por sua vez, afirma que o processo de construção da memória dos governos militares no Brasil privilegiou “versões memoriais apaziguadoras”³²⁵ do período, nas quais não se problematizaram as bases de sustentação do regime autoritário junto à sociedade civil em nome de uma postura de conciliação. Uma das crenças mais difundidas dessa versão apaziguadora seria a de que a sociedade civil, apesar de oprimida por um regime autoritário e censor, resistiu a ele:

³²³ NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. p.13. *Antíteses*, v.8, n.15, p.09-44, nov. 2015. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antieses/article/view/23617> > Acesso em: 14 jan. 2019.

³²⁴ NAPOLITANO, Marcos. 2015. op.cit., p. 17-18.

³²⁵ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 8.

Desde os anos 1980, para a elaboração da conciliação nacional e de um pacto democrático, tendeu a predominar a versão de que a sociedade brasileira apenas suportara a ditadura, como alguém que tolera condições ruins que se tornaram de algum modo inevitáveis, mas que, cedo ou tarde, serão superadas, como estava, de fato, acontecendo. A ditadura fora escura noite, um tempo de trevas, mas vencera a manhã, confirmando os versos proféticos do poeta Thiago de Mello, formulados logo depois da vitória do golpe: “Faz escuro, mas eu canto, porque a manhã vai chegar.” Manhã e noite. Numa arquitetura simplificada, muitos se confortavam com raciocínios polarizados. Opressão e Liberdade. Ditadura e Democracia. Repressão e Resistência. Esta última palavra tornou-se um mote, repetido à exaustão.³²⁶

Janaina Martins Cordeiro também criticou o que ela qualificou como “maniqueísmos” ou “binarismos” simplificadores sobre os quais se construiu a memória coletiva acerca da ditadura militar no Brasil. Segundo a autora, a crença de que o período dos governos autoritários se fundamentou na relação de *Estado opressor* contra uma *sociedade vitimizada* disfarça muitos elementos que permitem compreender melhor como o regime ditatorial conseguiu sustentar-se por mais de vinte anos. Nas palavras da autora:

[...] se tentarmos observar os comportamentos sociais em sua complexidade, perceberemos que para além da resistência e da colaboração ativa, é preciso prestar atenção na passividade, na indiferença: entre aqueles que se engajaram na luta contra o regime, seja pelo enfrentamento armado, seja por vias institucionais, e os que colaboraram, há uma série de comportamentos muito diversos, que ao fim nos permitem compreender a formação de um consenso social em torno do regime.³²⁷

Na análise de Denise Rollemberg, a construção da memória do período ditatorial no Brasil sofreu muita influência do processo de redemocratização do país, iniciado em meados da década de 1980. Segundo a autora, tanto os membros dos antigos grupos armados contra o regime militar quanto os seus apoiadores buscaram afastar suas imagens de princípios que não os ligassem aos valores que fundamentavam a nova democracia em formação. No caso da esquerda, a memória do período ditatorial seria construída “menos em função dos valores que nortearam as lutas de então e mais em

³²⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 8.

³²⁷ CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici, p. 91. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 22, nº 43, janeiro-junho de 2009, p. 85-104. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eh/v22n43/v22n43a05.pdf> Acesso: 21 dez 2018.

função do presente, dos anos 80, quando a referência era a democracia – e não mais a revolução”.³²⁸

A preocupação em construir uma memória coletiva favorável e adequada na democracia que estava sendo estruturada no Brasil na década de 1980 não foi uma preocupação apenas daqueles ligados à oposição à ditadura. Os próprios militares que comandaram o regime autoritário por duas décadas também tiveram preocupação semelhante. Em sua tese de doutorado, Maria José de Rezende defendeu a ideia de que a pretensão de legitimidade da ditadura militar brasileira se amparava na crença, amplamente difundida entre 1964 e 1984, de que o regime em vigor se fundamentava em valores democráticos, e que todas as suas medidas e ações se baseavam nesses princípios. Com vistas a conseguir sedimentar essa crença junto à população e garantir legitimidade, os governos ditatoriais do período supracitado recorreram a estratégias econômicas, políticas e psicossociais. Um dos principais elementos presentes nessas estratégias era difundir a ideia de que havia uma grande identificação do povo com os militares que estavam à frente do Estado. Nas palavras da autora:

Em termos gerais, pode-se dizer que a busca de legitimidade por parte do regime militar significava, basicamente, que ele se debatia para encontrar meios de obediência, adesão e aceitabilidade para suas formas de atuação e ação, bem como para suas crenças e valores. [...] Desmesuradamente os condutores da ditadura labutavam para mostrar que a noção de ordem social era produto dos anseios da maioria da população. Nestes termos, o regime insistia em que ele possuía todos os elementos que permitiam sua identificação com o povo. Ao pressupor que havia essa identificação, os militares circunscreviam a ação de todos à sua ação. Assim, tudo que estava fora deste limite deveria ser decididamente repellido e/ou eliminado.³²⁹

No que se refere à estratégia psicossocial da ditadura brasileira, mencionada por Maria José de Rezende, essa teria como uma de suas principais preocupações a consolidação do pretenso ideário democrático defendido pelos militares com o objetivo de garantir uma “consciência coletiva” que, no futuro, fosse favorável ao regime militar. Nessa estratégia, recorreu-se a menções constantes – nas falas dos presidentes e de membros importantes do governo – a elementos como a conciliação, a negociação e o consenso como sendo fundamentais no ideário da democracia que os militares

³²⁸ ROLLEMBERG, Denise. As esquerdas revolucionárias e a luta armada. p. 45 In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Tempo da Ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

³²⁹ REZENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar no Brasil**. Repressão e Pretensão de Legitimidade. 1964-1984. Londrina: UEL/ABEU, 2001, p. 6.

defendiam e que deveriam continuar vigorando após o fim do regime com vistas a garantir a felicidade geral e o bem comum.³³⁰ Com base nesses princípios:

A estratégia política e psicossocial do regime, na era da abertura, deixava evidente que os seus condutores vislumbravam sempre os elementos que possibilitassem o enaltecimento no futuro dos feitos e realizações da ditadura. A não-quebra de seu ideário de democracia revelava uma busca de conexidade entre o regime e o futuro, numa contínua relação de ajustamento da ordem social, tanto no plano objetivo quanto no subjetivo, aos pressupostos da ditadura que vigorava desde 1964.³³¹

Ainda segundo Maria José de Rezende, a supracitada estratégia psicossocial adotada pela ditadura militar no Brasil, tendo em vista a consolidação de uma boa imagem do regime no futuro, parece ter alcançado relativo êxito. Segundo uma pesquisa feita pelo Instituto Gallup em 1982, abrangendo quase todo o território nacional, acerca das intenções de voto para a eleição presidencial prevista para 1984, cerca de 40% dos entrevistados afirmaram preferir um candidato militar e/ ou ser indiferente ao fato de o candidato ser militar ou não. Na análise da referida autora, esse dado era um indicador muito expressivo da sintonia da população com o regime vigente na época, revelando uma significativa taxa de aprovação ao governo ditatorial.³³²

A construção da memória coletiva acerca da ditadura civil-militar brasileira é uma guerra de muitas batalhas, na qual, diferentes setores da sociedade buscam impor sua visão acerca do período sobre os demais. Os opositores do regime conseguiram vitórias importantes, já que os seus relatos de resistência às violências e abusos da época os colocaram na posição de “heróis” na visão de muitas pessoas. Porém, não se pode dizer que os militares tenham saído de cena totalmente derrotados, afinal, ainda nos dias hoje, a imagem que construíram na época da ditadura – de categoria associada à proteção dos valores familiares e a honestidade – ainda se faz presente no imaginário coletivo de parcela considerável da população brasileira.

Por meio das entrevistas analisadas, percebemos que Carlos Heitor Cony representa, de maneira muito apropriada, a complexa fusão de elementos que compõem o intrincado processo de formação da memória coletiva acerca da ditadura no Brasil, processo que, conforme já mencionado anteriormente, ainda está em formação. Momentos de uma postura crítica ao regime militar aparecem mesclados com uma

³³⁰ REZENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar no Brasil**. Repressão e Pretensão de Legitimidade. 1964-1984. Londrina: UEL/ABEU, 2001, p. 304-311.

³³¹ REZENDE, Maria José de. 2001. op.cit., p. 313.

³³² REZENDE, Maria José de. 2001. op.cit., p. 319.

postura defensora da democracia e da liberdade e com outros que o afastam de comportamentos mais radicais e extremos. Em entrevista concedida a Fábio Henrique Pereira, o escritor disse:

Agora, em 64, eu não estava sendo nem de esquerda ou de direita. [...] Eu estava pensando o seguinte. Havia uma necessidade de liberdade, havia uma classe militar que estava oprimindo a massa, contra isso que eu me voltei.³³³

Ao mencionar suas prisões no período ditatorial, percebemos que Cony, vivendo num Brasil que compartilha de uma memória que é majoritariamente crítica do período ditatorial, sentia-se parte integrante da resistência ao governo autoritário, demonstrando, inclusive, certo orgulho disso, mesmo não tendo experimentado a versão mais cruel e violenta da repressão dos “anos de chumbo”.

Em outro trecho da entrevista concedida à Marina Silva Ruivo, em 15 de dezembro de 2010, Cony, ao falar do que sentiu na ocasião de sua prisão logo após a publicação do AI-5, em dezembro de 1968, reafirmou as sensações de bem-estar e também de certo orgulho que sentiu na época por estar convicto de que estava do lado certo:

Não fiz nada, especificamente, para estar preso aqui, neste momento. Mas, afinal de contas, sou considerado um elemento, pelas forças que estão dominando o país, dominando a política, a mídia, e coisa e tal, essas forças me consideram um mal elemento. [...] Aí em senti, mas sinceramente, digo isso sinceramente, passou muito tempo, de 68 pra cá passaram-se vários anos, mas, eu me senti muito bem, eu me senti importante até. Eu sou importante, sou um menino mal... tem um nome pra isso... um menino mal, um perverso que tem que ser afastado dos outros, não posso participar da sociedade. Logo, eu estou certo. Aí eu me senti, realmente... Liberto não, justificado. Uma das poucas vezes na vida que me senti realmente justificado.³³⁴

Ao rememorar as suas prisões ocorridas durante o período ditatorial – buscando seu espaço na memória coletiva da época –, Cony fez questão de ressaltar seus sentimentos de alívio e satisfação com suas prisões como uma forma de evidenciar sua repulsa e aversão pelo lado que, em virtude de sua face mais cruel, violenta e arbitrária, acabou sendo alvo das críticas mais ferrenhas quando a democracia foi restaurada no país.

³³³ CONY, Carlos Heitor. Entrevista. In: PEREIRA, Fábio Henrique. **Os jornalistas-intelectuais no Brasil**. Identidade, práticas e transformações no mundo social. Tese de Doutorado. Brasília: UNB, 2008, p. 346-347. Entrevista concedida a Fábio Henrique Pereira, Rio de Janeiro, 28 de junho de 2007.

³³⁴ CONY, Carlos Heitor. Entrevista. In: RUIVO, Marina Silva. **Uma certa maneira de desejar a liberdade**: caminhos da literatura de Carlos Heitor Cony no pós-1964. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2012, p. 332. Entrevista concedida a Marina Silva Ruivo, Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2010.

Sempre que foi perguntado em suas entrevistas acerca de suas concepções políticas, Cony procurou ressaltar sua independência de partidarismos e também seu desinteresse pelos fatos políticos; porém, quando a pergunta remetia ao período ditatorial vigente entre 1964 e 1985, quase sempre ele preferiu narrar os fatos da época de uma forma que o deixasse mais próximo de uma postura de resistência contra os governos militares. Em entrevista concedida a Maurício Guilherme Silva Júnior, ao ser questionado se teria escrito críticas ao movimento “Tradição, Família e Propriedade”, Cony respondeu:

Em linhas gerais, não. Mas acho que a classe média, como um todo, e a mídia apoiaram o golpe. Por isso é que me concentrei, basicamente, nos militares e, sobretudo, no Castello Branco e no Ministro da Guerra. Quanto aos outros ministros, delegados, presidentes dos IPM [Inquéritos Policiais Militares], eu peguei essa gente. Quanto à “Tradição, Família e Propriedade”, fui a Belo Horizonte, em 1964, para fazer uma palestra, no auditório Alfredo Balena, na Faculdade de Medicina. Estava no Hotel Normandy e tinha um caminhão, com alto falante, passava por lá no maior desaforo: “Saia de Belo Horizonte, sua pústula”. Assim, em cima de mim! Mesmo assim, fui à palestra. E o auditório estava lotado.³³⁵

Nessa mesma entrevista, Cony revelou um fato interessante acerca de sua primeira prisão que, ao contrário do que o autor faz parecer em outras entrevistas, não teria ocorrido durante o regime militar:

Ao todo, seis prisões, sendo que houve uma anterior ao golpe, quando, em 1961, o [Carlos] Lacerda, então Governador [do Estado da Guanabara], apreendeu o *Correio da Manhã*, que não pôde circular. De carro, cheguei à redação e me juntei a amigos, uns três ou quatro. Enchemos meu carro de exemplares e fomos distribuir no Largo da Carioca. Distribuímos uns três ou quatro e a polícia nos prendeu, até o dia seguinte, no DOPS. As outras cinco prisões ocorreram já no tempo da ditadura.³³⁶

Ao relembrar o episódio de sua primeira prisão, ocorrida antes do período ditatorial, Cony ressalta, novamente, a sua imagem de defensor da liberdade de expressão e seu menosprezo pela política, já que desobedeceu frontalmente a uma determinação do governador do Estado, o jornalista Carlos Lacerda, que, conforme já

³³⁵ CONY, Carlos Heitor. Entrevista. In: SILVA JR. Maurício Guilherme. **Contra a “Revolução dos Caranguejos”**. Carlos Heitor Cony e as crônicas de resistência ao golpe militar de 1964. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2012, p. 193. Entrevista concedida a Maurício Guilherme Silva Jr. Rio de Janeiro, 08 de maio de 2008.

³³⁶ CONY, Carlos Heitor. Entrevista. In: SILVA JR. Maurício Guilherme. **Contra a “Revolução dos Caranguejos”**. Carlos Heitor Cony e as crônicas de resistência ao golpe militar de 1964. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2012, p. 192. Entrevista concedida a Maurício Guilherme Silva Jr. Rio de Janeiro, 08 de maio de 2008.

abordamos no capítulo 1, foi um dos principais alvos de crítica do escritor em suas crônicas contra o regime militar, publicadas em 1964. Ao mencionar sua visita a Belo Horizonte, o escritor evidenciou não só a grande popularidade que desfrutava na época como o fato de essa ser decorrente de sua postura oposicionista ao governo.

Porém, em alguns momentos das entrevistas analisadas, o próprio Cony fala que sua aversão aos governos militares não significava, necessariamente, desaprovação ao golpe de Estado que depôs o presidente João Goulart. Em entrevista concedida ao jornal *Correio Braziliense*, em 2016, quando perguntado acerca de seu apoio ao movimento que derrubou Jango e de possíveis arrependimentos por sua postura na época, o escritor respondeu:

Eu não me arrependi, não. Muita gente fala isso. Primeiro, me atribuem ter escrito os dois editoriais famosos do Correio da Manhã. Eu era editorialista. Aqueles dois editoriais Basta! e Fora! não foram escritos por mim. Particpei como autor do texto final. Mas não mexi no texto. Tirei advérbio de modo, tirei uma vírgula, botei uma vírgula, mas não fiz o editorial. Agora, o Correio da Manhã vinha numa campanha muito feroz contra o João Goulart. Elio Gaspari tentou descobrir quem é o autor e não descobriu... (risos). A lenda é que teria sido eu o autor. Porque eu escrevia muito contra o governo. Não contra o João Goulart. E acharam que o estilo também era meu. Fiz o texto final na realidade, mas o conteúdo não, de jeito nenhum. Eu não teria feito aquilo. Agora, minha obrigação de editorialista era tirar certas palavras muito pouco usadas naquele tempo, como necrópole ou nosocômio, como sinônimo de hospital. Eu não mudei de ideia. Tem gente que acha que eu mudei de ideia. Assim como que não aprovava o governo de João Goulart, que eu achava que era mau-informadamente (sic) socialista, achava também que o golpe de estado e, sobretudo, as medidas ditatoriais mereciam repúdio. E expressei esse repúdio em 2 de abril daquele ano, um dia após o golpe, eu escrevi uma crônica, não uma coluna de política.³³⁷

A fala de Cony na entrevista supracitada nos lança, novamente, na discussão do caráter seletivo da memória. Embora ele não tenha negado sua insatisfação com o governo de João Goulart, quando lhe foi atribuída a autoria dos editoriais no *Correio da Manhã*³³⁸ que precederam e sucederam a queda do presidente, Cony não só negou que tenha sido ele o autor, como alegou não saber quem os tinha redigido. Passados muitos anos do ocorrido, ele pode, de fato, ter-se esquecido de quem escreveu os textos, porém não podemos deixar de achar curioso que, por se tratar de uma data histórica tão

³³⁷ CONY, Carlos Heitor. O Brasil é um Frankstein. *Correio Braziliense*, 12 de março de 2016. Entrevista concedida a Rosana Hessel. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2016/03/12/interna_diversao_arte,521789/o-brasil-e-um-frankenstein-diz-carlos-heitor-cony-ao-correio.shtml> Acesso: 09 jan. 2019.

³³⁸ Trechos desses editoriais foram transcritos e analisados no capítulo 1. Ver páginas: 14-18.

importante, da qual ele demonstrou guardar detalhes tão minimalistas – como a cor do short do operário que apanhava do oficial da marinha no dia do golpe –, ele tenha se esquecido do nome do autor de textos tão marcantes e comentados na época de sua publicação.

Denise Rollemberg e Ronaldo Vainfas, em artigo intitulado *Historiadores franceses na zona cinzenta: lembranças da guerra*, analisaram os relatos de alguns dos mais renomados historiadores franceses da vertente conhecida como *Nova História*, acerca de suas memórias da Segunda Guerra Mundial. No estudo dos relatos e depoimentos de Jacques Le Goff acerca do período de ocupação alemã na França e de sua atuação na resistência contra os nazistas, Rollemberg e Vainfas perceberam muitas discrepâncias e lapsos nas falas do historiador francês que, na época dos referidos acontecimentos, era um adolescente de 16 anos.³³⁹

Ao contar suas memórias acerca da ocupação alemã na França e de sua participação na resistência contra os nazistas, Le Goff mistura elementos de seu cotidiano familiar – como a doença de seu pai, que teria obrigado sua família a deixar Toulon diante da iminência de bombardeios italianos – com menções à sua atuação junto à resistência, porém, no caso desta última, Rollemberg e Vainfas observam que existem algumas lacunas em seus relatos, já que Le Goff não menciona, por exemplo, o nome do grupo da resistência no qual teria atuado, referindo-se a ele de modo genérico como “resistência alpina”.³⁴⁰

Tal como no caso de Cony que, ao relatar suas memórias acerca do período dos governos autoritários no Brasil, ressaltou determinados episódios, obscureceu alguns fatos e se esqueceu de outros, a análise dos relatos da juventude de Le Goff durante a Segunda Guerra feita por Rollemberg e Vainfas mostrou como “a memória individual sobre a experiência vivida pode ser deliberadamente moldada em valores extemporâneos”³⁴¹. Segundo os historiadores brasileiros supracitados, Le Goff falava de sua atuação na resistência de forma discreta, sem contar vantagem acerca do fato. Apesar da postura modesta ao falar de sua atuação contra a ocupação nazista, o historiador Le Goff não poupou críticas à figura do marechal Pétain, líder do governo

³³⁹ ROLLEMBERG, Denise., VAINFAS, Ronaldo. *Historiadores franceses na zona cinzenta: lembranças da guerra*. *Revista História (São Paulo)*, n.176, a07716, 2017, p. 6-8. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rh/n176/2316-9141-rh-176-a07716.pdf> > Acesso: 28 jan. 2019.

³⁴⁰ ROLLEMBERG, Denise., VAINFAS, Ronaldo. 2017. op.cit., p. 8.

³⁴¹ ROLLEMBERG, Denise., VAINFAS, Ronaldo. 2017. op.cit., p. 8.

colaboracionista de Vichy, e, segundo ele, a aversão ao referido militar já o acompanhava desde seus tempos de estudante, antes mesmo da ocupação alemã:

Conta que, em 1941, teve o *dissabor* de desfilar diante do marechal Pétain, em 1º de maio, ainda como estudante do liceu: “tive a veleidade de recusar; fui dissuadido, para minha grande vergonha, por dois colegas musculados”. A este fato, Le Goff acrescenta que, mais tarde, soube que “esse pequeno ato de rebelião” fora registrado nos arquivos de regime, juntamente com a recusa de seu pai de servir à Legião. Por tal motivo, quando foi concluir o bacharelado, em Marselha, não pôde se beneficiar da gratuidade concedida aos filhos de professores do liceu.³⁴²

A postura de Le Goff, ao relatar suas experiências durante a Segunda Guerra Mundial, assemelha-se muito à de Cony quando este se pronuncia sobre o período ditatorial brasileiro de 1964 a 1985. Entre momentos de modéstia e de crítica ao governo autoritário dos militares, Cony foi ressignificando suas memórias do período de acordo com as necessidades do presente.

Numa das entrevistas que concedeu à Marina Silva Ruivo, Cony relatou que, em 1966, teria sido convidado para integrar um grupo armado contra o governo, tal como o protagonista de seu romance *Pessach: a travessia*:

[...] em 1966, morreu um amigo, na verdade o tesoureiro da editora que publicava meus livros, eu não era amigo dele, mas era o tesoureiro que fazia os pagamentos, e eu fui ao enterro dele, no cemitério do Catumbi. E lá eu fui abordado por um cidadão que, sem mais nem menos, perguntou: “Você não quer fazer parte da luta armada?” Assim, no cemitério, sem mais nem menos! Eu tinha visto o camarada umas duas ou três vezes, mal sabia o nome dele, nem sabia o nome completo dele! Conhecia de vista, praticamente. E ele também não me conhecia. Mas ele, tomando como ponto de referência os meus artigos no jornal, achou que eu estava pronto. Mas nessa época, em 66, não havia ainda luta armada. [...] E eu, então, não só disse que não, que ele estava enganado, que eu não tinha condições, já tinha 40 anos, não tinha mais uma idade muito boa pra enfrentar isso... enfim, dei o fora. Mas comecei a pensar nisso.³⁴³

Na fala de Cony transcrita anteriormente, percebemos muita cautela do escritor ao contar o episódio, sempre ressaltando que não conhecia bem a pessoa que o convidou, assim como foi enfático na recusa ao convite. As informações vagas e imprecisas podem ser decorrentes de “lapsos naturais” da memória de Cony como

³⁴² ROLLEMBERG, Denise, VAINFAS, Ronaldo. Historiadores franceses na zona cinzenta: lembranças da guerra. *Revista História (São Paulo)*, n.176, a07716, 2017, p. 7. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rh/n176/2316-9141-rh-176-a07716.pdf> > Acesso: 28 jan. 2019.

³⁴³ CONY, Carlos Heitor. Entrevista. In: RUIVO, Marina Silva. **Uma certa maneira de desejar a liberdade**: caminhos da literatura de Carlos Heitor Cony no pós-1964. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2012, p. 296. Entrevista concedida a Marina Silva Ruivo, Guarulhos, 10 de maio de 2010.

também podem ser uma tentativa de evitar uma associação entre ele e a guerrilha, ressaltando que sua oposição ao regime ditatorial mostrava sua face em outro campo.

Rolleberg e Vainfas ressaltaram que muitos historiadores franceses mencionados em seu artigo, tal como Le Goff, procuraram ressignificar suas memórias a fim de se adaptarem ao processo de revisionismo da história da ocupação alemã na França durante a Segunda Guerra Mundial – iniciado na década de 1970 –, que colocou em xeque o mito da “resistência francesa” ao regime nazista, revelando que diversos setores da sociedade francesa se mostraram muito mais colaboracionistas com o Reich alemão do que se pensava até então:

De modo que todos os historiadores analisados são integrantes da terceira geração dos *Annales* que viveu experiências diversas quando jovens no tempo da ocupação alemã. Impossível desconsiderar os depoimentos tortuosos, na maioria dos casos, quando não a omissão deliberada de fatos, particulares ou gerais, vividos naqueles anos. O impacto da *revolução paxtoniana*³⁴⁴ foi enorme, ainda que implicitamente, na construção desses relatos. Ela explica, talvez, o empenho da maioria em ligar o próprio passado, nos anos da guerra, a atitudes de resistência ou mesmo ao ingresso nas organizações armadas; explica, ainda, o empenho dos vichystas em justificar suas escolhas nos anos da ocupação, alegando razões de família ou arroubos da juventude; pode mesmo explicar o longo silêncio de Marc Ferro, estudioso renomado da história do século XX, que combateu no Vercors.³⁴⁵

Ao rememorar o passado, ainda mais o de um período histórico importante, em que a “batalha pela memória” que se achava terminada pode ser retomada a qualquer momento diante de novos fatos, estudos e contingências políticas, pessoas que possuem lugar destacado na sociedade – sejam historiadores ou escritores – também ressignificam suas memórias individuais a fim de encontrar uma posição mais adequada na memória coletiva.

Nas entrevistas de Cony, encontramos outro trecho bastante interessante que denota um sentimento de modéstia e conformismo com suas prisões durante o período ditatorial, salientando, inclusive, sua falta de ressentimentos acerca dessas. Na entrevista

³⁴⁴ Termo pelo qual ficou conhecida a nova onda de estudos revisionistas de história contemporânea e história do tempo presente impulsionada pelo trabalho do norte-americano Robert O. Paxton acerca do colaboracionismo do governo de Vichy com os nazistas. Na obra intitulada *Vichy France. Old guard and new order. 1940-44*, o historiador norte-americano mostrou que o regime de Vichy, mais do que colaborar com os alemães, “pretendeu associar seu projeto de *revolução nacional* à nova ordem nazista na Europa, apoiado por elites sobretudo agrárias, valorizadoras de tradições regionais, da hierarquia, do catolicismo”. In: ROLLEMBERG, Denise., VAINFAS, Ronaldo. *Historiadores franceses na zona cinzenta: lembranças da guerra. Revista História (São Paulo)*, n.176, a07716, 2017, p. 29-30. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rh/n176/2316-9141-rh-176-a07716.pdf> > Acesso: 28 jan. 2019.

³⁴⁵ ROLLEMBERG, Denise., VAINFAS, Ronaldo. 2017. op.cit., p. 31.

concedida a Marina Silva Ruivo, em 2010, ele disse: “Como não me torturaram, eu não tive ânsia de reparação, não tive. Aceitei aquilo lá”.³⁴⁶ Embora as prisões de Cony não tenham lhe causado nenhum tipo de trauma emocional, o regime ditatorial o prejudicou de tal forma, do ponto de vista profissional, que ele se dispôs a entrar na justiça para conseguir uma reparação financeira. Em 2004, Cony recebeu uma indenização de 1,4 milhão de reais – dos quais só tinha recebido 343 mil até 2008, de acordo com o governo – e uma pensão mensal vitalícia do Estado, no valor de 19.000 reais, devido a um processo que teria movido contra o governo federal com vistas a receber compensação financeira em virtude da perseguição dos militares que resultou em sua demissão do *Correio da Manhã* em 1965.³⁴⁷

Após a leitura de muitas reportagens da época nas quais foi publicada a decisão judicial que concedeu a Cony a indenização e a pensão vitalícia supracitadas, percebemos que o escritor foi alvo de muitas críticas, não só por causa do valor da pensão vitalícia – que muitos consideraram exagerada –, mas também pelo fato de ele alegar ter sido prejudicado pelo governo ditatorial que, segundo alguns de seus críticos, ele ajudou a chegar ao poder com suas críticas ao presidente João Goulart. Toda essa polêmica também foi abordada na entrevista concedida por Cony a Rosana Hessel, do jornal *Correio Braziliense*, em 2016. Quando a jornalista lhe perguntou, de forma clara e direta, se sentia mágoas pelas críticas recebidas devido à pensão e à indenização que lhe foram pagas pelo governo federal, ele respondeu:

Hoje em dia, estou afastado dessa luta política factual. Escrevo pouco sobre política e sempre contra o governo. Seja qual for o governo. Não tenho lado. Não me considero de esquerda nem de direita. Vejo, evidentemente, o noticiário, algumas entrevistas. Mas agora, quando tomei posse da Academia, sempre houve contra mim o seguinte problema. Sempre houve aquela dúvida. Porque eu tomava atitudes que ora agradava à direita e ora agradava à esquerda. Por exemplo. Quando eu falava mal de Fernando Henrique, o PT me adorava e publicaram um livro meu — O presidente que não sabia javanês. Isso quando quase ninguém era contra o FHC. Mas eu não sou do lado do Fernando Henrique nem do lado de esquerda. Hoje estou falando abertamente contra o PT, inclusive, dizendo que uma das coisas para unificar o Brasil seria pegar o Lula e a Dilma e os mandarem embora do país. Até hoje me considero uma pessoa que não tem lado político e é verdade. Não sou de direita, porque não tenho ideias definitivas

³⁴⁶ CONY, Carlos Heitor. Entrevista. In: RUIVO, Marina Silva. **Uma certa maneira de desejar a liberdade**: caminhos da literatura de Carlos Heitor Cony no pós-1964. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2012, p. 311. Entrevista concedida a Marina Silva Ruivo, Rio de Janeiro, 19 de agosto de 2010.

³⁴⁷ **Comissão aprovou R\$ 2,9 bi de indenização a anistiados**. Reportagem de Cláudio Dantas Sequeira e Rubens Valente. Folha de São Paulo. 12 de abril de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1204200802.htm>> Acesso: 17 jan. 2019.

sobre nada. E não sou de esquerda porque a esquerda obriga a uma disciplina intelectual que eu não tenho. Sobra ser um anarquista triste escuro e inofensivo. E é o que eu sou. Sou um anarquista, mas não de pegar em bomba. No sentido de que não acredita em nada de bom em termos coletivos.³⁴⁸

Em outra entrevista, concedida em abril de 2017, Cony foi perguntado pela jornalista Gaby de Saboia se as críticas de que foi alvo na época em que ganhou a indenização do governo e quando foi eleito para a Academia Brasileira de Letras seriam decorrentes do fato de ele não possuir uma postura política clara. O escritor respondeu:

Até certo ponto sim. Você citou agora uma outra coisa que foi a Academia... eu nunca pensei em entrar na Academia, não escrevia contra, mas também não morria de amores por ela e não pensava em entrar nela... agora também não sou assim fanático... há um ano que não vou à Academia, em parte por causa do meu acidente, não tenho por onde, e em parte também não tenho muita... prefiro ficar em casa, entendeu? Vivo recluso, é evidente, continuei escrevendo, no jornal Manchete, Jornal do Brasil, Correio da Manhã e agora a Folha de São Paulo, continuo escrevendo, eu gosto muito de escrever.³⁴⁹

Uma leitura atenta das duas falas de Cony deixa claro que ele procurou fugir do tema da indenização recebida do governo. O teor ambíguo da primeira resposta e a forma como ele concentra a fala em torno de sua participação na ABL na segunda parecem uma tentativa deliberada do escritor de não polemizar um assunto que, anos antes, tinha despertado muitas reações negativas em diferentes setores da sociedade. Elogiado e enaltecido por muitos durante o ano de 1964 em virtude das suas crônicas altamente críticas ao governo militar, Cony teve seu passado de apoiador do golpe de Estado “ressuscitado” por seus críticos devido ao processo de indenização que moveu contra o governo federal. Em seu blog, o jornalista Reinaldo Azevedo, da revista *Veja*, ao comentar a revisão dos valores de algumas pensões pagas a perseguidos pelo regime militar e suas famílias, mencionou o caso de Carlos Heitor Cony:

Carlos Heitor Cony, que chegou a redigir um dos editoriais do Correio da Manhã em favor do golpe militar — isso é história — se disse perseguido porque demitido mais tarde. Recebeu pouco mais de R\$ 1,4 milhão! E sua pensão mensal era de mais de R\$ 23 mil até outro dia. A quantas anda hoje, não sei. Terá ele aberto mão de tamanha

³⁴⁸ CONY, Carlos Heitor. O Brasil é um Frankstein. **Correio Braziliense**, 12 de março de 2016. Entrevista concedida a Rosana Hessel. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2016/03/12/interna_diversao_arte,521789/o-brasil-e-um-frankenstein-diz-carlos-heitor-cony-ao-correio.shtml> Acesso: 09 jan. 2019.

³⁴⁹ CONY, Carlos Heitor. Entrevista. **TV Câmara**. Rio, 30 de dezembro de 2014. Entrevista concedida a Gaby de Saboia. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VvyX35rD2eU>>. Acesso: 19 abr. 2017.

generosidade? Seria o moral. Afinal, pouco depois da demissão, virou uma estrela do Grupo Manchete, com sala decorada com mármore rosa importando sei lá de onde — mas era podre de chique! —, numa revista que não dizia um “a” contra o regime, muito pelo contrário. Sua única veia de contestação, se assim se pode chamar, era uma fotinha de Adolfo Bloch abraçado a Juscelino, que tinha sido importante para a consolidação do grupo. Que eu saiba, Cony foi o mais premiado de todos. Justiça?³⁵⁰

O tom evasivo adotado por Cony em suas falas acerca da ação indenizatória que moveu contra o governo evidenciou, mais uma vez, o quanto o processo de constituição da memória do período da ditadura civil-militar no Brasil ainda está em construção, e como certas pessoas, apesar de seus esforços para se enquadrarem em determinados grupos específicos na “batalha da memória” ainda em curso, ainda não conseguiram consolidar-se na posição desejada. A postura combativa de Cony contra o autoritarismo do governo durante os meses que se seguiram ao golpe de Estado de abril de 1964 não foi suficientemente forte para “apagar” seu passado de apoiador da deposição do presidente João Goulart.

As falas e as lembranças de Cony acerca do período da ditadura militar evidenciam como as relações entre memória e história, apesar de íntimas, podem ser conflituosas. Pierre Nora defendeu a ideia de que história e memória estariam em conflito permanente. Essa incompatibilidade seria decorrente do caráter afetivo e espontâneo da memória, que não combina com o cientificismo e a racionalidade que caracterizam o saber histórico. A memória sacraliza os fatos, enquanto a história tenta torná-los corriqueiros. Nas palavras do historiador francês:

A memória é a vida sempre, carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e repentinas revitalizações.³⁵¹

A construção da memória de um período histórico tão conturbado quanto o da ditadura militar brasileira foi muito conflituosa e dinâmica. Violência, autoritarismo, repressão, resistência e reparação se misturaram, gerando conflitos e disputas entre os diversos segmentos da sociedade que, de acordo com suas escolhas políticas feitas no

³⁵⁰ **A Empulhação da bolsa-ditadura.** Texto de Reinaldo Azevedo. Site da revista *Veja*. Publicado em 12 de agosto de 2010. Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/a-empulhao-da-bolsa-ditadura/> > Acesso: 28 jan. 2019.

³⁵¹ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. Revista **Projeto História**. São Paulo: PUC, 1993, p. 09.

período, buscaram o lugar que consideraram seu, por direito, na memória coletiva e também na história do país.

4.2 – A presença e a influência do regime autoritário na escrita de Cony

Nas entrevistas analisadas, muitas perguntas foram orientadas no sentido de averiguar quais eram as principais inspirações e influências de Cony em sua produção ficcional, especialmente, em seus romances. Nessa situação, as perguntas variavam muito, sendo algumas muito específicas – acerca de características e falas de personagens específicos de determinadas obras –, enquanto outras eram mais gerais e amplas, relativas a temáticas recorrentes em mais de uma obra do escritor. No tocante aos romances analisados nesta tese – *Pessach: a travessia* (1967) e *Pilatos* (1974) –, chamou-nos a atenção, nas entrevistas de Cony, a ênfase que este deu à importância do contexto político do Brasil na época como fonte de inspiração para as referidas obras.

Em uma entrevista concedida a Maurício Guilherme Silva Júnior em 2007 – à qual Cony respondeu por e-mail –, quando perguntado sobre os sentimentos de falta e descrença que permeavam a sua escrita durante o período da ditadura militar, Cony escreveu:

O movimento de 64 mexeu profundamente com todos os escritores e artistas que estavam em fase produtiva. No meu caso, escritor e jornalista, tive de publicar as crônicas que o tempo me exigia, dentro do princípio da “crônica”, que vem de “Chronos”, que significa “tempo”. Em outros romances, como *Pessach – A travessia*, *Pilatos* e *Romance sem palavras*³⁵², a situação política serviu de pano de fundo para tramas existencialistas. Como cronista, não tinha opção: criticava o regime de força com a violência que a violência do regime me provocava. Nos romances, limitei-me apenas a referir a um tempo que, de muitas formas, afetou a minha vida e a vida de muitos. Na crônica, muitas vezes, adotei o tom polêmico do panfletário. Evidente que não poderia levar esse mesmo tom para a obra de ficção, que me exigia outra abordagem e me obrigava a outro contexto.³⁵³

No trecho da entrevista acima transcrito, Cony deixa claro o quanto o golpe de 1964 foi importante, não só na vida, como no seu trabalho. Como jornalista, passou a

³⁵² Apesar de a fala de Cony mencionar a influência do golpe de 1964 junto aos escritores na época, é importante esclarecer que a obra *Romance sem Palavras*, citada pelo escritor nessa entrevista, foi escrito em 1999.

³⁵³ CONY, Carlos Heitor. Entrevista. In: SILVA JR. Maurício Guilherme. **Contra a “Revolução dos Caranguejos”**. Carlos Heitor Cony e as crônicas de resistência ao golpe militar de 1964. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2012, p. 188. Entrevista concedida a Maurício Guilherme Silva Jr. 20 de setembro de 2007.

abordar as questões políticas mais importantes da época em suas crônicas e, como escritor de ficção, construiu as tramas de *Pessach: a travessia* e *Pilatos* em torno do contexto político vivido no país. É interessante salientar que, apesar da importância que o autor atribuía ao conturbado contexto político do Brasil entre os anos de 1964 e 1974, ele, constantemente, ressaltava sua aversão pelo fato político. Um ano depois da fala supracitada, Cony, em outra entrevista também concedida a Maurício Guilherme Silva Júnior, afirmou:

[...] O fato político não me interessava. Fiz minha obrigação como jornalista, ou seja, me manifestei, condenei, critiquei, debochei, fui preso, paguei o preço, perdi o emprego. Enfim, fiz tudo o que tinha que fazer. Agora, no meu interior, naquilo que eu chamo de “minha *persona*”, esse golpe não me afetou. Em pleno 1964, investi em duas obras – entre elas, o romance *Antes, o verão* – completamente desengajadas e alienadas. Nelas, não havia nenhuma referência – mas nenhuma referência mesmo! – ao fato político. Nada! Isso foi em 1964, quando estava sendo processado pelo Costa e Silva.³⁵⁴

Cony menciona o romance *Antes, o verão*, que, em outra entrevista, ele afirmou ter escrito no período anterior ao golpe, como uma tentativa de respaldar a afirmação de que “a política não lhe interessava”; porém, ao ressaltar todos os problemas por que passou devido ao teor crítico de suas crônicas, Cony acaba confirmando que a política da época não só ocupou muito espaço em sua vida e produção, como também as modificou.

Logo após a fala de Cony transcrita anteriormente, Maurício Guilherme Silva Júnior continuou a entrevista pedindo ao escritor que fizesse uma análise da literatura produzida no Brasil entre as décadas de 1960 e 1970 e perguntou, de forma direta, qual era a opinião dele acerca da relação entre arte e militância política. A resposta de Cony foi a seguinte:

Você toca no tema da chamada “arte engajada”. Ou seja, da “arte como elemento”, sobretudo, na literatura...

Como elemento de resistência (complementação feita pelo entrevistador)

Temos o desastroso exemplo da União Soviética. Com Tolstói, Dostoiévski e Tchekhov, acabou a grande fase russa dos romancistas do século XIX. E aquela era uma literatura engajada de louvores ao regime. O [Alexander] Soljenítsin foi contra, assim como Boris Pasternak foi ponderado. Dois grandes escritores surgidos depois da revolução e que foram amaldiçoados e perseguidos. Só não foram

³⁵⁴ CONY, Carlos Heitor. Entrevista. In: SILVA JR. Maurício Guilherme. **Contra a “Revolução dos Caranguejos”**. Carlos Heitor Cony e as crônicas de resistência ao golpe militar de 1964. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2012, p. 194-195. Entrevista concedida a Maurício Guilherme Silva Jr. Rio de Janeiro, 08 de maio de 2008.

mortos. Mas a literatura caiu numa mediocridade de propaganda. [...]Cadê aqueles gênios da literatura russa? Eles não existem, completamente, em função da literatura engajada. Na Alemanha, foi a mesma coisa. E, no Brasil, já começava a haver literatura engajada.³⁵⁵

Na fala anterior, Cony deixa claro que, da sua perspectiva, o envolvimento entre arte e política resulta numa queda de qualidade da primeira, ou seja, quando os escritores se propõem a “militar” por meio de seus textos, a literatura sai perdendo. Porém, em outro trecho da referida entrevista concedida a Maurício Guilherme Silva Júnior, Cony acabou admitindo que fez, no romance *Pessach: a travessia*, aquilo que havia condenado nos romancistas russos que citou como exemplo na fala anterior. Ao ser perguntado acerca da coincidência de seu romance *Pessach: a travessia* ter como protagonista um escritor, tal como no *Quarup*, de Antonio Callado, Cony respondeu:

Depois da prisão é que surgiu, no livro de Callado, a personagem do escritor. E eu lhe dei razão para aquilo. À época, também eu, que já tinha abordado a vida de chofer de caminhão e outros tantos personagens, resolvi escrever sobre um escritor. Mas qual? Tomei por base a minha própria trajetória, mas não de modo autobiográfico. É que, naquele caldeirão em que se transformou o Brasil, todos pressionavam para que eu tomasse uma atitude. E eu sempre recusando. Terminei, embora sem querer, fazendo o que queriam. Por uma questão de camaradagem, de covardia ou falta de caráter. Terminei entrando numa jogada: quis sair e não pude sair, não por vontade. Eu queria sair, eu queria fugir, mas me disseram “Você não pode fugir mais, porque você conhece o mapa da mina”. Então, fiquei ali, prisioneiro de umas pessoas que queriam fazer guerrilha e terminei envolvido na história contra a vontade.³⁵⁶

Na fala supracitada, Cony afirma que se sentiu pressionado pelo “caldeirão que se tornou o Brasil” para assumir uma posição e que o fez não por gosto, mas por uma série de sentimentos que variavam entre comodismo, covardia e simpatia. O tema da guerrilha, que serve como pano de fundo para a trama de *Pessach: a travessia* teria se “imposto” sobre Cony de forma que ele não teria conseguido fugir.

Analisando as proposições de Bakhtin acerca do dialogismo que caracteriza o estilo romanesco, José Luiz Fiorin chama a atenção para a proposição do filósofo russo

³⁵⁵ CONY, Carlos Heitor. Entrevista. In: SILVA JR. Maurício Guilherme. **Contra a “Revolução dos Caranguejos”**. Carlos Heitor Cony e as crônicas de resistência ao golpe militar de 1964. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2012, p. 195. Entrevista concedida a Maurício Guilherme Silva Jr. Rio de Janeiro, 08 de maio de 2008

³⁵⁶ CONY, Carlos Heitor. Entrevista. In: SILVA JR. Maurício Guilherme. **Contra a “Revolução dos Caranguejos”**. Carlos Heitor Cony e as crônicas de resistência ao golpe militar de 1964. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2012, p. 195-196. Entrevista concedida a Maurício Guilherme Silva Jr. Rio de Janeiro, 08 de maio de 2008.

acerca das diferentes vozes sociais que aparecem no romance, revelando uma pluralidade de pontos de vista sociais acerca de determinados objetos. Uma determinada obra pode construir, em sua trama, um espaço discursivo em que discursos antagônicos podem confrontar-se. Fiorin utiliza o romance *A cidade e as serras*, de Eça de Queirós, no qual três discursos se opõem, para exemplificar as proposições de Bakhtin:

Esse interdiscurso é construído com base na oposição *natureza* versus *cultura* e numa concepção de signicidade; o primeiro discurso considera os dois termos em oposição, sendo o primeiro termo *natureza* sobredeterminado pela *disforia* e a *cultura*, pela *euforia*; nele aparece uma concepção sintagmática da signicidade; o segundo também opõe *natureza* e *cultura*, mas inverte a sobredeterminação tímica; nele a concepção de signicidade é paradigática e assintagmática; o terceiro funde *natureza* e *cultura* num termo complexo em que o primeiro domina o segundo; revela ele uma concepção paradigmática e sintagmática da signicidade. Os dois primeiros discursos são representados por Jacinto e expostos verbalmente por ele; o último é assumido pelo narrador, embora o estilo de vida do último Jacinto esteja em concorde com ele.³⁵⁷

Na análise de José Luiz Fiorin, dentro de um romance, os discursos são delimitados pelos diferentes personagens da trama que os veiculam, podendo uma mesma personagem representar mais de um discurso, da mesma forma que diferentes personagens, assim como o narrador, também o podem.³⁵⁸ Com base nas proposições de Bakhtin analisadas por José Luiz Fiorin, podemos concluir que a trama de *Pessach: a travessia*, tal como a de Eça de Queirós – supracitada anteriormente –, também constituiu um espaço discursivo em que diferentes discursos importantes para a intelectualidade brasileira da época se confrontavam, na qual se destacaram os embates entre *arte engajada* versus *arte desengajada* e o da *luta armada* versus *resistência pacífica* dos intelectuais contra o governo autoritário. O primeiro desses dois embates presentes na trama de *Pessach: a travessia* ocorreu no decorrer da primeira parte do romance, sendo assumido, principalmente, pelo narrador-protagonista. O segundo, por sua vez, concentrou-se na segunda parte da trama, quando o protagonista vai para o acampamento dos guerrilheiros. Nesse ponto, o discurso se divide entre as falas e atitudes do protagonista e as do guerrilheiro Macedo.

Cony, em algumas de suas entrevistas, tenta passar a imagem do intelectual desinteressado das questões políticas de seu tempo, alegando que só as abordou em seus

³⁵⁷ FIORIN, José Luiz. O Romance e a Simulação do Funcionamento Real do Discurso. p. 223. In: BRAIT, Beth (org). **BAKHTIN**. Dialogismo e Construção de Sentido. Campinas: Unicamp, 2005.

³⁵⁸ FIORIN, José Luiz. 2005.op.cit., p. 224.

romances por uma série de contingências e pressões externas; porém, quando insere na trama de seu romance um protagonista que se parece tanto consigo mesmo e que traz o embate entre discursos tão importantes no cenário intelectual e político brasileiro da década de 1960, parece claro que a política não era uma esfera do convívio humano que fosse totalmente desinteressante para ele.

No tocante aos romances *Pessach: a travessia* e *Pilatos*, publicados em 1967 e 1974, respectivamente, encontramos uma entrevista na qual Cony faz afirmações que, posteriormente, iriam modificar-se, denotando uma intenção clara de ressignificar sua posição na memória do período ditatorial e também na imagem de si mesmo no momento em que falava. Em 1996, Cony concedeu uma entrevista ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura, pouco tempo depois do lançamento do seu romance *Quase Memória*, livro que marcava seu retorno ao universo ficcional após um grande período sem escrever romances depois da publicação de *Pilatos*. Em virtude do sucesso que seu novo livro estava fazendo na época, Cony foi perguntado se gostaria de ver alguns de seus antigos romances reeditados em breve. O escritor respondeu: “Sinceramente, não é por aí não... eu tenho a impressão de que eu não gostaria de ver livros meus publicados”.³⁵⁹ A jornalista insiste e pergunta se ele não gostaria de ver, pelo menos, o *Pilatos* reeditado. Cony voltou em seu posicionamento e disse:

Ah... gostaria! *Pilatos* é o único livro pronto que eu tenho. É o único livro que eu, afirmo, nunca será datado. É preciso ver que esse *Quase Memória*, e não digo isso para bajular vocês, mas todos vocês aqui poderiam ter escrito. [...] Eu acho que qualquer pessoa que se volte para si mesmo e relembre a figura paterna, ou materna, ou um episódio marcante de sua infância, pode fazer um livro igual, melhor, um pouco pior mas pode fazer um livro desse tipo, desse gênero. Agora o *Pilatos* eu acho muito difícil fazer porque é preciso ter aquela dose de raiva que eu tive quando fiz o livro. E ao mesmo tempo aquela dose de felicidade que eu tinha na época. Eu era muito feliz naquele tempo. Eu fiz o livro em 72 e foi um período muito feliz que nunca mais se repetiu na minha vida.³⁶⁰

É interessante notar que, um ano depois dessa entrevista, quando afirmou que não gostaria de ver seus antigos livros reeditados, Cony lançou uma nova edição de *Pessach: a travessia*, e mais interessante ainda é o fato de que o autor fez alterações importantes no texto original dessa obra, publicada pela primeira vez em 1967. Na

³⁵⁹ CONY, Carlos Heitor. Entrevista. **Roda Viva**. TV Cultura. São Paulo, 15 de janeiro de 1996. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=unxkIgiTWUQ>> Acesso em: 09 jan. 2019.

³⁶⁰ CONY, Carlos Heitor. Entrevista. **Roda Viva**. TV Cultura. São Paulo, 15 de janeiro de 1996. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=unxkIgiTWUQ>> Acesso em: 09 jan. 2019.

entrevista que realizou com Cony em dezembro de 2010, Marina Silva Ruivo perguntou sobre alterações que ele teria feito nas obras *Pessach: a travessia* e *Pilatos* em suas reedições mais recentes. De início, o escritor respondeu que fez apenas alterações gramaticais e de forma, mas não teria mexido no conteúdo; porém, logo depois, ele faz uma correção acerca da obra *Pessach: a travessia*:

Mexi numa coisa fundamental, mexi no início e no fim. No início, botei a data do meu nascimento; na primeira edição não tinha. E no fim, eu botei: “Desenterro a metralhadora e avanço”. Dava sentido de luta. Eu tenho a impressão que na última edição eu botei: “Desenterro a metralhadora e abandono a profecia”, eu não sei... eu mudei. Tem uma edição que termina com “volta”. O voltar é, em vez de fugir, ele fica. Ele abandona a travessia, ele volta. Talvez pra ser sacrificado, ser morto, mas na primeira edição eu botei “e avanço”, no sentido de ele se incorporar na figura do guerrilheiro, mesmo. Também acho que modifiquei alguma coisa da revolução. Mas mudei pouca coisa.³⁶¹

Além dessas alterações no início e no final, Marina Silva Ruivo perguntou sobre outra alteração feita por Cony na reedição do livro. Essa seria no diálogo de Paulo Simões – o escritor protagonista da trama – com seu editor. O trecho original, publicado na edição de 1967, segue transcrito abaixo:

- Eu me recuso a isso também. Escrevo o que sinto e penso. E não sinto nenhuma necessidade de acusar o governo disso ou daquilo. Acuso sempre, em meus romances, uma coisa mais importante que o govêrno: o homem, a sociedade.
- Mas em têrmos românticos, individuais, utópicos. Não quero me intrometer em sua literatura, mas se você quiser participar do processo, há milhões de caminhos. Não esse.
- Você fala como se eu fosse partir pra luta amanhã mesmo! Êle me olha fundo, diz com alguma raiva:
- Você é meio surpreendente. Às vêzes faz uma loucura e depois compromete meio mundo.³⁶²

Na nova edição, publicada em 1997, Cony retirou o trecho supracitado e, na entrevista a Marina Silva Ruivo, alegou duas razões para ter feito a modificação, uma tomada pouco depois da publicação da 1ª edição e a outra, anos mais tarde. A primeira seria para evitar que se fizessem associações da sua pessoa com a guerrilha, fato para o qual seu editor, Enio Silveira, teria chamado sua atenção na época, ressaltando que, possivelmente, tal associação poderia ser estendida à própria editora Civilização Brasileira. A segunda razão o autor atribuiu a uma tentativa – que ele ressalta não se

³⁶¹ CONY, Carlos Heitor. Entrevista. In: RUIVO, Marina Silva. **Uma certa maneira de desejar a liberdade**: caminhos da literatura de Carlos Heitor Cony no pós-1964. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2012, p. 342. Entrevista concedida a Marina Silva Ruivo, Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2010.

³⁶² CONY, Carlos Heitor. **Pessach: a travessia**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1967, p. 93-94.

lembrar de ter sido intencional – de adequar o protagonista à sua própria personalidade, já que a associação entre ambos foi abertamente assumida por Cony ao colocar a sua data de nascimento como sendo a mesma do personagem Paulo Simões.³⁶³ Ele finalizou a justificativa para as alterações supracitadas, afirmando:

Não tinha necessidade de criticar o governo. Eu tirei por causa disso, achei um pouco demagógico. Um derramamento demagógico. Achei um pouco heróico. [...] Eu tirei, talvez, porque isso acentua muito esse tom, digamos, panfletário. Eu não quis fazer o livro panfletário. Fiz isso na crônica mas no romance não queria fazer panfleto.³⁶⁴

Dois pontos chamam a atenção nas justificativas apresentadas por Cony para as alterações feitas nas reedições de *Pessach: a travessia*. Um deles é o menosprezo que o escritor confere ao ato de modificar o final do livro, como se a decisão entre aderir à luta armada ou se furtar dela fosse insignificante na vida de qualquer pessoa. A edição que usamos como objeto de estudo nesta tese, por exemplo, é a original de 1967. Se, por acaso, tivéssemos escolhido uma mais recente, com o final modificado, as conclusões a que chegamos ao final da análise do livro, descritas no capítulo 2, poderiam ter sido outras. A inclusão da data de nascimento de Paulo Simões igual à de Cony parece, na nossa análise, menos significativa, já que existem muitos outros elementos no texto que permitem a associação entre personagem e autor como, por exemplo, suas influências literárias e estilo de vida.

O outro ponto que nos chamou a atenção nas motivações que levaram Cony a fazer as edições na primeira reedição de *Pessach: a travessia* depois da redemocratização foi a sua intenção de tornar o texto “menos panfletário”, ou seja, a sua tentativa de não denotar uma forma de militância política em sua escrita, o que implicaria na associação ou filiação dele por alguma ideologia ou partidarismo político, fato que ele sempre negou. Em muitas entrevistas, o escritor faz questão de ressaltar sua independência de partidos e ideologias políticas, definindo-se como um “anarquista”, na tentativa de evidenciar sua aversão pela política. Na entrevista que concedeu a Fábio Henrique Pereira, em 2007, ao ser perguntado acerca da notoriedade que conquistou em

³⁶³ CONY, Carlos Heitor. Entrevista. In: RUIVO, Marina Silva. **Uma certa maneira de desejar a liberdade**: caminhos da literatura de Carlos Heitor Cony no pós-1964. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2012, p. 342-343. Entrevista concedida a Marina Silva Ruivo, Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2010.

³⁶⁴ CONY, Carlos Heitor. Entrevista. In: RUIVO, Marina Silva. **Uma certa maneira de desejar a liberdade**: caminhos da literatura de Carlos Heitor Cony no pós-1964. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2012, p. 343. Entrevista concedida a Marina Silva Ruivo, Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2010.

1964 com suas crônicas contra o governo, Cony explicou que foi justamente a sua postura independente em relação aos dois lados que disputavam a supremacia na política da época a responsável pelo sucesso de sua coluna:

A boa repercussão que teve a minha crônica naquela época se deve a justamente isso, porque eu não tinha partido nenhum. Os jornalistas naquele tempo viviam uma dicotomia muito grande, ou era jornalista de esquerda ou era de direita. [...] Nesse *intermezzo*, surgiu a possibilidade de um jornalista alienado como eu era – e como eu sou até hoje – de entrar e expor uma visão de mundo contrária à política dominante no momento, que era ditatorial, mas sem ser de esquerda ou ser de direita. Até hoje há esse equívoco a meu respeito, achando que eu era de esquerda, virei de direita, era de direita, virei de esquerda, mas na verdade, até hoje eu não sou nem de esquerda nem de direita. Aliás, no meu discurso na Academia fiz questão de dizer isso: “Eu não tenho disciplina para ser de esquerda – porque eu fui sempre indisciplinado, para aceitar regra de cima – e não tenho apego às minhas ideias como o pessoal de direita. Também não gosto de ser de centro porque eu acho o centro oportunista. Então para mim só falta ser um anarquista triste e repressivo”, que é o que sou. [...] Agora, em 64, eu não estava sendo nem de esquerda ou de direita. [...] Eu estava pensando o seguinte. Havia uma necessidade de liberdade, havia uma classe militar que estava oprimindo a massa, contra isso que eu me voltei.³⁶⁵

Na entrevista concedida a Maurício Guilherme Silva Júnior, em 2008, ao ser perguntado acerca dos rótulos políticos que lhe foram atribuídos na época da ditadura, chegando a ser chamado de comunista por alguns, Cony respondeu de forma semelhante à entrevista dada a Fábio Henrique Pereira um ano antes, citada anteriormente:

Nunca fui de esquerda. E não tenho nenhuma simpatia pela esquerda, como também não tenho pela direita, nem pelo centro. Nesse ponto, eu sou um anarquista inofensivo. O anarquista não admite a existência do Estado. E eu não admito. O Estado é uma coisa repressora. O ideal, para a sociedade, seria não haver Estado. Mas não estou disposto a jogar bomba por causa disso. Vivo com isso e levo isso para o túmulo.³⁶⁶

As modificações feitas por Cony nas edições de *Pessach: a travessia*, quando de suas reedições pós-ditadura, são muito representativas do processo de ressignificação da imagem de si mesmo que Cony queria difundir no Brasil democrático. Nesse ponto, cabe uma especificação importante. Por meio de tudo o que foi analisado até aqui das

³⁶⁵ CONY, Carlos Heitor. Entrevista. In: PEREIRA, Fábio Henrique. **Os jornalistas-intelectuais no Brasil**. Identidade, práticas e transformações no mundo social. Tese de Doutorado. Brasília: UNB, 2008, p. 346-347. Entrevista concedida a Fábio Henrique Pereira, Rio de Janeiro, 28 de junho de 2007.

³⁶⁶ CONY, Carlos Heitor. Entrevista. In: SILVA JR. Maurício Guilherme. **Contra a “Revolução dos Caranguejos”**. Carlos Heitor Cony e as crônicas de resistência ao golpe militar de 1964. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2012, p. 193. Entrevista concedida a Maurício Guilherme Silva Jr. Rio de Janeiro, 08 de maio de 2008.

entrevistas dadas pelo escritor, conseguimos identificar dois momentos distintos de ressignificação de Cony acerca de suas memórias do período ditatorial. Num deles, o escritor “organiza” suas falas de modo a se colocar entre aqueles que, durante o período da ditadura, resistiram ao autoritarismo dos governos militares. No outro, quando o autor é perguntado acerca de seus posicionamentos políticos no Brasil quando a democracia já havia sido restaurada, ele procura transmitir uma imagem independente e autônoma em relação a partidarismos políticos. É como se ele tentasse “vender” duas imagens simultâneas de si mesmo: a do “Cony combativo” vale para o período ditatorial, enquanto a do “Cony apolítico” se encaixaria melhor no Brasil democrático.

Retirar o caráter “panfletário” de um de seus romances mais famosos durante os governos militares, quando foi reeditado no período democrático, seria importante para o autor reforçar a sua figura de intelectual independente, afastado do jogo político, imagem que, num país democrático, é mais fácil de ser sustentada do que no período ditatorial, quando ambos os lados da disputa política encaravam uma postura “neutra” como covardia ou adesão disfarçada aos princípios defendidos pelo opositor. A postura de “anarquista”, tão frequentemente exaltada por Cony em diversas entrevistas, é bastante cômoda para um intelectual e jornalista na vigência de um regime democrático, já que a posição de opositor do Estado enquanto instituição o deixa “livre” para criticar qualquer grupo que ascenda ao poder.

Apesar das repetidas falas de Cony acerca de seu “afastamento” da luta política e da pouca importância que o contexto político tem em sua obra, é evidente que a situação política do Brasil durante o período ditatorial foi extremamente importante na trajetória de vida e no trabalho do escritor. Por mais que Cony negue sua participação e interesse pela política, chamando a si mesmo frequentemente de “alienado”, ele não passou incólume por um período de transformações políticas, sociais e econômicas tão intensas na história do Brasil quanto o dos dez primeiros anos de vigência dos governos militares e, ao contrário do que tanto repetiu, ele se posicionou, sim, na batalha política da época. Mesmo negando simpatia pelas antigas e tradicionais divisões da política entre “esquerda” e “direita”, ele se manifestou favorável ao golpe e, pouco depois, contra o regime autoritário. Não interessa discutir aqui qual foi, de fato, a “real” postura política de Cony, se de direita ou de esquerda, mas, sim, de confirmar a ideia que já discutimos no capítulo 1, de que, independentemente do enquadramento ou não nas ideologias e

partidarismo políticos existentes, ninguém é alienado na arena política. Até mesmo o ato de se recusar a participar da política já é, em si, um posicionamento.

A postura de Cony de atenuar o caráter “panfletário” e “demagógico” de *Pessach: a travessia* quando de suas reedições no período democrático é representativo do processo de rememoração do período ditatorial brasileiro que, segundo Marco Napolitano, é “intrínseco à construção de qualquer memória social, marcada pelo jogo entre esquecimento e rememoração seletivos para justificar posições no passado e identidades no presente”.³⁶⁷ As alterações feitas por Cony demonstram uma intenção de afastar sua imagem da guerrilha, mas, concomitantemente, de manter seu caráter de resistência ao autoritarismo.

Acerca desse processo de formação da memória coletiva e individual do período ditatorial no Brasil, cabe retomar uma colocação importante feita por Maurice Halbwachs acerca das diferenças existentes entre “história” e “memória coletiva”. A primeira a se destacar seria a existência de “memórias coletivas”, ou seja, diferente da história, que é uma – apesar das muitas divisões feitas pelos historiadores por questões práticas de seu ofício –, a memória coletiva é sempre plural porque se apoia sobre um grupo limitado de pessoas que ocupam lugar definido no tempo e no espaço. Grupos distintos possuem cada um a sua própria memória coletiva.³⁶⁸

Considerando as proposições de Halbwachs acerca da existência de “memórias coletivas” e também do caráter seletivo destas, podemos afirmar que Cony buscou seu espaço no interior da memória coletiva de um grupo específico da sociedade brasileira, que seria o da intelectualidade que resistiu ao regime autoritário. Embora não negue sua oposição ao governo João Goulart em nenhuma entrevista na qual o tema veio à tona, o escritor sempre procurou enfatizar, com maior riqueza de detalhes, sua postura contrária aos governos autoritários subsequentes.

Por mais que *Pessach: a travessia* e *Pilatos* sejam obras nas quais questões como o autoritarismo, a repressão e a violência do regime militar foram problematizadas, satirizadas e discutidas, foram as crônicas publicadas no *Correio da Manhã*, entre abril e dezembro de 1964, que mais contribuiram para a inserção de Cony no lado daqueles que resistiram aos governos militares. Convém ressaltar que a imagem

³⁶⁷ NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. p. 20. *Antíteses*, v.8, n.15, p.09-44, nov. 2015. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antieses/article/view/23617>> Acesso em: 14 jan. 2019.

³⁶⁸ HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, p. 85-88.

de opositor de um governo autoritário sempre é reforçada quando este último persegue e pune o primeiro. Conforme já discutimos nos capítulos anteriores, ficou evidente que as medidas opressivas mais notórias das quais Cony foi vítima durante o período ditatorial – processos judiciais, prisões e ameaças à sua integridade física e de sua família – foram decorrentes, em sua maioria, de seu trabalho como jornalista, enquanto, por outro lado, seus romances nunca foram censurados.

Um exemplo bastante claro de como Cony, no processo de ressignificação de suas memórias do período ditatorial, recorreu mais às suas crônicas do que aos seus romances para se colocar na linha de frente contra o autoritarismo da época, aparece em uma entrevista concedida por ele em 1997. Quando perguntado sobre sua recusa a comparecer em noites de autógrafos, Cony respondeu que não apreciava esse tipo de evento porque se sentia desconfortável com a dinâmica, ou seja, esperar a pessoa comprar o livro, receber o troco da vendedora para, só então, autografar o exemplar, fazia com que ele se sentisse como “dono de restaurante”. Mas, quando o repórter César Fraga lhe perguntou sobre o seu comparecimento na noite de autógrafos da primeira edição de sua coletânea de crônicas contra o regime ditatorial – *O Ato e o Fato* – lançada ainda em 1964, Cony respondeu:

Aliás, foi a única vez em que topei fazer uma sessão destas, mas foi por questões políticas. Se não me engano, foi a primeira manifestação pública após o golpe. Estavam presentes marinheiros, soldados, operários e gente que havia sido torturada ou presa. Na verdade, não dava para considerar como uma noite de autógrafos e sim como um comício político.³⁶⁹

A noite de autógrafos da primeira edição de *O Ato e o Fato* já foi comentada por autores como Elio Gaspari³⁷⁰ e Marcos Napolitano.³⁷¹ Ambos destacaram a grande popularidade do evento – 1600 exemplares assinados – e o sucesso de vendas da primeira edição do livro; entretanto, nenhum dos autores supracitados fez qualquer menção mais específica acerca da composição do público que compareceu à referida noite de autógrafos. Conforme ressaltamos no início deste capítulo, não nos interessa debater a “verdade” por trás do evento relatado por Cony em sua fala, mas, sim, como ele ficou registrado em sua memória e como, no Brasil democrático, o escritor evoca

³⁶⁹ CONY, Carlos Heitor. Entrevista. Cony repudia o neoliberalismo. **Extreclasse.com.br**. Setembro de 1997. Entrevista concedida a César Fraga. Disponível em <<https://www.extraclasse.org.br/edicoes/1997/09/cony-repudia-o-neoliberalismo/>> Acesso: 17 jan. 2019.

³⁷⁰ Ver GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 164.

³⁷¹ Ver NAPOLITANO, Marcos. **1964 - História do Regime Militar Brasileiro**. Rio de Janeiro: Contexto, 2014, p. 83.

essas memórias na construção da imagem de si que deseja passar à posteridade. O fato de ser um dos primeiros cronistas a criticar abertamente o governo militar nascente em 1964 é frequentemente citado por Cony em suas entrevistas, assim como as suas prisões na época, demonstrando um claro interesse do autor de garantir espaço na memória da intelectualidade de oposição aos governos autoritários no país.

Conforme já debatemos no capítulo 1, a crônica é um gênero extremamente dinâmico e fluido, que transita com desenvoltura entre as fronteiras da história, da memória, do jornalismo e da literatura. O cronista é “preso” ao cotidiano, porém “livre” para demonstrar qual a sua visão dos fatos que afetam a todos. Episódios de sua vida familiar e pessoal se entrelaçam com fatos do noticiário nacional em meio a uma narrativa que pode misturar ironia, sátira e crítica social. Na definição de Massaud Moisés:

[...] enquanto “modalidade literária sujeita ao transitório e à leveza do jornalismo, a crônica sobrevive quando logra desentranhar o perene da sucessão anódina de acontecimentos diários, e graças aos recursos de linguagem do prosador.³⁷²

Por abranger, quase sempre, um período temporal curto – algum fato de âmbito nacional ou internacional ocorrido em um dia específico –, a crônica é um gênero privilegiado para se vislumbrar o espírito de uma época. Considerando os pressupostos de Maurice Halbwachs acerca da simultaneidade entre a estruturação da memória individual com a coletiva³⁷³, não há como a crônica ser um registro apenas “individual” da visão de mundo de um autor. O medo, a indignação, a esperança, enfim, todos os sentimentos que marcaram as ações e as reações da sociedade àquele fato podem ser expressos pelo cronista em sua escrita. O texto de uma crônica retrata uma visão particular de uma experiência que é sempre coletiva. Nas palavras de Halbwachs:

Acontece com muita frequência que nos atribuímos a nós mesmos, como se elas não tivessem sua origem em parte alguma, senão em nós, ideias e reflexões, ou sentimentos e paixões, que nos foram inspirados por nosso grupo [...] Quantos homens têm bastante espírito crítico para discernir, naquilo que pensam, a parte dos outros, e confessar a si mesmos que, no mais das vezes, nada acrescentam de seu?³⁷⁴

Cony encontrou, na crônica, um estilo que lhe permitiu angariar uma considerável visibilidade junto ao público leitor – fato que pode ter reflexos diretos, por

³⁷² MOISÉS, Massaud. **Dicionário de Termos Literários**. São Paulo: Cultrix, 2004, p. 133.

³⁷³ HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990, p. 26-27.

³⁷⁴ HALBWACHS, Maurice. 1990. op.cit., p.47.

exemplo, na vendagem de seus romances e outras publicações – e, concomitantemente, consolidar sua posição de intelectual que resistiu ao autoritarismo dos governos militares no Brasil.

Considerações Finais

Aristóteles, em sua obra clássica intitulada *Política*, afirmou:

O homem é um animal cívico, mais social do que as abelhas e os outros animais que vivem juntos. A natureza, que nada faz em vão, concedeu apenas a ele o dom da palavra, que não devemos confundir com os sons da voz. Estes são apenas a expressão de sensações agradáveis ou desagradáveis, de que os outros animais são, como nós, capazes. A natureza deu-lhes um órgão limitado a este único efeito; nós, porém, temos a mais, senão o conhecimento desenvolvido, pelo menos o sentimento obscuro do bem e do mal, do útil e do nocivo, do justo e do injusto, objetos para a manifestação dos quais nos foi principalmente dado o órgão da fala. Este comércio da palavra é o laço de toda sociedade doméstica e civil.³⁷⁵

Um dos maiores filósofos da história e também um dos precursores do estudo das relações políticas afirmou, na citação acima, que a fala é um dom característico do ser humano, que nos permite expressar os sentimentos, convicções, crenças e emoções que fundamentam as relações sociais as quais estabelecemos cotidianamente. Desde que nascemos, buscamos um lugar no mundo, e a fala é o primeiro instrumento que utilizamos para conquistar esse espaço.

Desenvolvida na infância e, constantemente, aprimorada no decorrer de toda a vida por meio da diversidade do contato social, a fala insere as pessoas no mundo e, dependendo de como ela se desenvolve e se aprimora, permite que o indivíduo ocupe espaços privilegiados na estrutura social; afinal, uma boa oratória, articulada, clara e convincente, sempre ajuda no processo de ascensão social de qualquer indivíduo. Em contrapartida, aqueles que apresentam problemas no desenvolvimento da fala podem ter seus processos de socialização e ascensão social muito dificultados.

A partir da idade adulta, os indivíduos precisam fazer uma escolha importante que afeta, decisivamente, a forma como eles se inserem na sociedade. Seria a sua escolha profissional. Como “animal social”, para utilizar o termo empregado por Aristóteles, o homem encontra seu espaço no mundo por meio do trabalho que executa diariamente. A forma como um indivíduo consegue sua subsistência o insere numa rede de relações sociais que podem variar muito em tamanho e complexidade. Aqueles que tiram seu sustento direto da natureza, como pescadores e coletores primitivos, podem ter seu convívio social restrito aos membros de sua família, vivendo quase isolados em meio à natureza. Já os moradores dos centros urbanos, que não produzem tudo de que

³⁷⁵ ARISTÓTELES. *Política*. São Paulo: Martin Claret, 2010, p. 11.

necessitam para sua sobrevivência e conforto diários, devem estabelecer redes de convívio social mais amplas para conseguir tudo o que é preciso. A escolha profissional de muitos indivíduos se baseia, justamente, na possibilidade, ou intenção, de poder fornecer materiais e serviços de que outras pessoas precisam para seu sustento diário e, em troca, receber o que necessitam para sua própria sobrevivência.

A fala e o trabalho são duas das mais importantes formas de inserção de um indivíduo no mundo³⁷⁶ e, no caso de Carlos Heitor Cony, é interessante notar como uma se relacionou estreitamente com a outra, já que, de acordo com muitas de suas entrevistas, foram justamente as suas dificuldades de fala e dicção na infância que o impulsionaram em direção à palavra escrita que, futuramente, viria a se tornar sua profissão:

À altura de 10 anos, ainda tava plena fase do “tabitati”, eu escrevi um conto, um conto não um texto, que eu intitulei do “testamento de um defunto sem juízo”, eu tinha uns 10 anos. Você vê, “testamento de um defunto sem juízo” não sei por que motivo me veio na cabeça, mas eu tinha prazer de escrever. E quando eu descobri que escrevendo não zombavam de mim, eu era igual aos outros, então eu realmente me interessei. Depois, meu pai era jornalista também, então fui encaminhado praticamente pro caminho das letras. E ao mesmo tempo, gostava muito de ler.³⁷⁷

As menções de Cony aos seus problemas de fala e dicção na infância são muito recorrentes em diversas entrevistas dadas pelo escritor, assim como sua afinidade com a escrita desde a mais tenra idade. De forma de expressão preferida por um menino tímido, a palavra escrita acabou tornando-se seu ganha-pão diário e da qual Cony nunca se afastou. Desde os tempos do seminário no qual estudou até os 19 anos de idade, onde ocupava a posição de cronista graças à sua habilidade com as letras³⁷⁸, até sua primeira atividade profissional remunerada, ocupando o lugar do pai que estava de férias, Cony teve, na palavra escrita, sua principal forma de expressão e de inserção no mundo.

³⁷⁶ Não negligenciamos o fato de que existem outras formas do indivíduo de encontrar seu espaço na sociedade e de se inserir no mundo como, por exemplo, por meio da religião. Porém, na discussão que nos propomos a fazer aqui, interessa-nos, principalmente, o trabalho.

³⁷⁷ CONY, Carlos Heitor. Entrevista ao Programa História de Acadêmicos. **TV Senado**. Brasília, 29 de novembro de 2012. Entrevista concedida a Maurício Melo Junior. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qL93QxMHI8U>>. Acesso em: 26 out. 2016.

³⁷⁸ “Eu fui cronista do 4º ano até o fim porque eu já tinha fama de escrever bem e saber escolher os fatos e, ao mesmo tempo, comecei a escrever coisas pra mim, que depois não publiquei.” In: CONY, Carlos Heitor. Entrevista ao Programa História de Acadêmicos. **TV Senado**. Brasília, 29 de novembro de 2012. Entrevista concedida a Maurício Melo Junior. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qL93QxMHI8U>>. Acesso em: 26 out. 2016.

A desenvoltura com as letras permitiu a Cony se inserir no mundo dentro de uma categoria social específica, cuja importância política, social e econômica variaram muito no decorrer da história da humanidade. Essa categoria seria a dos intelectuais. Estes, na concepção de Cony, “são todos aqueles que produzem inteligência e compartilham sua visão de mundo específica”³⁷⁹ com a sociedade. Essa concepção se assemelha muito à defendida por Jean-Paul Sartre que, conforme já analisamos nos capítulos 1 e 2, foi uma das maiores influências literárias de Cony. Nas palavras do filósofo e literato francês:

O escritor, como qualquer outro, não pode escapar à inserção no mundo, e seus escritos são um tipo universal singular; quaisquer que sejam, têm essas duas faces complementares: a singularidade histórica de seu ser, a universalidade de seus olhares – ou o inverso (a universalidade do ser e a singularidade dos olhares). Um livro é necessariamente uma parte do mundo através do qual a totalidade do mundo se *manifesta* sem, com isso, jamais se desvendar³⁸⁰.

Na concepção de Sartre, com a qual Cony parecia concordar, o escritor é um intelectual que consegue expressar a sua individualidade e suas concepções de mundo mais íntimas por meio de uma trama escrita que consegue abarcar dramas e questionamentos que são universais. Tal definição também pode ser adaptada para incluir intelectuais que atuam em outras áreas que não sejam no campo literário. Artistas plásticos, por exemplo, também podem colocar questões de cunho universalista em discussão por meio de pinturas e/ou esculturas que expressam suas concepções estéticas mais íntimas e pessoais, porém, para este trabalho, interessa-nos, principalmente a atividade intelectual expressa por meio da palavra escrita.

Compartilhamos, em parte, da visão de Cony que enxerga o intelectual como aquele que produz inteligência e compartilha sua visão de mundo com a sociedade na qual está inserido. Porém, indo um pouco mais além, acreditamos que o intelectual é aquele que consegue despertar, em outras pessoas, novos “atos de produção intelectual” em demonstração de simpatia ou repúdio às ideias por ele defendidas, ou seja, o intelectual é, por natureza, um provocador, alguém que tira os outros de sua zona de conforto habitual e os motiva a refletir sobre suas escolhas e concepções de mundo e, com isso, dá origem a novos escritos e/ou outras formas de produção de inteligência. O

³⁷⁹ CONY, Carlos Heitor. Entrevista. In: PEREIRA, Fábio Henrique. **Os jornalistas-intelectuais no Brasil**. Identidade, práticas e transformações no mundo social. Tese de Doutorado. Brasília: UNB, 2008, p. 345. Entrevista concedida a Fábio Henrique Pereira, Rio de Janeiro, 28 de junho de 2007.

³⁸⁰ SARTRE, Jean-Paul. **Em Defesa dos Intelectuais**. São Paulo: Ática, 1994, p. 62.

intelectual escritor é aquele que consegue, por meio de suas palavras, plantar sementes de dúvida num canteiro onde, antes, só florescia certezas.

Para que uma pessoa possa ser enquadrada na categoria de intelectual, é indispensável que ela consiga alcançar certo grau de notoriedade em seu campo de atuação, afinal, sua visão de mundo precisa ser conhecida por outras pessoas a fim de gerar novos atos de produção de inteligência. Essa notoriedade não deve ser confundida com “fama”, já que esta última seria o reconhecimento de um trabalho por pessoas ou grupos que estão à margem do campo de atuação específico do intelectual em questão. Reconhecemos que a distinção entre notoriedade e fama é mais fácil de ser estabelecida quando nos referimos à produção escrita de cunho técnico-científico, já que as obras dessa área circulam, em sua maioria, em grupos muito fechados. Nesse caso, a notoriedade é mais comum do que a fama. Já na literatura, que possui uma esfera de alcance mais ampla que a produção escrita técnico-científica, as fronteiras entre fama e notoriedade são mais tênues e difíceis de serem estabelecidas. Um escritor de ficção pode, ao longo de sua vida, conquistar tanto fama quanto notoriedade, porém nem sempre elas estão associadas, já que a fama pode representar apenas o consumo da obra de determinado escritor sem, necessariamente, provocar novos atos de produção intelectual.

Durante mais de 70 anos de trabalho, Carlos Heitor Cony escreveu muito. Foram 31 adaptações de livros de outros autores, 8 livros infanto-juvenis, 4 contos, 7 coletâneas de crônicas, 6 ensaios biográficos, 17 romances e 2 cine-romances. Tudo isso, sem contar sua produção jornalística, roteiros para cinema, televisão e obras em parceria com outros escritores. Muitos também foram seus prêmios e honrarias: 2 prêmios Manuel Antonio de Almeida; 4 prêmios Jabuti; 1 prêmio Machado de Assis; 1 prêmio Nestlé de Literatura Brasileira; a condecoração *Ordre des Arts et des Lettres* (Ordem das Artes e das Letras) concedida pelo governo francês em reconhecimento de sua obra e a nomeação para a Academia Brasileira de Letras.³⁸¹ A sua morte, ocorrida em 5 de janeiro de 2018, foi noticiada em todos os grandes jornais e veículos de imprensa do país, sendo lamentada por grandes intelectuais e escritores. Na referida ocasião, o presidente da Academia Brasileira de Letras, Marco Lucchesi, disse em entrevista:

³⁸¹ Biografia de Carlos Heitor Cony. Site oficial do escritor. Disponível em: <<http://www.carlosheitorcony.com.br/> Acesso: 01 fev. 2019.

Cony era corajoso e livre, que é o que precisamos no Brasil de hoje. Era um homem incapturável, de uma liberdade intensa na escrita e na visão do país. Não havia tendência que o capturasse. A liberdade de Cony é, em si mesmo, um continente: são muitas geografias e climas que habitam a obra dele. Vai fazer muita falta, porque não ficou preso à sua geração.³⁸²

O breve resumo da trajetória intelectual de Cony descrito anteriormente indica que o escritor conseguiu, em vida, considerável notoriedade e, até mesmo, um pouco de fama. Também é importante destacar que a numerosa produção escrita supracitada percorreu um período distinto da história recente do país. Da república democrática que substituiu o Estado Novo, passando pela ditadura civil-militar e chegando até a Nova República, Cony presenciou alguns dos momentos mais importantes da história do Brasil contemporâneo. Mais do que presenciar, Cony escreveu, emocionou, provocou e incomodou muita gente, de generais-presidentes a colegas de profissão, além, é claro, dos seus leitores.

Muito mais do que um meio de vida para Carlos Heitor Cony, a escrita justificava sua própria existência. Como intelectual, ele compartilhava com o mundo suas visões particulares de problemas universais por meio da palavra escrita e, como cidadão, também se valeu dela como seu principal instrumento de ação e manifestação política.

Neste trabalho, concentramos nossa atenção nas formas encontradas por Carlos Heitor Cony de se inserir nos cenários político e intelectual brasileiros durante a vigência dos governos militares. Com esse objetivo em mente, debruçamo-nos sobre suas crônicas publicadas no jornal *Correio da Manhã* entre abril e dezembro de 1964 e sobre dois de seus romances mais famosos publicados no período – *Pessach: a travessia* (1967) e *Pilatos* (1974). A escolha pelas referidas crônicas e romances se justificou por terem sido escritos em diferentes contextos políticos e sociais durante a vigência dos governos militares. As crônicas publicadas em 1964 apresentavam a indignação e a apreensão de um intelectual que via com receio a ascensão dos militares ao comando do país após um golpe de Estado. O romance *Pessach: a travessia*, publicado em 1967, retratava o clima de dúvida que pairava sobre a consciência de muitos intelectuais que, após três anos de governo militar, não enxergavam sinais de enfraquecimento do

³⁸² **Escritores e colegas lamentam a morte de Carlos Heitor Cony.** 06 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/01/1948524-escritores-e-colegas-lamentam-a-morte-de-carlos-heitor-cony.shtml> Acesso: 01 fev. 2019.

regime. Em 1974, quando *Pilatos* foi publicado, a ditadura civil-militar estava consolidada após um bem-sucedido e violento processo de perseguição aos seus opositores e contava com o apoio de grande parte da sociedade. Os sentimentos de emasculação e impotência de um grupo de intelectuais que desejava mudar os rumos de seu país foram retratados por Cony na trama cujo protagonista era um homem castrado e sem perspectivas. Mais do que diferentes etapas de estruturação dos governos militares no Brasil, as referidas obras de Cony espelhavam o estado de espírito de diferentes gerações de intelectuais da época.

A pena de Cony produziu alguns de seus escritos mais famosos quando o ruído dos fuzis se propagou dos quartéis às ruas. Apesar de sempre ter feito questão de ressaltar seu desinteresse pela política e sua independência em relação a ideologias e partidarismos, Cony nunca conseguiu manter sua escrita afastada das principais questões políticas que tomaram conta do Brasil após o golpe de Estado que depôs o presidente João Goulart em abril de 1964. A ascensão dos militares ao poder, a redução progressiva dos espaços para a discussão política, as formas de resistência ao autoritarismo, a guerrilha, as perseguições aos opositores, o conformismo e anuência de muitos setores da sociedade civil com os militares, enfim, todos esses aspectos que marcaram a estruturação da ditadura civil-militar que vigoraria no Brasil até 1985, quando não serviram de tema principal para os escritos de Cony entre 1964 e 1974, foram utilizados como pano de fundo para suas tramas.

Cony podia até preferir escrever sobre música clássica, balé e literatura a escrever sobre política; porém, como intelectual, a escolha não estava totalmente em suas mãos. A política se dedica ao estudo e compreensão das dinâmicas de poder que fundamentam as relações humanas, logo, todo ato de produção de inteligência também é, fundamentalmente, político. Amizades, laços familiares, relações amorosas, trabalho, enfim, todas as formas de convivência que estabelecemos no decorrer da vida possuem determinado grau de poder envolvido, o que nos torna animais políticos por excelência, tal como afirmou Aristóteles. Reduzir o espaço e a importância da política às relações que se estabelecem entre sociedade civil, governo e Estado por meio de processos eleitorais é um equívoco bastante comum, mesmo entre os intelectuais que, frequentemente, demonstram menosprezo por essas relações na tentativa de manter uma independência de espírito que, na maioria das vezes, é mais imaginária do que real.

Escrever sobre quem era o melhor intérprete de Mozart podia trazer um sorriso aos lábios de Cony, porém foi a sua reação indignada contra as prisões arbitrárias dos primeiros opositores ao regime ditatorial que tornou suas crônicas populares em todo o país. A fascinação de Cony pelo balé serviu como inspiração e pano de fundo para o romance *Balé Branco*, publicado pelo autor em 1966; porém foi o polêmico *Pessach: a travessia*, de 1967, o qual retratou o cotidiano de um acampamento guerrilheiro – quando os movimentos armados contra o governo militar estavam ensaiando seus primeiros passos – que se tornou um “clássico”. O intelectual não pode dar-se ao luxo de escrever apenas sobre aquilo de que gosta ou lhe dá prazer, ainda mais durante a vigência de um regime autoritário quando várias liberdades estão sob ameaça.

A liberdade que Cony sempre prezou em seu cotidiano, ele tentou traduzir em palavras; porém, durante os primeiros dez anos de vigência da ditadura civil-militar no Brasil, foi justamente a ameaça de ter essa liberdade cerceada, ou mesmo arrancada, que inspirou algumas de suas obras mais famosas. A incerteza pairava não só sobre sua cabeça, mas sobre toda uma geração. Quando foi preciso, Cony utilizou sua escrita como “arma” de combate ao autoritarismo; mais tarde, diante da consolidação dos governos militares, valeu-se dela para dialogar com seus pares e a sociedade acerca de seu novo lugar no mundo. O debate acerca do espaço e atuação dos intelectuais nas sociedades contemporâneas parece longe de chegar a um fim, porém Cony participou dele até quando pôde, traduzindo em romances, contos e crônicas as suas angústias mais íntimas que, na realidade, são comuns a muitos de nós.

FONTES

- Fontes Impressas

CONY, Carlos Heitor. **Pilatos**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

_____. **Pessach: a travessia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

- Hemeroteca Digital Brasileira – Arquivos da Biblioteca Nacional

Exemplares digitalizados do Jornal *Correio da Manhã* publicados no Rio de Janeiro entre 01 de abril de 1964 e 31 de dezembro de 1964. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/correio-da-manha/>>

- Legislação

Ato Institucional nº 1

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L2083.htm >

Ato Institucional nº 2

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm >

Ato Institucional nº 5

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L2083.htm >

Lei de Crimes Contra o Estado e a Ordem Política e Social - Lei 1802/53 | Lei no 1.802, de 5 de janeiro de 1953

Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128791/lei-de-crimes-contra-o-estado-e-a-ordem-politica-e-social-lei-1802-5> >

Decreto-Lei Nº 1.077, 26 de janeiro de 1970

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-988/De11077.htm

- Entrevistas

CONY, Carlos Heitor. Na prisão com Glauber e Callado. **Folha de São Paulo**. 28 de junho de 1996. Entrevista a Fernando de Barros Silva. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/7/28/mas!/5.html>> Acesso: 10 jan. 2019.

CONY, Carlos Heitor. Entrevista. **TV Câmara**. Rio, 30 de dezembro de 2014. Entrevista concedida a Gaby de Saboia. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VvyX35rD2eU> >. Acesso: 19 abr. 2017.

CONY, Carlos Heitor. O Brasil é um Frankstein. **Correio Braziliense**, 12 de março de 2016. Entrevista concedida a Rosana Hessel. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2016/03/12/interna_diversao_arte,521789/o-brasil-e-um-frankenstein-diz-carlos-heitor-cony-ao-correio.shtml> Acesso: 09 jan. 2019.

CONY, Carlos Heitor. Entrevista. **Roda Viva**. TV Cultura. São Paulo, 15 de janeiro de 1996. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=unxkIgiTWUQ>> Acesso em: 09 jan. 2019.

CONY, Carlos Heitor. Entrevista. **História de Acadêmicos**. TV Senado. Brasília, 29 de novembro de 2012. Entrevista concedida a Maurício Melo Junior. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qL93QxMHI8U>>. Acesso em: 26 out. 2016.

- Outras Fontes

Site Oficial de Carlos Heitor Cony

<<http://www.carlosheitorcony.com.br/>>

Site da revista *Veja*

<<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/a-empulhacao-da-bolsa-ditadura/>>

Site da *Folha de São Paulo*

<<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/01/1948524-escretores-e-colegas-lamentam-a-morte-de-carlos-heitor-cony.shtml>>

Site Oficial da Fundação Getúlio Vargas

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/olavo-bilac-pereira-pinto>>

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/pedro_aleixo>

Site Oficial da Arquidiocese de São Sebastião

<<http://arqrio.org/noticias/detalhes/2428/seminario-sao-jose-uma-marca-na-historia-do-rio-de-janeiro>>

Site Oficial da Província Brasileira da Congregação da Missão

<<http://www.pbcm.com.br/o-que-e-congregacao-da-missao/>>

Site Oficial do CEBRID – Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas

<https://www2.unifesp.br/dpsicobio/cebrid/folhetos/anfetaminas_.htm>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Isabel de M. **Rompendo os Vínculos**: os caminhos do divórcio no Brasil: 1951-1977. Tese de Doutorado. UFG: 2010. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/ROMPENDO_PDF.pdf>

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)**. O exercício cotidiano da dominação e da resistência - O Estado de São Paulo e Movimento. São Paulo: EDUSC, 1999.

ARAÚJO, Homero J. Vizeu. *Pilatos: uma saga carioca mórbida e hilariante nos anos 70*. p. 152. **Revista Letras**, Curitiba, n. 64, p. 143-155. set./dez. 2004. Editora UFPR. Disponível em: http://www.letras.ufpr.br/documentos/pdf_revistas/araujo.pdf Acesso: 26 out. 2018.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Martin Claret, 2010.

ARON, Raymond. **O Ópio dos Intelectuais**. Tradução de Yvonne Jean. Brasília: UNB, 1980.

ARRIGUCCI JÚNIOR, Davi. **Enigma e Comentário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. Tradução feita a partir do francês de Maria Ermentina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Questões de literatura e de estética**. A teoria do romance. São Paulo: Hucitec, 1988.

BARROS, Deusa Castro. **Memória e História na ficção de Carlos Heitor Cony**: um estudo dos romances *Pessach: a travessia* e *Romance Sem Palavras*. Dissertação de Mestrado: UFG, 2003.

BOBBIO, Norberto. **Os Intelectuais e o Poder**. Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Unesp, 1997.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. p. 13-42 In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Tempo da Ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX (O Brasil Republicano, v.4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUENO, Raquel Illescas. **Os invólucros da memória na ficção de Carlos Heitor Cony**. Rio de Janeiro: ABL, 2008.

CANDIDO, Antonio (org). **A Crônica**: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas: UNICAMP, 1992.

CARVALHO, Claudia Paiva. **Intelectuais, cultura e repressão política na ditadura brasileira (1964-1967)**: relações entre direito e autoritarismo. Dissertação de Mestrado: UNB, Brasília, 2013.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. **A Ditadura Militar e a grande imprensa**. Os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964-1968. Dissertação de Mestrado: USP, 2012.

CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. p. 91. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 22, nº 43, janeiro-junho de 2009, p. 85-104. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v22n43/v22n43a05.pdf>> Acesso: 21 dez 2018.

COSTA, Cristiane. **Pena de Aluguel**. Escritores jornalistas no Brasil. 1904-2004. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CZAJKA, Rodrigo. O Comando dos Trabalhadores Intelectuais e a formação das esquerdas culturais na década de 1960. p. 67. **Temáticas**, Campinas, 19(37/38): 57-80, jan./dez. 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/115196/ISSN14132486-2011-37-57-82.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 04 out. 2017.

_____. **Páginas de Resistência Intelectuais e cultura na Revista Civilização Brasileira**. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 2005.

DALCASTAGNÈ, Regina. **O Espaço da Dor**. O regime de 64 no romance brasileiro. Brasília: UNB, 1996.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo**. Niterói, vol.14. n.º.28, 2010.p.123-143. p. 127. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n28/a06v1428.pdf> Acesso: 24 ago. 2017.

FIGUEIREDO, Vera Lúcia F. de. Intelectuais sob suspeita: narrativas ficcionais e declínio dos ideias universalistas. **Hispanista** (Edição em Português), ISSN 1676-904X v. XIII, 2012. Disponível em: <http://www.hispanista.com.br/artigos%20autores%20e%20pdfs/406.pdf> Acesso: 05 dez. 2018

FIORIN, José Luiz. O Romance e a Simulação do Funcionamento Real do Discurso. In: BRAIT, Beth (org). **BAKHTIN**. Dialogismo e Construção de Sentido. Campinas: Unicamp, 2005.

FRANCO, Renato. **Itinerário Político do Romance Pós-64: A Festa**. São Paulo: UNESP. 1998.

FUJIMURA, Calina Miwa. **Reis de Paus: Carlos Heitor Cony e Rubem Fonseca**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UERJ, 2011, p. 39. Disponível em http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3129 Acesso: 19 dez. 2018.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. **Direito e Literatura. Carlos Heitor Cony e o Habeas Corpus nº 40.976-GB**. A história entre penas, togas e tanques de guerra. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/10224/direito-e-literatura-carlos-heitor-cony-e-o-habeas-corpus-n-40-976-gb/3> Acesso em: 03 out. 2017.

GOLZIO, Derval G. A formação dos jornalistas diante dos novos suportes midiáticos e do fim da obrigatoriedade do diploma. **Cultura Midiática**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba. Ano II, n.

02– jul/dez/2009, p. 1-12. Disponível em:<
<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/cm/article/view/11704>> Acesso: 26 jan.
 2019.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada: São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização política**. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HILTON, Stanley. **O Ditador e o Embaixador**: Getúlio Vargas, Adolfo Berle Jr. e a queda do Estado Novo. Rio de Janeiro: Record, 1987.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Impressões de Viagem**. CPC, vanguarda e desbunde. 1960/70. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

HOHLFELDT, Antonio., VALLES, Rafael Rosinato. **Conceito e História do Jornalismo na “Revista de Comunicação”**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

HUTCHEON, Linda. **Teoria e Política da Ironia**. Tradução de Julio Jeha. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

KUSHNIR, Beatriz, **Cães de Guarda**. Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2012.

LABORIE, Pierre. Memória e Opinião. In: AZEVEDO, Cecília et. alli, (orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

LAPLANCHE, J., PONTALIS, J. B. **Vocabulário da psicanálise**. (P. Tamen, trad.). São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LIMA, Daniela. Foucault contra Sartre: a visão do intelectual. **Primeiros Escritos**, São Paulo, n. 8, 2017. p. 38-50. Disponível em:<<http://www.revistas.usp.br/primeirosescritos/article/view/136796>> Acesso 30 jul. 2018.

LLOSA, Mario Vargas. **A Verdade das Mentiras**. Tradução: Cordélia Magalhães. São Paulo: Arx, 2004.

LOVATTO, Angélica. Ênio Silveira e os Cadernos do povo brasileiro. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.23, p.93-103, 2o sem. 2009. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18936>> Acesso: 06 ago. 2018.

MAGRI, Ramonn Rodrigues. Os passos iniciais: o nascimento da UDN e o primeiro mandato de Afonso Arinos no partido (1945-1951). **Rev. Hist. UEG** - Anápolis, v.5, n.1, p. 219-246, jan./jul. 2016. p. 220. Disponível em:

<<http://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/viewFile/4829/3431>>

Acesso: 17 maio 2018.

MILLEN, Juliana de Castro. **Uma forma oblíqua de falar de si: Carlos Heitor Cony e seus eus**. Tese de doutorado: UFJF, 2016.

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de Termos Literários**. São Paulo: Cultrix, 2004.

MORAES, Gisele C. Senne de., COELHO JUNIOR, Nelson E. Feminino e Psicanálise: um estudo sobre a literatura psicanalítica. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 15, n. 4, p. 791-800, out./dez. 2010. p. 792. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/256116289_Feminino_e_psicanalise_um_estudo_sobre_a_literatura_psicanalitica Acesso: 17 dez. 2018.

MORAES, Vinicius de. **Vinicius de Moraes: poesia completa e prosa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol.38, n°.79, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v38n79/1806-9347-rbh-38-79-195.pdf>>

MUNTEAL, Oswaldo., VENTAPENE, Jacqueline., FREIXO, Adriano de. João Goulart: Um Brasil a ser construído. In: MUNTEAL, Oswaldo., VENTAPENE, Jacqueline., FREIXO, Adriano de. (orgs). **O Brasil de João Goulart: um projeto de nação**. Rio de Janeiro: PUC-RJ Contraponto, 2006.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, v.8, n.15, p.09-44, nov. 2015. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antieses/article/view/23617>> Acesso em : 14 jan. 2019.

_____. **1964 - História do Regime Militar Brasileiro**. Rio de Janeiro: Contexto, 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. Revista **Projeto História**. São Paulo: PUC, 1993.

PÉCAULT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil**. Brasília: UNB, 1980.

PEREIRA, Fábio Henrique. **Os Jornalistas-Intelectuais no Brasil**. Identidade, práticas e transformações no mundo social. Tese de Doutorado. UNB: 2008.

RAMOS, Alcides Freire. A luta contra a ditadura militar e o papel dos intelectuais de esquerda. **Fênix - Revista de História e Ciências Sociais**. Uberlândia vol.3, Ano III, nº1. Jan/fev/mar 2006. P. 1-18. Disponível em <http://www.revistafenix.pro.br/PDF6/8%20-%20ARTIGO%20-%20ALCIDESFRAMOS.pdf> Acesso: 20 jul. 2017.

RANCIÈRE, Jacques. **A Partilha do Sensível: estética e política**. São Paulo: Exo, 2005.

REIMÃO, Sandra. **Repressão e resistência**: a censura a livros na ditadura militar. Tese de Livre-Docência: USP, 2011.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. (org). **Intelectuais, História e Política** (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: 7letras, 2000.

_____. **A Revolução faltou ao encontro**. Os Comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REZENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar no Brasil**. Repressão e Pretensão de Legitimidade. 1964-1984. Londrina: UEL/ABEU, 2001.

RIBEIRO, Gustavo Fernandes. **Kafka e a Psicose**: aproximações entre a psicanálise e a literatura. Dissertação de Mestrado. Brasília: UNB, 2006, p. 18. Disponível em <http://repositorio.unb.br/handle/10482/31966> Acesso: 18. dez. 2018.

RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: UNESP, 1993.

ROBERT, Marthe. **Romances das origens, origens do romance**. São Paulo: Cosac-Nify, 2007.

ROCHA, Rejane Cristina. **Da utopia ao ceticismo**: a sátira na literatura brasileira contemporânea. Tese de Doutorado. UNESP: 2006.

RODRIGUES, Helenice. O intelectual no “campo” cultural francês. Do “Caso Dreyfus” aos tempos atuais. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 21, nº 34, p.395-413, Julho 2005, p. 396-397. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v21n34/a08.pdf>> Acesso: 11 fev. 2019.

ROLLEMBERG, Denise., VAINFAS, Ronaldo. Historiadores franceses na zona cinzenta: lembranças da guerra. **Revista História (São Paulo)**, n.176, a07716, 2017, Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rh/n176/2316-9141-rh-176-a07716.pdf>> Acesso: 28 jan. 2019.

_____. Ditadura, intelectuais e sociedade: *O Bem-Amado* de Dias Gomes. p. 377-395 In: AZEVEDO, Cecília [et.al] (orgs). **Cultura Política, Memória e Historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

_____. As esquerdas revolucionárias e a luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Tempo da Ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RUIVO, Marina Silva. **Uma certa maneira de desejar a liberdade**: caminhos da literatura de Carlos Heitor Cony no pós-1964. Tese de Doutorado. USP: 2012.

SANTOS, Gerson Tenório dos. Desconstruindo Sísifo: o tempo kairótico da crônica. **Kaliope**, São Paulo: PUC. ano 3, n. 1, p. 30-43. jan/jun., 2007, p. 33. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/kaliope/article/view/3731>> Acesso: 10 fev. 2019.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado**. Cultura da memória e guinada da subjetividade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SARTRE, Jean-Paul. **Em Defesa dos Intelectuais**. São Paulo: Ática, 1994.

_____. **Que é a Literatura?** São Paulo: Ática, 1993.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs). **Memória e (res)sentimento**. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Unicamp. 2004.

SCHWARZ, Roberto. **O Pai de Família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SILVA, Juremir Machado da. **1964: golpe midiático-civil-militar**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

SILVA JR, Maurício Guilherme. **Contra a “Revolução dos Caranguejos”**. Carlos Heitor Cony e as crônicas de resistência ao golpe militar de 1964. Tese de Doutorado: UFMG, 2008.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SÜSSEKIND, Flora. **Literatura e vida literária**. Polêmicas, diários & retratos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: Fábrica de Ideologia**. São Paulo: Ática, 1978.

VALE, Antônio Marques do. **O ISEB, os intelectuais e a diferença**. Um diálogo teimoso com a educação. São Paulo: UNESP, 2006.

VIEIRA, Beatriz de Moraes. Sem Argumento: um projeto intelectual quase esquecido (revista *Argumento*, Brasil, 1973). **História (São Paulo)** v.35, e103, 2016 p. 01-21. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/his/v35/0101-9074-his-35-00103.pdf> Acesso: 22 dez. 2017.

VIEIRA, Luiz Renato. Ênio Silveira e a Civilização Brasileira: notas para a sociologia do mercado editorial no Brasil. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 20, n. 2, p. 139-192, jul./dez. 1996. Disponível em: <<http://www.brapi.inf.br/index.php/article/download/8272>> Acesso: 05 ago. 2018.

WANDERLEY, Sergio. Iseb, uma escola de governo: desenvolvimentismo e a formação de técnicos e dirigentes. **Revista Administração Pública** — Rio de Janeiro

50 (6) :913-936, nov./dez. 2016. p. 919-920. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/rap/v50n6/0034-7612-rap-50-06-00913.pdf>> Acesso: 31 jan.
2018.